

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA

TIAGO CAMARINHA LOPES

PLANEJAMENTO ECONÔMICO PARA
A INDUSTRIALIZAÇÃO E
O DESENVOLVIMENTO:
O BRASIL ENTRE AS LÓGICAS DE
MERCADO E CONTROLE
(1930-1956)

UBERLÂNDIA
2011

TIAGO CAMARINHA LOPES

PLANEJAMENTO ECONÔMICO PARA
A INDUSTRIALIZAÇÃO E
O DESENVOLVIMENTO:
O BRASIL ENTRE AS LÓGICAS DE
MERCADO E CONTROLE
(1930-1956)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico

Orientador: Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho

UBERLÂNDIA
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

L864p Lopes, Tiago Camarinha, 1983-
 Planejamento econômico para a industrialização e o desenvolvimento:
 o Brasil entre as lógicas de mercado e controle (1930-1956) / Tiago
 Camarinha Lopes. - 2011.

174 f.

Orientador: Niemeyer Almeida Filho.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Pro-
grama de Pós-Graduação em Economia.

Inclui bibliografia.

1. Economia - Teses. 2. Planejamento industrial - Teses. 3. Planeja-
mento econômico - Teses. 1. Almeida Filho, Niemeyer. II. Universidade
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia. III.
Título.

CDU: 330

TIAGO CAMARINHA LOPES

PLANEJAMENTO ECONÔMICO PARA
A INDUSTRIALIZAÇÃO E
O DESENVOLVIMENTO:

O BRASIL ENTRE AS LÓGICAS DE
MERCADO E CONTROLE
(1930-1956)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico

Orientador: Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho (orientador)
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. José Rubens Damas Garlipp (membro)
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Carlos Antônio Brandão (membro)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Uberlândia, 19 de Dezembro de 2011

Agradecimentos

Agradeço ao meu pai, minha mãe e meu irmão por todo apoio em minhas atividades de pesquisa e por me ensinarem a importância do trabalho intelectual para a construção do mundo que queremos.

O professor Niemeyer acolheu prontamente minha proposta de estudo após minha chegada em Uberlândia e contribuiu energeticamente para a realização desta dissertação. Por um lado, abusei de sua liberdade para dar o passo inicial de um projeto talvez audacioso, e que permitiu o desenvolvimento criativo de diversos outros pontos. Por outro lado, sua experiência foi fundamental para que concentrássemos nossa atenção no caso do Brasil e atingíssemos resultados concretos potencialmente úteis a toda investigação sobre o desenvolvimento econômico e social do país. O trabalho contou muito com sua participação e foi grandemente beneficiado pelas nossas discussões. Espero que este seja apenas o começo desta que é uma parceria muito querida. Convém lembrar que todo argumento e eventuais falhas são de minha responsabilidade.

Meus agradecimentos também aos professores Wolfgang Lenk e José Rubens Damas Garlipp que participaram da qualificação e deram valiosas sugestões para o desenvolvimento do trabalho. Minhas conversas com o professor Henrique Dantas Neder sobre a unidade entre as análises qualitativas e quantitativas nas ciências econômicas foram especialmente importantes para a consolidação da base metodológica da dissertação, especialmente no capítulo sobre a programação econômica. Neste ponto, o professor Paulo Nakatani me chamou a atenção para a importância da CEPAL na utilização dos primeiros dados econômicos gerais para a economia brasileira, fato que antecipou minhas descobertas e facilitou minhas conclusões.

Registro um muito obrigado especial a Rosa Freire d'Aguiar Furtado pela carinhosa e engajada ajuda na localização de textos e artigos do acervo pessoal de Celso Furtado. Nossa conversa foi muito importante para que eu pudesse ter maior clareza sobre o momento e os desafios iniciais do planejamento econômico no Brasil.

O apoio financeiro na forma de bolsa de mestrado da CAPES, por intermédio da Universidade Federal de Uberlândia e do Instituto de Economia, ofereceu as condições para que esta dissertação pudesse ser realizada. Espero que ela esteja à altura do esforço da sociedade brasileira de realizar ciência em interesse dos trabalhadores de todos os países.

Resumo

O trabalho é uma análise do contexto histórico em que o planejamento econômico nacional é aplicado para promover a industrialização da economia brasileira. Partindo dos resultados existentes, principalmente de que o Estado capitalista nascente no Brasil é “condutor ativo” deste processo, o texto busca estabelecer a relação deste fato com o fim do *laissez-faire* em nível mundial. A meta do trabalho é dupla: primeiro, descrever as circunstâncias internacionais que balizam a revolução burguesa no Brasil e que fundamentam a lógica do planejamento para industrialização e segundo, indicar as possíveis conexões do Plano de Metas com os debates sobre a contradição entre plano e mercado em âmbito mundial. Esta contradição é tomada como o eixo determinante de toda discussão em Economia Política do século XX. É a partir dela que será indicado de que forma o fundamento dos planos de industrialização brasileiros podem ser conectados com o debate abstrato sobre a operação da lei do valor e das possibilidades de seu controle, cuja expressão mais direta é o problema do cálculo econômico socialista que se inicia nos anos 1920. Ao final, o trabalho indica que a influência internacional dos hemisférios ideologicamente opostos (EUA e URSS) sobre a formulação dos planejamentos econômicos brasileiros deve ser explorada a partir do estudo da teoria da programação e de como ela penetra no Brasil nos anos anteriores ao Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek.

Palavras-chave: planejamento econômico, planejamento no Brasil, industrialização, industrialização no Brasil, programação econômica, desenvolvimento econômico, Plano de Metas, liberalismo, economia política, lei do valor

Abstract

The economic planning for promoting industrialization in Brazil is analyzed in its world-historical context. Departing from existing results, namely from the active capitalist State seeking development, this work relates the end of laissez-faire with the formation of Brazilian capitalism. Two objectives guide this research. First, the work aims at describing the international circumstances framing the capitalist revolution in Brazil and which determine the logic of planning for industrialization. Second, it aims at showing the possible connections between the “Plano de Metas” and the international debates on the contradiction between market and plan. This contradiction is established as the fundamental conflict in the Political Economy of the 20th century. From this perspective, the work shows that the basis for the Brazilian industrializing plans can be connected to the abstract controversy about the operation of the law of value and the possibilities of its control. It is argued that the direct expression of this attempt to socially command the law is the socialist economic calculation problem initiated in 1920. Finally, the work indicates that the influence of the United States and the Soviet Union over the Brazilian economic planning must be explored through the study of the theory of programming and the question of how it entered in Brazil in the years preceding the “Plano de Metas” in the Juscelino Kubitschek government.

Key-words: economic planning, planning in Brazil, industrialization, industrialization in Brazil, economic programming, economic development, Plano de Metas, liberalism, political economy, law of value

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1 - A controvérsia sobre o Planejamento no Brasil	21
1.1 O fim do <i>laissez-faire</i> no Brasil.....	22
1.2 A proposta de planificação da economia brasileira de Roberto Simonsen.....	29
1.3 A refuta ideológica de Eugênio Gudin	32
1.4 É possível conciliar os sistemas opostos? A síntese da controvérsia no Plano de Metas	40
1.5 A contradição mercado e plano em diferentes níveis	46
Capítulo 2 - Capitalismo Brasileiro e o Espectro da Planificação.....	49
2.1 Colônia e revolução capitalista no Brasil	50
2.2 O levante de 1935: transformações no Brasil e no centro	59
2.3 Um exemplo de reflexo na literatura: Memórias do Cárcere	64
2.4 Uma interpretação da “revolução difícil”	68
Capítulo 3 - Programação Econômica no Brasil e o Mapeamento dos Pontos de Estrangulamento (1939-1956)	75
3.1 Antecedentes e sentido do Plano de Metas.....	76
3.2 O guia de programação econômica da CEPAL	95
3.3. A nova rodada da controvérsia: Celso Furtado e Octávio Bulhões.....	112
3.4 O fundamento histórico e teórico do guia de programação da CEPAL	119
3.5 Como levar a experiência brasileira ao debate sobre o cálculo econômico socialista?	131
Conclusão	149
Referências	156

“Os socialistas certamente têm boas razões para serem gratos ao Professor Mises, o grande *advocatus diaboli* de sua causa. Pois foi seu desafio poderoso que forçou os socialistas a reconhecer a importância de um sistema adequado de contabilidade econômica para guiar a alocação dos recursos em uma economia socialista.”

(Oskar Lange sobre o problema teórico do cálculo econômico na sociedade socialista, *On the economic theory of socialism. Part One*, 1936, p. 53)

“(…) percebe-se que a própria solução da *contradição teórica* é possível *apenas* pelo meio *prático*, apenas pela energia prática da pessoa e que sua solução por isso não é de modo algum apenas uma tarefa da constatação, mas uma tarefa *verdadeira* de vida que a *filosofia* não pôde resolver, justamente por que ela a assimilava *somente* como tarefa teórica.”

(Karl Marx sobre a solução prática para contradições teóricas, *Ökonomisch-philosophische Manuskripte* (Manuscritos econômico-filosóficos), 1844, p. 542, MEW 40)

“Saíamos da discussão conceitual, em torno da natureza da planificação, para uma demonstração concreta de viabilidade de sua utilização a partir da informação disponível, e de seu alcance prático como instrumento de política de desenvolvimento.”

(Celso Furtado sobre a formação do grupo misto CEPAL-BNDE em 1953. *A fantasia organizada*, 1985, p. 170)

Introdução

A idéia de planejamento colocou desafios extremos à ciência econômica. A relação da política com a economia voltou a ser reconhecida como fundamental, mesmo que haja ainda esforços de domínio do ensino oficial por meio do refúgio seguro ao mundo abstrato. Neste sentido, aquele campo de análise originalmente denominado Economia Política aparece neste início do século XXI como uma alternativa atraente aos economistas que têm a pretensão de dar conta das transformações de nosso tempo.¹

Antes da economia se tornar uma ciência independente, as diretrizes a serem tomadas eram ditadas pela própria política e por isso não existiam parâmetros científicos para a organização econômica da sociedade. As tradições e os costumes dominavam a tarefa de condução da produção e distribuição, fazendo com que a economia fosse um mero apêndice da política enquanto campo de estudo. A crescente importância do mercado e a transição ao capitalismo causam, entretanto, uma mudança fundamental na estrutura que havia entre a economia, enquanto organização social, e o Estado: o direcionamento total da produção para produção de mercadorias termina com

¹ O campo das ciências econômicas hoje (*economics*) é bastante diferente daquele que era conhecido anteriormente como Economia Política. Essa transmutação ocorreu a partir da revolução marginalista, que, ao mesmo tempo em que contribuía para eliminar a aproximação dos clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, funcionava como barreira para Karl Marx nos círculos de ensino oficial. Esse foi o instante de separação temporal entre as escolas Clássica e Neoclássica. Sobre isso ver a “árvore genealógica da economia” em Samuelson (1975) e as análises sobre o fenômeno, por exemplo, em Teixeira (2000) e Camarinha Lopes (2010), p. 77 e 78. A abrangência científica do campo chamado Economia Política não é unânime hoje. Teixeira (2000) restringe o objeto da Economia Política de Marx ao modo de produção capitalista, posição essa que coincide com a dos economistas críticos de todas as escolas que naturalizam as relações de produção do capital. O conceito de Economia Política adotado neste trabalho é o de Oskar Lange ([1959] 1966), para quem “a economia política – ou economia social – é a ciência das leis sociais que regem a produção e a distribuição dos meios materiais que servem para satisfazer as necessidades humanas”. Apesar de ser bastante semelhante à definição dada por Robbins (“ciência que estuda a conduta humana como relação entre fins e meios escassos aplicáveis a usos alternativos” (Robbins *apud* Teixeira (2000))), cujas influências diretas são Jevons, Menger e Walras (Teixeira (2000), p.89), Oskar Lange sabe que o modo de produção do capital é histórico-específico, com o que se depreende que sua definição de Economia Política se aproxima do materialismo histórico. Sobre a história dos termos “Economia Política” e “concepção materialista da história”, ver Lange ([1959] 1966), pp. 21-22 e pp. 48-50. Para aqueles que se afastam do materialismo histórico por sua proximidade com o determinismo econômico ou economicismo, basta lembrar que essa associação apressada se deve ao equívoco de se prender ao materialismo primitivo e metafísico ao invés de se utilizar da dialética para resolver a contradição entre determinação objetiva e subjetiva. Sobre a metodologia empregada neste trabalho, consultar Marx ([1888] 1978) [Teses sobre Feuerbach], Marx ([1859] 1982) [Prefácio para a Crítica da Economia Política], Marx ([1867], [1885] e [1894]) [O Capital, livros I, II e III], Lange (1935) [Marxian Economics and Modern Economic Theory], Lange (1945-46) [The Scope and Method of Economics] e Lange ([1959] 1966) [Economia Política I: Problemas Generales]. Para uma introdução ao pensamento econômico de Lange a partir de uma comparação com Keynes, ver Jossa (1991). Neste trabalho, as citações em colchetes indicam a data original de publicação da obra, seguida do ano da edição consultada.

a organização econômica via tradição e impõe de modo abrangente um novo parâmetro condutor da reprodução material.

Desde então, a política não domina mais livremente a estrutura econômica social, mas se vê desafiada pelo próprio mecanismo de mercado. Este pode ser considerado uma nova instância que parece poder substituir a própria estrutura política no estabelecimento das regras para a transformação da natureza e alocação dos produtos. Essa nova situação histórica leva gradualmente os pensadores a desenvolver teorias que expliquem o princípio que está substituindo os costumes como fio condutor da reprodução material da sociedade.

Entendemos que esse desenvolvimento filosófico que envolveu dentre outros, Hobbes e Locke, desembocou no nascimento da economia política clássica com a publicação da “Riqueza das Nações” de Adam Smith em 1776. Foi então que se popularizou definitivamente a idéia sobre o mecanismo do mercado representado pela “mão invisível”, ou para usar uma linguagem alternativa, pela “lei do valor”.² A partir daí, tem-se um sistema autônomo representando o núcleo explicativo que substitui a antiga forma de produção e distribuição baseada nas tradições. Se antes as pessoas transformavam a matéria por meio do trabalho com base nos costumes, agora os princípios de eficiência ditados pelo mercado conduzem e determinam a organização social para alocação dos valores de uso disponíveis.

Com o desenvolver e estabelecimento de forças de produção especificamente capitalista através da Revolução Industrial na Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX, a divisão da sociedade em classes passou a ser cada vez mais clara e, conforme os trabalhadores se organizavam, novos problemas começavam a ser reconhecidos ao mesmo tempo em que novas demandas e anseios sociais se formavam. Além de melhorias materiais, a força política da base trabalhadora evidenciava que as condições de organização social existentes não estavam em conformidade com sua vontade. Esse é o fundamento que explica a existência de um movimento constante, ora mais presente, ora mais acuado, de tentativa de controlar o mecanismo espontâneo do mercado por meio da definição precisa de objetivos político-econômicos, como crescimento,

² O termo “lei do valor” utilizado no texto se refere à essência captada pelos economistas clássicos com o termo “mão invisível” que estabelece a relação quantitativa de troca entre os diferentes valores de uso da sociedade sem que os participantes do mercado se dêem conta. Uma sistematização da categoria lei do valor é realizada na última seção do capítulo 3, embora um tratamento definitivo demande a continuação da presente pesquisa.

combate ao desemprego e pobreza, desenvolvimento, distribuição de riqueza, entre outros.³

Neste contexto surge a questão da diretriz política da economia contemporânea: como é possível superar os problemas econômicos e sociais da “ordem caótica” do mercado? Esta questão central, que se torna explícita nos momentos de crise não é de todo nova. O fim do *laissez-faire*, a consequência política mais significativa da Grande Depressão de 1930, forçou os Estados a implementar formas de controle no passado e deu a largada para o processo de construção do Brasil. Hoje, devido às mudanças desencadeadas pela crise do final dos anos 2000, existem vários indícios de que tal processo pode ser retomado após a era do neoliberalismo.⁴

O fato de, naquela época, as repúblicas socialistas terem colocando em prática formas de planejamento econômico abriu a possibilidade de uma comparação com os modelos de controle do Ocidente que pode ser útil para a coordenação a ser realizada no século XXI. Este trabalho busca seguir essa possibilidade pretendendo ser uma contribuição ao estudo sobre as experiências de planejamento do mundo a partir do enfoque no caso de industrialização brasileira.

³ A posição de crítica ao liberalismo que se pretenda derivar deste trabalho não está sustentada em uma interpretação humanista, como a de Polanyi ([1944] 2000) que ataca a noção de que a relação social da mercadoria é incompatível com uma “natureza humana”. Aqui, não há intenção primordial de criticar a ideologia liberal, mas apenas de apontar para como ela entra em contradição com as condições objetivas de organização social. O ataque é, portanto, derivado e amparado da análise materialista histórica. Em termos práticos, o trabalho apóia as críticas ideológicas ao liberalismo e ao *mainstream* da economia. Para uma análise do capitalismo durante a era neoliberal a partir de Marx, Keynes e Polanyi, ver Garlipp (2001), que trabalha o conceito de economia desregrada para dar conta do sistema em sua virada do século XX para o século XXI. Os objetivos de política econômica mencionados se referem já ao período em que o capitalismo está consolidado, ou seja, após uma massa de trabalhadores assalariados ter começado a se organizar como classe.

⁴ Os indícios podem ser mais facilmente percebidos pela constatação da reativação do pensamento keynesiano sobre o neoliberalismo no final dos anos 2000 tanto na imprensa (Belluzzo (2008), Kale (2008), Giles Atkins e Guha (2008), Stiglitz (2008), Skidelsky (2008), Netto (2009), Reddy (2009) e Chiliatto-Leite e Mello (2011)) como na academia (Clarke (2009), Skidelsky (2009), Davidson (2009) e Fonseca (2010)). Existem, além destes exemplos, muitos outros autores registrando o evento no plano das idéias. Empiricamente, é possível visualizar a guinada para o controle econômico pela constatação sobre como a política fiscal tem sido usada para evitar a recessão. Nos Estados Unidos, o programa de recuperação chamado “American Recovery and Reinvestment Act of 2009” foi aprovado e transformado em lei em fevereiro de 2009. Os objetivos, de acordo com o documento oficial eram: preservar e criar empregos e promover a recuperação econômica, ajudar os mais afetados pela crise, encaminhar investimentos necessários para aumentar a eficiência econômica e estabilizar os gastos estatais. Antes disso, outras medidas estatais já haviam sido tomadas desde os primeiros sinais da crise. Para uma avaliação geral da crise econômica dos anos 2000 realizada pelo governo norte-americano, ver o relatório “The Financial Crisis Inquiry Report” da “Comissão Nacional sobre as Causas da Crise Financeira e Econômica nos Estados Unidos” publicado em janeiro de 2011. A conclusão deste trabalho coletivo direcionado por Phil Angelides é a de que a crise foi o resultado de ações e “instituições” humanas, e que, por isso, ela poderia ser evitada. No Brasil, a nítida ação estatal pode ser reconhecida pelo papel que o BNDES haveria de ter na crise, conforme a exposição de Luciano Coutinho (2009) no Senado Federal.

As semelhanças entre as economias capitalistas e socialistas no século XX foram pouco enfatizadas pelos historiadores econômicos, que parecem se dedicar primordialmente aos estudos sobre suas diferenças. Ainda que a Revolução de 1917 já represente a tentativa do Estado nos países que embarcaram no socialismo real de direcionar conscientemente o funcionamento da economia, Skidelsky (1995) destaca que foi exatamente após a Grande Depressão que houve uma radicalização da coletivização econômica na URSS. Semelhantemente, Carr (1947) indica que tanto o mundo ocidental como a União Soviética chegam ao conceito de planejamento como forma de condução da economia nacional na mesma época, embora por circunstâncias diferentes. Já Judt (2005) ressalta que a idéia de que o planejamento soviético estaria determinando o controle econômico no Ocidente é um equívoco, pois os defensores de planejamento nos países capitalistas buscavam apoio ideológico em outras fontes que não a URSS para sustentar um programa de coordenação econômica que ia diametralmente contra os ditames do *laissez-faire* e que fundamentava a formação do estado do bem estar social.

O paralelo entre os blocos antagônicos, no que se refere ao planejamento, é visível quando Hobsbawm (1994) afirma que o trauma causado pela Grande Depressão, expresso na destruição do liberalismo econômico pelas próximas cinco décadas, foi realçado pela imunidade dos países que romperam com o capitalismo. Para ele, a indagação sobre como a União Soviética atingia altas taxas de crescimento do produto e empregava todo recurso disponível levou assim os termos “plano” e “planejamento” a definir o vocabulário do debate político no bloco capitalista.

Skidelsky (1995) também aponta para a linha comunicativa entre os dois sistemas aparentemente desconectados como um dos mistérios sobre o fim do liberalismo econômico ao explicitar que o mundo após a queda do muro de Berlim é uma das polêmicas de nosso tempo. Rosseti (1978), de forma semelhante, indica que, apesar de condicionantes históricos distintos (para a União Soviética, a implantação do coletivismo centralmente dirigido, e para o mundo ocidental a crise de 1929), os dois lados adentraram no âmbito das políticas econômicas relacionadas com aquilo que viria a ser chamado de “programação”.

A partir da perspectiva do estudo das relações internacionais, Guimarães (1999), por outro lado, salienta que a força de atração ideológica do socialismo cresceu no Ocidente a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, devido ao rápido avanço das forças produtivas na União Soviética entre 1921 e 1941. Juntamente com a ascensão do

keynesianismo nos Estados Unidos, isso teria contribuído para o que Guimarães (1999) chama de “exclusão relativa” de certas áreas da periferia, quando a intervenção estatal tornou-se possível e o liberalismo antes prevalecente perdeu respaldo. Já Betty Lafer (1970), em sua introdução para os primeiros estudos sobre a experiência do Brasil no campo do planejamento, destaca que tanto o socialismo como o capitalismo adotam técnicas de coordenação econômica e que “embora os dois sistemas possam ter objetivos diferentes, o modelo implícito em ambos é essencialmente o mesmo” (Lafer (1970), p. 26).

No campo do pensamento econômico, o processo de descoberta desse modelo em comum aos sistemas antagônicos do século XX foi feito de forma separada por duas correntes que desenvolveram um linguajar próprio para dar conta do crescente fenômeno do planejamento econômico nacional.

No âmbito exclusivo das áreas capitalistas, John Maynard Keynes sintetizou a própria discussão de planejamento econômico previamente existente nos países capitalistas ao romper com a tradição teórica econômica ortodoxa do Ocidente nos anos 1930 buscando uma maneira de decifrar os motivos finais que determinam a decisão de investimento e a possibilidade real de conduzir de maneira consciente as economias capitalistas. Ao publicar a *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* no contexto da Grande Depressão, Keynes conseguiu organizar as idéias econômicas de intervenção estatal no Ocidente em torno de um eixo teórico central, que inclusive desembocou no desenvolvimento das contas nacionais. Durante as décadas seguintes, esta linha dominou o leque de alternativas de políticas públicas nas economias capitalistas e popularizaram a própria linguagem econômica que domina a imprensa até hoje.⁵

Este movimento ficou conhecido no âmbito da teoria econômica como “Revolução Keynesiana” e, ao contrário de Marx como economista, conseguiu desafiar seriamente o *mainstream* crente nos pilares clássicos sobre o equilíbrio automático.⁶ Com o avanço das conseqüências da Crise de 1929, cada vez mais se argumentava que as medidas ortodoxas como equilíbrio fiscal e corte das despesas na verdade agravavam

⁵ Sobre o impacto de Keynes no curso histórico de transição do liberalismo para o século XX, ver Hobsbawm ([1987] 2008), p. 249, p. 259 e p. 459). Para uma análise a partir da perspectiva de economia política em linha com a posição metodológica deste trabalho, ver Dillard (1946) e Dillard (1957). Para uma apresentação dos principais textos de Keynes em seu contexto histórico e político, ver Szmrecsányi (1978).

⁶ Keynes representou uma mudança significativa no cenário de economia política que se ramificou em disputas internas entre os seus próprios adeptos. A escola econômica keynesiana e o keynesianismo surgiram daí, sem que houvesse concórdia em todos os pontos. O termo “Revolução Keynesiana” utilizado aqui se refere ao fim do predomínio das idéias clássicas e neoclássicas após a crise de 1929.

a depressão. A partir daí pode-se afirmar então que a *Teoria Geral* funciona como síntese analítica popularizadora do “truque” do qual falava Kalecki de elevar a demanda efetiva através de intervenção estatal. Assim, pela primeira vez, em escala mundial, os países capitalistas colocaram a política de *laissez-faire* de lado e controlaram os efeitos da depressão com medidas estatais que garantissem o uso da força de trabalho ociosa.

Do outro lado, nos países do Leste, os procedimentos de condução consciente da reprodução material da sociedade eram geralmente teorizados com base na matriz econômica desenvolvida por Karl Marx. Essa linha de organização levou à problemática sobre a ação da lei do valor na economia soviética e permitiu uma aproximação mais nítida com o problema do cálculo econômico socialista. Em específico, desenvolveu-se a noção de que a lei poderia ser posta sob o domínio da sociedade, com o que se resolveria não só os problemas mais óbvios do capitalismo, como pobreza e guerra, como também aqueles referentes ao fetichismo da mercadoria.⁷

A questão sobre o cálculo em uma sociedade sem mercados foi levantada por Ludwig von Mises em 1920, que argumentou ser impossível a alocação racional dos recursos em um ambiente sem preços. Essa refuta teórica sobre a possibilidade de uma economia centralmente coordenada marca o início de um debate importante que envolve as questões sobre a propriedade privada e sobre a possibilidade do controle da sociedade sobre o mecanismo autônomo do mercado, ou seja, sobre a lei do valor.

Como reação, os economistas socialistas buscaram desenvolver modelos em que a ausência do mercado era substituída por um mecanismo que permite a transmissão das informações tanto de demanda quanto das condições técnicas de produção para o ente planejador. Boettke (2000) organizou a primeira coletânea ampla após 1989 com as principais contribuições do debate e explica que a idéia de Mises predominou de 1920 até 1937, quando o argumento de planificação passou a dominar o embate teórico. Somente a partir de 1985, com a progressiva desestruturação do socialismo real e ascensão do neoliberalismo, é que a idéia de planejamento perde força.⁸ Um dos

⁷ Esta linha remonta ao trabalho pioneiro de Preobrajenski, *Nova Econômica*, de 1926. A idéia de se eliminar o valor (e o trabalho abstrato) como maneira de superar a forma mercadoria de relação social pode ser encontrada em diversos autores sob influência de Lukács, Adorno e Rubin que salientam os aspectos qualitativos do problema do valor. Para críticas qualitativas acerca do valor, ver: Heinrich (1999), Belluzzo (1998) e Kurz (2001). As dificuldades de superação da forma mercadoria devem levar em conta também os aspectos quantitativos da teoria do valor.

⁸ Existe uma vasta literatura sobre o problema do cálculo econômico socialista. Para uma introdução detalhada a partir da perspectiva de história do pensamento econômico em português, ver Barbieri (2004). Para uma análise sobre como o problema se expressou na planificação em Cuba, ver Nakatani e Carcanholo (2007).

principais representantes da posição socialista a favor do planejamento foi o economista polonês Oskar Lange, cuja contribuição evidenciou que não existe impossibilidade teórica para a planificação, embora a praticidade dela seja outra questão. Esta outra questão é o cerne gerador do material estudado neste trabalho, que se restringe ao caso brasileiro.

Quais são as influências e determinações mútuas entre o Ocidente e o Leste no que se refere ao planejamento econômico? É possível remontar ambos os modelos ao problema sobre o cálculo econômico socialista? Como isso ajuda a formalizar a categoria “lei do valor”? As idéias de intervenção foram importadas da União Soviética ou foram desenvolvidas dentro do próprio capitalismo? Onde entra a experiência brasileira de industrialização dirigida nesse processo e como usar seus ensinamentos para a construção do futuro no Brasil?

O estudo dos paralelismos entre os blocos antagônicos deve, propomos, partir da obra *Introdução à Estatística* de Oskar Lange ([1961] 1967), onde a origem da teoria da programação é delineada e a comunicação entre os blocos é a mais evidente. A partir de 1956, Oskar Lange, em suas palestras no Instituto Hindu de Estatística de Calcutá, passou a abordar o sistema socialista e os avanços econométricos desenvolvidos pelos países capitalistas de uma forma original. Seu intento a partir daí era o de relacionar os métodos quantitativos da econometria construídos nos países capitalistas com os parâmetros de organização das economias centralmente planejadas.

O que Oskar Lange percebeu é que o desenvolvimento dos estudos estatísticos sobre a economia capitalista culminava na formação da teoria da programação, cuja aplicação prática só poderia ocorrer em um contexto de condução consciente da produção, onde, dado o nível de desenvolvimento das forças produtivas, os meios técnicos poderiam ser manejados adequadamente para atingir determinados fins. A idéia central é que, conforme o sistema capitalista passava de sua era competitiva para um estado de oligopólio, onde poucos grupos de grandes capitais dominavam todo mercado, os métodos quantitativos desenvolvidos para dar conta do dia-a-dia dos negócios refletiam crescentemente o planejamento econômico das unidades capitalistas em nível nacional.⁹

⁹ O planejamento a que se refere aqui é aquele planejamento estratégico do capital individual. A centralidade da idéia é a de que este tipo particular de coordenação começa a transbordar as fronteiras do privado, com o que a possibilidade de coordenação econômica sai do ambiente restrito da firma e se estabelece em seu conjunto, na economia nacional.

Disso resulta que o ponto inicial para revelar o fenômeno de planejamento econômico como ponto de encontro de sistemas ideológicos opostos, de acordo com o presente estudo, é a história da econometria dividida por Lange em três partes: i) os estudos iniciais sobre as flutuações da conjuntura capitalista, ii) a análise de mercado e da lei do valor e iii) a teoria da programação. Essas três partes correspondem a um desenvolvimento histórico que parte da economia clássica e de estudos primitivos sobre a flutuação e ciclos, passa pela análise de mercado formando métodos para estimar as curvas de oferta e demanda e, a partir da Segunda Guerra nos EUA, culmina no estudo sobre a programação e o planejamento, que é a solução derradeira para o problema inicial da flutuação e instabilidade.¹⁰ A organização dos trabalhos dentro desta trajetória, tanto teóricos quanto aplicados, irá responder as questões explicitadas nesta introdução.¹¹

Um passo nessa direção, e que contará com a contribuição deste trabalho, é analisar especificamente o caso brasileiro a partir desta perspectiva global da experiência de planejamento. Com isso, a meta deste trabalho pode ser dividida em duas partes:

- primeiro, recuperar as circunstâncias internacionais que fundamentam a lógica do planejamento para industrialização no Brasil para sustentar que o caso brasileiro de constituição de forças produtivas especificamente capitalistas pela ação do Estado desenvolvimentista é um dos reflexos concretos da contradição fundamental da economia política do século XX

¹⁰ Isso não quer dizer que a teoria programação foi usada com o propósito de eliminar a instabilidade. Destaca-se aqui apenas que ela permite teoricamente essa proeza, visto que em nossa interpretação, ela possibilita a organização econômica planejada entrar no lugar da descoordenação característica do mercado.

¹¹ A empreitada dessa organização constitui, assim, o projeto de pesquisa amplo em que se insere o presente trabalho. Com isso, o texto que aqui se apresenta está encadeado com um estudo mais abrangente que busca compreender as principais questões tratadas nesta introdução, em específico, sobre o problema do controle da lei do valor e sobre a historicidade da mesma nos termos de Oskar Lange. Por outro lado, o trabalho é uma unidade completa cujas conclusões podem ser usadas de forma independente em outras pesquisas que têm objetos de estudos distintos a esta. O enfoque no caso brasileiro, efetuado aqui, pode ser lido como uma interpretação específica do processo de industrialização conduzido pelo Estado, que está subordinada àquele problema do comando social sobre a ação da lei do valor e sua relação com o cálculo econômico em uma sociedade pós-capitalista. Essa explicação parece ser necessária para esclarecer que os problemas aqui abordados estão subordinados a uma controvérsia mais abstrata, que foi organizada inicialmente a partir do problema do cálculo econômico na ausência do mercado e que tem sido abordado de forma restrita ao campo de história do pensamento econômico. Neste sentido, as questões abertas ao longo do trabalho e que permanecem sem resposta constituem tópicos a serem desenvolvidos posteriormente dentro de uma linha já esboçada de estudo, e, por isso, não devem atrapalhar nem confundir o leitor.

- segundo, indicar como o processo de preparação do Plano de Metas pode ser posto em conexão com os debates sobre a contradição entre plano e mercado assimilados mais abstratamente no problema sobre o cálculo econômico socialista.

Para atingir estes dois pontos, o trabalho contém, além desta introdução, três capítulos e uma conclusão.

O capítulo 1 inicia o encadeamento da contradição fundamental da economia política do século XX com o caso brasileiro ao apresentar a controvérsia entre o industrialista Roberto Simonsen e o economista Eugênio Gudin nos anos 1940 sobre o planejamento da economia no Brasil. O debate é colocado no contexto histórico do fim do *laissez-faire* e a conclusão é que a contradição entre mercado e plano é assimilada em diferentes níveis de análise por historiadores, sociólogos e economistas.¹²

Os casos mais fáceis de ser identificados são aquelas controvérsias acerca da liberalização e da intervenção expressas em pensadores influentes. Os precursores do embate no país foram Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, motivo pelo qual o trabalho inicia com o “debate pioneiro de 1944-1945”. Aqui, o Plano de Metas é o resultado que concilia a contradição, e por isso o trabalho termina onde o primeiro plano abrangente para industrialização nacional começa. A delimitação temporal de enfoque do trabalho vai, por essa razão, de 1930 até 1956, partindo do fim da Primeira República, passando pelas missões técnicas norte americanas e chegando até a execução do Plano de Metas.

O capítulo 2 apreende a origem da idéia de desenvolvimentismo no Brasil e por isso busca explicar os conflitos que surgem a partir da transição da República Velha para a era Vargas com a descrição do processo do fim do liberalismo clássico no Brasil. É feita uma apresentação da formação do capitalismo brasileiro que explica a formação da era em que o planejamento para industrialização aflora. A conclusão aqui é que o caráter da disputa entre plano e mercado exemplificado com Simonsen e Gudin é

¹² Sobre o conceito de “contradição fundamental da economia política do século XX” cabe ressaltar que apesar do texto tratar das ideologias liberal e coletivista em seus pólos extremos, reconhece-se que na prática nunca houve a realização de um ideal nem do outro. Por esse motivo, poderia ser mais adequado montar a oposição e conseqüente comparação como “planejamento centralizado” versus “economia de planejamento”. A distinção da contradição ideológica em relação à contradição histórica concreta ficará clara ao longo do texto, conforme o argumento central de que ambas vertentes remontam a um núcleo comum se delinear. O termo “contradição fundamental da economia política do século XX” se refere aos problemas gerados pelo fim do *laissez-faire* que colocaram em combate dois lados opostos cuja síntese foi a vitória da terceira via.

determinado pelo fato de que a revolução burguesa no Brasil deve, desde o início, contemplar as idéias dos novos tempos.

Uma das principais idéias é justamente a de planejamento econômico nacional, o que ajuda a diferenciar também a ascensão do capitalismo no território brasileiro do caso clássico de formação do Estado burguês. Como apontado, tal conceito pode remontar tanto ao movimento revolucionário de 1917 quanto à crise capitalista de 1929. A questão que emerge então é a seguinte: esta idéia de planejamento vem para o Brasil por força dos acontecimentos nos EUA ou existe alguma influência do Leste em relação aos projetos de industrialização que o Estado coloca em marcha?

Sobre este aspecto dos exemplos opostos de planejamento, é feita uma análise da obra *Memórias do Cárcere* de 1953. O livro de Graciliano Ramos ajuda a explicitar o conflito no centro, ou seja, as lutas da revolução seguinte que estão sendo transportadas para o Brasil e que contribuem para explicitar a alta periculosidade da revolução burguesa plena no país, que contém agora no século XX germes muito mais evidentes da revolução dos trabalhadores. A idéia é usar a obra para reforçar a tese, que pode ser sintetizada em poucas palavras da seguinte maneira: a ameaça do Comunismo faz parte do processo de formação do Estado capitalista brasileiro e as contradições deste movimento podem ser explicadas pelo fato de que, no momento de consolidação de instituições próprias da sociedade capitalista na periferia, o centro já está dentro de um processo de transição para a próxima etapa de organização social.

As controvérsias em torno dos projetos de desenvolvimento nacional devem ser entendidas como resultado deste conflito político e ideológico relacionado com a formação da União Soviética e com o espalhamento do programa socialista. Ao situarmos adequadamente o contexto das idéias em disputa, será possível relacionar com precisão em que medida e como o formato do planejamento econômico no Brasil foi determinado por forças estrangeiras e de que forma será possível levar o experimento brasileiro para o campo teórico do problema, qual seja, o da questão sobre como o cálculo econômico é feito em uma sociedade em que os meios de produção não são propriedade privada.

O capítulo 3 busca finalmente resolver a questão sobre a influência dos blocos capitalista e socialista sobre o formato do planejamento econômico para industrialização e planejamento no Brasil ao identificar o momento de entrada da técnica de programação econômica no país. É argumentado que tal técnica permite colocar em prática a idéia de planejamento gestada na noção da ideologia desenvolvimentista e que

ela abriga o vínculo com o debate sobre o cálculo econômico socialista por intermédio da programação.

Assim, são recuperados alguns momentos-chave antecedentes ao Plano de Metas com o propósito de revelar a origem teórica e histórica do manual de programação da CEPAL e de ilustrar como o mapeamento dos pontos de estrangulamento foi feito na economia brasileira. Este capítulo testa e nega a hipótese de que o manual é montado a partir do desenvolvimento do debate sobre o cálculo econômico. Com isso, fica estabelecido que os mecanismos de planejamento das primeiras experiências brasileiras de controle econômico nacional tiveram sua origem em aspectos práticos que se disseminavam tanto dos Estados Unidos quanto da Europa Ocidental, e que a relação da teoria da programação com o problema do cálculo é um campo ainda a ser tratado.

Em seguida, a segunda rodada da controvérsia, protagonizada desta vez por Celso Furtado e Octávio Bulhões, é apresentada com o argumento de que agora, a relação com o problema teórico do cálculo se torna mais evidente, ainda que a conexão do Plano de Metas com ele não possa ser feita. A conclusão é a de que os vínculos do debate sobre o problema do cálculo econômico socialista com a experiência brasileira de planejamento devem se apoiar mais em conexões diretas entre as pesquisas de história econômica do período com a teoria econômica pura.

Após um breve desenvolvimento neste sentido, a partir de uma categorização inicial da lei do valor e sua relação com o controle econômico social, uma conclusão avalia o cumprimento das duas metas propostas e faz o balanço geral deste trabalho, enfatizando que Celso Furtado, no caso brasileiro, é o autor cujo pensamento econômico tem o maior potencial de efetuar essas conexões, embora existam alguns empecilhos que devam ser levados em conta.

É importante destacar que, embora possa ser útil para o campo da história econômica no Brasil, este trabalho não tem a pretensão de fazer uma “história do planejamento econômico no Brasil”. Assim, episódios pontuais de tentativas de elaboração de planos que não saíram do papel, assim como as experiências pós-Plano de Metas não são contemplados aqui. No mesmo sentido, não é objetivo do presente trabalho descrever o histórico das políticas econômicas adotadas pelos governos do período. Esta advertência parece ser necessária, também no sentido de enfatizar que a pretensão científica é levar a análise histórica, geralmente coberta pelas pesquisas de desenvolvimento econômico, a uma área teórica, tratada primordialmente por historiadores do pensamento e por grupos de pesquisa em economia política.

Capítulo 1 - A controvérsia sobre o Planejamento no Brasil

1.1 O fim do *laissez-faire* no Brasil

A transição da Era dos Impérios, que cobriu o período de 1875 até 1914, para a era dos extremos, que corresponde ao intervalo entre 1914 e 1991 marca uma mudança estrutural no funcionamento da economia mundial (Hobsbawm ([1987] 2008) e Hobsbawm (1994)). O quadro competitivo que caracterizava o capitalismo deu lugar a um sistema protagonizado por capitais monopolistas, e o Estado passou a ter funções cada vez mais visíveis no funcionamento do mercado. Uma das características dessa transição é o declínio do *laissez-faire*, enquanto pensamento econômico hegemônico e o surgimento de uma nova concepção diretora da economia nacional: a idéia de planejamento. Durante a primeira metade do século XX, especialmente a partir de 1929, tal concepção se alastra pelo globo assumindo uma forma específica para cada país de acordo com Judt (2005). Com isso, surgem conflitos pontuais entre aqueles que se prendem ao liberalismo clássico e os entusiastas da idéia de condução coordenada e consciente da produção nacional. Ao mesmo tempo, a filosofia liberal passa a buscar maneiras de se adaptar à nova ordem a partir do fim da Primeira Guerra Mundial.

Tal movimento de troca dos ideais liberais pelos de planejamento é o reflexo superestrutural da passagem do período do Liberalismo Clássico para o do capitalismo dirigido e de início de industrialização nos países periféricos. Essa transformação criou uma contradição singular que pode ser resumida como a oposição entre mercado e plano. A relação entre estes dois lados assume diversas formas e pode, portanto, ser expressa de diferentes maneiras, como por exemplo, “liberalismo versus direcionismo”, “não-intervenção versus intervencionismo”, “livre mercado versus planejamento”, e assim por diante.¹³ Tal tensão se apresenta de modo muito amplo nos meios de comunicação que dão conta dos aspectos da economia e ele pode funcionar como núcleo de toda discussão sobre economia política, compreendida aqui como propostas

¹³ Não se trata aqui da oposição entre liberalismo e protecionismo característica do fim da era mercantilista. A ação estatal que caracteriza o planejamento em questão não é aquela de proteção a setores específicos devido aos interesses econômicos de grupos seletos de capitalistas, como, por exemplo, no Brasil do café. A intervenção a que se refere como um dos lados da contradição fundamental da economia política do século XX está estreitamente relacionada com a noção de planejamento econômico nacional para cumprimento de metas estabelecidas politicamente, algo que não havia anteriormente. A disputa entre liberais e protecionistas sempre foi o quadro de embate político dentro da classe capitalista: cada setor adota a posição liberal ou de intervenção conforme as circunstâncias mutantes do mercado. Em diversos casos, a defesa da ação do Estado no século XX ainda continua restrita à lógica de construção de privilégio comercial. Devemos ter claro que não nos referimos a esse tipo de atividade quando falamos de planejamento, embora tal atividade possa se tornar planejamento conforme os trabalhadores utilizem a seu favor o conflito entre capitalistas protecionistas e liberais. Sobre isso ver adiante, pp. 31.

de políticas econômicas, que se deu no século XX. Mantega (1984) atribui tal antagonismo ao início de um novo “filão teórico” dentro da economia política burguesa, a partir da crise de 1929. Esse novo ramo, cujo maior expoente foi Keynes, tem como objetivo propor, justificar e legitimar intervenções do Estado que prolonguem e garantam a existência do sistema capitalista.

Mas não só ideologicamente se podia constatar o deslocamento dos eixos. Depois da depressão e da Segunda Guerra Mundial, a alteração sofrida pelo sistema econômico era de tal escala, que este chegou a ficar “irreconhecível”, levando Hobsbawm (1994) a descrevê-lo como “uma espécie de casamento entre liberalismo econômico e democracia social (ou, em termos americanos, política do New Deal rooseveltiano), com substanciais empréstimos da URSS, que fora pioneira na idéia do planejamento econômico” (Hobsbawm (1994), p. 265).

O argumento central deste capítulo é de que essa transformação, essa mudança no campo das idéias econômicas e no funcionamento do capitalismo como um todo, se expressou no âmbito da política no Brasil naquilo que Bielschowsky ([1988] 2000) denominou “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”. Um dos episódios mais marcantes desse momento foi a controvérsia entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin nos anos 1940. Em concordância com Doellinger ([1977] 2010), afirma-se que apesar deste debate ter se tornado apenas um momento pontual do pensamento econômico brasileiro, ele tinha raízes em acontecimentos profundos, que abrangiam todo globo e que vinham se desenvolvendo há muitos anos.

A diferença entre o surgimento da idéia de planejamento no centro e na periferia é que, enquanto nas regiões capitalisticamente desenvolvidas existe uma pressão de base para a mudança da política econômica nessa direção, como apontado por Judt (2005), o grupo social que leva a frente esta mudança nas economias ainda não industrializadas é a burguesia industrial “desenvolvimentista”. A ascensão do planejamento econômico no Brasil é apoiada por forças sociais distintas daquelas que sustentam o mesmo fenômeno na Europa. Se o conflito lá é entre capitalistas industriais consolidados e os trabalhadores assalariados da grande indústria, no Brasil, por exemplo, o conflito gira entre frações da classe dominante e apenas indiretamente envolve a base, visto que a classe trabalhadora não está completamente formada como assalariada sob a maquinaria. Como se verá adiante é este diferencial do patamar de luta de classes entre centro e periferia que faz com que a formação tardia do capitalismo seja complicada.

Visto que este ponto está no âmago da origem da idéia de planejamento econômico no país, para revelar como os planos econômicos de industrialização no Brasil surgem, além de considerar os grupos de interesse por detrás de Simonsen e Gudin, sugerimos analisar a controvérsia a partir dessa perspectiva histórica mais ampla, assim como ter sempre em mente o patamar diferenciado da luta de classes no centro e na periferia. Este capítulo busca focar o debate entre Simonsen e Gudin justamente neste ponto tendo dois objetivos: primeiro, mostrar que a controvérsia não se fundamenta sobre divergências relacionadas à teoria econômica em si, mas sim em proposições ideológicas opostas; e, segundo, discutir a origem destas proposições antagônicas.

Dessa maneira, será possível argumentar que a controvérsia sobre o planejamento na economia brasileira, no contexto de sua industrialização, está ligada ao conflito fundamental do século XX que emerge da transição da economia mundial de um estado sem controle no âmbito nacional, para um modo de produção seguinte, que ao que tudo indica, deve ser coordenado tanto em nível nacional quanto internacional. Nosso intuito é, portanto, ligar as discussões do âmbito econômico, no País da época do Estado desenvolvimentista, com a contradição fundamental da Economia Política no século XX.

A origem da idéia de um Estado de funções ampliadas no Brasil enquanto projeto nacional de coordenação da atividade produtiva parece de fato remontar aos anos 1940. Ainda que medidas de tipo intervencionistas já fossem adotadas pelo Estado brasileiro até mesmo antes de 1930, a técnica de planejamento, entendida como aplicação dos princípios básicos de programação e ferramenta de condução econômica, começou a ser usada sistematicamente no Brasil somente a partir da Segunda Guerra Mundial. Como foi que a noção de planejamento econômico e de Estado ativo emergiu no país?

Na virada do século XIX para o XX, durante a República Velha, a tendência geral de aumento da atividade estatal sobre o funcionamento do mercado se faz notar no País, por exemplo, nas constituições nacionais. A doutrina liberal, em seu molde clássico, era bastante presente nas constituições brasileiras de 1891 e 1926, ainda que nesta última já se notem algumas mudanças que indicariam mudanças substanciais. Ianni ([1971] 1986) cita, a fim de ilustração, que na Carta Magna de 1891 estabelecia-se que as minas pertenciam aos proprietários do solo, enquanto que a constituição de 1926 já introduzia uma restrição ao indicar que tais terras e minérios necessários à segurança

nacional não poderiam ser transferidas a estrangeiros. Nota-se, assim, um avanço da idéia de Nação que culminará, após um processo de intensificação destas transformações e das tensões que elas geravam durante a Era Vargas, na formação do Estado Novo. Esta consolidação de preceitos de formação da Nação pode representar o primeiro estágio da preparação do Estado brasileiro para a prática do planejamento econômico.

Assim, os princípios nacionalistas e intervencionistas que vinham se tornando cada vez mais explícitos, começam a aparecer crescentemente do modo de operação do Estado brasileiro. Segundo Ianni ([1971] 1986), “o Estado estava sendo preparado para assumir funções econômicas mais complexas e ativas”, como se pode depreender das novidades do texto constitucional de 1937. Além de estabelecer diretrizes que concentravam os poderes executivo e legislativo nas mãos do presidente Getúlio Vargas, a constituição¹⁴ que deu início à ditadura do Estado Novo em 1937 criou também o *Conselho da Economia Nacional*. Este órgão tinha a finalidade de colher dados, realizar estudos e produzir pareceres com recomendações para as políticas dos mais variados ramos, da agrícola e industrial até a educacional. Segundo o artigo na Carta referente às atribuições do Conselho, um dos objetivos de tal órgão era contribuir para “incrementar, coordenar e aperfeiçoar a produção nacional”.

Dado essa tendência da história nacional, surge a Segunda Guerra Mundial como fenômeno histórico exógeno sobre o Estado brasileiro. Ou seja, mesmo que o início do planejamento econômico esteja sendo datado com o período de 1939 a 1945, o movimento em direção às práticas de coordenação da produção já era presente antes do início deste conflito. O início da Segunda Guerra Mundial desencadeia diversas crises, que tomam a forma de problemas no Brasil, como o encolhimento das possibilidades econômicas a partir da exportação de produtos primários e a dificuldade de obter insumos industriais importados. Ademais, a “economia de guerra” chega ao Brasil na forma da constituição de um “superministério”, como Ianni ([1971] 1986) qualifica a *Coordenação da Mobilização Econômica*. Este outro órgão, criado em 1942, funcionava como instrumento de coordenação que adequava a economia do Brasil ao contexto da Segunda Guerra. Um dos setores deste órgão foi o *Setor de Produção Industrial* (SPI), que tinha a função explícita de organizar esforços para planejar a industrialização do país. Assim, nota-se que a direção da produção e expansão da

¹⁴ Essa constituição foi chamada “Polaca”, em referência à influência da Constituição autoritária da República da Polônia entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial.

grande indústria no Brasil estavam subordinadas à lógica de colaborar com o “esforço de guerra dos países aliados”, como se depreende do próprio documento oficial que regulamenta o SPI (Ianni ([1971] 1986)). Oliveira (2010) reporta que a *Coordenação da Mobilização Econômica* trabalhou em conjunto com a Missão Cooke, o que indica que havia uma influência direta dos Estados Unidos sobre o Brasil quanto à implantação da coordenação como forma de moldar a economia do país aliado à lógica da Segunda Guerra Mundial.

É pertinente ressaltar que Ianni ([1971] 1986) reconhece e descreve a partir dos registros e documentos, que a planificação é incorporada pouco a pouco à política econômica governamental, ou seja, que existe uma mudança, uma criação de “novas condições para a formação e o desenvolvimento de uma espécie de tecnoestrutura estatal no Brasil.” No entanto, não explica de onde surgiu esse movimento que precede o início do planejamento econômico durante a Segunda Guerra Mundial. Em particular, não relaciona a coordenação econômica nos EUA como influenciadora do planejamento no Brasil. Sabe-se apenas, a partir de sua análise, que a transformação tem a ver com a virada de 1930.

Esses eventos delimitadores correspondem à periodização que Draibe (1985) faz da constituição de forças especificamente capitalistas no Brasil. A primeira fase da revolução burguesa brasileira, que não pode ser vista como a de tipo clássica, segundo a autora se apoiando na análise de Florestan Fernandes, corresponde ao período entre 1933 e 1955. Neste momento, ocorre a chamada industrialização restringida (Cardoso de Mello (1982)) e uma transição para a lógica de acumulação de capital a partir do movimento endógeno ao próprio país. Apesar de a ação do Estado ser extremada somente na segunda fase, a de industrialização pesada entre 1956 e 1961, o direcionamento estatal da economia brasileira já era presente no primeiro período. Por essa razão, chega-se rapidamente ao consenso de que no processo de industrialização da economia brasileira o Estado é dirigente.

Contudo, antes dessa concordância geral, é preciso investigar como que um ambiente que antes era fundamentalmente amparado no liberalismo de contorno clássico passa a ser um onde a idéia justamente contrária, a de direcionamento estatal da economia como um todo, começa a dominar. Em outras palavras, é necessário compreender quais são os condicionantes que permitiram o nascimento e posterior desenvolvimento da ideologia desenvolvimentista no Brasil em oposição ao pensamento

liberal clássico que correspondia à raiz colonial e a um papel muito bem determinado da economia brasileira no sistema mundial.

A concentração da análise exige, portanto, ser na primeira fase de formação do capitalismo no Brasil, mais especificamente nas origens históricas deste intervalo que vai de 1933 a 1955. São as transformações criadoras desta fase que vão possibilitar o início do debate sobre planejamento e industrialização no país e são elas que explicam as raízes da controvérsia entre Simonsen e Gudin. Conseqüentemente, a racionalidade e correspondentes conflitos em torno de todos os planos industrializantes brasileiros, do Plano de Metas ao II PND, só pode ser revelada a partir deste ponto originário da idéia de planejamento. Este é o núcleo histórico em comum de todos os projetos de industrialização elaborados no Brasil. Por isso, a origem da idéia de planejamento no Brasil tem que ser ligada àquela transição geral do capitalismo do século XIX para um sistema econômico diferente a partir de 1914. É sob esta diretriz que o debate entre Simonsen e Gudin deve ser estudado para que os objetivos aqui propostos sejam atingidos.¹⁵

Em conjunto com o debate sobre a intervenção estatal na economia brasileira, antes restrita ao âmbito de protecionismo sem objetivos para a Nação, ou seja, restritas aos benefícios de setores particulares, começou-se a fazer sua conexão com a idéia de industrialização. No início da década de 1940, a noção de que a industrialização no país deveria ter a participação ativa do Estado já era difundida. As discussões do I Congresso Brasileiro de Economia, realizado no Rio de Janeiro em 1943, já deixavam isso claro, como a análise de Rodrigues (2011) sobre o encontro ilustra. Além de Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, diversas personalidades das entidades associativas da atividade comercial, assim como o presidente Getúlio Vargas, participaram do congresso. Em resumo, chegou-se a conclusão de que era preciso intensificar a já iniciada industrialização no Brasil, mediante uma política específica para tal. Mas como deveria ser essa política afinal? Esse é o momento então em que as posições distintas de

¹⁵ Essa proposta de corte temporal coincide com aquele período que Bielschowsky ([1988] 2000) chamou de “origem do desenvolvimentismo” e que não fora analisado por ele com a mesma profundidade que os momentos de prevalência do projeto desenvolvimentista, entre 1945 e 1964 (Bielschowsky ([1988] 2000), p. 248). Este trabalho contribui, assim, para o preenchimento dessa lacuna. Ele pode se inserir também na proposta de mapeamento da história do pensamento econômico brasileiro proposto por Malta, M., Branco, R., Rocha, M., Borja, B. Bielschowsky, P. (2010), com o detalhe de focar não no período pós-1964, mas naquele entre 1930 e 1945 e utilizar diretamente o método de Marx (1863). Essa análise não será feita aqui em pormenor, pois exige um estudo maior da história do pensamento econômico do momento.

Simonsen e Gudin começam a ser reveladas.¹⁶ Para que a racionalidade do debate fique bem clara, é importante indicar primeiro quais eram os alicerces dessas posições.

Resumidamente, o surto de industrialização possibilitado pela crise de 1929 fez surgirem novas lideranças no país, que podemos denominar burguesia industrial. São aquelas relacionadas às atividades econômicas que até então tinham pouca expressividade nacional devido ao predomínio absoluto do setor primário. Os representantes desse grupo querem proteção para suas indústrias e são expressamente a favor do nacionalismo econômico, ou seja, da idéia de que o Estado brasileiro deveria agir de forma a garantir o desenvolvimento da indústria interna. Do outro lado, a antiga elite dirigente, os comerciantes e industriais ligados estreitamente ao comércio exportador, se posicionam do lado liberal em seu molde mais clássico.¹⁷ De acordo com a análise da história do pensamento econômico empreendida por Mantega (1984), pode-se olhar para Roberto Simonsen como divulgador das idéias dessas novas lideranças, ou seja, dos “desenvolvimentistas industrialistas” enquanto Eugênio Gudin é o representante do segundo grupo, o dos “liberais agraristas”. Por isso, além de considerar a controvérsia do planejamento da economia brasileira como parte de um processo histórico mundial mais abrangente, é necessário identificar constantemente a posição dos debatedores com essas correntes de interesses políticos.

O debate entre Simonsen e Gudin ficou documentado em quatro textos que foram primeiramente organizados e apresentados juntamente no livro *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*, publicado pelo Ipea/Inpes em 1977. O documento que dá início ao debate é o parecer de Roberto Simonsen chamado *A planificação da economia brasileira* e direcionado ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) em agosto de 1944. Este documento é então enviado a outro órgão relacionado com o tema de planejamento da economia, a Comissão de Planejamento Econômico (CPE). A CPE era subordinada ao Conselho de Segurança Nacional, sendo que Gudin, que fazia parte da comissão, ficou com a tarefa de fazer uma análise do relatório de Simonsen. O relatório redigido por Gudin é chamado *Rumos*

¹⁶ Segundo Rodrigues (2011), “os defensores de uma maior intervenção do governo na economia, de uma política industrialista coerente e protecionista, liderados por Roberto Simonsen, foram os vitoriosos nas aprovações das teses finais do Congresso, muito embora, os defensores de uma política liberal marcassem presença, liderados por Eugênio Gudin” (Rodrigues (2011), p. 20). Apesar do resultado do I Congresso marcar o consenso sobre a meta desenvolvimento e industrialização, as controvérsias sobre como proceder eram bastante nítidas.

¹⁷ Para um detalhamento da composição das classes dominantes na República Velha e constituição da burguesia industrial como fração autônoma de classe e futura desafiadora das classes tradicionais, ver Perissinotto (1994).

de política econômica e constitui o segundo texto do debate. O terceiro documento é a resposta de Simonsen na forma de um livro intitulado *O planejamento da economia brasileira* e que foi publicado em São Paulo em junho de 1945. A réplica de Gudin, a *Carta à Comissão de Planejamento* de agosto de 1945 fecha essa que é a primeira rodada da controvérsia sobre o planejamento econômico no Brasil, ou o debate pioneiro de 1944-1945.¹⁸

1.2 A proposta de planificação da economia brasileira de Roberto Simonsen

O Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) era um órgão subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio fundado em 1944. O respectivo ministro, Alexandre Marcondes Machado Filho, havia determinado que se examinassem as bases de uma política industrial e comercial para o Brasil. Queria-se saber, “se a nossa evolução econômica estabeleceu os princípios fundamentais que devem orientar o desenvolvimento industrial e comercial do Brasil” (Simonsen ([1945] 2010). Roberto Simonsen como o relator do Conselho, solicitou então dados sobre a renda nacional ao Serviço de Estatística da Previdência do Ministério, e apresentou suas estimativas para os componentes do produto nacional.

Além de publicar estes dados macroeconômicos, como informações sobre o produto interno bruto, Simonsen analisou a evolução do Brasil e apresentou sugestões que seriam condizentes com o fortalecimento da economia nacional com base nestes dados estatísticos de que dispunha. As estimativas sobre a renda nacional da época, por exemplo, indicavam que a renda per capita no Brasil seria 25 vezes menor do que aquela verificada nos Estados Unidos. Em reação a tal informação, Simonsen enfatiza que tal superioridade das nações industriais seria a garantia da posição de domínio mundial no campo da economia e políticas internacionais. Fica evidente aqui, portanto, que a disputa entre os Estados tem uma determinação considerável sobre a avaliação que foi incumbida a ser feita. A idéia de construção e fortalecimento do Brasil como unidade econômica e política parece ser a linha condutora das atividades governamentais que permeiam o debate sobre o planejamento econômico.

Sobre as bases que sustentam o argumento de Simonsen, Velloso (2010) destaca que o relatório da Missão Cooke teve relevante influência na análise da situação

¹⁸ Uma segunda rodada do debate, envolvendo Celso Furtado e Octávio Bulhões, ocorrerá quase uma década mais tarde e será tratada no capítulo 3. Para uma análise mais específica do debate entre intervencionistas e liberais do ponto de vista do protecionismo com foco em Simonsen e Gudin, ver Rodrigues (2005).

econômica do Brasil. Para Doellinger ([1977] 2010), além deste ponto, o sucesso dos Planos Quinquenais Soviéticos em relação ao desenvolvimento das forças produtivas contribuiu para enraizar a idéia de planejamento econômico no país. Em seu relatório, vemos claramente que Simonsen se apóia nestas duas bases para propor a planificação da economia brasileira, dando ênfase ao aspecto prático de uso do plano pelos diferentes países.

Sobre a condução da idéia de planejamento ao Brasil via EUA, Simonsen ([1945] 2010) concorda com o relatório da missão Cooke de que o Brasil teria grande potencial de se tornar uma nação industrial, devido à extensão territorial, às riquezas naturais e às aptidões da população para os trabalhos manuais e intelectuais. Contudo, segundo Oliveira (2010), as informações supostamente levantadas pela missão já estavam praticamente reunidas devido aos esforços empreendidos por Vargas durante a consolidação do Estado Novo. Isto porque o período de permanência da equipe da referida missão no Rio de Janeiro, de 23 de Setembro a três de Dezembro de 1942, seria insuficiente para coletar as informações que balizaram as sugestões do relatório para o presidente Roosevelt. Assim, é necessário ter em foco a verdadeira razão histórica da missão técnica americana no Brasil chefiada por Morris Llewellyn Cooke.

Oliveira (2010) recorre a Moura (1991) e Bandeira (1978) para argumentar que Vargas explorou as contradições entre as potências econômicas EUA e Alemanha para forçar o financiamento estadunidense da indústria siderúrgica nacional. Dessa maneira, nota-se que o conflito entre os Estados, já antes do término da Segunda Guerra Mundial, contribuía para o aparecimento do esforço industrializante no Brasil. Malan ([1980] 1997) explica que o termo Guerra Fria ainda não existia e que tanto Roosevelt quanto Truman, até 1946, contavam com a colaboração da União Soviética para a estruturação dos novos organismos internacionais (como as Nações Unidas, originada a partir das conversações diplomáticas entre EUA, Inglaterra e URSS iniciadas em 1941 e o Fundo Monetário Internacional e atual Banco Mundial, nascidos nos acordos de Bretton Woods em 1944).

Especificamente, como explica Hobsbawm (1994), tratava-se de uma situação histórica excepcional entre a década de 1930 e 1945, marcada pela “causa em comum” de EUA e URSS contra a Alemanha de Hitler.¹⁹ Neste caso, esse cenário ajudava a

¹⁹ A noção de que a política internacional do século XX é uma disputa entre ideologias, ao invés de entre Estados-nação, remete à divisão da batalha entre capitalismo e comunismo. Mas, como Hobsbawm (1994) salienta, a disputa era uma briga generalizada entre diversas ramificações ideológicas. Isso causa o

gerar o esforço expresso na implantação da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) entre 1942 e 1946 como contrapartida do Brasil em contribuir para consolidar a hegemonia americana sobre a América Latina.²⁰ Assim, a missão Cooke tinha um propósito muito específico: ela pretendia direcionar o Brasil para o esforço de guerra ao submeter o país à hegemonia americana. Vargas teria aproveitado para trocar tal subordinação pela constituição da indústria siderúrgica nacional, que tinha como primeiro passo justamente a realização da CSN. A organização dos dados sobre a economia brasileira e a proposta de coordenação do grupo técnico americano eram assim condizentes com a formatação da economia brasileira aos objetivos militares norte americanos. Esse conteúdo político da missão já era reconhecido em 1977, como Doellinger ([1977] 2010) deixa claro ao ressaltar que a construção da indústria de base e infraestrutura contribuiriam para o país fornecer insumos necessários caso a guerra continuasse indefinidamente.

De toda maneira, ainda que Simonsen não destaque esse viés político da missão Cooke, é notório que existe uma relação entre a idéia de planejamento e o contexto da Segunda Guerra Mundial em que os EUA buscam formar um bloco hegemônico. Por isso, o primeiro elemento histórico que traz a idéia de planejamento ao Brasil é a agremiação do país aos Aliados.²¹

O segundo ponto que serve como referência para a sugestão de planificação de Simonsen é a conjuntura internacional onde já se faz o uso da técnica. Simonsen cita o exemplo da Rússia e da Turquia, que progrediram materialmente graças à aplicação do planejamento econômico, e menciona de novo os países ocidentais envolvidos no programa de guerra total, como Estados Unidos e Inglaterra. Para Simonsen, o Brasil já teria os elementos essenciais para a elaboração deste tipo de programa. Portanto, a segunda via de absorção da idéia de planejamento que ronda o mundo chega ao Brasil por meio dos exemplos de utilização da técnica em casos concretos dos dois hemisférios.

que pode ser chamado de “bagunça ideológica”, ou “inversão da idéia em relação ao interesse de classe”, um fenômeno histórico que dificulta a visualização do movimento da luta de classes direta. Roberto Campos (1994) usou a expressão “batalha dos ismos” para se referir a essa briga confusa que se reproduzia no Brasil durante os debates sobre os projetos de desenvolvimento. Este emaranhado deve ser estudado com cautela por sucessivas mediações que permitam distinguir os embates ideológicos da luta de classes pura entre capital e trabalho. Sobre o nível de abstração na análise da luta de classes a partir do campo de economia, ver Fine e Saad-Filho (2010), capítulo 14.

²⁰ A Companhia Vale do Rio Doce também foi fundada nessa época (1942). Ver Vianna e Villela (2005).

²¹ Para uma análise detalhada da diplomacia brasileira do período em relação com o desfecho da Segunda Guerra Mundial, ver Malan ([1980] 1997).

De forma resumida, este primeiro relatório de Simonsen enfatiza que o Brasil é bastante atrasado em termos de renda em relação aos países líderes e que a solução para tal problema seria a planificação da economia brasileira. Por isso, a meta estabelecida seria o fortalecimento e crescimento da economia, ou seja, o progresso nacional. Esse objetivo atenderia os anseios da população brasileira e estaria em acordo com a “grandeza do Brasil”. Apesar de ser colocada recorrentemente de modo vago, existia consenso entre os desenvolvimentistas de que tal meta seria concretamente alcançada via industrialização por meio da técnica de planejamento, que estava sendo colocada em prática tanto na área de influência dos EUA quanto na esfera de domínio da URSS. Para Simonsen ([1945] 2010), portanto, esse era o contexto em que se impunha “a planificação da economia brasileira (...)”.

1.3 A refuta ideológica de Eugênio Gudín

Depois de analisar o relatório de Simonsen, Gudín ([1945] 2010) estabelece que, em relação aos objetivos, não existe divergência. Ou seja, ele compartilha dos objetivos como elevação da renda nacional e progresso do país. Neste ponto, vemos que tanto os liberais quanto os defensores do Estado indutor compartilham de uma mesma meta, o avanço do Brasil em termos de desenvolvimento econômico. Mas, em relação aos meios a serem utilizados para alcançar esse fim, Gudín afirma categoricamente que não pode acompanhar a orientação de Simonsen.

Por qual motivo Eugênio Gudín rejeita a idéia proposta de planificação colocada por Simonsen? A análise posterior da proposta apontou que os dados sobre renda nacional apresentados não refletiam adequadamente a realidade. Em outras palavras, as informações estatísticas utilizadas por Simonsen não forneciam material apropriado que possibilitasse visualizar a situação econômica do país precisamente: eram informações empíricas pobres. De fato, naquela época, os dados econômicos não eram sistematicamente coletados e organizados, pois não existiam instituições próprias que realizavam estas tarefas. Contudo, ainda que Gudín tenha sido o primeiro a apontar para os limites de tais cálculos, este não era o principal motivo para sua refuta da idéia de planificação. Sobre a estimativa de Simonsen sobre as variáveis econômicas,

O fato de estarem seus cálculos, bem como a sua noção de “renda nacional” inteiramente fora da realidade (...), se bem que merecedor de reparos, não tem maior importância para o problema geral em apreço. (Gudín, E. ([1945] 2010)).

Qual seria então esse tópico mais relevante para o qual Gudín quer chamar atenção e sobre o qual pretende construir sua oposição ao grupo de “desenvolvimentistas industrialistas” do qual Simonsen é locutor? Gudín avalia que o conceito de “plano” de Simonsen seria uma espécie de solução “mágica”, em que todos os problemas econômicos seriam resolvidos. Assim, Simonsen seria adepto daquela corrente que vê no plano a solução para tudo, como se tal grupo de pessoas fizesse adoração a uma coisa capaz de realizar seus objetivos de forma divina. Por isso, Gudín argumenta que se trata daquilo que ele chama de “mística de planificação”.

É justamente neste momento que ele faz a associação da idéia de planejamento com a ideologia coletivista. Até então, ninguém tinha ressaltado nenhum aspecto de conflito ideológico impregnado no tema sobre a técnica do planejar. Fica ainda mais claro que a associação é feita quando Gudín remete aos projetos do New Deal nos Estados Unidos, às “economias corporativistas da Itália e de Portugal” e aos planos quinquenais da Rússia, dando a entender que tais procedimentos estavam em primeiro lugar, condicionados a alguma idéia, a algum dogma cuja origem, como veremos, permanece obscura para Gudín, como um “espectro” ou “fantasma”.²² Sobre esse aspecto, de que o planejamento solucionaria os problemas econômicos existentes escreve Gudín: “não compartilho dessa fé”. Logo em seguida, explicita que acredita muito mais no estudo das deficiências dos setores da economia e na busca por medidas de correção, de tal modo que, a divergência com Simonsen seria até certo ponto “mais terminológica do que de fundo”.

A partir daí, pode-se inferir que a resposta de Gudín é basicamente uma reação ideológica à proposta do planejamento de Simonsen. Com isso, sabe-se que: primeiro, por trás da posição industrialista e desenvolvimentista existe um fator ideológico sobre o qual Simonsen está pouco consciente, e segundo, Gudín não se opõe ao planejamento enquanto técnica, mas sim a essa ideologia que subjaz a idéia de plano. Todo problema consiste em revelar a razão desse elemento político.

A análise de Borges (2000) já ressalta que a função prática que Gudín exerceu sobre o pensamento econômico brasileiro não estaria relacionada com algum construto teórico que tivesse erguido, mas sim ao aspecto político de defesa de interesses

²² Simonsen, diferentemente, remonta tal origem à evolução geral da civilização, com seu argumento de cunho histórico-humanista. Por isso, ele rastreia adequadamente a origem, mas, como não utiliza o materialismo histórico, não consegue reduzir tal à luta de classes e à ascensão do comunismo como poder. Para uma análise do debate que destaca a perspectiva histórica de Simonsen e sua influência sobre as interpretações estruturalistas no Brasil, como a de Celso Furtado, ver Curi e Cunha (2011).

específicos. No entanto, não basta se alarmar com o fato de que um pensador qualquer defende determinada ideologia específica a certa parte da sociedade, o que é e sempre foi evidente no caso de Gudin. A tarefa consiste muito mais em apontar como o ideal do pensador em questão entra em contradição devido às mudanças que ocorrem na realidade:

Do mesmo modo que não se julga o que um indivíduo é pelo que ele imagina de si próprio, tão-pouco se pode julgar uma tal época de revolucionamento a partir da sua consciência, mas se tem, isso sim, de explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, do conflito existente entre forças produtivas e relações de produção sociais. (Marx ([1859] 1982), *Prefácio para a Crítica da Economia Política*)

Neste caso, trata-se de apontar para como a idéia de planejamento avança no contexto imperativo de coordenação econômica e como forças capitalistas reacionárias (e conservadoras), aqui incorporadas pelos liberais, se esforçam para controlar esse avanço. É para essa direção que vai a resenha de Bielschowsky (2001) sobre o pensamento do “economista conservador brasileiro mais importante do período 1930-64”, que enfatiza as inovações criativas de Gudin para readaptar os postulados clássicos à realidade que o cerca. É a versão nacional das modificações do liberalismo clássico consolidadas por Keynes, o que explica porque liberais podem evocá-lo para defender suas posições.

Simonsen, por outro lado, representa forças capitalistas progressivas que adotam a técnica sem maiores temores e acabam se “contaminando” da ideologia coletivista nas vistas dos liberais mais radicais. Mas mesmo esta adoção do planejamento por frações progressivas da classe dominante não está totalmente desprotegida do espectro da coletivização. Para estes grupos, a técnica não teria necessariamente como objetivo primordial a produção para satisfação das necessidades da sociedade. Isso remete à questão sobre como o sistema capitalista adéqua a técnica para a manutenção das relações sociais de produção do capital, ou seja, como se permite fazer a coordenação da produção de mercadorias com a garantia de que as relações de propriedade privada sobre os meios de produção continuem existindo.²³ Curiosamente, aqui, também, os desenvolvimentistas não se enrubescem em se colocar sob as asas de Keynes.

²³ Este é o ponto de partida para discutir o planejamento sob o consenso keynesiano, principalmente nos países industrializados. É a linha de estudo sobre aquele novo ramo da economia política burguesa do qual Mantega (1984) fala.

Assim, o planejamento sob este paradigma específico se torna o ponto de contato entre Simonsen e Gudin. É isso que permitirá uma síntese da controvérsia que ficará evidente na apresentação do caráter político do Plano de Metas uma década mais tarde.

Mas de que maneira então se pode descobrir em que aspectos os debatedores divergem e em quais pontos concordam? Como lembra Miglioli (1994), “para entender a história de uma sociedade dividida em classes, em qualquer momento específico, é preciso observar não só as lutas e os antagonismos entre as classes dominantes e as classes dominadas, mas também os conflitos no interior dessas classes”. Marx e Engels, analisando as disputas políticas em torno das tarifas de importação na Inglaterra na primeira metade do século XIX, da mesma maneira explicitaram que os protecionistas expressavam os interesses dos *landlords*, enquanto os liberais personificavam as idéias adequadas aos burgueses da manufatura.²⁴ Mas a disputa entre Simonsen e Gudin é ideologicamente invertida no momento em que o Brasil periférico rumo para a industrialização: aqui, os liberais são os grupos exportadores de produtos primários e os protecionistas são proprietários de capital na indústria. Além disso, o momento de desenvolvimento do sistema capitalista é outro, o que confere outra particularidade ao embate.

São dois os níveis de análise necessários para compreender porque a ideologia coletivista se embrenha na posição de Simonsen: primeiro, a disputa imediata entre capitalistas industrialistas e capitalistas agrários e, segundo, o conflito geral entre capitalistas e trabalhadores. O primeiro nível de análise será feito em seguida, enquanto o segundo será realizado mais adiante.

No primeiro momento, Gudin e Simonsen estão de lados políticos opostos, pois defendem seus interesses mais imediatos quanto à obtenção do excedente em forma de lucro. A burguesia industrial, segundo Perissinotto (1994), constituiu uma parcela da classe dominante capaz de expressar seus interesses e de forjar uma ideologia própria, associada ao protecionismo, industrialismo e nacionalismo econômico. Simonsen, como membro desta corrente, tem o apoio indireto do proletariado brasileiro por meio do suporte populacional à empreitada de industrialização e desenvolvimento. Esse interesse

²⁴ Marx se posicionou a favor do livre comércio advogado pela Inglaterra no final dos anos 1840, pois via que este era um dos mecanismos de construção do mercado mundial e um passo importante para a formação de uma classe trabalhadora internacional. A posição dos comunistas em relação aos embates entre protecionistas e liberais deve estar sempre condicionada às especificidades do momento para que o interesse dos trabalhadores seja defendido. Por isso, a questão central não é se um lado ou outro é o correto, mas sim como usar este conflito dentro da classe dominante para angariar avanços. Sobre Marx e a questão do livre comércio, ver Marx (1848) e Gorashi (1995).

em comum entre a classe dominada e esta fração específica da classe dominante é condicionado pelas condições históricas específicas de formação do Brasil enquanto economia capitalista industrializada e é o que permite caracterizar a posição de Simonsen como “progressista” em oposição aos liberais agrários.

Para que tal afirmativa não cause eventuais confusões, é preciso fazer as mediações da seguinte maneira: à medida que a transformação do Brasil de um país agrário exportador para uma economia industrializada ocorre, as relações de produção especificamente capitalistas se consolidam na nação. Concomitantemente, há o desenvolvimento da classe trabalhadora enquanto trabalhadores assalariados aglutinados nas unidades produtivas típicas da grande indústria. Devido ao fato de esse segundo estado de coisas ser mais propício para a organização do proletariado e para a construção das condições objetivas que permitem a transição para o modo de transição seguinte, a base age politicamente na direção de promover a industrialização, mesmo que isso não fique evidente nos fatos políticos do momento. Como, tecnicamente, na época do capitalismo monopolista, a industrialização só pode ser feita por meio da ação estatal, os planos econômicos de industrialização do Brasil se tornam uma força social desafiadora do ideal liberal e da época pré-grande indústria na periferia. O apoio à corrente de Simonsen e a origem do desenvolvimentismo devem ser contemplados sob esse prisma.

Todo esforço de Gudin é, portanto, direcionado a desconstruir essa sustentação democrática da idéia de planejamento. A “mística” da qual fala, assim, nada mais é do que o movimento social amplo de apoio à constituição de instituições econômicas que possibilitem a coordenação da produção social. A associação do conceito de plano à ditadura e sua suposta oposição à democracia não são à toa as balizes do discurso liberal conservador, como no caso extremo da escola austríaca.

Tentando explicar de onde teria surgido a tal mística do plano, Gudin enfatiza que houve uma mudança na transição da época mercantilista para a do liberalismo clássico. Durante o mercantilismo, o Estado agiria permanentemente de modo a garantir a acumulação de riqueza, de tal modo que isso demandava uma “planificação detalhada da vida econômica do país”. Esse sistema estaria voltando a ser adotado após 1914. Já a doutrina do *laissez-faire* estaria baseada no princípio contrário, ou seja, na negação do plano. Então, é preciso enfatizar que a ação estatal dentro dos preceitos mercantilistas não é a mesma que a intervenção sobre a economia a que nos referimos como planejamento. Gudin retoma a disputa anterior, da qual os liberais clássicos da

Inglaterra saíram vitoriosos, para firmar sua posição, sem notar que a forma do intervencionismo agora é bastante distinta daquela que regravava a acumulação de metais preciosos. Ela vai além da simples criação de privilégios na esfera da circulação.

O domínio da doutrina liberal prevaleceu do século XVIII até o início do século XX. Nessa época o Estado, conforme defendido pelos pensadores liberais, deveria ficar encarregado apenas de estabelecer as regras gerais a serem obedecidas pelos participantes do mercado, que dentro deste quadro institucional legal podiam negociar livremente. Mas não se pode esquecer que o fim do predomínio das idéias mercantilistas atendia aos anseios particulares da crescente potência que se tornava o Reino Unido. Os pilares constituintes da nova ideologia dos economistas devem sempre ser pensados em associação com a conversão do antigo sistema colonial, quando as metrópoles detinham seus exclusivos de exploração, ao sistema que culminará na Revolução Industrial original em um único ponto. É interessante notar que, enquanto na Grã-Bretanha os defensores do livre comércio são os indivíduos ligados à nascente classe capitalista industrial, na periferia, os adeptos do liberalismo são as personificações do capital agrário. São conjuntos complementares do esquema que constrói Londres.²⁵

Sobre a caracterização do Estado liberal, ainda que o aumento da complexidade da economia demandasse do Estado uma série de leis como a regulamentação da tributação e das leis trabalhistas, este estava constantemente comprometido em não invadir a esfera na iniciativa privada. Esse momento do capitalismo entrou para a história das idéias como o período do liberalismo clássico e teria sido nesse intervalo, argumenta Gudin, que a humanidade teria atingido níveis de conforto material e liberdade que jamais tinham sido possíveis em qualquer outra forma de organização social. Por esta razão, ele acredita que a humanidade não pode deixar que os ideais e padrões daquela época sejam destruídos pelos novos critérios de organização social que parecem estar contidos nas propostas de planificação.

Portanto, o princípio da livre iniciativa é, segundo Gudin, superior ao mercantilismo e à nova forma de intervenção estatal do século XX. Obviamente, a relação do liberalismo clássico com o mercantilismo não é tratada por Gudin, caso contrário seria obrigado a reconhecer que o seu ideal é a contrapartida que procede do próprio movimento de acumulação promovido pelos Estados nacionais. Ou seja, não percebe que sua bela era liberal só foi possível devido a essa ação Estatal para

²⁵ Sobre esta etapa política e econômica cujo reflexo na superestrutura é o liberalismo, ver Hobsbawm ([1978] 2008), cap. 3.

consolidar o centro de acumulação primitiva durante o mercantilismo. É preciso ter sempre em mente que a doutrina mercantilista vai sendo substituída pela doutrina liberal em um processo de transição entre sistemas distintos de acumulação, conforme o líder Império Britânico, assentado crescentemente na indústria, ascende hegemonicamente com o desmonte do “sistema de balança comercial favorável”. O liberalismo é o lado ideológico da ascensão do Reino Unido enquanto metrópole-mor e “oficina do mundo” que se inicia com a dissolução do antigo sistema colonial e culmina na revolução industrial. O saudosismo de Gudin em relação ao período de hegemonia britânica, que é a base real refletida no domínio da ideologia do liberalismo clássico e resultado direto do desfecho da era mercantilista, é bastante similar àquele que Keynes revela nos artigos *The End of Laissez-Faire* e *Am I a Liberal?*²⁶

Por que afinal o período do liberalismo, terminou? A explicação de Gudin é que a Primeira Guerra Mundial “abalou os alicerces dessa estrutura” sobre a qual o *laissez-faire* se sustentava. A desordem criada pelo conflito teria desorganizado o sistema monetário, causando as revoluções na Rússia, Itália e Alemanha e deslocado o centro econômico e político mundial da Inglaterra para os Estados Unidos. Por isso ele conclui que “não cabe assim à economia liberal a responsabilidade desses desastres”, que seriam na verdade conseqüências da Grande Depressão. Esta, por sua vez, teria sido “resultado de um fenômeno político, a Guerra de 1914”. Além disso, com o deslocamento da liderança econômica e política da Inglaterra para os EUA, haveria um desequilíbrio geral devido ao fato dos americanos serem “inexperientes” na condução da economia mundial. Desse modo, para Gudin, o fim da época liberal é resultado em primeiro lugar, da Primeira Guerra Mundial e em segundo lugar, de uma série de erros que os EUA teriam cometido e inclusive reconhecido, devido à fase crítica em que assumiram a liderança internacional capitalista.

Comentando o New Deal, Gudin remete explicitamente ao conflito ideológico entre capitalismo e socialismo ao anunciar que “Stalin estava coberto de razão” quando disse que é necessário saber o que se quer: ou economia liberal e respeito ao capital, ou comunismo (ao qual ele se refere também como capitalismo de Estado). Uma mistura dos dois sistemas seria inviável. Este embate vivo entre modos de produção durante o

²⁶ As práticas intervencionistas do mercantilismo como favoráveis à ascensão da filosofia liberal são também apontadas por Rossetti (1987), p. 41. Esta contradição, no entanto, não é examinada por ele em detalhe. Tal estudo pode ser muito útil para a compreensão da dicotomia entre liberalismo e intervencionismo, porque deixa nítido que o liberalismo pleno não existiu na prática e o Estado sempre teve uma atuação sobre o mercado, de uma forma ou de outra.

período é expresso por Gudin, por exemplo, quando ele afirma que “os liberais procuram conservar e aperfeiçoar a ordem econômica que os coletivistas desejam destruir.” As duas filosofias opostas são descritas detalhadamente por ele em um trecho que vale a pena citar:

Para a filosofia liberal, o ideal é o mercado em livre concorrência e a mobilidade dos fatores de produção; é a produção regulada pelo sufrágio ininterrupto dos preços traduzindo a demanda efetiva de mercadorias e serviços. Para a filosofia coletivista, o ideal é um plano perfeito imposto por uma autoridade onipotente. Para a filosofia liberal, o sistema econômico é o caminho da democracia. Para a filosofia coletivista, é o Estado totalitário. A diferença entre as duas filosofias é radical e irreconciliável. O coletivismo serve-se do poder do Estado para administrar a produção e o consumo; o liberalismo utiliza esse poder para preservar e favorecer a liberdade das trocas, que é o princípio essencial de seu modo de produção. (Gudin ([1945] 2010), p. 70).

Assim, Gudin rejeita a idéia de planificação em base fundamentalmente ideológica.²⁷ Ele conclui que:

A mística da planificação é, portanto uma derivada genérica da experiência fracassada e abandonada do New Deal americano, das ditaduras italiana e alemã que levaram o mundo à catástrofe, e dos planos quinquenais da Rússia, que nenhuma aplicação podem ter a outros países. (Gudin ([1945] 2010), p. 74).

Mas se as experiências de planejamento não funcionaram, porque a mística de que o plano tudo resolve permanece? O que fica evidente é que, quando Gudin tenta explicar porque afinal a filosofia coletivista avança, ao invés dele se debruçar sobre os motivos históricos que levaram ao planejamento nos EUA (New Deal), e demais países ocidentais, ou culpa a Primeira Guerra sem explicar sua origem ou acusa alguns sujeitos de terem feito escolhas “erradas”, que não eram as de cunho liberal. Simonsen, por sua vez, também recorre a explicações culturais e ideológicas para dar conta da mudança.

Ora, assim como houve uma racionalidade na dissolução do antigo sistema colonial e ascensão do liberalismo frente ao mercantilismo, existe uma explicação histórica para o desenlace da era dos impérios e substituição do liberalismo pela filosofia coletivista que explica a possibilidade de tais escolhas serem feitas por agentes pontuais influentes em primeiro lugar.²⁸ Desvendar tal processo é o modo correto de

²⁷ Em sua resenha do pensamento econômico de Eugenio Gudin, Bielschowsky (2001) confirma que seus textos relativos às intervenções do Estado eram geralmente marcados pelo tom ideológico. A ação estatal sobre o mercado, para Gudin, era recorrentemente associada a perigosas concessões ao socialismo.

²⁸ Hobsbawm ([1978] 2008), pp. 125, dá pistas neste sentido apontando para a expansão da democracia e que a bifurcação entre a realização do ideal social e barbárie será o aspecto determinante do século XX.

apreciar a controvérsia entre Simonsen e Gudin e de descobrir as origens da idéia de planejamento no século XX, não só no Brasil, mas em todos os países. A explicação de nossos debatedores sobre este movimento fica obscura, apesar de seu conflito apontar corretamente para a contradição a que nos referimos como a fundamental do século XX, e que, apesar de engendrada em todos acontecimentos desde 1929 (e mais remotamente em potencial desde 1917), se popularizou e se extremou em âmbito oficial a partir do discurso de Truman em março de 1947, quando anunciou a “bipolarização do mundo entre dois sistemas incompatíveis” (Malan ([1980] 1997), p. 55).

1.4 É possível conciliar os sistemas opostos? A síntese da controvérsia no Plano de Metas

A explicação histórica para o fim do *laissez-faire*, em contraponto a Gudin, é feita por Simonsen ([1945a] 2010) em termos filosóficos e humanistas:

Acreditava-se que (...) que a atividade econômica era autoreguladora (...). Desnecessário era, portanto, o controle governamental no regime de negócios. Mas a devastação das riquezas naturais, a ausência de defesa em relação a múltiplos fenômenos meteorológicos, as sucessivas crises econômicas, a existência da miséria em meio à abundância, a crescente concentração de riquezas em mãos de um pequeno número, a exploração do homem pelo homem, toda uma série de imensos problemas criados pelas grandes aglomerações urbanas, a profunda diferenciação na evolução entre as nações ricas e as nações pobres (...) tornaram evidente a insuficiência do primitivo automatismo social e econômico, admitido pelos economistas clássicos. Em consequência surgem, cada vez com maior frequência, os intervencionismos de Estado, ansiando por corrigir numerosas compressões, injustiças sociais e sofrimentos geradores de crises e guerras. (Simonsen ([1945a] 2010), p. 155)

Simonsen ([1945a] 2010) ressalta ainda que, ao mesmo tempo em que as empresas individuais gastam largas somas em estudos para sua própria organização, a fim de prever o desenvolvimento da demanda e poder fazer um planejamento adequado de sua produção, nega-se a coordenação da economia como um todo “por simples amor a pretensos dogmas e doutrinas”. Simonsen ([1945a] 2010) está chamando atenção para o fato de que o controle e planejamento estão extrapolando a esfera das unidades produtivas individuais de tal maneira que a idéia de planificação nacional pode ser posta em prática. Contudo, segundo ele, a barreira doutrinária do liberalismo impregnada em vários dirigentes no aparelho estatal impede o desenvolvimento metódico dessa planificação. Ainda assim, como consequência das transformações sociais, os Estados

passam a fazer “uma crescente série de intervencionismos” para dar conta daqueles males apontados. Esta série de intervencionismos culminou em planejamentos parciais nos governos liberais, enquanto que nos regimes totalitários e na Rússia soviética ele se tornou um controle econômico pleno.

Simonsen chega a reduzir a transição a essa nova forma de funcionamento da economia mundial à “transformação profunda por que passaram os povos (...) com os processos da ciência e da técnica” (Simonsen ([1945a] 2010), p. 154). Com algum esforço, pode-se notar uma proximidade entre essa explicação e aquela, de que os avanços científicos e seu uso objetivo como força produtiva criam as condições objetivas para as mudanças na estrutura das relações sociais de produção. Por exemplo, a mudança evidente das idéias dominantes do *laissez-faire* para as novas idéias no século XX, segundo Simonsen, obriga aquele que quer “compreender a possibilidade da existência de um desenvolvimento pacífico mundial” a “substituir o egoísta *homo economicus* pelo moderno “homem social” que antepõe aos seus próprios os interesses da coletividade” (Simonsen ([1945a] 2010), p. 154). É dessa forma que Simonsen relaciona as filosofias liberal e coletivista das quais Gudin fala: ao invés de contraposição, transição.²⁹

Fica ainda mais propícia a sugestão de aproximar a interpretação de Simonsen com a análise científica da história quando se reconhece que seu esforço central é indicar que o planejamento econômico é uma técnica sem relação com qualquer sistema político de governo. Sobre a concepção de que o plano seria um *Deus ex machina*, Simonsen ([1945a] 2010) argumenta que com o delineamento do fim da Segunda Guerra Mundial, uma transição para a economia de paz será necessária. Neste momento, a técnica do planejamento se tornaria crucial para todos os países do mundo. Para ele, como a Rússia Soviética tem maior experiência no planejamento econômico, é ela quem tem as maiores facilidades para fazer essa transição. Neste momento, Simonsen ([1945a] 2010) tenta esclarecer a mística do plano que viria especificamente desta nova potência:

Essa superioridade da União Soviética concorre para perturbar, seriamente, a opinião mundial, porque o grande público não poderá distinguir claramente entre a sua forma de

²⁹ Uma eventual aproximação desse “homem social” com o conceito de “homem novo” de Che Guevara poderia ser explorada. Guevara (1965) faz uma contraposição semelhante entre o homem no capitalismo, que seria o *homo economicus*, e o homem do futuro, aquele que expressa os ideais de uma sociedade comunista. Esta seria uma maneira direta, contudo apressada devido ao nível de análise se restringir à comparação de dogmas, de apontar para a ideologia apoiadora de Simonsen da qual ele próprio não faz parte.

governo e a sua técnica de planejamento, daí decorrendo, para as massas, a impressão de que só o comunismo será capaz de salvar o mundo de um colapso econômico. O planejamento econômico russo, no entanto, se firmou em grande parte nos ensinamentos, na técnica e nos aparelhamentos dos países capitalistas. (Simonsen ([1945a] 2010), p. 133).

De fato, como Lange ([1961] 1967) salienta, a teoria da programação enquanto ramo dominante da disciplina de econometria no Ocidente nas décadas de 1950 e 1960 surgiu nos EUA a partir da Segunda Guerra Mundial, devido aos problemas de coordenação das atividades da economia de guerra.³⁰ Utilizava-se a programação para evitar os “pontos de estrangulamento” que poderiam comprometer o suprimento das Forças Armadas. O argumento de Lange é que, apesar de ter origem neste sistema político, a teoria da programação teria chegado a tal estágio de desenvolvimento com a expansão das pesquisas econométricas necessárias ao capitalismo monopolista-estatal, que ela não teria mais aplicação prática no sistema capitalista. Por outro lado, esse conhecimento seria de particular interesse para a economia socialista. O trabalho de Oskar Lange a partir de 1956 é justamente o de tentar ilustrar como a teoria da programação utilizada no Ocidente pode ser usada como base do planejamento nas economias socialistas. O planejamento em escala nacional já havia começado de fato na base de experimentos práticos de tentativa e erro na URSS, mas é só a partir da década de 1950 que haveria a tentativa de balizar tal processo com a teoria da programação.

Curiosamente Lange ([1961] 1967) menciona que os conceitos básicos da teoria da programação já tinham surgido na própria União Soviética, com a publicação do livro *Os Métodos Matemáticos de Organização e Planificação da Produção*, do professor Leonid Kantorovich no final da década de 1930 (o texto foi republicado em inglês em Kantorovich ([1939] 1960)), só que até então tal trabalho permanecia desconhecido. Kantorovich foi levado a esse construto a partir da consultoria ao laboratório de Plywood Trust do governo da União Soviética. O problema consistia em alocar matérias primas de modo eficiente. Devido à freqüente aparição de uma mesma forma de problema matemático em diferentes esferas da economia, Kantorovich

³⁰ Existe uma diferença sutil entre planificação da economia nacional e programação, apesar de serem aparições do mesmo problema essencial. Segundo Lange ([1961] 1967), a programação é a racionalização das atividades das unidades capitalistas no contexto de crescente intervenção estatal, enquanto a planificação socialista abrange toda economia. A racionalização das atividades produtivas recebeu nomes diferentes nos blocos antagônicos: planificação, no socialista, e programação no capitalista, porque, na economia capitalista, a planificação é “restrita”. O uso do termo programação aqui está mais associado ao fundamento matemático do problema de otimização, que pode ser contemplando tanto setorialmente, quanto amplamente. O exemplo mais ilustrativo entre teoria econômica, programação e guerra como solução do capital é o livro de Dorfman, Samuelson e Solow (1958), financiado pela RAND Corporation.

reconheceu e expôs a forma abstrata subjacente ao problema da alocação. Os mesmos resultados foram atingidos de forma independente pelo matemático holandês Tjalling C. Koopmans durante suas pesquisas a partir dos anos 1940 para o governo dos EUA. Ele trabalhava com o cálculo de rotas comerciais ótimas. Kantorovich e Koopmans são os ganhadores do prêmio Nobel de economia de 1975 pela suas contribuições para a construção da teoria de alocação ótima dos recursos.³¹

Como o desenvolvimento teórico subjacente ao planejamento a partir da Segunda Guerra foi feito de forma independente por cientistas nos hemisférios opostos, parece não ser possível determinar a origem pontual da teoria da programação. Contudo, de acordo com a historiografia da econometria de Lange ([1961] 1967), foi a Segunda Guerra Mundial que impulsionou o desenvolvimento e aplicação prática da programação nos EUA e a partir de então na URSS. Com isso, somos levados a concluir que o planejamento era feito antes da Segunda Guerra, no entanto, somente após é que ele passa a ser realizado de maneira sistemática com base na teoria da programação linear. Até então, parece que a administração e o planejamento de toda a economia era apenas um aprendizado “por experiência própria durante a Primeira Guerra Mundial” (Hobsbawm (1994), p. 53). Miglioli (1982), por sua vez, enfatiza que o planejamento enquanto prática surgiu primeiramente na URSS na década de 20, sendo posteriormente adotado pelos países da Europa ocidental para enfim ser introduzido nos países subdesenvolvidos nas décadas de 1950 e 1960.

Simonsen ([1945a] 2010), depois de ter esclarecido que o planejamento é uma técnica, cita vários exemplos além do New Deal para mostrar que o uso do método vem sendo empregado pelos países mais variados como Inglaterra, Suécia, Alemanha, Índia, China, Austrália, México, Turquia e Chile. A utilização da técnica poderia por sua vez ser classificada em quatro tipos: i) Estado proprietário, caso da URSS, ii) Estado guia, caso do Reino Unido e regiões de seu império, iii) Estado em conjunto com a ação privada, que seria o uso da técnica feito nos EUA e iv) um tipo misto, ainda por se desenvolver na Índia, China e América Latina.³² Por fim, Simonsen ([1945a] 2010) acusa Gudin de defender sua doutrina sem usar qualquer critério científico e discorda de

³¹ Sobre o uso da teoria da programação na economia e na guerra, ver também Lange ([1959] 1966), pp. 170.

³² Esta classificação foi feita em 1945 por Lewis L. Lorwin no livro *Time for Planning: a Social Economic Theory and Program for the Twentieth Century*. É uma coletânea de artigos que ressalta que o princípio do *laissez-faire* foi substituído pelo princípio do planejamento. A resenha do livro feita por Abba Lerner e saiu em *The American Economic Review*, Vol. 37, No. 1 (Mar., 1947), pp. 206-208.

sua posição em relação ao problema básico: para ele, não se torna necessário escolher entre capitalismo e socialismo.

No último documento do debate, Gudin ([1945a] 2010) reage à posição de Simonsen de que o aumento da intervenção estatal seria uma “situação de fato”. Para Gudin, aqueles que aceitam tal processo como inevitável insistem no equívoco de acreditar que se pode conciliar o domínio do Estado sobre a economia com a democracia política. Em outros termos, Gudin reafirma sua opinião de que não se pode conciliar os sistemas econômicos que estão por detrás das lógicas liberais e coletivistas.

Desse modo, podemos concluir que a discordância entre Gudin e Simonsen é a seguinte: enquanto Simonsen crê na possibilidade da combinação de liberdade econômica e livre iniciativa com a coordenação e planejamento econômico, Gudin é da opinião que os fundamentos básicos do sistema livre de trocas não podem ser conciliados com a idéia de planificação da economia nacional. Em suma, esse é o núcleo da controvérsia do planejamento na economia brasileira.

Considerando finalmente o segundo nível de análise do confronto entre classes, precisamos agora explicar em que circunstância os debatedores convergem. Agora, este plano de observação se refere à disputa entre os modos de produção, ou à luta de classes em forma mais abstrata. Neste âmbito, Gudin e Simonsen lutam por interesses em comum: a manutenção do modo capitalista de produção. Estão nesta hora do mesmo lado na luta política, e é este aspecto que abre a possibilidade para o desfecho do debate ideológico com a implementação do primeiro plano econômico abrangente do Brasil: o Plano de Metas.³³

No documento oficial do Programa de Metas, há inicialmente uma transcrição do compromisso político escrito por Juscelino Kubitschek no que se refere à ação do Estado enquanto participante do processo de acumulação de capital no Brasil que pode ser interpretada como a síntese da controvérsia entre Simonsen e Gudin. Escreve o ex-presidente:

Sou, decididamente, pelo princípio da livre empresa consagrado no regime constitucional vigente. Tudo farei de minha parte para que o progresso do Brasil resulte,

³³ O Plano de Metas (1956-1961) foi o resultado mais direto da linha de condução estatal ditada pelos estudos do mapeamento dos pontos de estrangulamento feitos pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL, cuja origem remonta à Comissão Mista Brasil – Estados Unidos. Ver: Mantega (1984). Mais remotamente pode-se buscar o surgimento desta comissão ao sistema de licenças prévias, que por sua vez, pode facilmente ser posto em conexão com o ideário nacional desenvolvimentista. Esse é o motivo pelo qual o Plano está posto aqui como produto da controvérsia de 1944-45.

principalmente, da atividade incessante, inteligente e dedicada dos homens de empresa, onde quer que se encontrem, na lavoura, na indústria, no comércio, sejam eles nacionais ou estrangeiros.

Assim, o eixo central do primeiro plano abrangente brasileiro está comprometido com o princípio da livre iniciativa, tão caro aos liberais. Por outro lado:

Estou convencido, entretanto, de que a atitude do Governo no campo econômico não deve ser a de expectativa passiva, mas a de intervenção em apoio da iniciativa privada, orientando-a e suplementando-lhe os esforços, no sentido de acelerar-se o processo de acumulação de riquezas da coletividade e da divisão equitativa dos bens e benefícios do progresso.

Então, mesmo que a livre iniciativa seja o eixo delimitador do projeto em pauta, o Estado não pode ficar passivo e deve agir em parceria com a esfera privada. E como deve ser essa interação entre público e privado, mais concretamente?

(...) [Ela] deverá (...) se processar no quadro de um plano de desenvolvimento em que se defina, de forma clara, o campo de ação da iniciativa privada e se delimite objetivamente o âmbito de atuação direta do Estado, coordenando-se esses dois setores, de modo que se evitem atritos, inibições ou excessos de investimentos simultâneos a absorverem fatores de produção limitados gerando pressões inflacionárias. (Juscelino Kubitschek, in Programa de Metas, tomo I, Introdução, Rio de Janeiro, 1958)

Como se vê, o tema central desse excerto é a relação entre público e privado na condução do sistema econômico. Isso indica que de fato, a controvérsia de 1944-45 era alimentada pelo conflito entre essas duas esferas que está por detrás do debate sobre a técnica do planejamento, um procedimento científico sobre a decisão de combinar insumos para obter produtos.³⁴ Por isso, a origem do planejamento econômico no Brasil é parte da transição do sistema capitalista liberal para uma forma de organização de lógica distinta, transição essa que criou na superestrutura a referente disputa entre as filosofias liberais e coletivistas. Portanto, a controvérsia acerca da planificação brasileira tem seus alicerces em ideologias contrárias e não se relaciona

³⁴ Abreu (1984), p. 628, havia descrito a controvérsia entre Gudin e Simonsen como sendo “na verdade, singularmente desinteressante do ponto de vista estritamente econômico”, o que remeteria ao fato de que o embate era de fato apenas político.

primordialmente com questões técnicas.³⁵ Enquanto síntese desta contradição, solução para posições tão antagônicas, mas que partilhavam do objetivo abstrato “desenvolvimento do Brasil”, o Plano de Metas concretiza e liquida o primeiro momento de controle parcial da lei do valor em âmbito nacional, visto que a posição do Estado nessa empreitada é “predominantemente, a de um *manipulador de incentivos* e não a de um *controlador de decisões*; a de um *investidor pioneiro e supletivo* em vez de ser a de um *Leviathan absorvente*” (Juscelino Kubitschek, 1955, *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*, apud Malan ([1980] 1997), p. 78).

1.5 A contradição mercado e plano em diferentes níveis

Mas qual seria a racionalidade destas ideologias? E por que o uso do instrumental de controle econômico desencadeia tamanha controvérsia política? Como argumentado, esse tipo de discussão reflete o conflito mais abstrato entre mercado e plano que define o conteúdo da economia política do século XX. Esse rixa peculiar que emergiu durante a referida transição pode ser reconhecida nas mais diversas formas de contradição. São três níveis de abstração em que o debate tem sido apreciado por cientistas sociais, historiadores e economistas.

O mais elevado é o de modo de produção e transição, ou seja, o de análise histórica mais abstrata e teórica. Neste nível percebemos que, conforme a transição para o modo de produção seguinte ocorre, as economias vão sendo cada vez mais coordenadas. Isso cria contradições devido à fase anterior de liberalismo e por essa razão surgem disputas acerca do que deve ser feito em relação ao planejamento. Em outras palavras, o conteúdo da produção começa a se tornar uma questão política. Fica evidente que a idéia de direcionamento da economia pela sociedade é na verdade um conceito que passa a ser praticamente inevitável até mesmo pelos liberais, a não ser, é claro, pelos mais radicais como os seguidores de Ludwig von Mises que seguiam firmes na defesa da identidade entre livre mercado e liberdade individual.³⁶ Por esta razão, a

³⁵ A tentativa recorrente de Simonsen de caracterizar o plano como técnica fica devidamente explicada pela análise de Miglioli (1982), que enfatiza que o plano sempre requer um sujeito que dá necessariamente um caráter político ao planejamento. Por esta razão, apesar da atividade de coordenação exigir somente conhecimentos científicos (como física, química, matemática, etc..), o uso dessa vastidão de conhecimento está sempre subordinada ao fundamento político que definiu a meta à qual o plano é o meio. Esse enfoque seria outra maneira de mostrar que a controvérsia entre Simonsen e Gudin é fundamentalmente política.

³⁶ O exemplo clássico da posição é Friedrich Hayek com seu livro *O Caminho para Servidão* (Hayek ([1944] 2007)), onde argumenta que qualquer intervenção estatal no mecanismo de mercado, por menor

redefinição de liberalismo em balizes altamente pragmáticas realizada por Keynes se tornou a vertente liberal de maior sucesso no novo século. A noção da nação como unidade de ente planejador e as variáveis relativas à economia nacional enquanto parâmetros a serem calibrados surgem como decorrência desse novo enfoque em economia política.

Em um nível de abstração intermediário, tem-se a oposição entre os blocos antagônicos no século XX, a consolidação dos EUA como potência e a formação da URSS também como império. Este é o nível de análise da história mundial, onde a contradição se revela no âmbito inter e intra Estatal. Neste caso, as análises são feitas usualmente por historiadores que contemplam as grandes transformações sistêmicas e por aqueles que se dedicam às relações internacionais. Sobre este último ponto, o de conflitos internacionais, é interessante notar que a contradição entre plano e mercado ocorre também internamente aos hemisférios da ordem bipolar. Sabemos que no Brasil, a contradição entre mercado e plano se popularizou neste debate entre Simonsen e Gudin, mas não é difícil reconhecer que o mesmo fundamento provocava debates similares tanto nos EUA quanto nos países do Leste. Portanto, a contradição fundamental é a mesma nos dois hemisférios, só que ela se torna mais específica quanto mais concreta é a análise.

Assim, o nível de estudo histórico mais imediato é aquele do combate ideológico que se expressa de forma mais direta, ou seja, na personificação das idéias. Os debates internacionais neste nível são as discussões entre Keynes e Hayek, pelo lado político-ideológico e aquele entre Oskar Lange e demais economistas acerca da relação da lei do valor com o planejamento (debate esse relacionado com o problema do cálculo econômico propriamente dito), pelo lado técnico-científico. No caso do Brasil, esse conteúdo se concretizou inicialmente no debate entre Simonsen e Gudin. Portanto, a partir dessa controvérsia, é possível rastrear como o conflito plano e mercado no Brasil se relaciona com a mesma contradição em nível mundial. Este é o motivo pelo qual o ambiente gerador do ciclo ideológico do desenvolvimentismo funciona como ponto de partida adequado para estudar a contradição fundamental da Economia Política do século XX em sua forma mais abstrata.³⁷

que seja, culmina na formação de uma sociedade totalitária. Para uma introdução da escola austríaca a partir da perspectiva de história do pensamento econômico, ver Feijó (2000).

³⁷ O debate mais abstrato é sobre o cálculo econômico socialista. Conforme a análise avança para o concreto, encontramos autores envolvidos em problemas cada vez mais imediatos sobre políticas econômicas. Toda questão está relacionada com o problema teórico do cálculo em um ambiente sem

A realização dessa conexão, qual seja, a de estabelecer os vínculos entre as idéias de Estado indutor da industrialização e desenvolvimento com a problemática sobre o cálculo econômico, permitirá uma interpretação historicamente fundamentada dos planos econômicos brasileiros e pode gerar material concreto para aquela teorização sobre a transição entre modos de produção, além, claro, de fornecer novas bases para a formulação dos planos nacionais a serem realizados no século XXI.

Como ficou exposto, a formação do capitalismo brasileiro incorpora desde cedo a idéia fundamental da nova era, que é a idéia da coordenação ou do planejamento econômico. Assim, é preciso, em seguida, fazer uma análise desse início do capitalismo no Brasil tentando identificar historicamente as fontes que dão origem ao uso das técnicas de planificação no país e que explicitam as ideologias presentes no debate entre economistas liberais e intervencionistas ou desenvolvimentistas. Com isso será possível vislumbrar, a partir da perspectiva nacional que “não há como voltar ao mundo da sociedade liberal burguesa” (Hobsbawm ([1987] 2008), p. 27).

mercados, mas nem todos participantes conseguem remontar a essa patamar formal devido, por um lado, ao imediatismo do embate político em torno do liberalismo ou controle que absorve toda sua atenção, por outro, à falta de domínio da teoria econômica em si. A gravidade dessa relação longínqua é notória quando se percebe a enorme dificuldade de determinar a posição do próprio Keynes em relação ao desafio de Mises (1920).

Capítulo 2 - Capitalismo Brasileiro e o Espectro da Planificação

2.1 Colônia e revolução capitalista no Brasil

Vimos que, para avançar na análise sobre as origens da idéia de planejamento econômico no Brasil, é preciso concentrar a análise na primeira fase de formação do capitalismo no país. Ficou indicado que os condicionantes criadores do período de 1933 a 1955 explicam as raízes da controvérsia entre Simonsen e Gudin, e por esse motivo, é preciso ter sempre em mente como se deu o processo de consolidação do capitalismo brasileiro. Sendo assim, analisemos agora a revolução burguesa específica do caso periférico no contexto de decadência do liberalismo clássico, a partir de uma recordação do passado colonial do Brasil.

Ao longo dos anos 1920, a República Velha já mostrava os sinais de esgotamento. As grandes oligarquias que continuavam sustentando o Estado de então começaram a perder força com a formação da indústria. A transição da Primeira República para a Era Vargas marca uma transformação histórica complexa na sociedade. Em geral, este episódio está inserido naquilo que é conhecido como a revolução burguesa brasileira. É um momento decisivo de transformação do caráter do Estado brasileiro que começou com o fim da era colonial.

A composição do que o Brasil é hoje se deve aos processos que transformaram a economia brasileira em uma economia capitalista. De acordo com a análise de Marx, a predominância de relações capitalistas em uma sociedade decorre de um desenvolvimento histórico que culmina no trabalho assalariado como forma central do trabalho social. Como se sabe, a passagem de relações pré-capitalistas para o capitalismo foi analisada por Marx a partir da consolidação do modo de produção do capital na Europa ocidental. Por este motivo, a transição do feudalismo europeu para o capitalismo domina a atenção de muitos historiadores que são assim direcionados a trabalhar a partir da perspectiva eurocêntrica. No entanto, como o modo de produção do capital passou a englobar as demais regiões do globo, é preciso analisar como essas regiões periféricas adentraram o capitalismo, ressaltando suas diferenças em relação ao processo clássico de transição, geralmente designado revolução burguesa clássica.

No caso do Brasil, existe um debate ainda em curso sobre o caráter exato da ascensão do Estado brasileiro plenamente capitalista. Segundo Sodré ([1989] 2010), a revolução burguesa no Brasil foi uma “sem grandes lances”, que ascendeu por patamares e marcou conquistas sucessivas. Ou seja, diferente do caso clássico, em que um episódio específico no tempo passa a simbolizar esta profunda transformação, como,

por exemplo, a Revolução na França em 1789, não houve um evento único capaz de condensar o fim do velho regime. Esse fato, de que a revolução burguesa no Brasil parece ser mais um processo longo de “progresso conservador” do que uma mudança brusca, evento a que remete o termo “revolução”, é confirmado por diferentes autores.³⁸

De toda forma, existe concordância também de que as mudanças ocorridas na passagem da Primeira República para a Era Vargas expressam este momento histórico de transição. Para Sodré ([1989] 2010), o Golpe de 1930 que colocou fim à República Velha definiu o desenvolvimento do progressivo avanço burguês no país. Ao mesmo tempo, parece que a virada de 1930 mostrou as dificuldades latentes da consolidação do modo de produção do capital no Brasil, devido às circunstâncias diferenciadas do capitalismo global do século XX.

A análise de Sodré ([1989] 2010) sobre a revolução burguesa no Brasil parte dos movimentos concretos para explicá-los com a ajuda da matriz teórica erguida por Marx.³⁹ Marx ([1859] 1971), no Prefácio para a Crítica da Economia Política, concluía que o desenvolvimento das forças produtivas condiciona a organização das relações sociais de produção e distribuição. Desenvolvimentos posteriores acabaram sintetizando o desenvolvimento da civilização como uma sucessão de etapas, ou de modos de produção, conforme o domínio sobre a natureza via conhecimento científico progredia. Desse modo, revelou-se que o modo de produção do capital havia nascido da dissolução de um sistema anterior, que, no caso da Europa ocidental era facilmente identificável com o feudalismo.

Ocorre que esse movimento geral, cuja particularidade foi a própria formação dos Estados Nacionais europeus e o ápice foi concretizado na industrialização originária na Inglaterra, tal como serviu de ilustração ao desenvolvimento das teorias de Marx, pode ser utilizado para se entender sociedades específicas contemporâneas. A tarefa consiste justamente em se apoiar nesses resultados para entender como as relações de produção capitalista determinam aquilo que virá a ser a economia brasileira industrializada.

Quando aquele território que viria a ser o Brasil entra em cena, ou seja, adentra a historiografia oficial, por meio dos grandes descobrimentos nos séculos XV e XVI, o

³⁸ A caracterização da Revolução Burguesa no Brasil como um movimento de avanço cauteloso, que ao mesmo tempo traz as relações do novo e mantém as estruturas do colonial, parece ser unânime entre historiadores e sociólogos. Para interpretações e análises históricas da “revolução-restauração” no Brasil, ver, por exemplo, Florestan Fernandes (2006), Francisco de Oliveira (1981) e Boris Fausto ([1970] 1982).

³⁹ Para uma posição crítica pautada também no marxismo em relação à interpretação de Nelson Werneck Sodré dos anos 1950, ver Fausto ([1970] 1982).

Estado português já era o reflexo de uma sociedade cuja dinâmica era determinada pelo capital comercial. A dissolução do feudalismo europeu ocorria ao mesmo tempo em que a acumulação primitiva era posta em marcha através da inserção das bordas do mundo à economia mundial. O mercantilismo sintetizou este movimento e foi a contrapartida da formação do Brasil como colônia. Posteriormente, conforme a Inglaterra conseguia conquistar a hegemonia no sistema com a revolução industrial, a doutrina mercantilista foi substituída pelos princípios do liberalismo. Um dos eventos exemplares desta mudança foi a abolição das *Corn Laws* em 1846, após um longo período de pressão por parte dos burgueses que avançavam para se transformar de manufatureiros em capitalistas industriais.⁴⁰ Esta transição foi analisada historicamente por Novais ([1973] 1981) com atenção sobre a especificidade do Brasil e sua metrópole na crise do antigo sistema colonial. Mais recentemente, com a ascensão dos Estados Unidos e formação da URSS, o domínio da ideologia liberal sobre a Economia Política perdeu espaço para as idéias de desenvolvimento, coordenação, em suma, planejamento. É essa mudança que se analisa aqui, também a partir do específico nacional.

Não é exagerado dizer que a existência da colônia está desde o início completamente subordinada à lógica de valorização deste capital produtor de mercadorias a serem vendidas nos centros. Por esta razão, parece que o Brasil “já nasce capitalista”. Ainda mais porque, mesmo que o trabalho social no Brasil colônia fosse escravo, sua função final era ser fonte de acumulação para o nascente capitalismo na Europa.⁴¹ Por outro lado, as relações sociais de produção entre os indivíduos dentro da economia agrário-exportadora eram determinadas fora do mercado de trabalho, porque este não é predominante assalariado. Quem olha apenas para dentro da colônia enxerga um sistema pré-capitalista de produção, dominado por relações típicas de dominação via

⁴⁰ As *Corn Laws* eram barreiras tarifárias de proteção dos produtores de cereais da Grã-Bretanha. Os industriais e economistas eram a favor da retirada das barreiras, como David Ricardo, diferente de Thomas Malthus que expressava neste tópico a posição dos produtores primários locais. Sobre a disputa entre liberais e protecionistas no contexto de formação da Grande Indústria, ver Marx e Engels (1848). Friedrich List, um dos precursores da economia política na Alemanha, sustentava que a proteção tarifária era fundamental para o fortalecimento da nação e foi um dos precursores teóricos de oposição à doutrina liberal.

⁴¹ Este parece ser, aliás, o mesmo tipo de problema em relação à determinação do começo do capital: embora o capital, isoladamente exista antes do capitalismo, por exemplo, na forma de capital comercial e capital usurário dentro da sociedade feudal, em geral, o dinheiro só virava capital em condições avulsas. Mas a possibilidade da conversão de dinheiro em capital está posta já nas sociedades cujos produtos já se confundem com mercadoria, e isto ocorre muito antes de qualquer capitalismo. Há sempre de se distinguir a conceituação lógica-teórica de capital de sua consolidação como modo de produção, ou seja, da análise histórica. Apesar de capital ser uma relação possível de ser encontrada isoladamente nos confins da história, o capitalismo, ou o modo de produção do capital, só existe de fato recentemente. Para uma análise clássica do Brasil colônia com ênfase em história a partir da teoria econômica marxista, ver Novais ([1973] 1981).

tradição. Quem observa o Brasil em conjunto com a metrópole, percebe que o capitalismo só pode ser concebido como modo de produção global. Esse é o núcleo da controvérsia sobre modos de produção e a formação da economia brasileira.⁴²

Sodré ([1989] 2010) salienta que níveis históricos diferentes se sobrepõem durante a formação do modo de produção do capital: na Europa os antigos feudos se dissolvem para formar o Estado nação, que inicia a acumulação por meio das trocas com suas colônias e dá início à geração do capitalismo. Nas colônias, o escravismo servia justamente a essa mesma transição. Daí a controvérsia sobre se houve feudalismo ou não no Brasil. O problema surge porque a colônia já opera na lógica de valorização, o que leva alguns autores a alegarem que a economia brasileira já nasce capitalista. Sodré ([1989] 2010) critica esse tipo de conclusão devido ao fato de que, neste momento, nem mesmo os países centrais realizaram a revolução burguesa.

De fato, querer determinar que sistema de produção rege a economia no Brasil pré-capitalista pode se revelar uma tarefa muito difícil, visto que a especificidade histórica é bastante diferente das condições da Europa ocidental. O fato de haver sistemas econômicos novos (expressos na crescente importância do capital comercial na metrópole) e velhos (o emprego de mão de obra escrava nas colônias) agindo sobre a formação histórica do Brasil cria grandes dificuldades para o historiador. Por esse motivo, ao invés desse enfoque classificatório da economia real em algum modo de produção descrito em teoria pura, seria muito mais adequado apreender a história concreta a fim de compreender o papel da periferia na constituição de forças produtivas especificamente capitalistas na metrópole. A partir daí fica mais simples explicar porque a industrialização originária é o resultado da exploração colonial e da contemporânea periferia subdesenvolvida.

Assim, se escapa do problema de ter que caracterizar os países como sociedades independentes operando em determinado modo de produção. A própria economia

⁴² É possível organizar as interpretações sobre a formação do capitalismo no Brasil conforme Bresser-Pereira (1982), onde a controvérsia fica nítida pelo diálogo existente entre as duas principais correntes da esquerda sobre o processo de industrialização nacional: a nacional-burguesa dos anos 1940 e 1950 personificada no PCB, nos participantes do ISEB e em parte na CEPAL e as novas vertentes de oposição à interpretação autoritária modernizante (de defesa do regime militar) desenvolvidas nos anos 1960 e 1970. A questão é que esta nova esquerda busca criticar a posição inicial sob forte influência do marxismo ortodoxo de que seria possível no Brasil realizar uma aliança entre a burguesia e o proletariado para alcançar o capitalismo desenvolvido. A interpretação adotada aqui, lastreada na análise de Nelson Werneck Sodré, está bastante próxima do marxismo ortodoxo. A questão sobre o feudalismo no Brasil, como enfatizado logo adiante, é abordada pela noção de que ele simboliza a força de sociabilidade por tradição. Apesar de o termo ser específico ao caso europeu, acreditamos que esta ressalva basta para colocá-lo na especificidade periférica.

mundial forjada durante os séculos da expansão comercial demanda que se analise a transição para o modo de produção do capital como se tratasse realmente de uma única sociedade, como a “humanidade socializada”, cuja criação é exatamente uma das tarefas históricas do capital. É nesse sentido que se afirma aqui que o capitalismo só pode ser concebido como modo de produção global. Desse modo, não se considera os países isoladamente na hora de analisar a formação e generalização das relações sociais mercantis, mas sim em seu conjunto, já que na prática, eles compõem a mesma economia nascente, a economia capitalista.⁴³

Essa perspectiva se assemelha àquilo que veio a ser chamado de teoria do sistema-mundo, uma interpretação histórica do capitalismo que se desenvolveu a partir dos trabalhos de Gunder Frank (1967), Immanuel Wallerstein (1979) e Arrighi (1994). Segundo Baptista Filho (2009), Theotonio dos Santos, depois de averiguar que a teoria da dependência entrava em declínio devido à crise da ideologia desenvolvimentista a partir da ascensão do neoliberalismo na década de 1970, passou a fazer corpo a esta corrente interpretativa do desenvolvimento econômico global. A teoria da dependência voltou a ser debatida nos últimos anos conforme o neoliberalismo perdeu força e as estratégias de desenvolvimento do Brasil tornaram a fazer parte da pauta de discussões.⁴⁴

O argumento apresentado se assemelha à perspectiva da teoria do sistema-mundo à medida que o modo de produção capitalista só pode ser pensado como uma organização social da produção e distribuição que inclui, ou melhor, que integra ao longo do tempo, toda civilização. A história das sociedades isoladas da época pré-capitalista torna-se parte da história geral à medida que entram na lógica de acumulação do capital, que tem início geográfico e temporal na Europa no final do século XV, como Wallerstein (2001), em sua descrição de “capitalismo histórico”, também defende. A partir de então, o modo de produção do capital se expande espacialmente de tal forma que todas as sociedades entram em contato sob a forma de organização social do capital. Os motivos pelos quais o ciclo de expansão capitalista derradeiro iniciou-se na Europa, e não, por exemplo, na Ásia ou até mesmo no desenvolvimento de civilizações antigas

⁴³ A consideração de países separadamente, como modos de produção distintos parece advir da transposição da análise política para a econômica, devido ao fato de se tratar de diferentes Estados.

⁴⁴ Sobre a teoria da dependência, ver Santos (1970), Marini (1991), Serra e Cardoso (1979) e a historiografia do tema em Mantega (1997) e Wagner (2005). Almeida Filho (2005) contextualiza os termos do debate para dar conta dos anos iniciais do século XXI. Katz (2011) questiona as teorias da dependência por tenderem a criar uma “Tese do Bloqueio” ao desenvolvimento e por disseminarem assim pessimismo sobre o avanço possível do Brasil mesmo que dentro do modo de produção vigente.

nos outros continentes ainda não foram completamente revelados pelas ciências da história.

Para Sodré ([1989] 2010), no entanto, a controvérsia sobre os modos de produção no Brasil não é meramente uma questão formal ou acadêmica. Ela derivaria na verdade de posições políticas distintas e teria implicações importantes para a formulação de táticas de revolução. Isso porque, conforme a revolução burguesa se delineia no Brasil, os comunistas precisam definir se apóiam integralmente os burgueses para garantir a passagem para o capitalismo, ou se podem já arriscar avançar mais e tentar uma transição direta para o Estado do proletariado. Sodré ([1989] 2010) enfatiza que é importante caracterizar a transformação da colônia escravista para um sistema servil, pois isso possibilita a articulação de políticas que busquem eliminar de vez estas relações de servidão. A posição contrária à sua, de que já haveria capitalismo no Brasil desde o início, dificultaria a ação na direção de eliminação completa dos laços característicos entre senhores e vassalos.⁴⁵

De toda forma, a posição específica de Sodré ([1989] 2010) em relação a essa controvérsia é a de que no Brasil houve passagem do escravismo para feudalismo e deste para capitalismo. Isso não significa que os sistemas de produção sejam os mesmos encontrados no caso clássico, pois as especificidades locais e temporais devem ser levadas em conta. O argumento de que haveria relações feudais no Brasil antes da consolidação do capitalismo é sustentado pelo fato de relações servis dominarem as esferas em torno do núcleo econômico do monopólio da terra por senhores de engenho. Como após a abolição, os escravos, ao invés de conquistarem liberdade efetiva, passaram a ser dependentes dos senhores, configurou-se uma rede de relações semelhante àquelas típicas da servidão. Sodré ([1989] 2010) argumenta que as múltiplas formas de prestação de serviços anterior à ascensão da burguesia denunciam o predomínio de um sistema de fato feudal. O fato de no Brasil de início do século XXI, as relações interpessoais serem ainda em boa parte determinadas por tradição indicam que padrões arcaicos permanecem como resquícios de uma revolução burguesa

⁴⁵ Sobre a controvérsia e o posicionamento de alguns autores, ver: Bandeira (2005). Para uma posição claramente oposta a de Nelson Werneck Sodré, ver Fausto ([1970] 1982), p. 88. Para uma introdução mais ampla do debate sobre modos de produção no Brasil, ver: Figueiredo (2004). Sobre a revolução burguesa no Brasil tratada a partir de uma comparação da análise dos sistemas-mundo e com o materialismo histórico, ver Camarinha Lopes e Almeida Filho (2011). A análise dos sistemas-mundo tem capacidade descritível acentuada e combina elementos teóricos diversos, inclusive da Escola dos Annales por via de Fernand Braudel. André Gunder Frank e Samir Amin são outros autores por vezes classificados como representantes da análise dos sistemas-mundo e que têm alto domínio da concepção materialista da história.

inacabada. De fato, a insistência da sociabilidade pessoal, não-mercantil, pautada nas relações de simpatia, exemplarmente ilustrada por Sérgio Buarque de Holanda com o conceito de “Homem Cordial” em 1936, é uma das características mais marcantes da cultura brasileira (Buarque de Holanda ([1936] 1976), pp. 106).

Essa característica não-revolucionária da passagem do Brasil à era do capital indica que o passado colonial determina o presente de uma forma muito mais expressiva do que se supõe, como argumenta também Prado Jr. ([1942] 1994). Segundo Sodré ([1989] 2010), a burguesia brasileira “é uma classe que realiza a sua revolução deixando incompletas as suas tarefas específicas”, entre elas a abolição de laços interpessoais como determinantes das relações de produção. O problema com o qual a burguesia industrial está defrontada é duplo: de um lado, a existência e força do latifúndio, do outro o proletariado. Assim, se para avançar sua tomada do Estado, os burgueses da indústria se apóiam na classe trabalhadora, para evitar um progresso exagerado, os nascentes capitalistas industriais se associam e se submetem aos burgueses proprietários de terra. Tavares (2000) utiliza a expressão “pacto de dominação” entre proprietários de terra, o Estado e os detentores do dinheiro para descrever essa configuração do Estado brasileiro capitalista.

O perigo de contar plenamente com os trabalhadores para pôr fim à economia primário exportadora existe porque no início do século XX já está em processo a revolução dos trabalhadores. É nesse sentido que Sodré ([1989] 2010) escreve que “no fim do século XIX, a república assinala um avanço burguês na vertente mais conservadora”.⁴⁶ Enquanto na Europa ocidental a ascensão da burguesia representava um avanço incontestado, na periferia, a consolidação burguesa como classe capitalista e promotora da industrialização concorre com o próprio aumento do controle dos trabalhadores sobre o Estado nas regiões centrais. Segundo Mantega (1997), Fernando Henrique Cardoso, em seu estudo *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico* de 1964, apontava da mesma forma que a burguesia brasileira nascente não correspondia à burguesia européia em relação às táticas políticas. Aqui se verifica como

⁴⁶ A idéia já existia em 1929, como lembra Boris Fausto citando uma das falas do Congresso da Seção Sul-Americana da Internacional em Buenos Aires: “Quais as perspectivas da América Latina? Temos a perspectiva de uma revolução democrático-burguesa. Esta revolução é dirigida, especialmente, contra o feudalismo, pela ruptura das relações feudais no campo, pela entrega da terra aos camponeses. Mas em nossos países semicoloniais, trata-se também de uma revolução contra o imperialismo e a reação. Nos países latino-americanos, a escassa burguesia industrial está ligada aos imperialistas e ao feudalismo. Por isso, não desempenhará um papel revolucionário.” (El Movimiento revolucionario latino americano, SSA da IC, Buenos Aires, 1929, extraído de Fausto ([1970] 1982), p. 14.

é preciso avaliar o desenvolvimento do modo de produção capitalista abrangendo todos os países, de modo a poder encaixar os acontecimentos do Brasil na história geral.

Dito de outra forma: é preciso verificar que conflitos sociais coexistem em regiões diferentes e de que forma a luta de classes nas regiões mais avançadas está influenciando a revolução burguesa tardia. Nesse sentido, mais do que simplesmente repetir o argumento de que a formação do Estado capitalista brasileiro é um processo contraditório devido ao atraso do desenvolvimento de forças especificamente capitalistas,⁴⁷ sugere-se que a luta de classes nas áreas mais desenvolvidas é que está colocando a classe dominante em alerta quanto às transformações nos países periféricos. Este seria o condicionante criador da dualidade característica da Revolução Burguesa no Brasil.⁴⁸

Essa ênfase na luta de classes como fator explicativo da decadência da economia de base agrária e urbanização já era posta de forma similar por Oliveira (1981), que critica a perspectiva cepalina pelo fato de focar em oposição entre nações, quando o importante seria analisar a oposição entre classes sociais. O foco na dicotomia entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas criaria uma interpretação meramente contemplativa de que o Brasil, no processo de industrialização e consolidação de relações capitalistas, engendra os dois aspectos contraditórios: o passado colonial e o futuro industrializado. Essa abordagem “dual estruturalista” ou “razão dualista” apresenta tal circunstância como se fosse uma contradição ao processo de expansão do capital, quando na verdade, a manutenção das estruturas arcaicas no Brasil estaria em consonância com a industrialização retardatária.

De que forma a tese desta seção se assemelha com a crítica à razão dualista? Como foi posto, na transição dos anos 1930, trata-se da “substituição das classes proprietárias rurais na cúpula da pirâmide do poder pelas novas classes burguesas empresárias industriais”. Nesse processo, “as classes trabalhadoras em geral não têm nenhuma possibilidade nesta encruzilhada” (Oliveira (1981), p. 38), ou como relativiza Boris Fausto, “o proletariado tem no episódio revolucionário (de derrubada de

⁴⁷ Ou conforme colocado por Conceição Tavares, “o fato de nossa “revolução democrático-burguesa” continuar “incompleta” não se explica cabalmente pelo caráter tardio e periférico do nosso capitalismo, nem pelo caráter atrasado ou de dependência cultural das nossas elites” (Tavares (2000), p. 142). Nota-se aqui como uma explicação da constituição da democracia burguesa no Brasil amparada na luta de classes se faz necessária.

⁴⁸ A apreensão da burguesia nacional no Brasil e suas diferenças em relação ao caso europeu foi uma das atividades centrais dos pensadores que buscavam superar os problemas das interpretações de esquerda originais, pautadas no marxismo ortodoxo e nas análises de revolução clássica. Sobre as interpretações da revolução brasileira, ver Mantega (1997) e Bresser Pereira (1982).

Washington Luís) uma ‘presença difusa’” (Fausto ([1970] 1982 p. 102). Neste sentido, mesmo a tentativa de revolução de 1935 refletiria muito mais a indecisão entre as velhas e novas classes dominantes do que uma ação determinada pela organização do proletariado brasileiro. Concordamos com essa interpretação de que os trabalhadores, na empreitada de 1935 foram “espectadores assustados” de um processo que tinha determinação estrangeira muito forte. O papel passivo do povo brasileiro nos acontecimentos de 1935 é endossado também pelo estudo de Cavalcanti (2010).

Nesta altura, como parece necessário encaixar a formação do proletariado brasileiro nos acontecimentos de transformação do Brasil a partir de 1930, faz-se necessário apoiar-se em estudos específicos sobre a organização da população trabalhadora brasileira no século XX. Avaliando o desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores assalariados brasileiros, Antunes (1988) ressalta que o formato de luta política do proletariado no século XX foi determinado pela forma como se deu a revolução burguesa no Brasil, em específico, pela consolidação do conservadorismo expresso na formação do Estado Novo em 1937, que colocou toda organização sindical em consonância com o sistema burguês urbano nascente. Antunes (1988) busca fundamentar a interpretação de que o proletariado brasileiro é atrasado devido ao fato do país ser capitalisticamente retardatário ao ressaltar justamente esse controle da organização dos trabalhadores possibilitado pelo Estado varguista.

De acordo com a historiografia do movimento operário no Brasil, já durante a República Velha os trabalhadores tentavam conquistar direitos fundamentais, como regulamentação da atividade laboral, renumeração adequada e condições salubres de trabalho. No início, a corrente anarquista dominava o movimento, e foi sob forte influência desta vertente que se formou o PCB no início dos anos 1920. Nesse momento, Antunes (1988) explica que o Estado brasileiro começou a dar mais atenção a essa força que era até então uma mancha de lutas isoladas e desconexas. Sabe-se que a influência estrangeira nestes primeiros momentos de organização dos trabalhadores em partido foi grande, o que contribui para sustentar a idéia de que as condições de luta do centro estão sendo transplantadas intelectualmente para o Brasil rapidamente. É desse modo que, mesmo com uma classe trabalhadora completamente alheia aos desdobramentos de 1917 e 1929, o comunismo como força política se propaga no país e na América Latina nos anos 1930 “pela conversão de jovens intelectuais de famílias da oligarquia latifundiária e oficiais subalternos do exército” (Hobsbawm (1994), p. 82 *apud* Martins Rodrigues (1984), pp. 390).

Como exemplo concreto dessa avaliação, é possível relembrar este episódio pontual que explicita a ascensão daquilo que se consolidou como a forma de anticomunismo no Brasil, o que corrobora a idéia de que a força política do movimento comunista tornou-se real no país ainda nas primeiras décadas do século XX, mesmo momento em que o embrião para a ideologia desenvolvimentista se formava. Trata-se do episódio que entrou na historiografia oficial como Intentona Comunista de 1935, e que Hobsbawm classifica como tardia e anômala em comparação com as “tentativas esparsas dos comunistas de insurreição armada independente” dos casos de Bulgária e Alemanha em 1923, Indonésia em 1926 e China em 1927 (Hobsbawm (1994), p. 77). Para compreender a idéia aqui em desenvolvimento, qual seja, a de que a revolução burguesa no Brasil concorre com a revolução dos trabalhadores, é preciso identificar o contexto deste lance singular.

2.2 O levante de 1935: transformações no Brasil e no centro

O levante armado de novembro de 1935 ocorrido em Natal, em Recife e no Rio de Janeiro, tinha orientação ideológica comunista incontestada. No entanto, as determinações reais do evento são muito mais difíceis de apresentar, devido às controvérsias interpretativas e até aos conflitos políticos que se embrenham nas análises sobre o episódio. Segundo Cavalcanti (2010), a gênese do golpe remonta à revolução bolchevique de 1917, que por sua vez, foi a chama concreta daquele “material inflamável na política mundial” ao qual Lênin se referia (Hobsbawm ([1987] 2008), p. 384 e p. 414-415).⁴⁹ Se por um lado, a Revolução de Outubro significou uma conquista da classe trabalhadora, por outro, ela foi acompanhada por problemas de organização mundial do movimento comunista. A partir daí, as diferenças existentes entre as correntes que compunham a 2ª Internacional de 1889 se concretizam em uma cisão de repercussão histórica: de um lado, a ala social democrata tinha uma posição nacionalista em relação à Primeira Guerra Mundial e defendia a entrada no conflito. Por outro lado, a ala que ficaria conhecida como comunista acreditava que o conflito imperialista não era do interesse dos trabalhadores do mundo, e por isso achava que a solução consistia

⁴⁹ Trata-se das perturbações e atritos políticos mundiais, nas regiões não-centrais, no contexto do desmonte da era de paz e conseqüente escalada para a Primeira Guerra Mundial. O artigo de Lênin *Material inflamável na política mundial* foi publicado em 1908 e chamava atenção para a importância revolucionária global, não restrita às regiões economicamente mais avançadas, ao destacar que “o movimento internacional do proletariado não se desenvolve e não pode se desenvolver por igual e de forma idêntica nos diferentes países” (tradução minha). Ver: Lênin ([1908] 1973).

em converter a Guerra em um movimento revolucionário mundial. A partir do início dos anos 1920, as duas correntes passam a compor organizações separadas.⁵⁰

Segundo Cavalcanti (2010), isso não impede que elas entrem em uma disputa pela hegemonia sobre a classe trabalhadora, o que acaba dando tempo e espaço para a expansão do fascismo, uma nova forma de força política espremida entre os dois principais grupos sociais do modo de produção do capital.⁵¹ A partir da crise capitalista de 1929, tal força política se desenvolve naquilo que veio a ser a Alemanha nazista. O movimento organizado que reflete a força política dos trabalhadores, e que engendrava todas essas discórdias entre social democracia e comunismo, não conseguiu fazer frente ao nazismo. Em 1934, devido a essas dificuldades, o 7º Congresso da Internacional Comunista é postergado para o ano seguinte, mas, como várias delegações da América Latina já estavam em Moscou, realiza-se uma reunião sobre a região. Os relatórios referentes ao Brasil tinham um tom otimista quanto às condições de revolução no país, segundo Cavalcanti (2010). Assim, tinha-se a impressão de que havia uma insatisfação popular contra Vargas e que o PCB crescia em influência não só sobre os trabalhadores, mas também sobre os militares, conforme Mendes e Maranhão (1982) *apud* Cavalcanti (2010). Foi nesse contexto que se teria decidido pela preparação do levante armado no Brasil, sob comando de Luís Carlos Prestes.

Mas porque justamente essa figura toma à frente da tentativa de golpe? Segundo Carone (1975), o levante encontra seus antecedentes na Revolução de 1922, ou de forma mais orgânica, no movimento tenentista. O tenentismo foi o movimento sustentado por jovens oficiais do Exército Brasileiro que eram politicamente contrários às instituições oligárquicas que persistiam em predominar na República. Os desenlaces desta força política desembocam na Revolução de 1930 que fecha a República Velha e dá início à Era Vargas.

O fenômeno do tenentismo deve ser compreendido no contexto desta passagem do Brasil arcaico para um país capitalista internamente e industrializado. Tentando buscar uma explicação para o movimento dos militares insatisfeitos com a situação de

⁵⁰ Sobre isso ver Cavalcanti (2010). Hobsbawm (1994), pp. 75 analisa esta divisão do movimento comunista que “retrospectivamente, parece um grande erro”, a partir da apresentação do modelo do partido de vanguarda. Para a análise crítica deste lance, ver Luxemburgo ([1915] 2003), que interpreta a Primeira Guerra Mundial como expressão de uma falha gigantesca do movimento revolucionário por não internalizar o “dilema da história do mundo”, a bifurcação socialismo ou barbárie. Sobre as origens da posição reformista, ver Luxemburgo ([1900] 2010).

⁵¹ Para uma análise do fenômeno do fascismo ver Hobsbawm (1994), p. 122 e Trotsky ([1944] 1993). Trata-se de uma força política com base social potencialmente ampla por não se identificar nem com os grandes capitalistas, nem como o proletariado.

coisas no início dos anos 1920, Carone (1975) ressalta que as oportunidades de ascensão social no Brasil recém saído da época imperial eram escassas, de tal forma que o Exército se tornou um caminho promissor para aquela nova classe média em constituição. Essa geração de militares vinda desse novo estrato social começa então a ascender socialmente através da hierarquia militar por critérios de capacidade, em contraste com a política de favores que prevalecia. Some-se a isto o fato de que esta nova geração estava sendo formada na Escola Militar do Realengo, que se contrapunha à velha Escola da Praia Vermelha. Enquanto esta última estava ligada à escola militar do Império do Brasil, a primeira oferecia uma formação estritamente “técnica”, de orientação fora da política.

Carone (1975) chega a achar um “paradoxo” o fato dos líderes militares que queriam mudar a situação do país terem sido formados por esta nova escola. Mas a coisa torna-se clara quando notamos que as diferenças de formação são reflexos de diferentes períodos do Estado brasileiro. Tal torna-se ainda mais compreensível quando nos apoiamos na análise de Santa Rosa ([1933] 1976), que, no que chama a atenção pelo fato de ter corretamente capturado a razão do evento enquanto este ainda era presente, já em 1933 identificava que o sentido do tenentismo era resultado do conflito entre duas propostas políticas: a que visava manter os interesses das oligarquias e outra que vinha se desenvolvendo com o nascimento da República e que terminou se mesclando com as reivindicações dos jovens oficiais que formaram a corrente tenentista.⁵² Essa interpretação foi aceita e resumida por Sodré (1976) assim: “A essência do movimento tenentista constituiu no seu papel ligado ao processo de ascensão da burguesia brasileira, em luta contra o absoluto domínio exercido pela classe latifundiária” (Sodré (1976)). Desse modo, o tenentismo aparece como sintoma do declínio das velhas estruturas, resquícios do Brasil Colônia.

Sodré (1978), enfatizando sempre que os episódios pontuais são apenas expressões de transições históricas mais complexas e abrangentes, ressalta que de fato o inconformismo militar existia desde o Império, mas fora sempre um evento esporádico. Somente a partir de 1922, com crise política vinculada à sucessão presidencial de então e com a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana é que o movimento dos militares assume uma força contínua que virá a se tornar aquilo que recebeu o nome de

⁵² A acurada análise de Santa Rosa em seu trabalho *O Sentido do Tenentismo* foi retomada posteriormente por Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe, segundo Fausto ([1970] 1982), p. 51 e 52.

tenentismo, cuja “expressão máxima será a Coluna Prestes”.⁵³ A figura de Prestes então, no bojo da marcha que percorria o território brasileiro combatendo, além das tropas regulares do Exército, principalmente as tropas dos latifúndios, compostas por jagunços e agregados de todo tipo, ganha contornos de lenda às vistas das classes médias e da pequena burguesia brasileira. É assim que passa a ser conhecido como “Cavaleiro da Esperança”.

Luís Carlos Prestes, membro deste novo quadro de militares técnicos da Escola Militar do Realengo, se torna então a personificação da liderança do movimento político progressista que culminará na tentativa de revolução em 1935. A trajetória de Prestes mostra que as revoluções sociais de ascensão da burguesia na periferia no começo do século XX estão sendo constantemente espreitadas pelo espectro da revolução dos trabalhadores. Finda a Coluna, que estava estritamente ligada ao tenentismo e às insatisfações com a oligarquia, não tendo relação alguma com comunistas, Prestes, após um período próprio para estudos na Bolívia e Argentina, descobre que as transformações demandadas por sua geração estão inseridas em um contexto mais geral de revolução, que envolve todos os países. Nesse momento, adentra o movimento comunista pela vertente científica. Em seu próprio depoimento, que ajuda também a compreender porque não existe aquele suposto paradoxo apontado por Carone (1975), Prestes (1978) explica que a tendência natural seria a de ele encontrar um caminho reformista, já que era ele mesmo um “elemento pequeno-burguês”. Mas seu pensamento lógico e a base materialista que fora o eixo de sua formação na Escola Militar, no estudo de ciências matemáticas e físicas, facilitou o seu “encaminhamento para o marxismo, como sendo a única solução para um caminho revolucionário”. (Prestes (1978) In: Sodré (1978), p. 86).

Como se vê, o levante de 1935, mais do que um evento conspiratório autônomo sem ligação com sua época, encontra sua explicação na transição que se costuma caracterizar de revolução burguesa brasileira. O vínculo se expressa pontualmente na pessoa de Prestes, pois seu percurso liga os tumultos gerados internamente no contexto de ascensão do Estado burguês industrializante progressista com as transformações globais do centro que se concretizaram na Rússia em 1917. A conversão do movimento anti-oligarquia do tenentismo, que culminou na ascensão de Vargas, para o comunismo,

⁵³ O registro oficial da história da Coluna Prestes é o livro de Lourenço Moreira Lima, que participou da marcha e compôs o texto que serviu posteriormente como documento aos historiadores e escritores como Nelson Werneck Sodré e Jorge Amado. Sobre isso, ver Moreira Lima ([1934] 1979).

efetuado por Prestes, indica que as transformações do Brasil estão inseridas naquelas mudanças mais profundas que emanam da Europa e se espalham por todo globo. Dessa forma é possível compreender que a evolução do tenentismo e da organização dos trabalhadores assalariados brasileiros ocorre paralelamente, e que a procura do PCB por Prestes na Bolívia em fins de 1927 e sua posterior afiliação ao Partido em 1934 revela que ambas correntes fazem parte da mesma força que, em oposição às oligarquias, empurra o Brasil para o capitalismo interno e industrializado.

Caio Prado Jr. (1945), em seu prefácio para o livro de Moreira Lima (*A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*), concatena o tenentismo com o movimento comunista de forma semelhante ao dar alta significação política à Coluna Prestes em relação ao fim da República Velha. Em sua análise, sempre pautada na identificação da base econômica que explica os eventos políticos captados primeiramente pela historiografia, Caio Prado Jr. ressalta que as mudanças econômicas advindas da crescente dificuldade de manutenção dos padrões de exportação pré-Primeira Guerra criam contradições que só podem ser resolvidas pela revolução no Brasil. Mas, no início, o proletariado brasileiro é ainda muito jovem e inexperiente, não tendo condições de liderar o movimento contra a oligarquia. Por essa razão, “o impulso mais sério, e que abalará toda a estrutura do país, partirá de outros setores”. Os tenentes, apesar de fazerem parte das Forças Armadas, “não pensam como militares”, mas “exprimem antes a inquietação das classes médias a que pertencem sua origem”.⁵⁴

Assim, conforme as relações capitalistas internas se desenvolvem, a ala revolucionária dos tenentes se integra ao movimento dos trabalhadores, pondo fim à função histórica do Tenentismo e à predominância anarquista inicial do PCB, evidenciando que a etapa histórica de transição da economia agrário exportadora para uma sociedade capitalista industrializada contém o germe da etapa seguinte, ou seja, da sociedade socialista, originado na Europa Ocidental e que se desenvolve no formato de socialismo real com a formação da União Soviética. Neste sentido, mesmo que o caráter da luta de classes no Brasil seja distinto do clássico quando do momento vitorioso da burguesia, ou seja, ainda que seja difícil tratar de suas especificidades, sugere-se que podemos apreendê-la por intermédio da luta mais avançada que acontece nos países que já completaram a revolução capitalista.

⁵⁴ Existe uma interpretação diversa sobre o movimento tenentista que a afasta das classes médias em formação e defende que este é um movimento político autônomo que representa uma organização burocrática, como se as Forças Armadas constituíssem força política própria. Sobre o debate acerca do caráter político do Tenentismo, ver: Forjaz (1977).

A interpretação para a coexistência entre o avanço e o conservador na revolução burguesa no Brasil posta aqui reside na comparação entre os níveis de luta de classe que ocorrem localmente e mundialmente. De forma semelhante, Oliveira (1981) argumenta que, se internamente as forças políticas da base não estão em ação, ou seja, o povo brasileiro é um elemento relativamente passivo nas transformações de 1930, “do ponto de vista das relações externas com o resto do sistema capitalista, a situação era completamente oposta”. Isso significa que a crise dos anos 1930 e o desenlace da Segunda Guerra Mundial culminam na necessidade de “reconstruir as economias dos países ex-inimigos, a fim de, entre outras coisas, evitar uma expansão do socialismo nos países já desenvolvidos” (Oliveira (1981), p. 38). E, como resultado disso, os recursos que poderiam ser deslocados para as áreas periféricas e consolidar a burguesa industrial nas ex-colônias, são direcionados para essas áreas centrais em que o espectro comunista é concreto. Nesse sentido, o fim da Segunda Guerra, ainda segundo Oliveira (1981), acabará reativando o papel de fornecedor de matérias primas de economias como a do Brasil, devido à atenção dos EUA à reconstrução da Europa via Plano Marshall. E, como são as classes oriundas dos setores agrário-exportadores que controlam essa atividade, o capital industrial nacional, em estado recém-nascido, acaba tendo enorme dificuldade em subjugar-las.⁵⁵

Então, por que afinal a Revolução Burguesa no Brasil é difícil? Porque “aqui [no Brasil], passa-se por uma crise nas relações externas com o resto do sistema, enquanto no modelo “clássico” a crise é na totalidade da economia e da sociedade” (Oliveira (1981), p. 39). Assim, diferente do modelo clássico, a consolidação de forças produtivas especificamente capitalistas no Brasil está sob os auspícios de uma transformação estrangeira que, aparentemente, estaria restrita ao centro do sistema. Contudo, na essência, é notório que o nível de luta de classes do centro, entre capital e trabalho, é transportado para o Brasil sem que as condições objetivas no local existam, ou seja, quando predomina o embate entre frações das classes dominantes, no caso, entre capitalistas agrários e capitalistas industriais. Não sem razão, “a luta de classes no Brasil é, portanto, um tema difícil de tratar” (Tavares (2000), p. 143).

2.3 Um exemplo de reflexo na literatura: Memórias do Cárcere

⁵⁵ De fato, alguns autores diminuem o aspecto de conflito intra-classe dominante e ressaltam a associação, a complementaridade entre oligarquia e burguesia na periferia capitalista. Essa é a posição, por exemplo de Fausto ([1970] 1982), que integra a crítica ao modelo dualista.

Além das análises objetivas deste momento histórico, podemos refinar a contemporização deste passado por meio dos movimentos ideológicos na superestrutura que marcaram a época.

Segundo Castro (2000), o “anticomunismo”, por exemplo, ganha força a partir da revolução bolchevique de outubro de 1917 na Rússia. Com isso, forças distintas como “católicos, liberais, militares, empresários, nacionalistas, fascistas e socialistas democráticos” unem-se como maneira de se oporem contra um inimigo comum. No Brasil, esta convergência de correntes anticomunistas seguiu um processo crescente de concretização do “perigo comunista” que culminou na Intentona de 1935. Os levantes dos militares revoltosos em Natal, Recife e Rio de Janeiro acabaram sendo vencidos pelo governo rapidamente. O fato de que foram tomadas isoladas em um processo desarticulado de golpe fez com que o episódio fosse identificado rapidamente como uma manobra insensata, sem conexão com a situação objetiva de então. De toda forma, este momento abriu o caminho para a institucionalização da perseguição a tudo que se ligasse ao comunismo. Foi assim que as Forças Armadas passaram a fazer corpo às correntes “anticomunistas”. Do mesmo modo, o próprio termo “comunismo” no país ficou intrinsecamente ligado ao negativo, perigoso e indesejado, consolidando a partir de então o uso de propaganda reacionária para manter a população alheia ao movimento internacional dos trabalhadores e à concepção materialista da história.

Uma forma segura de avaliar a transformação das idéias que remontam aos desdobramentos das conturbações na Europa precedentes a 1917 é por meio da análise da literatura. O desenvolvimento em questão ficou, por exemplo, registrado na obra *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos. É o relato do escritor de sua trajetória como prisioneiro político no período conturbado do Governo Constitucionalista de Vargas. Graciliano Ramos foi preso em Maceió em 13 de março de 1936 e libertado em 13 de Janeiro de 1937 no Rio de Janeiro sem nenhuma acusação formal.

Em primeiro lugar, parece que a prisão se explica pelo fato de Graciliano estar intelectualmente próximo daquilo que se caracteriza então como ideologia comunista. Como se faz uma análise histórica aqui, existe a constante tentação de utilizar o livro como modo de mostrar a perseguição política que se seguiu ao Levante de 1935.⁵⁶ Contudo, e é o que intriga, como opina também Bosi (1995), existe uma ausência quase

⁵⁶ A perseguição do Estado que se seguiu ao Levante de 1935 atingiu elementos de todo tipo, desde os intelectuais, como Graciliano Ramos e Lourenço Moreira Lima até criminosos comuns. De acordo com Jorge Amado (1945), Lourenço Moreira Lima, diferente de Graciliano, morreu durante o Estado Novo fugindo da perseguição política.

completa de debate ideológico nas *Memórias*. Tem-se a impressão assim de que todo fundo de conflito político está ausente. Isso porque Graciliano nem se alarma com sua captura, deixando claro que não se trata de injustiça, como ressalta Nelson Werneck Sodré no prefácio, e nem revela ao leitor o conteúdo político que justifica essa prisão. Por este motivo, a conexão do romance com o contexto político da época é uma função subordinada ao próprio leitor.

De acordo com Bosi (1995), *Memórias* se insere na chamada literatura de testemunho. Esse ramo combina história objetiva com impressões pessoais do ocorrido. Dessa forma, a obra é classificada como “realismo problemático”: ela se localiza entre dois pólos, a ficção e a história, formando assim um testemunho que está condicionado à memória do autor. Esta, por sua vez, é a base para a criação do texto, que fica dessa forma restrita à parcela de verdade circunscrita a essa memória. Portanto, mesmo que haja limites para a assimilação plena do episódio histórico, que é o resultado daquela ausência de análise ideológica na trama, o livro se torna uma fonte genuína de reconstrução histórica. Segundo Bosi (1995), Graciliano Ramos “não se propôs olhar e, menos ainda, avaliar seus companheiros enquanto sujeitos de um drama político”. Ou seja, toda análise desta esfera ficou colocada como tarefa para o leitor. Bosi (1995) acredita que foi essa falta de envolvimento do autor que teria causado “o desaponto, quando não a irritada frustração de alguns leitores sectários da obra”, provavelmente se referindo aos desentendimentos do autor com o PCB no que se refere a *Memórias* em específico.

Nesse sentido, o livro se torna um “registro histórico não-oficial”, de acordo com a classificação de Borges (2010). Com base nesse registro é que se poderia fazer a análise de que o governo Vargas seria a contrapartida brasileira dos regimes autoritários europeus, e que a reação à Intentona de 1935 visava realmente conter o movimento comunista que se articulava no Brasil.⁵⁷ Mas é preciso sempre ter em mente que esse tipo de leitura é um exercício ativo, ou seja, não está posto automaticamente por Graciliano. Isso dá abrangência à obra, que pode ser lida então com base em diferentes vertentes da ideologia de esquerda, desde as libertárias utópicas até o socialismo científico.

Tendo isso em mente, nossa leitura é a de que a obra *Memórias do Cárcere* pode ser usada como meio de vincular a revolução burguesa no Brasil com a luta de classes

⁵⁷ Sobre a influência fascista na América Latina, ver Hobsbawm (1994), pp. 136.

que se dá no centro. A idéia em exposição é a de que, durante a consolidação do Estado capitalista brasileiro, uma transformação mais avançada está ocorrendo nas regiões centrais do mundo. Isso faz com que a ascensão plena da burguesia industrial no Brasil tenha que ser muito cautelosa para que sua revolução não debande para a formação do Estado sob controle dos trabalhadores. Esse é o motivo pelo qual a revolução burguesa precisa ser conservadora. A luta de classes no centro está refletindo a revolução socialista, que avança e se concretiza na formação das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A partir de 1929, tal quadro se agrava, e no Brasil, após o fim da República Velha em 1930, tal movimento toma a forma deste período instável que prosseguiu até a formação do Estado Novo em 1937. É aqui que se insere a Intentona Comunista de 1935 e a prisão de Graciliano Ramos em seguida.

Mas, como já foi ressaltado, *Memórias do Cárcere* não promulga essa leitura política necessariamente. Isso causa estranheza no primeiro momento, pois seria de se esperar que o livro registrasse exatamente os bastidores históricos que determinam as experiências de Graciliano na cadeia. Em nossa perspectiva, nos parece que a obra atinge universalidade justamente por deixar isso em aberto, como tarefa do leitor. Esse é o fato pelo qual a obra foi transformada em filme em 1984 pelo cineasta Nelson Pereira dos Santos como maneira de dialogar com o próprio período antidemocrático de 1964 a 1985, de acordo com o estudo de Davi (2007): *Memórias* é uma obra que pode ser lida como reação a toda forma de controle e autoritarismo. Ou seja, ela não está enquadrado em nenhum evento concreto necessariamente.

De toda forma, ao fazer a literatura de testemunho, Graciliano coloca toda análise política e histórica a cargo do leitor. Desse modo, estão no documento as impressões individuais do autor, de tal forma que o contexto histórico que explica sua prisão devem ser analisados “por fora”, pois a própria obra dá indicações esparsas sobre isso. É assim que se compreende a relação conflituosa do PCB com o livro, visto que o partido buscava enquadrar o testemunho no cenário político de então, enquanto a obra em si é muito mais abrangente. Segundo Davi (2007), a partir de 1947, o PCB começou a delimitar as atividades artísticas seguindo os padrões que são estabelecidos na URSS. Em geral, as obras de arte deveriam sempre enaltecer e engrandecer as vitórias dos trabalhadores e projetar o partido como força coesa e progressiva, ou seja, deveriam estar balizadas pelo realismo socialista de estética zhdanovista.⁵⁸ As contradições e

⁵⁸ Essa corrente artística foi a que se tornou a forma hegemônica de manifestação cultural na Rússia comunista a partir de 1932. Sobre isso ver Davi (2007).

incertezas nitidamente expostas por Graciliano de diversas maneiras, iam diametralmente contra esse ideal artístico. Por outro lado, elas revelam com precisão as incongruências reais de um Brasil envolto em uma transformação incógnita, como o foi o momento específico do levante de 1935. *Memórias do Cárceres* fixa assim as dicotomias de seu tempo ao arquivar em uma obra artística acessível todas essas confusões que perfazem a inserção do Brasil na história mundial durante o período.

2.4 Uma interpretação da “revolução difícil”

Em relação à descrição das transformações visíveis na sociedade, da mesma forma que encontramos dificuldades para caracterizar o fim da sociedade colonial, fica bastante complicado caracterizar a transição para o capitalismo de uma economia que está circunscrita a patamares diferentes de lutas sociais que ocorrem concomitantemente no centro e na periferia. É essa contemporaneidade de lutas em níveis de desenvolvimento distintos que explicam as contradições que culminam em uma relação mal resolvida entre a modernidade e o arcaico no Brasil. Em particular, para apreender mais detalhadamente a formação do Estado capitalista brasileiro, devemos levar em conta o processo global de mudança do sistema liberal sob o império britânico para aquele regido pelos Estados Unidos, onde os capitais determinantes são oligopólios. É possível reconhecer três movimentos que concatenam as transformações no Brasil com os acontecimentos mundiais referentes a esta transição.

O primeiro tem a ver com mudanças políticas refletidas nas leis que levaram à abolição do trabalho escravo. Isso mostra o declínio do *modus operandi* ditado exclusivamente pelos latifundiários e revela que um mercado de trabalho, ainda que muito lentamente, irá se formar nas localidades urbanas. O segundo movimento está relacionado com a Primeira Guerra Mundial. Sendo o resultado direto da era imperialista, o conflito marca o fim da lógica global colonial em que o Brasil exercia seu papel como economia voltada para a acumulação no centro.⁵⁹ Esse é mais um componente que mostra como as mudanças no país estão intimamente relacionadas com os fatos históricos protagonizados pelas economias centrais. O terceiro movimento está posto em identidade com a Crise de 1929, que abre no Brasil a possibilidade da industrialização, conforme Furtado (2001).

⁵⁹ A gênese da Primeira Guerra Mundial é ainda debatida entre historiadores, conforme Hobsbawm ([1978] 2008), pp. 427, embora o vínculo com o imperialismo pareça ser irrefutável.

Já Sodré (1978), além de apontar a situação mundial de tensão do capitalismo expressa na Primeira Guerra Mundial, que se agrava e culmina na crise de 1929, indica Outubro de 1917 como episódio influente para a formação do Brasil capitalista. Essa tríade, Primeira Guerra, Revolução Russa de 1917 e quebra da bolsa de Nova Iorque, constitui o momento de dobra para nossa meta de compreender o desenvolvimentismo no Brasil como condição necessária após o fim do *laissez-faire*. Sodré (1978) utiliza três níveis de análise histórico-geográfica para compor o quadro de início do século XX e que ajudam a situar o Brasil na história mundial: o primeiro nível abrange os países capitalistas centrais, o segundo, os países dependentes e o terceiro, as áreas ainda coloniais.

Neste momento-chave, a crise geral do capitalismo se apresenta de forma específica nestes três níveis. No centro, os movimentos de rebeldia social se vinculam com a formação da URSS e as forças socialistas passam a ser imponentemente policiadas pelo Estado capitalista. Nos países *de facto* dependentes, mas já formalmente livres, como o Brasil, eclode a crise da monocultura e do concernente comércio exterior. As relações capitalistas internas tendem a se alastrar e a moldar o conhecido quadro da revolução burguesa na periferia. Nas demais áreas coloniais, Sodré (1978) enfatiza que o cenário é heterogêneo e confuso.

Vê-se, portanto, como as transformações globais se revelam de modo distinto, de acordo com o nível de desenvolvimento capitalista do país. No caso dos países dependentes, como o Brasil, as transformações abarcam um leque extenso de acontecimentos que remontam à colônia. Durante todo esse período, a já referida contradição entre as frações da classe dominante contribui para tornar a caracterização do Estado capitalista brasileiro como dentro de um “movimento de fluxo e refluxo”, sendo ao mesmo tempo progressista e conservador.⁶⁰ Nesse sentido, Costa (1978) identifica que nos anos 1950, a sociologia brasileira procedia analisando a luta de classes do modo relativamente simples, ou seja, por oposição direta entre duas forças apenas. Isso fez com que ela atribuísse todos os eventos progressivos transformadores, da Abolição da Escravidão à Revolução de 1930, à ação da burguesia em oposição às forças conservadoras e reacionárias. Fonseca (1999) também argumenta que a partir de 1930 o interesse nacional não está posto mais em identidade com apenas uma fração

⁶⁰ A idéia remete àquela batizada por Florestan Fernandes de “mudança social conservadora”, como lembra Carmiati (2009). Fonseca (1999) ressalta também esse duplo caráter da revolução, de mudança e continuidade.

específica dos capitalistas, como era o caso durante a República Velha, mas com a burguesia em geral enquanto classe. Isto evidencia que há uma mudança qualitativa no ápice da estrutura social controladora do Estado.

A passagem da República Velha para a Era Vargas tem importância nesse processo, à medida que se nota que os eventos mundiais estão impondo tal conservadorismo à ascensão do capital industrial na periferia. Nesse sentido, o poder que a burguesia brasileira alcança de 1930 em diante possibilita a instalação da ditadura do Estado Novo.⁶¹ Este seria, segundo Sodré ([1989] 2010), a forma como os capitalistas no Brasil teriam reagido ao pânico a que a burguesia mundial foi submetida com a crise de 1929 e ao movimento socialista triunfante na Rússia. Desse modo, o Estado Novo definia a composição do estado capitalista no país com a combinação de latifúndio e burguesia industrial, ou seja, do capital comercial com o industrial, ao mesmo tempo em que atendia as reivindicações já conquistadas no centro durante o século XIX.

O termo “populismo” acabou sendo formulado para se referir às práticas políticas que davam conta destas reivindicações, ainda que o processo histórico de conciliação de interesses por detrás dele tenha sido parcialmente ignorado, como opina Sodré ([1989] 2010). Gorender (1987) ressalta da mesma forma que o populismo foi a forma em ideologia que assumiu a tentativa da burguesia para obter o consenso da classe trabalhadora, em particular, do proletariado urbano, para começar a construir a nação burguesa.

Assim, o movimento de 1930, produto dessa mistura sistemática de modos de produção a serviço da acumulação na metrópole, “mostrava ser uma etapa da revolução burguesa no Brasil, uma etapa operada – ao contrário dos modelos históricos clássicos – contra o proletariado” (Sodré ([1989] 2010, p. 74). Boris Fausto, na mesma linha mas com certas especificidades e desacordos em relação a Sodré, conclui que “O Estado que emergiu da Revolução de 1930 manteve o papel fundamental de desorganizador político da classe operária, reprimindo duramente a vanguarda e suas organizações partidárias (...)” (Fausto ([1970] 1982), p. 108). Fonseca (1999), por sua vez, com base em Octávio Ianni, Ítalo Tronca e Edgar de Decca, argumenta que a Revolução de 1930 agiu sobre o movimento operário e contribuiu para “eliminar outro projeto em gestação no Brasil”, referindo-se ao movimento comunista embrionário em solo brasileiro.

⁶¹ Sobre a história dos eventos que vão do fim da República Velha em 1930 ao Estado Novo de 1937, ver a apresentação didática de Giannotti (2007).

Como se vê, mesmo que as condições objetivas fossem contrárias a tal projeto, a ideologia do movimento socialista está sendo transportada diretamente a partir do patamar de luta de classes que ocorre na Europa. Como exemplo deste argumento, Boris Fausto ([1970] 1982), p. 109, lembra que uma das ações do Estado de compromisso foi dificultar a imigração em 1931 com o objetivo de evitar o contato entre o trabalhador brasileiro em transição do campo para a cidade e o proletariado estrangeiro, já “contaminado” pela ideologia do movimento comunista. Outro fator de controle sobre o movimento foi, posteriormente, a Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, que marcou o abandono no Brasil da questão social enquanto questão de polícia. É importante ter este aspecto de pressão política emanando do centro e da base popular brasileira sempre em mente para entender a peculiaridade da formação do capitalismo no Brasil, pois ela ajuda a compreender os percalços desta formação. Principalmente, esta perspectiva ajuda a esclarecer porque o Estado industrializante e ativo alimenta discussões que acabam invariavelmente em disputas ideológicas facilmente associadas ao conflito “capitalismo versus socialismo”.

A necessidade de conter a classe trabalhadora ao mesmo tempo em que era preciso superar as raízes coloniais criou aquilo que se convencionou chamar de revolução difícil, típico do capitalismo dependente, como colocou Florestan Fernandes (2006). Fonseca (1999) lembra que foi essa dificuldade que conferiu sentido à ação estatal, como forma de hierarquizar interesses, refletida nos discursos de Getúlio Vargas. Dessa maneira, chega-se a conclusão unânime sobre esta característica da formação do capitalismo no Brasil, ou seja, de que a revolução é um processo de progresso conservador e que o Estado capitalista não é o Estado liberal, mas intervencionista.

No entanto, parece ser necessário enfatizar a luta de classes em nível global para dar racionalidade plena ao termo “revolução difícil”, ou seja, para esclarecer o fundamento da ambigüidade da revolução burguesa na periferia. A sugestão aqui é a de que as contradições da formação do Estado brasileiro capitalista sejam explicadas pelo fato de que, no momento de consolidação de instituições próprias da sociedade capitalista na periferia, o centro já está dentro de um processo de transição para a próxima etapa de organização social. Na hora em que a periferia começa a criar as bases materiais próprias do capital, o centro já esboça movimentos de mudança profunda com a lógica capitalista em si. Em um primeiro momento, tal raciocínio remete à já revelada

influência internacional dos eventos relativos à formação da União Soviética, que indica o caráter da revolução por vir.⁶²

Mas uma mediação importante precisa ser feita para apreender como tal influência ocorreu na prática. Para entender de que modo os princípios do socialismo ascendente concretamente delimitam os parâmetros da revolução burguesa no Brasil, é preciso verificar a substituição do liberalismo clássico por aquilo que virá a ser o “planejamento de natureza capitalista” e sua versão brasileira. É desse modo que se poderá averiguar se e como o fundamento do controle econômico, mesmo que dentro da lógica do capital, parece se esconder na ascensão do poder comunista. Afinal,

(...) uma das ironias deste estranho século é que o resultado mais duradouro da Revolução de Outubro, cujo objetivo era a derrubada global do capitalismo, foi salvar seu antagonista, tanto na guerra quanto na paz, fornecendo-lhe o incentivo – o medo – para reformar-se após a Segunda Guerra Mundial e, ao estabelecer a popularidade do planejamento econômico, oferecendo-lhe alguns procedimentos para sua reforma (Hobsbawm (1994), p. 17).

O ponto para fazer tal mediação entre o controle econômico e a forma de organização social consciente de produção e distribuição, de acordo com este estudo, parte do fato de que o eixo liberal, a partir da crise de 1929, não oferece mais bases para o capitalismo relacionado com a revolução burguesa clássica. Em uma palavra: a revolução burguesa no Brasil coexiste com a passagem do capitalismo liberal clássico para um modelo de sistemática coordenação da economia nacional. Ou seja, se antes, durante a revolução clássica, a ideologia burguesa podia estar estreitamente relacionada com o liberalismo, no início do século XX não existem mais as condições desta conexão. A ideologia burguesa no Brasil precisa por isso se adequar ao quadro de sua época: ela precisa, desde o início, incorporar os elementos dos novos tempos, como a coordenação social dos investimentos. Como o Leste era pioneiro na arte do planejar a economia nacional, o movimento político de sustentação do socialismo real tem sua parcela de participação na determinação do caráter dirigista do capitalismo no Brasil. Mas não apenas por esse lado. O caminho aberto por Keynes, em conjunto com as experiências de planejamento que começavam a surgir no Ocidente, contribuíram para a

⁶² E tal influência expressou-se no Brasil (como exposto) na Intentona Comunista e demais movimentos que precederam e justificaram 1964, como lembram Mazzeo e Bolsonaro, cada um em seu artigo e à sua maneira, curiosamente na mesma edição do jornal Folha de S. Paulo (11/01/2011). Os instantes que pareciam anteceder a revolução mundial durante os desencadeamentos expressos na Primeira Guerra Mundial podem parecer hoje infundados, mas eram reais na época. A perseguição e execução dos líderes comunistas Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht na Alemanha é um dos exemplos que ilustra a força que o movimento possuía então.

criação deste novo ideário, que, no caso específico do Brasil, tomou a forma concreta de “desenvolvimentismo”.⁶³

É nesse sentido que a superação da dificuldade da qual Florestan Fernandes fala impôs à burguesia promover a industrialização na periferia de um modo singular: o Estado deveria intervir e utilizar-se do planejamento para que as contradições em curso pudessem ser resolvidas. É daí que surge a base para a formação da ideologia desenvolvimentista e do formato real como se deu a industrialização no Brasil. A descoberta exata sobre o motivo pelo qual o Estado capitalista brasileiro é ativo na promoção da industrialização e sobre qual foi a influência da classe trabalhadora nesse processo são tópicos decisivos que ainda precisam ser esclarecidos. Como Antunes (1988) corretamente formulou a pergunta: se o Estado a partir de 1930 é de compromisso, locus de conciliação apenas de frações da classe dominante, “como explicar a política industrializante implementada por um Estado meramente arbitral?”

A hipótese aqui em desenvolvimento sugere que o Estado capitalista periférico promove a industrialização devido às imposições do nível de luta de classes no centro, que se vê impelido ao planejamento econômico após 1929, mas cujo movimento socialista já anunciava futuras transformações na economia desde o final do século XIX. Essa pressão é transportada em nível ideológico para a periferia capitalista com relativa facilidade, conforme as vias de comunicação e locomoção global se desenvolviam rapidamente. Conforme colocou Boris Fausto,

“Na descontinuidade de outubro-1930, o Brasil começa a trilhar enfim o caminho da maioria política. Paradoxalmente, na mesma época em que tanto se insistia nos caminhos originais autenticamente brasileiros, para a solução dos problemas nacionais, iniciava-se o processo de efetiva constituição das classes dominadas, abriam-se os caminhos nem sempre lineares da polarização de classes e as grandes correntes ideológicas que dividem o mundo contemporâneo penetravam no país.” (Fausto, B. ([1970] 1982), p. 113)

É por esse motivo que aqui, toda a análise sobre ascensão da burguesia no Brasil e do Estado desenvolvimentista é colocada no contexto do declínio do *laissez-faire* e

⁶³ Não é à toa que a disputa em torno do desenvolvimentismo descamba facilmente para o embate político. Oliveira (1981) argumenta que a ideologia desenvolvimentista tinha respaldo teórico na teoria do subdesenvolvimento, que por sua vez desviava a atenção teórica do problema da luta de classes. Por isso ela era adequada ao período populista. Sobre a formação do ideário desenvolvimentista no Brasil, ver também Bielschowsky ([1988] 2000) e Fonseca (1999).

ascensão paralela do socialismo real.⁶⁴ São esses condicionantes que dão significado à ideologia desenvolvimentista no contexto da história mundial. Essa conexão é captada de modo similar por Oskar Lange quando ele, comentando sobre os países periféricos assumindo as rédeas de seu futuro no século XX, escreve que

“(…) o modelo de desenvolvimento econômico que começa a surgir e que classifiquei como nacionalista-revolucionário (...) e o modelo socialista têm uma característica em comum. O desenvolvimento econômico não é espontâneo como no modelo capitalista clássico; ele é conseguido conscientemente através da planificação” (Oskar Lange, Desenvolvimento Econômico, Planificação e Cooperação Internacional. In: Lange (1986), p. 38)

Neste sentido, podemos agora retomar a controvérsia sobre o planejamento no Brasil de modo mais detalhado, buscando revelar como os acontecimentos preparatórios do Plano de Metas podem ser postos em relação com o conflito ideológico explicitado neste capítulo. Com isso será possível indicar futuramente de que modo as experiências brasileiras de controle econômico podem ser utilizadas para refinar e abordar algumas questões erguidas pelo debate sobre o cálculo econômico socialista.

⁶⁴ O abandono da crença no livre mercado realizada e incentivada pela formação da União Soviética também é ressaltada por Hobsbawm, para quem este é um dos motivos centrais pelo qual “a história do Breve Século XX não pode ser entendida sem a Revolução Russa e seus efeitos diretos e indiretos” (Hobsbawm (1994), p. 89). Esta interpretação sobre a fim do liberalismo clássico está bastante próxima daquela defendida pelo marxismo ortodoxo, exemplificado neste trabalho pela posição de Nelson Werneck Sodré.

Capítulo 3 - Programação Econômica no Brasil e o Mapeamento dos Pontos de Estrangulamento (1939-1956)

3.1 Antecedentes e sentido do Plano de Metas

O desenvolvimento até aqui mostrou que o planejamento econômico no Brasil, além de estar circunscrito à controvérsia mais fundamental entre plano e mercado, foi determinado pelos precedentes do Plano de Metas. Assim, para revelar como os programas de industrialização e desenvolvimento no Brasil se relacionam com o debate sobre o cálculo econômico, é preciso indicar como o Grupo Misto CEPAL-BNDE mapeou os pontos de estrangulamento que norteiam a formulação geral deste que foi o primeiro programa abrangente de industrialização do país.

Pela linha do tempo esboçada, o formato do intervencionismo no Brasil para elaborar projetos de industrialização e crescimento é consolidado no espaço entre 1939 e 1953. Nesse período, houve um levantamento de informações sobre as interrelações setoriais da economia brasileira que jamais havia sido feito. Os pontos que delimitam esse intervalo são a Missão Aranha de 1939 e o relatório do Grupo Misto CEPAL-BNDE.

O movimento para o qual estamos chamando a atenção pode ser sintetizado assim: depois das transformações de 1930, a Segunda Guerra Mundial faz o Brasil estabelecer relações especiais com os Estados Unidos.⁶⁵ Durante o intervalo da Guerra, são feitas missões de grupos técnicos ao Brasil, que acabam iniciando o processo de mapeamento da economia brasileira que culminará no relatório a ser utilizado na confecção do Plano de Metas. A hipótese é a de que a Teoria da Programação como base do planejamento entra no Brasil nesse momento. Para defender tal idéia, será indicado de que forma o manual de programação da CEPAL se insere neste processo.

De acordo com Oskar Lange ([1961] 1967), o substrato teórico do planejamento industrial foi popularizado no Ocidente pelo esforço de guerra. A palavra-chave “ponto de estrangulamento”, que explica toda lógica dos investimentos propostos no Plano de Metas é muito próxima da estrutura de programação linear que se consolida como base para planejamento do suprimento das forças armadas. Esses pontos são aqueles que limitam o sistema, podendo ser caracterizados também como os pontos de restrição. A expansão ou crescimento industrial deveria então ser focada na eliminação destes gargalos.

⁶⁵ A expressão “relações especiais” remonta à idéia do Brasil como principal parceiro dos EUA na América Latina durante a consolidação mundial da economia estadunidense, com o que se esperava suporte privilegiado em relação aos países vizinhos. Sobre isso, ver Malan ([1980] 1997), p. 63.

Da perspectiva teórica, o processo de mapeamento que identifica tais pontos corresponde à descrição das relações entre os setores da economia, pois sua localização não pode ser feita sem que se determine, ainda que de forma rudimentar, como cada unidade produtiva utiliza os produtos das outras unidades de produção como insumos. Por isso, o mapeamento que permite estabelecer onde estão os “pontos de estrangulamento” é análogo à construção das matrizes de Leontief que foram rapidamente assimiladas pelos esforços de atendimento da demanda das forças armadas na Segunda Guerra Mundial. Seria bastante útil e interessante verificar o histórico das matrizes da economia brasileira que são divulgadas hoje pelo IBGE. De acordo com o argumento aqui apresentado, essas matrizes devem ter sua origem naquele mapeamento que começou nos anos 1940.⁶⁶

Então, com base das informações acumuladas pelas missões em conjunto com os Estados Unidos, o Grupo Misto CEPAL-BNDE consegue montar um quadro razoável da economia nacional, a partir do qual são determinados setores-chave que devem receber incentivos estatais para possibilitar a expansão industrial.

O histórico deste mapeamento, ou seja, dos estudos que precedem a execução e o sucesso do Plano de Metas, não é novo. Rossetti ([1974] 1993), por exemplo, chama a atenção para o volume de informações organizadas entre 1951 e 1953 que “indicou os setores de germinação do crescimento acelerado e sugeriu mais de quarenta projetos específicos” (Rossetti ([1974] 1993), p. 103). O que se pretende aqui é ligar tal desenvolvimento histórico com a imposição de planejamento em contexto mundial. Além disso, a meta deste capítulo é estabelecer uma rota de conexão entre este desenvolvimento concreto para o caso do Brasil com a teoria da programação linear apresentada por Oskar Lange em sua *Introdução à Econometria*.

Por que será buscada essa conexão? Nosso argumento é que, a partir dessa análise, será mais fácil relacionar o tópico do planejamento no Brasil com o debate

⁶⁶ A consulta ao material existente sobre a gênese das matrizes insumo-produto no Brasil corroboram a idéia levantada. Nunes (1998) explica que o sistema de contas nacionais desenvolvido inicialmente por Keynes e depois organizado e difundido pela ONU serviu como referência para a montagem das contas do Brasil no final dos anos 1940. Estas primeiras equações se referiam às estimativas dos anos de 1939 e 1947, sendo assim apoiadas nos dados coletados nessa época. A integração das contas com as tabelas de insumo-produto ocorreu posteriormente, a partir dos anos 1970. Esse processo de integração tardia das tabelas de Leontief às contas se deu também nos países centrais, porque a velocidade de obtenção dos dados não permitia a construção de uma tabela minimamente desagregada em tempo útil para a decisão sobre políticas econômicas. Conforme os computadores se desenvolviam, as tabelas foram crescentemente usadas como base para a elaboração de planos específicos. Sobre a gênese da sistemática atualização das matrizes a partir das contas nacionais ver também Marinho Mathias (2011).

sobre o cálculo econômico socialista.⁶⁷ Em específico, seguindo essa linha de estudo, serão encontradas referências e documentos que podem mostrar como o debate abstrato do cálculo se expressou concretamente nos projetos de industrialização da periferia. Qual a relevância disso hoje? Primeiro, esse esforço arquiva a história relativa ao debate de planejamento a partir da perspectiva teórica. Em segundo lugar, os debates sobre planejamento e desenvolvimento do presente podem ser enriquecidos com a adição dos elementos básicos do debate sobre o cálculo econômico socialista, que representam uma das fronteiras científicas das ciências econômicas. Um terceiro ponto é que será possível comparar a técnica de controle econômico utilizada naquele período com as técnicas empregadas nas décadas subseqüentes. Isso é importante para detalhar o caráter do controle econômico contemporâneo no país, que já não tem mais a meta de industrialização como no passado.

Uma das interpretações que justifica o recorte temporal aqui adotado, de 1939 a 1953 é a da historiografia da programação econômica feita por Rossetti ([1974] 1993). De acordo com o autor, a experiência do Brasil com o uso de processos racionais de política e programação econômica pode ser dividida em três fases: os procedimentos anteriores a 1939, o período de 1939 a 1956 e a fase iniciada em 1956. Vemos que tal divisão isola o momento do meio, provavelmente porque essa é a hora de passagem definitiva para a fase de organização abrangente das políticas econômicas com base nas técnicas que se desenvolveram e se popularizaram a partir da crise dos anos 1930.

Para identificar as experiências de planejamento econômico no Brasil com os debates econômicos em nível teórico no âmbito mundial, é preciso ter em vista o contexto específico do momento preparatório do Plano de Metas. A partir do início da Segunda Guerra Mundial, existe uma seqüência de eventos que explicitam como as práticas de coordenação se deslocaram para o país a partir principalmente dos Estados Unidos, por meio de missões técnicas especiais.

⁶⁷ A relação entre o cálculo e a teoria da programação, apesar de não desenvolvida aqui com maior cuidado devido ao alto grau de abstração teórica necessário, pode ser resumida assim: o problema do cálculo consiste em obter duas coisas: os coeficientes técnicos de produção e a demanda em nível alto de desagregação. No caso em que o mercado é a base da dinâmica econômica, esses dados são sintetizados nos preços empíricos das mercadorias. De posse dessa informação, é possível então determinar de que maneira a alocação dos fatores pode atender os requisitos daquela demanda. Esse é o processo de programação, ou de planejamento econômico. Sobre essa questão ver o modelo desenvolvido em Camarinha Lopes e Neder (2011). Existem complicações práticas e conceituais grandes que precisam ser elucidadas no que se refere à programação realizada no sistema capitalista e aquela a ser feita em um sistema socialista. O primeiro passo na solução destes problemas é a explicitação do arcabouço teórico em comum a todos os sistemas sociais de produção e distribuição, tarefa essa iniciada por Oskar Lange com base na Economia Política de Marx. Para uma introdução ao problema da relação entre valores e preços no contexto do planejamento, ver Camarinha Lopes (2010a).

O primeiro evento que marca o início desse processo é a Missão Aranha de 1939. Abreu (1990) destaca que a ida de um grupo técnico aos Estados Unidos nesse momento inicia um longo período de relações “especiais” entre o Brasil e os Estados Unidos. A missão atendia um convite feito pelo governo norte americano ao presidente Vargas e era formada pelo chanceler Oswaldo Aranha, por Luis Simões Lopes e Marcos de Souza Dantas, do Banco do Brasil, e pelos diplomatas João Carlos Muniz e Sérgio Lima e Silva. Em pauta das reuniões estavam temas como defesa nacional, relações comerciais, dívidas e investimentos no Brasil. Havia uma vontade mais ou menos revelada de tornar o país mais produtivo, como salienta Abreu (1990). Na prática, neste primeiro momento, só ficou acertado um empréstimo pequeno do Eximbank⁶⁸ para que o Brasil pudesse honrar alguns compromissos comerciais e financeiros atrasados com a contrapartida de que o controle cambial fosse relaxado (Abreu (1999), p. 271).

O contexto geopolítico desse marco é a crescente consciência de Washington da necessidade de colocar os países latinos americanos em conformidade com sua estratégia de consolidação de seu bloco hegemônico. Outro fator explicativo é a dificuldade que o Brasil começa a enfrentar com o comércio com a Europa. O período entre 1939 e 1941 foi de difícil desova dos produtos a serem exportados, pois a passagem do destino principal de venda da Europa para a América do Norte levava tempo para ser completada. Em poucas palavras, a Missão Aranha aproxima o Brasil dos Estados Unidos e o afasta da Alemanha, em um processo de barganha em que se tentava obter vantagens econômicas a partir das concessões de influência política.

O segundo acontecimento desta linha que desemboca no Plano de Metas é a contratação pelo governo brasileiro dos serviços de um grupo de dez engenheiros e técnicos chefiados por Edward S. Taub em 1942. Para Daland (1969), este é inclusive o momento que marca o início do planejamento econômico como tal no Brasil. Diferente das demais missões técnicas, o grupo Taub aparece de forma escassa na literatura.⁶⁹ Segundo Daland (1969) e Malan ([1980] 1997), o grupo elaborou um plano de investimentos para um período de dez anos que custaria no total quatro bilhões de dólares. Duas coisas chamam a atenção neste projeto: primeiro, é curioso que Daland (1969) afirme que os Estados Unidos estavam interessados nessa atividade porque

⁶⁸ O Eximbank (Export-Import Bank of the United States) é a agência de crédito do governo americano para a compra de mercadorias estadunidenses pelos outros países.

⁶⁹ Sobre o grupo Edward S. Taub no Brasil, ver Daland (1969), p. 26 e Lorenzo-Fernández (1976), p. 162. Malan ([1980] 1997), p. 60, indica que a Missão Taub de 1942 propôs um programa de investimentos no Brasil que objetivava especificamente elevar a produção industrial do país de 2% da produção norte-americana para 4%.

queriam utilizar o Brasil como área de teste dos métodos de desenvolvimento econômico. Segundo, o relatório do grupo foi mantido secreto durante vários anos e, ao fim da Guerra e do Estado Novo, o assunto caiu em esquecimento de acordo ainda com Daland.

Em terceiro lugar, temos a Missão Cooke em 1943. A nova vinda de técnicos norte americanos ao Brasil faz um mapeamento dos setores e dá sugestões de investimentos, mas sem apontar custos. A importância da Missão Cooke foi o fato dela servir como base para os planejamentos posteriores. Aqui, diferente do grupo Taub, havia uma cooperação clara entre os economistas brasileiros, pois os trabalhos foram feitos em conjunto com a FGV.⁷⁰

O quarto episódio do processo preparatório do Plano de Metas é a Missão Abbink de 1948. Desta vez, é um grupo composto por norte americanos e brasileiros que desencadeia um processo contínuo importante: os trabalhos da Missão Abbink possibilitam a criação da Comissão Mista Brasil-EUA para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU) que por sua vez instiga a criação do BNDE. Então o BNDE, em um acordo com a ONU, que havia sido criada entretanto, e sua comissão de estudos para a América Latina, a CEPAL forma o Grupo Misto CEPAL-BNDE, cujo estudo da economia brasileira será a base concreta para o Programa de Metas.⁷¹

Mas de que modo isso ocorreu precisamente? E qual a conexão deste movimento com as mudanças no sistema econômico como um todo? Ao conectar o Plano de Metas com as mudanças que se iniciam no final dos anos 1930, objetivamos mostrar que o planejamento econômico no Brasil deve ser entendido em um contexto de transformação ampla da economia mundial e de aplicação de métodos específicos na política econômica que estavam em harmonia com essas novas relações do sistema internacional. Para detalhar de que forma as determinações globais estão influenciando o formato da política econômica brasileira, é necessário analisar essa ligação por etapas. Uma das maneiras de fazer isso é retomar algumas interpretações sobre a decisão de planejar no Brasil, em especial aquelas que têm no governo Juscelino Kubitschek sua referência primária enquanto plano. A partir daí será possível, em associação com seus antecedentes, esclarecer o sentido do Plano de Metas.

⁷⁰ Sobre a Missão Cooke, ver Oliveira (2003). Uma primeira ligação de nosso tema com a missão foi feita no primeiro capítulo com Oliveira (2010).

⁷¹ O BNDE foi criado pela Lei no. 1628 de 20 de junho de 1952. A ONU foi fundada em 1945 após a Segunda Guerra Mundial e a CEPAL, cuja sede é em Santiago, no Chile, foi criada em 25 de fevereiro de 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).

O processo de direção estatal rumo ao desenvolvimento é, por exemplo, apresentado por Carlos Lessa. A industrialização por substituição de importações, lembra Lessa (1981), resultou no maquinário extensivo e pouco integrado. Ademais, ele ficava restrito à faixa de bens de consumo, originando assim o desequilíbrio estrutural no setor de transporte e energia e o ponto de estrangulamento básico. Somente a partir dos anos 1950 é que o processo de avanço na produção de meios de produção foi feito de forma consciente e direcionada. Para exemplificar, Lessa (1981) escreve que o BNDE foi criado como forma de alocar recursos com o propósito de eliminar os gargalos. Havia, claro, exceções de experiências anteriores, como a CSN, que já em 1941 possibilitou a indústria siderúrgica em Volta Redonda a partir dos acordos de Vargas com Washington. Mas foi somente depois que os efeitos de interconexão da cadeia produtiva começaram a ser contemplados de maneira sistemática. O Plano de Metas ganhou significado histórico justamente por ter sido o primeiro momento em que tal quadro das interrelações foi utilizado como matriz suporte para a elaboração de um programa de industrialização.

A questão norteadora aqui é posta de forma muito explícita por Lessa (1981): por que o Brasil segue o caminho do Plano de Metas? Como se vê, é similar à pergunta aberta também por Celso Lafer, como apresentado adiante. Para Lessa (1981) existem basicamente dois fatores que permitem avaliar os motivos pelos quais a experiência do plano amplo se tornou realidade.

Os fatores subjetivos explicam o suporte ideológico que exercia a idéia de desenvolvimentismo. Mais concretamente, a conscientização do problema econômico brasileiro em termos de desenvolvimento industrial, tanto por parte das empresas como pelo Estado, tomou a forma de nacionalismo junto ao público. E esse anseio abrangendo toda população só podia ser realizado com a constituição de uma economia moderna, industrializada. Lessa (2010) ressalta ainda que as idéias de desenvolvimento, industrialização e nação estavam estreitamente relacionadas nos anos 1950. Ele exemplifica a força mobilizadora da noção de futuro impregnado no ideário da população que se tornou emblemático no slogan “O Petróleo é Nosso”. Em geral, a sustentação ao governo Juscelino Kubitschek e às atividades de programação para o desenvolvimento estavam altamente correlacionadas com o ambiente de positividade e afirmação que prevalecia entre os brasileiros.⁷²

⁷² Sobre a criação da Petrobrás em uma análise introdutória do Brasil no pós-Segunda Guerra Mundial, ver Vianna e Villela (2005).

Já os fatores objetivos aos quais Lessa (1981) se refere seriam aqueles que brotavam como imposição técnica que limitava a expansão dos capitais nacionais. Nesse caso, a industrialização insuficiente atrapalhava as empresas. Como ficou demonstrado pelos estudos históricos sobre o sistema capitalista do século XX, a industrialização na era monopolista só podia ocorrer através de uma sistemática intervenção Estatal, cuja expressão viria a ser justamente os planos de industrialização na periferia.

Na perspectiva aqui adotada, estes dois fatores apontados por Lessa (1981) podem ser contemplados da seguinte maneira: os fatores subjetivos são aqueles referentes às vontades políticas da população trabalhadora que se torna progressivamente população trabalhadora assalariada. Os objetivos desse grupo são prosperidade econômica e segurança em relação ao posto de trabalho nos nascentes ramos industriais. Já os fatores objetivos parecem estar próximos aos interesses dos capitalistas que vislumbram as oportunidades da nova configuração da economia brasileira. São os industriais que agem politicamente a favor de um Estado que os suportem por meio da criação da infraestrutura que permita uma expansão lucrativa do montante de capital fixo na economia. Argumentamos que essas duas correntes têm um interesse harmonioso que é refletido de forma mais clara no nacionalismo desenvolvimentista rumo à industrialização.

A questão é respondida por Lessa (1981), portanto, de maneira similar a Celso Lafer, para quem a decisão de planejar foi essencialmente uma opção política. No entanto, ao invés de explorar essa perspectiva mais a fundo, Lessa (1981) trata de forma generalizada os antecedentes do Plano de Metas. Já em 2010, Carlos Lessa explora um pouco mais a incógnita sobre a origem das forças favoráveis ao planejamento. Ao ser indagado sobre como o anseio de desenvolvimento se torna um projeto, Lessa (2010) associa o Brasil ao movimento dos países capitalistas em direção ao planejamento ao responder que:

A idéia de planejamento começa a chegar aos economistas do Ocidente por um polonês discípulo de Keynes chamado Oskar Lange, que tentou aplicar o planejamento socialista à estrutura de planejamento do capitalismo. Foi uma coisa doida. Seu modelo é inviável. Mas Lange é que traz para o debate, vamos dizer, ocidental, a idéia de que planejar é importante para manter o capitalismo e evitar a crise, e procura pegar as experiências italiana e soviética. A história está muito mal contada. Aliás, não está nem contada,

porque a história econômica brasileira foi até cancelada do currículo. Nós estamos fazendo um processo de limpeza mental mesmo. (Lessa (2010), p. 39-40)⁷³

E, sobre como a idéia de planejamento chega ao Brasil em específico, Lessa (2010) argumenta que nos anos 1950 a noção de trilha para a modernidade por meio da ação do Estado enquanto harmonizador dos agentes sociais interessados nessa modernidade é que garante as boas vindas à idéia de planejar. Foi desse modo que a decisão de colocar o plano em prática foi feita no país.

No entanto, como o professor Carlos Lessa ainda lembra, o reforço da indústria e da cidade não pode abandonar a tradicional estrutura agrária, o campo como um fator de importância. Afinal, foi este lado, e não o burgo, como na Europa, que caracterizou a economia por praticamente 400 anos desde o ciclo do açúcar até o ciclo do café. A consolidação do capitalismo no Brasil, e na periferia em geral, é justamente confusa de descrever devido à oposição em relação à dinâmica de passagem do feudalismo para o capitalismo no caso clássico, onde os centros comerciais é que funcionam como elemento central da dinâmica econômica. Assim, enquanto no centro a grande indústria já se formava progressivamente desde a época das oficinas de manufatura, no Brasil, a mudança da centralidade do campo para o urbano foi um processo muito acelerado consubstanciado inteiramente no século XX. Por isso, o professor Lessa gosta de dizer que “o país era um cafezal, em 1930, e 50 anos depois já era a oitava economia industrial do mundo capitalista”. (Lessa (2010), p. 40).

Em geral, Lessa enfatiza a força social da classe média nascente ao projeto de industrialização muito mais do que a burguesia ou do que a própria parcela do setor privado industrial. Isso apóia fortemente o argumento aqui defendido de que a ação estatal de programação era fundamentalmente o resultado dos interesses dos trabalhadores assalariados, que passa a ser designado a partir da urbanização de “classe média”. Neste sentido, aceitamos a perspectiva de Lessa de que “na verdade, o sonho da industrialização brasileira não é um sonho empresarial” (Lessa (2010), p. 39).

⁷³ A apresentação de Oskar Lange feita por Lessa (2010) aqui destoa do posicionamento que dou ao economista polonês. Oskar Lange não pode ser considerado um discípulo de Keynes porque além de integrar a corrente socialista, adota o método de Marx. Concordamos, no entanto com o professor Lessa de que a história sobre a origem da idéia de planejamento no Brasil “está muito mal contada”, e é por isso inclusive que o presente trabalho vai em direção de iluminar esse ponto. A perspectiva de Lessa (2010) sustenta o argumento aqui desenvolvido de que o modelo de Lange age como ponto de comunicação entre os planejamentos no Ocidente e no Leste.

Já a apresentação da história da economia brasileira feita por Lorenzo-Fernández (1976) e prefaciada por Roberto Campos se insere em outra vertente de interpretação do Brasil. Em geral, essa é a escola oposta à de Celso Furtado e Caio Prado Jr, e que se identifica com os princípios mais amplos do liberalismo econômico. Uma das características desta corrente é rotular o desenvolvimentismo como ideologia, dando sempre um sentido pejorativo a esse termo. A escola liberal costuma enxergar seus princípios como neutros ou científicos, enquanto acusa as defesas de proteção e intervenção como propostas vinculadas a idéias “místicas”, sem base real. Roberto Campos, fortemente influenciado pela posição estritamente liberal de Eugênio Gudin e mesmo sendo um dos articuladores mais influentes do processo que culminou no Plano de Metas, contribui especialmente para a definição da fronteira entre “desenvolvimentistas liberais e não liberais”.⁷⁴ O embate ocorre nesse sentido entre desenvolvimentistas, um grupo heterogêneo no meio de dois extremos máximos: liberalismo de *laissez-faire* e planejamento socialista centralizado. Enquanto os economistas ligados à CEPAL estariam mais para esse último lado, Gudin, Bulhões e Campos são postos mais próximos do primeiro.

Em sua descrição das origens da idéia de planejamento no Brasil, Lorenzo-Fernández (1976) também nota que existe um movimento rumo ao controle a partir de 1930. Reconhece que Vargas teve um papel fundamental para a “evolução para o planejamento”. Contudo, ao invés de explorar por qual motivo a Era Vargas se torna tão crucial para a passagem a uma nova etapa histórica da economia nacional, ou seja, ao invés de buscar as bases que levaram à Revolução de 1930 e fazer as conexões com a idéia de planejamento, Lorenzo-Fernández (1976) acha que tal estudo extrapola o campo da economia. Com isso, o material apresentado por Lorenzo-Fernández (1976) não estabelece as ligações entre os eventos históricos, mas isso não impede ele de arquivar eventos-chave que podem nos ajudar a fazer o estudo que ele reconhece estar além do seu alcance.

Em especial, Lorenzo-Fernández (1976) afirma que um dos exemplos iniciais da orientação paulatina para “alguma forma de planificação racionalizante” a partir da Segunda Guerra foi a vinda ao Brasil do grupo técnico americano chefiado por E. S.

⁷⁴ Uma definição precisa das correntes do debate acirrado sobre plano e desenvolvimento no início dos anos 1950 é muito difícil de ser feita. A classificação mais ampla e acurada realizada é a de Bielschowsky ([1988] 2000). Roberto Campos (1994), p. 168, altera a classificação dada por Bielschowsky a ele de “desenvolvimentista não-nacionalista” para “liberal desenvolvimentista”, pois se considera um “nacionalista de fins, e não de meios”. No fundo, a batalha dos “ismos” só ilustra que a distinção de dois lados opostos é uma tarefa bastante complexa.

Taub em 1942, como já apresentado. Esse fator, assim como as outras atividades em conjunto com os americanos (Missão Cooke e Abbink), ajuda a sustentar a idéia de que os esforços de planejamento no Brasil foram trazidos pelos Estados Unidos. Lorenzo-Fernandez (1976), no entanto, relativiza essa perspectiva, argüindo que “os relatórios Taub e Cooke ficaram confidenciais por muito tempo e perderam, por isso, a oportunidade de uma real influência durante a transição do fim do Governo Vargas e primeiros anos do pós-guerra” (p. 163).

Ao contrário dessa posição, o histórico dos antecedentes do Plano de Metas mostra sim que a base de informações para a implementação do projeto “50 anos em 5” tem origem nessas operações conjuntas entre Brasil e Estados Unidos, e que por isso, houve uma participação ativa do Estado americano no encaminhamento do Brasil ao planejamento para industrialização. A confidencialidade é, ademais, justamente um forte indício de influência dos Estados Unidos sobre a política de desenvolvimento no Brasil. A repercussão dos documentos não se dá imediatamente, como Lorenzo-Fernández (1976) parece pensar. Na verdade, os resultados do mapeamento da economia nacional só são completamente atingidos com o estudo de 1953 do Grupo Misto CEPAL-BNDE, portanto, praticamente uma década depois das missões.

Outra perspectiva sobre a origem do primeiro plano industrializante geral é o artigo de Celso Lafer, *O Planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas* (Lafer (1970)). Esta é uma das análises clássicas sobre o Plano de Metas e sua relação com a teoria do planejamento. Em linhas gerais, encontramos respaldo de que o Plano de Metas não surge de repente, mas de um processo construtivo relativamente longo. Para Lafer (1970), as propostas para se fazer o planejamento no Brasil já existiam desde os anos 1940, embora elas só viessem a se concretizar efetivamente a partir de 1956. O histórico traçado por Lafer está de acordo com o esboço utilizado como diretriz para o argumento que aqui se desenvolve.

Antes de apresentar o processo histórico constitutivo da base para o Plano de Metas, é interessante avaliar como Lafer (1970) apresenta o processo de planejamento, pois ele parece formular uma questão similar à que está norteando este estudo e que atrai particularmente a atenção de Carlos Lessa, como anteriormente apontado: o que explica a decisão de planejar justamente neste momento do desenvolvimento econômico do país?

De acordo com Lafer (1970), existem três etapas no processo de planejamento: a decisão de planejar, o plano em si e a implementação do plano. Enquanto a primeira e a

última são etapas essencialmente políticas, o plano em si é uma questão técnica, cuja determinação pode ser dada pelos conhecimentos brutos das ciências naturais. Isso não quer dizer que tal plano não esteja subordinado aos meandros políticos das outras duas etapas. No caso do Brasil, a decisão pelo plano teria sido o resultado da ampliação da participação política. Lafer (1970) compara o universo eleitoral dos anos 1940 a 1960 com a situação da República Velha para mostrar que houve um avanço democrático. No entanto, esse progresso não foi formalizado em instituições, ou seja, o sistema partidário era um de “quadros” e não de massas. Desse modo, a força política da base não conseguia se organizar na forma de um partido típico do sistema político brasileiro. É assim que Lafer (1970) explica o fenômeno do populismo: uma polarização entre massa e elite que é conciliada pelo atendimento a certos anseios da população.

Estes anseios, por sua vez, eram claramente por oportunidades de trabalho e crescimento econômico. Como resposta a essa pressão, Kubitschek, no prosseguimento do originado com Vargas, apresenta como proposta de governo as diretrizes que possibilitam um planejamento que atinja a meta de industrialização, e conseqüentemente, progresso econômico. Por isso, Lafer (1970) conclui que o aumento da participação política provocava um dilema cuja solução foi percebida pelos governantes como sendo o planejamento. Como se vê, a decisão do planejar para industrializar foi o produto de um movimento político, mais especificamente, da mudança política da Velha República para a Era Vargas e depois para a República Populista.

No entanto, Celso Lafer (1970) reconhece os limites dessa conclusão, porque ela,

embora válida, não esgota a problemática que está sendo examinada, pois ela explica como a percepção do dilema obrigou a uma reformulação das premissas, mas não esclarece quais foram e como se originaram os novos fatos e valores que vieram a se transformar nas novas premissas. (Lafer (1970), p. 34)

Ou seja, o argumento explicativo do populismo não indica de onde partiu aquela expansão democrática que possibilitou tal pressão pelo plano de industrialização. De forma análoga, tal limite (enquanto campo de pesquisa) aparece em Ricardo Bielschowsky e Pedro César Dutra Fonseca quando indagam sobre as origens da ideologia e do período desenvolvimentista.⁷⁵ De toda forma, sabe-se muito bem o que

⁷⁵ Em Bielschowsky ([1988] 2000) ao apontar que “a extensão do presente trabalho impossibilitou o estudo do pensamento econômico no período que podemos caracterizar como de “origem” do projeto

ocorreu como resultado desse movimento: o Brasil caminhou para os processos de planejamento econômico com base no apoio da população que exercia um poder inexistente anteriormente.

De que forma houve essa conquista de poder por parte da população? Como já foi esboçado no capítulo anterior, sugere-se que a explicação para essa transformação deva ser feita com ajuda da análise da Revolução de 1930 em seu contexto mundial. O início da coordenação econômica nacional no capitalismo, em conjunto com a experiência paralela de controle econômico iniciado pela União Soviética, abriu a possibilidade da determinação política sobre a configuração da estrutura produtiva. É nessa hora que começa o embate ideológico acirrado em torno das técnicas de programação: há muito mais uma disputa sobre o conteúdo da função objetivo, enquanto matriz-produto da economia, do que sobre a utilização ou não dos instrumentos de planejamento econômico nacional. É neste sentido que se pode pensar na disputa abstrata entre liberalismo e intervenção estatal de maneira concreta como o conflito entre diferentes formas de planejamento no século XX.

Aqui, em específico, podemos abrir um caminho ligando o Plano de Metas a essas transformações do sistema capitalista por meio da análise e contextualização das experiências das missões que coletaram informações sobre a economia brasileira no período de 1940 a 1956. Lafer (1970) aponta para essas experiências anteriores para revelar o fundamento dessa nova era que se expressa no desenvolvimentismo, mas seu enfoque é descrever o Plano de Metas propriamente dito, relacionando-o com o governo Juscelino Kubitschek. Aqui, estamos procurando desvendar justamente a origem das experiências anteriores que agiram como preparação para a implementação do Plano, e por isso é feita a ênfase nos desdobramentos do fim do *laissez-faire* em geral. É assim que poderemos iniciar a busca pelo sentido do Plano de Metas.

A procura pelo fundamento da decisão de planejar, na linguagem de Celso Lafer, obriga a incorporação de análises políticas do período, que foi feita parcialmente no capítulo 2 quando descrevemos o processo de luta de classes em torno do conflito abstrato entre as ideologias liberais e intervencionistas. Ainda assim, podemos realizar uma interpretação do conceito de “plano em si” que aguça a distinção entre a técnica e a política do planejamento econômico. No estudo de Lafer, o plano em si é um processo

desenvolvimentista (...)”, p. 248 e ao avisar na introdução que “(...) a pesquisa situa-se estritamente dentro de uma perspectiva de “história intelectual”, não se tratando, portanto, de uma investigação sobre história econômica ou história política”, p. 8. Em Fonseca, a indagação transparece em seu projeto de pesquisa recente que busca determinar as origens do desenvolvimentismo. Ver Fonseca (2004) e Fonseca (2011).

com dois elementos. O primeiro é referente ao levantamento dos dados da economia, ou seja, do quadro econômico que explicita como os setores estão relacionados uns com os outros. O segundo elemento é a combinação desse quadro com determinados objetivos de produção. Para a realização dessa operação, são necessários estritamente conhecimentos científicos que indiquem de que a forma a estrutura de produção deve ser organizada para atingir tais metas de produção. Nesse sentido, o “plano em si” é um evento neutro, puramente técnico.

O estabelecimento das relações de troca entre os setores internos e externos (referentes às importações e importações) é um dos pré-requisitos para a formulação de um plano adequado. De acordo com Lafer (2002), o Programa de Metas, além de ampliar a racionalidade do sistema administrativo brasileiro, permitiu planejar o processo de Substituição de Importações para atender aquela pressão popular por desenvolvimento. Mas outro ponto fundamental que ele também aponta foi que o Plano “permitiu uma visão geral da economia brasileira e da interdependência de seus setores” (Lafer (2002), p. 60). Essa visão geral da qual Celso Lafer fala é hoje fornecida de maneira razoavelmente acurada pelas matrizes insumo-produto divulgadas pelo IBGE. Como mencionado, seria muito útil verificar o histórico das matrizes para saber se elas se originaram realmente a partir do esforço para o Plano de Metas.⁷⁶

De toda forma, naquele período, tais matrizes não estavam disponíveis no formato contemporâneo. Lafer (1970) salienta que isso restringia a técnica de determinação e adequação das metas quantitativas, pois as informações estatísticas de então permitiam apenas uma programação dos setores isoladamente, mas não sua coordenação com todos outros setores da economia. Em seu relato sobre a época da CMBEU e do Plano de Metas, Roberto Campos (1994) indica que o caminho adotado na implementação concreta do Plano foi mesmo a do planejamento setorial, e não do planejamento integral, devido a uma série de dificuldades práticas de conseguir coordenar a compatibilidade de todos os setores da economia.⁷⁷

⁷⁶ O histórico das matrizes insumo-produto no Brasil pode ser feito a partir dos estudos sobre a história das contas nacionais brasileiras de Marinho Mathias (2011) e Nunes (1998).

⁷⁷ Essa é, provavelmente, a repercussão no Brasil da controvérsia entre plano e mercado mais próxima da determinação do Plano de Metas. Ela remonta ao debate entre Celso Furtado/CEPAL e Octávio Bulhões de 1953 que será tratado mais adiante como a segunda rodada da controvérsia iniciada por Simonsen e Gudin. Furtado também ressalta que a programação defendida pela CEPAL não tinha condições de realizar o planejamento integral, e que por isso o temor de uma planificação central era infundado.

Na tese de doutorado de Celso Lafer obtemos mais detalhes sobre as propostas antecedentes ao Governo Juscelino Kubitschek.⁷⁸ A formação das instituições adequadas ao planejamento com vistas ao desenvolvimento econômico já se faziam visíveis no segundo governo Vargas. Nesse contexto, dentro do Ministério da Fazenda sob comando de Horácio Lafer, foram criadas a Assessoria Econômica da Presidência, cujos relatórios vão servir à criação da Petrobrás. Celso Lafer está admitindo aqui que quando Kubitschek assume o poder em 1956, o sistema político já estava preparado para o planejamento e já existia uma equipe de técnicos disponíveis. Mas de onde vieram estes quadros? Resumidamente, daquelas propostas e estudos da economia que se iniciam nos anos 1940.

É no contexto dessa experiência prévia que se inicia o processo de preparação da decisão para o Programa de Metas. Roberto Campos e Lucas Lopes foram os principais artífices na elaboração técnica do plano. (Lafer (2002), p. 54)

Celso Lafer considera Roberto Campos e Lucas Lopes os principais planejadores conectando as propostas com o Programa de Metas.⁷⁹ Por outro lado, ele ressalta Juscelino como peça ativa no reconhecimento e utilização de técnicos com experiência dos mapeamentos da economia a partir dos anos 1940. Como se sabe, a base que possibilitou a determinação dos setores-chave a serem incentivados pelo Estado foi o conceito de “ponto de estrangulamento”. Esta noção parece ser incorporada na discussão brasileira de planejamento por influência de Albert Hirschman, mas na prática a CEPAL incorporou a idéia dos pontos restritivos ao crescimento à medida que realizava os trabalhos de projeção e de análise de conjuntura. Segundo Lafer (2002), Hirschman aponta que a origem do conceito são os estudos de casos de crescimento desequilibrado, ou seja, de casos em que as atividades produtivas esbarram nos limites da infraestrutura disponível que impedem a expansão da produção.⁸⁰

A consulta à principal obra teórica de Hirschman, *Estratégia do Desenvolvimento Econômico*, onde ele desenvolve a noção dos pontos de limite

⁷⁸ A tese de PhD de Celso Lafer defendida na Universidade de Cornell nos EUA em 1970 foi publicada em português em 2002. O artigo de 1970 é um texto curto e restrito a aspectos menos controversos escrito a partir desse trabalho. Ver Lafer (2002).

⁷⁹ Sobre a movimentação dos quadros técnicos na passagem das propostas das missões no Brasil para o Programa de Metas, ver Lafer (2002), p. 54-55.

⁸⁰ A hipótese subjacente deste capítulo é que o conceito remonta à teoria da programação linear, como apresentada por Lange ([1961] 1967), p. 170. A meta não é revelar a origem teórica dessa noção, mas apontar que ela se desenvolve como imposição do desenvolvimento histórico e que toda atividade de planejamento está circunscrita a esse conceito. Sobre as atividades de Hirschman na América Latina, ver Bianchi (2007) e Bianchi (2011).

estrutural, não elucida completamente a origem do conceito. Hirschman (1961) descreve o desenvolvimento não equilibrado e indica que o “desequilíbrio entre setores” determina a dinâmica de expansão. A indicação aos pontos de estrangulamento é feita com base na identificação de “indústrias-chave”, sendo que o autor argumenta no capítulo 6 que a interdependência setorial tem um papel importante na formulação das políticas de industrialização. Mas como localizar esses setores-chave que são cruciais para o aprimoramento da economia como um todo?

Para Hirschman (1961), as tabelas de “input-produção” permitem classificar o quão fundamental é cada indústria no processo total, algo que a CEPAL já sabia por ter ela mesmo participado da construção das tabelas brasileiras primitivas.⁸¹ Por essa razão, os quadros de relação entre os setores são úteis ao “planejador-economista de áreas subdesenvolvidas”. Ao ilustrar de que forma cada elo da cadeia produtiva tem um efeito de arrasto (backward linkage), expresso na procura pelos insumos a serem usados nesse elo, e um efeito de propulsão (forward linkage), que se mostra na oferta de insumos para a etapa seguinte, as matrizes insumo-produto permitem localizar os pontos de restrição na estrutura produtiva nacional. Em geral, nos países de industrialização do século XX tais pontos se referem aos setores produtores de bens básicos ou intermediários.⁸² É nesse sentido que Hirschman (1961) sintetiza as conclusões conhecidas aos economistas da tradição cepalina afirmando que “tais indústrias [bens de capital] deveriam ser preferidas às indústrias finais” (Hirschman (1961), p. 181).

Resumidamente, a idéia é a de que o tamanho reduzido dos mercados dos países subdesenvolvidos limita o número de indústrias que surgem como processo espontâneo do mercado. E são essas indústrias que não se desenvolvem automaticamente podem ser chamadas de indústrias gargalo. Nessas condições é que a superação desses limites se torna extremamente importante. E como efetivar essa superação? Resumidamente, através de proteção consciente e de incentivo pontual feito pelo Estado desenvolvimentista. É nesse sentido que Hirschman (1968), divulgando internacionalmente os resultados das investigações dos latino americanos, argumenta que “a existência das indústrias gargalo é um argumento poderoso para a proteção

⁸¹ Isso indica que não é a CEPAL que está absorvendo os conceitos elaborados por Hirschman, mas o contrário. Sobre isso ver a resenha de Furtado (1959) do livro *The strategy of economic development*.

⁸² Sobre os efeitos arrasto e propulsão de Hirschmann ver também Furtado ([1967] 1986), p. 90.

especial ou para a promoção direta”, e que foi amplamente utilizado pelos defensores do Estado desenvolvimentista.⁸³

Nesse artigo de 1968, *The Political Economy of Import-Substituting Industrialization in Latin America*, Hirschman (1968) apresenta o Processo de Substituição de Importações e contextualiza o manifesto de Prebisch de 1950 como forma de elucidar o histórico da formulação do conceito de “ponto de estrangulamento”. Dirigido ao público mais amplo, o artigo explica de que modo o protecionismo das indústrias-chave se torna uma política importante para a o desenvolvimento de países que realizam a industrialização no século XX. O debate que se colocava particularmente então na América Latina, a partir da perspectiva de Hirschman, podia ser sintetizado em duas questões:

Primeiro, onde se encontra a responsabilidade por nosso atraso? Em nós mesmos ou no mundo exterior que nos explora? Segundo, como podemos progredir? Imitando outros (seja o Ocidente, seja a Rússia) ou construindo nosso próprio caminho? (Hirschman ([1961] 1967), p. 17)

Essas perguntas evidenciam que a idéia do centro explorador da periferia delimitava um terreno em comum para pensadores sociais críticos e estabelece uma possibilidade interessante. Ao indagar sobre a forma de obter progresso, Hirschman ([1961] 1967) arquiva o fato de que estavam presentes duas lógicas que poderiam ser imitadas: a ocidental e a proveniente da Rússia e demais Repúblicas Socialistas. Por isso, a construção de um caminho próprio de desenvolvimento, ao invés de ser uma trajetória tranqüila, atravessava a turbulência gerada por aquele conflito mais amplo entre os sistemas opostos e ao qual estamos, a todo o momento, remetendo o núcleo de todo o problema.

Nesse momento de decisão crucial para os países da América Latina, percebe-se que a CEPAL teve um papel muito importante. Enquanto órgão internacional das Nações Unidas, ela teria uma característica peculiar devido ao fato de possuir uma ideologia, pelo menos em seus anos iniciais. Almeida Filho e Corrêa (2011) concluem justamente que a CEPAL podia ser muito bem caracterizada como uma escola de pensamento econômico em seus primeiros anos de atividade, pois este status era possibilitado pelas circunstâncias históricas de então. Esse caráter inicial da Comissão era na verdade um evento “estranho” aos desígnios de uma instituição típica das Nações

⁸³ Tradução minha. O trecho original em inglês é “(...) the existence of the bottleneck industries is a powerful argument for special protection or direct promotion”. (Hirschman (1961), p. 24).

Unidas que, necessariamente desapareceu a partir dos anos 1970 e cujas políticas recomendadas pareciam estar de acordo com o “Consenso de Washington” nos anos 1990. De forma resumida, Almeida Filho e Correa (2011) mostram que as características ideológicas de toda agência multilateral estão condicionadas pelas forças do momento histórico em questão.

Então, como era a situação no início? A ideologia desenvolvimentista cepalina origina-se do manifesto de Raul Prebisch de 1949 publicado em inglês pelas Nações Unidas em 1950, onde ele determina os principais problemas de desenvolvimento da América Latina e que depois se desenvolveu naquilo que ficou conhecido como “tese ou hipótese Prebisch-Singer”.⁸⁴ O argumento de Prebisch para construir a noção da deterioração dos termos de troca é bem conhecido e não deve ser reproduzido aqui. Mas, talvez seja interessante chamar a atenção para a parte teórica do raciocínio, especialmente em relação com a concepção clássica da divisão internacional do trabalho e que é utilizado para sustentar a ideologia liberal.

Prebisch deixa claro logo no início que ele não pretende refutar a validade teórica das vantagens comparativas, pois, para ele, “é certo que o raciocínio concernente aos benefícios econômicos da divisão internacional do trabalho é de incontestável validade teórica”. (Prebisch ([1949] 2000), p. 71). Então, qual seria o problema com o modelo clássico de configuração das relações de intercâmbio entre os países? Prebisch chama a atenção para uma premissa na teoria que parece não existir na realidade. E qual seria essa premissa? A de que “o fruto técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda coletividade”. Mas os dados apontam que o benefício do aumento de produtividade gerado pela divisão internacional do trabalho se concentra nos países centrais, criando uma separação bastante visível em relação à periferia. Por que isso ocorre?

É aqui que entra o movimento de preços dos bens primários e bens finais da indústria como explicação para o desequilíbrio patente. Prebisch reconhece que os índices de preço utilizados para mostrar a deterioração dos termos de troca não refletem

⁸⁴ Ver: Prebisch (1950), *The Economic Development of Latin America and Its Principal Problems*. A versão em português (Prebisch ([1949] 2000) foi republicada na coletânea organizada por Bielschowsky (2000). O documento original é CEPAL (1949), [E/CN.12/89], *El desarrollo económico de América Latina y sus principales problemas*. A tese se refere à idéia de que, no comércio entre dois países em níveis de desenvolvimento econômico distintos, o país que exporta bens primários e importa manufaturado tem a capacidade de importação diminuída ao longo do tempo devido à deterioração dos termos de troca. A idéia emergiu em paralelo nos trabalhos de Singer (1950). Por isso, o termo em inglês para se referir à hipótese é *Prebisch-Singer Thesis*. Sobre a origem da tese, ver Love (1980) e Toye e Toye (2003).

as variações de qualidade ocorridas nos produtos ao longo do período de 1876 a 1947, mas não avalia em que grau isso poderia enfraquecer sua hipótese. Mas o problema fundamental parece ser outro: pela exposição de Prebisch, o motivo pelo qual aquela premissa em teoria não acontece na prática é que os preços dos produtos agrícolas evoluem de tal forma em relação aos preços dos produtos industrializados que surge uma “troca desigual”.

Como isso é possível? A razão para o fenômeno poderia ser pensada como decorrente de alguma forma de exclusivo comercial, onde a metrópole agiria como intermediador entre vendedor e comprador final, captando uma parcela do valor pela circulação das mercadorias. Este é o fundamento básico da transferência de renda da colônia para a metrópole, chamado exclusivo metropolitano e enfatizado por Novais ([1973] 1981). No entanto, este argumento não capta mais a situação específica avaliada por Prebisch, porque, por um lado, o exclusivo terminou com o fim do antigo sistema colonial, e por outro, porque a periferia continua a vender insumos que são transformados em produtos pelo centro (onde a Inglaterra assume crescentemente a posição principal), que retornam então para a periferia. As duas regiões fazem parte da mesma cadeia produtiva, e, por isso, a análise precisa considerar o processo de produção que alterou o valor de uso inicialmente exportado para os países centrais. Ora, na apresentação básica da teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, não se considera em qualquer momento o âmbito da produção, apenas da circulação. É nesse sentido que se deve compreender a importância de assumir na cadeia produtiva global as fases da produção em que a agregação de valor é mais intensa. Daí surge o imperativo muito claro no manifesto por realizar a industrialização na América Latina.

É importante deixar claro, no entanto, que a lógica da teoria das vantagens comparativas não é invalidada de maneira alguma por esta situação. Na verdade, na interpretação aqui defendida da tese Prebisch-Singer, Prebisch faz mediações adequadas para mostrar que na prática, os intercâmbios comerciais se intercalam com processos de produção e de disputa política entre os Estados que alteram os resultados que pareciam óbvios a partir do exemplo simples de troca entre Portugal e Inglaterra, no exemplo original. Essas complicações da realidade abrem o caminho para a elaboração de ações concretas que não podem emergir no paradigma clássico, de onde só podem surgir propostas liberalizantes de política econômica. Portanto, fica também claro que não se deve menosprezar o aspecto ideológico da doutrina que justifica a articulação favorável ao Império Britânico.

Essa ressalva parece ser necessária, pois é comum identificar controvérsias no debate sobre o desenvolvimento no Brasil que podem estar parcialmente pautadas em falhas de comunicação. Nesse caso, um simpatizante dos princípios liberais não pode recusar a análise de Prebisch com base no argumento de que ele rejeitou a lógica de aumento da produtividade devido à divisão social do trabalho.⁸⁵ Por outro lado, opositores do liberalismo não estão habilitados a refutar a teoria das vantagens comparativas, se não apenas a esclarecer as diferenças entre os níveis de abstração em que se realiza a análise. A força de Prebisch reside em seu apontamento de que a realidade do desenvolvimento latino americano não é aquele cenário imaginado na teoria, e que por isso, uma estrutura analítica mais adequada é necessária para balizar a política econômica para o desenvolvimento do continente.⁸⁶

Mas de que maneira a CEPAL exercia este papel importante, agora bastante evidente? Ademais, como a Comissão pode ser posta em relação com os instrumentos de planificação que vinham se delineando internacionalmente? Para dar conta dessas questões, é preciso lembrar, em consonância com Hirschman ([1961] 1967), que a CEPAL teve nos anos 1950 duas fases distintas. De 1948 a 1953, a comissão teve primordialmente a função de forjar uma ideologia do desenvolvimento que estivesse em concordância com os objetivos do continente. Neste período, o esforço foi pela criação de uma “doutrina” de ação decidida para a promoção do desenvolvimento por meio da industrialização.⁸⁷ Já em um segundo momento, de 1953 a 1958, a necessidade de empreender algo concreto determinou as atividades da comissão. Então, se o manifesto de Prebisch (1950) servia como condutor nos primeiros instantes da Comissão Econômica para a América Latina, Hirschman ([1961] 1967) argumenta que a brochura *An Introduction to the Technique of Programming* funcionou como guia nesta segunda

⁸⁵ Aqui, nos referimos à posição exclusiva de Prebisch. Conforme a ideologia cepalina se formou, estabeleceu-se a interpretação de que a tese refutou as vantagens comparativas no nível teórico. A posição de Prebisch no manifesto de 1949 não permite corroborar essa interpretação. De acordo com a resenha de Bielschowsky (2000), a tese teve ainda outra versão, onde o efeito de deterioração é pautado na impossibilidade de imigração para o centro. Essa versão foi apresentada no *Estudo econômico da América Latina* de 1949 e no texto *Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico*.

⁸⁶ A teoria das vantagens comparativas de David Ricardo foi considerada por Samuelson como uma das raras teorias de ciências sociais que é ao mesmo tempo verdadeira e não-trivial, devido ao fato de “milhares de homens inteligentes e importantes” não terem entendido ou acreditado nela. Sobre isso ver Samuelson (1969). Na interpretação aqui colocada, Prebisch corretamente distinguiu modelo e realidade em relação à teoria, não caindo no erro de rejeitar o princípio de elevação da produtividade via divisão social do trabalho, assim como Karl Marx.

⁸⁷ Para uma apresentação dos princípios ideológicos da CEPAL, ver, além de Almeida Filho e Correa (2010), Hunt (1989) e Kay (1989).

fase para traçar projeções agregadas e setoriais.⁸⁸ Voltemos nossa atenção, portanto, para este documento, a fim de explicitar seu conteúdo e relacioná-lo em seguida com o problema da programação econômica em nível internacional.

3.2 O guia de programação econômica da CEPAL

Em geral, a ideologia cepalina que nasce junto com o manifesto de Prebisch em 1949 se torna o elemento mais característico e ressaltado dos anos iniciais da Comissão, e isso faz com que sua ideologia receba primordialmente a atenção de economistas e estudiosos contemporâneos. Esse estágio inicial fortemente determinado por uma força subjetiva de forjar uma visão propriamente latino-americana parece de fato ter sido o elemento que mais perdurou enquanto caracterização da CEPAL. No entanto, aqui, chamamos a atenção para esta segunda fase dos anos iniciais da Comissão, que coloca um pouco de lado o ímpeto ideológico pelo desenvolvimento por meio da industrialização e enfatiza aspectos mais concretos sobre como colocar aquela idéia em prática. A maneira mais direta de realizar isso, tendo como objetivo mostrar que o planejamento econômico a ser realizado no Brasil no período é um dos reflexos concretos do debate sobre o cálculo econômico, é por meio da apresentação e contextualização deste documento sobre a técnica da programação.

No manual de programação da CEPAL, *An Introduction to the Technique of Programming*, são descritos os passos a serem dados pelas instâncias planejadoras para projetar o crescimento econômico com base empírica e em “várias teorias que iam sendo rapidamente acumuladas pelos economistas a respeito dos problemas do desenvolvimento” (Hirschman ([1961] 1967), p. 22). Se essas técnicas de projeção fossem alimentadas com informações estatísticas adequadas, e se fixasse claramente um objetivo, como por exemplo, crescimento anual da renda per capita em 2%, então seria possível “traçar pormenorizadamente um caminho que a economia parece estar capacitada a seguir” (Hirschman ([1961] 1967), p. 22).

Na análise de Hirschman, o termo “programação” parece se referir a um procedimento geral de fazer projeções, e não de montar as matrizes de Leontief. A construção das matrizes, ou seja, a determinação das relações intersetoriais aparece

⁸⁸ Ver *Analyses and Projections of Economic Development — I. An Introduction to the Technique of Programming* (1955). “A study prepared by the Economic Commission for Latin America.” E/CN.12/363, June 1955. Nova York. Texto preparado sob a direção de Celso Furtado. Uma primeira versão foi apresentada no encontro da CEPAL no Rio de Janeiro em 1953, ocasião na qual a teoria da programação aplicada ao problema da industrialização foi oficialmente apresentada no Brasil. O capítulo 3 do manual foi reimpresso na coletânea de Bielschowsky (2000).

como um fenômeno óbvio, quando a principal dificuldade é justamente obter essas relações a partir dos preços que são revelados no mercado. Com efeito, a localização dos setores-chave depende da elaboração de uma matriz insumo-produto que, apesar de poder estar em um nível alto de agregação, precisa ser explicitada. Em sua apresentação dos fundamentos da programação econômica na revista *Econômica Brasileira*, Celso Furtado salienta que a identificação de pontos óbvios de estrangulamento é na verdade um procedimento simples se comparado com a tentativa de adequar a estrutura de oferta à demanda da economia como um todo (Furtado (1958), p. 42).

No terceiro capítulo do manual *An Introduction to the Technique of Programming* (CEPAL ([1955] 2000)), há uma explicitação do método de programação utilizado para fazer projeções que permite diferenciá-lo daquele método que consiste na elaboração precisa das matrizes insumo-produto da economia. O principal objetivo deste capítulo do manual é explicar porque a metodologia de programação empregada pela CEPAL começa pelas projeções gerais para só depois avaliar a situação dos setores particulares. O método das matrizes, ou de Leontief, consiste na elaboração do plano a partir da determinação das metas para os vários setores. Ou seja, no método das matrizes, um plano geral é construído a partir da junção de vários planos específicos para cada setor montados com base nas informações estatísticas de entrelaçamento industrial. Já no método cepalino, o ponto de partida é a determinação de uma taxa de crescimento do produto agregado. Todo programa então é desenvolvido a partir dessa taxa, que serve como diretriz geral do programa.

Então, o foco não é a elaboração de matrizes detalhadas que revele toda a estrutura da economia, as relações entre todos os setores, tanto industriais quanto primários. Por outro lado, a CEPAL reconhece que o primeiro passo a ser dado é a elaboração de um “diagnóstico da economia”. E é aqui que o caminho tomado se distancia da técnica de programação apresentada por Lange ([1961] 1967). A falta de dados na América Latina na época impedia a elaboração de um sistema de contas nacional adequado. Por isso, o diagnóstico ao qual a Comissão se refere não pode ter a pretensão de montar uma matriz insumo-produto ao mesmo tempo geral e detalhada. No entanto, o guia indica que o importante é apenas indicar o que é imprescindível de ser feito. Assim, muitos pontos de gargalo podem ser identificados mesmo por uma estimativa imprecisa. É nesse sentido que se torna possível realizar a programação ou planejamento sem que as matrizes completas existam. De fato, como fica subentendido no guia de programação cepalino, o trabalho de realizar projeções agregadas vai

revelando aos poucos as conexões entre insumos e produtos e com isso os pontos cruciais do sistema econômico. Em outras palavras, não há um mapeamento geral primeiro e depois o planejamento. A própria atividade de planejamento vai mapeando as interconexões na mesma hora em que as projeções são realizadas com base naquela taxa de crescimento de todo produto nacional.

A análise de Bielschowsky (2000) sobre o papel da comissão no planejamento econômico da América Latina nos anos 1950 vai ao encontro dessa perspectiva. Ele lembra que a cadeia de determinações com base na equação macroeconômica nacional, ou seja, nas contas nacionais e no balanço de pagamentos com o exterior, recebeu posteriormente pela própria CEPAL a recomendação de ser instrumentalizada com a matriz insumo-produto. De toda forma, assim que se tivesse uma noção mínima da demanda setorial, o programador seria capaz de selecionar os setores e projetos que tivessem o maior potencial multiplicador na economia como um todo, quando fossem incentivados pelo Estado.

Com isso, parece ser seguro afirmar que a Comissão Econômica para a América Latina tinha plena noção do método de programação como apresentado nos manuais que relacionam o planejamento econômico com os problemas de programação descritos matematicamente com uma função objetivo e equações de restrição. Em consonância com a tese aqui defendida, Paula (2003) argumenta inclusive que “as diversas metodologias e técnicas de elaboração, avaliação e acompanhamento de projetos e programas, desde os anos 1920, desde a experiência dos Planos Quinquenais Soviéticos, passando pelos planos regionais-setoriais como os do New Deal, e os da *Mezzogiorno* italiano, as metodologias desenvolvidas no âmbito da CEPAL, etc.” remontam ao problema básico de avaliação dos objetivos e adequação dos meios para se atingir os mesmos, problema esse que geralmente é descrito pelos termos “plano”, “programa” ou “projeto”.⁸⁹

O problema era que a falta de dados tornava a planificação integral da economia impraticável. A solução era, portanto, realizar uma programação altamente agregada, com base em cifras globais e projeções gerais. Esse procedimento contornava assim o problema da falta de informações e conseguia indicar que setores representavam limites

⁸⁹ Sobre as diferenças de significado das palavras “plano”, “programa”, “projeto” e “planejamento”, ver Paula (2003). O sentido do termo programa neste trabalho é aquele da programação matemática para resolução de problemas por meio da identificação da função objetivo e das condições de restrição. Plano e planejamento se referem à aplicação prática desse conceito, no nosso caso planejamento ou projeto para a industrialização do país. Com isso, o termo “programa” é mais abstrato e teórico do que o termo “plano” ou “planejamento”.

para o crescimento. No caso do setor externo, por exemplo, mesmo um conhecimento tosco da demanda nacional permitia identificar quais setores eram dependentes de quais meios de produção importados, o que já viabilizava uma política de substituição de importações direcionada. A consulta ao documento original corrobora essa interpretação.

No prefácio do guia de programação da CEPAL (1955) (E/CN.12/363), o documento é situado pelo aviso de que a primeira versão do texto foi apresentada na quinta edição do encontro da Comissão no Rio de Janeiro em abril de 1953.⁹⁰ No prefácio, há um histórico dos documentos antecedentes até o manifesto de Prebisch de 1949, sendo que todos tem o enfoque no desenvolvimento da América Latina. O documento CEPAL (1955) (designado aqui manual ou guia de programação da CEPAL) busca fazer uma introdução geral aos estudos da técnica da programação como tem sido aplicados ao caso da América Latina. O prefácio afirma que, em relação à primeira versão de 1953, o enfoque na metodologia é maior, pois a principal ressalva feita à apresentação original foi uma falta de clareza quanto aos aspectos metodológicos da técnica. É reconhecido que esta revisão não foi suficiente para abarcar todos os problemas levantados a partir do documento original, sendo assim apenas um “estudo preliminar”.

O texto inicia com a contradição entre liberalismo e Estado interventor, em uma tentativa de distinguir a técnica da programação de uma economia rigidamente controlada pelo Estado. Parece ser assim um esforço para afastar a crítica levantada por Hayek, embora não haja referências diretas ao debate em nenhuma parte do documento. A noção de programa é posta como uma “idéia simples”, em que a regulação do capital a ser investido serve o objetivo de atingir o crescimento econômico de um país. O guia não está fazendo a distinção entre a função objetivo e as condições de restrição explicitamente. Em outras palavras, ao invés de iniciar a apresentação da programação de forma abstrata, já caracteriza sua função objetivo, como se a programação necessitasse ter esse tipo de meta eternamente.

Resumidamente, a apresentação se coloca no meio dos extremos “mercado” e “plano” sem mencionar com nitidez que se trata de um meio termo, de uma combinação de dois pólos completamente diferentes. Dessa forma, a contradição, que é o enfoque deste trabalho, é resolvida de antemão na apresentação do Manual de Programação da

⁹⁰ Trata-se do documento *Preliminary Study of the Technique of Programming Economic Development* (E/CN.12/292).

CEPAL. Na definição de programa para o desenvolvimento econômico, todo esforço é na conciliação dos lados em disputa, que fica nítido com a concatenação de orações coordenadas do tipo adversativa:

A programme of economic development is the expression of a simple idea, namely, the desirability of increasing and judiciously regulating capital investment, so that a stronger impetus and greater order may be given to the growth of a country. Undoubtedly, the State may thus encompass a very wide sphere of action and to a great extent supplant the role of private enterprise. **But** this is by no means inherent in a development programme. In fact, state intervention may even take place without economic development as a definite objective, and there may be no clear direction of investment. Conversely, a programme may be put into effect with the minimum of state intervention. That the sphere of action of private initiative and free enterprise may in reality be very wide does not imply that the State ought necessarily to limit itself to the traditional attitude of laissez-faire. **On the contrary**, a programme calls for the firm application of a development policy. **But** this is possible without shackling private enterprise which may, in fact, be stimulated into undertaking certain activities, and be offered access to essential resources. (CEPAL (1955), E/CN.12/363, p. 3, ênfases minhas)

Em seguida, há, ainda nessa ânsia por afogar qualquer contradição, uma tentativa de “evitar confusão” com a diferenciação de dois tipos de intervenção estatal: um que envolve o uso de instrumentos criadores de um “ambiente favorável para a evolução dos negócios privados” e outro de “caráter regulatório que tende a prescrever o que a iniciativa privada deve ou não deve fazer”. Este segundo tipo seria o referente ao controle de preços. De acordo com o Manual, um bom programa, além de evitar um fortalecimento desse controle sobre o mecanismo das trocas, poderia, ao contrário, criar as condições para sua eliminação, através de um crescimento sistemático e intensivo da economia.

Aqui parece que a CEPAL está distinguindo sua proposta de planejamento do método de controle de preços explicitado no debate sobre o cálculo econômico associado à noção de planificação central. Como se vê, de fato, a técnica não é a mesma, **mas não porque tenha um princípio diferente**. O motivo de diferenciação se deve ao fato das informações estatísticas escassas impedirem a realização daquele controle pleno. Isso fortalece o argumento de que a técnica de projeções e a planificação teórica completa desenvolvida a partir do problema do cálculo têm o mesmo fundamento: a teoria da programação linear.

É importante ter sempre em mente também que a noção de função de produção não é formulada de modo abstrato, ao que temos a impressão de que a programação sempre tem como meta o crescimento econômico. Desse modo, a programação está necessariamente ligada ao desenvolvimento da América Latina, cujo principal problema é visto como a falta de riqueza material que pode ser resolvido com a industrialização e conseqüente aumento do produto agregado. Em uma palavra: a CEPAL apresenta a programação como sendo o problema concreto de maximização do crescimento restringido pelos gargalos típicos das economias exportadoras latinas americanas.

A exposição da metodologia no documento original então segue como apresentado por Hirschman: o enfoque é na taxa agregada de crescimento econômico e as variáveis fundamentais são a taxa de investimento e consumo. É sintomático do nível de agregação em que se trabalha o conceito de programação aqui na passagem em que se explicita que o modelo de dinâmica macroeconômica, apesar de claramente mostrar de que forma a expansão é possível com combinações adequadas dos volumes de consumo e investimento, está muito longe da realidade:

On paper, it is easy to see how the lowering of average per capita consumption by the adoption of this or that measure could raise the coefficient of investment, so that, within a very few years, income would increase and consumption return to its former level, subsequently expanding at a higher rate than before. The numerical demonstration of the acceleration of growth is a very simple concept. But in the act of expressing numerical hypothesis in terms of practical reality many stumbling-blocks are encountered. (CEPAL (1955), E/CN.12/363, p. 4)

Um aspecto interessante neste capítulo 1 do guia é a última seção, que defende a noção de neutralidade política da programação, apesar de que assuntos de natureza social estão presentes nos debates sobre a programação econômica. De acordo com o manual, estes assuntos não-técnicos não interessam em primeira instância ao programador, que visa apenas organizar adequadamente as possibilidades de metas com seus respectivos meios. Com base nesse quadro de informações objetivamente determinadas pelos coeficientes de transformação existentes, cabe “às autoridades responsáveis a decisão final” (CEPAL (1955), p. 9).

Aqui, mais uma vez fica evidente que a função objetivo sempre é o crescimento quantitativo do produto, pois o primeiro passo é a discussão das possíveis taxas de crescimento e a decisão sobre se o capital estrangeiro deve ser utilizado para atingir essas taxas. A CEPAL reconhece que essa decisão é um resultado dos pontos de vista

políticos e sociais em jogo, mas parece que não tem clareza sobre o fato de que a função objetivo pode ser na prática qualquer coisa. A programação, como apresentada pelo guia, sempre tem o objetivo de obter um “aumento substancial do nível de consumo futuro” (CEPAL (1955), p. 9),⁹¹ porque este foi o conteúdo escolhido pela própria comissão para cumprir a meta abstrata do programa.

De toda forma, a técnica da programação enquanto maneira de combinação dos insumos com vistas aos produtos é de fato uma instância imparcial, algo que a CEPAL explicitamente reconhece. Por outro lado, a Comissão enfatiza que a “programação é um procedimento extremamente complicado, que requer a colaboração de forças sociais fortes”. A obtenção de suporte social para a implantação do programa é uma parte fundamental. Por essa razão, é sempre preciso indicar que o ajuste consciente do coeficiente de investimento e, conseqüentemente, do volume de produto, deve, além de se basear nas informações da estrutura técnica de produção, estar em alinhamento com os anseios políticos da sociedade em questão.

Em seguida, o segundo capítulo do documento fala da necessidade e dos problemas de obter altas taxas de crescimento na América Latina e faz comparações sobre taxas de crescimento internacionais. É na linha do desenvolvimentismo para atingir riqueza: se a América Latina pretende atingir um patamar dos países centrais em termos de renda per capita, é preciso atingir altas taxas de crescimento econômico. Em seguida, o capítulo 3 (reimpresso em Bielschowsky (2000)) explica porque o método escolhido começa pelas projeções agregadas, e não pela montagem detalhada das interrelações setoriais. Como argumentado, essa opção se deve à escassez de informações empíricas sobre o quadro produtivo nacional.

Com base nisso, foi defendido que as técnicas de programação difundidas no Brasil por Celso Furtado através dos trabalhos da CEPAL não se distinguem da planificação centralizada pelo fato de se basear em um princípio teórico próprio, mas sim por não existirem condições empíricas e sociais para a realização deste modelo no Brasil. O ponto central a ser compreendido é que tanto as projeções quanto a solução

⁹¹ “The final objective of any programme is to obtain a substantial increase in future consumption, and this inevitably requires the raising of the level of investment by restricting the growth of consumption” (CEPAL (1955), E/CN.12/363, p. 9). A noção mais abstrata da teoria da programação permite, diferentemente, conceber objetivos diferentes do aumento do consumo futuro. Essa concepção mais abrangente é imprescindível para entender como o capital utiliza a programação para cumprir sua meta de auto-valorização, algo que chamamos de “planejamento de natureza capitalista”. Este ponto é abordado mais uma vez na seção 3.5.

para o problema do cálculo em um ambiente sem mercados se assentam igualmente na teoria da programação enquanto um problema de fins e meios.

Finalmente, no capítulo 4 do documento, depois da atenção para as projeções gerais terem sido feitas, em nível alto de agregação, é necessário se ater às projeções dos setores. Aqui encontramos uma relação mais próxima com a metodologia de Leontief devido à necessidade de realizar análises mais pontuais da economia.

A principal tarefa, depois de feita a avaliação da projeção agregada total, que está consubstanciada na taxa de crescimento deliberadamente escolhida, é verificar como essa demanda total irá se distribuir entre os diferentes bens e serviços da economia. Aqui verificamos um paralelo evidente com a idéia de economia planificada como fundamentalmente distinta da economia capitalista. O manual indica que as projeções setoriais devem começar pela projeção da demanda dos bens finais, e ressalta que em uma economia centralmente dirigida, a autoridade planejadora pode influenciar a estrutura dessa demanda por imposição direta aos indivíduos sobre o que irão consumir.

Essa vertente da programação seria, ainda segundo o manual, aquela referente à economia de guerra ou aquela condizente com “situações político-sociais particulares” (CEPAL (1955), E/CN.12/363, p. 24). No caso tratado, ao qual a técnica da CEPAL pretende se aplicar, continua existindo a assim chamada “liberdade do consumidor”. Por isso, o formato da demanda em sua decomposição depende de um número muito grande de decisões individuais. Na prática, o raio dessa liberdade sempre é de alguma forma limitado por intervenções do Estado, por meio de impostos e outras medidas que afetam os preços de mercado. Assim, é preciso estabelecer um método para poder descrever com relativa precisão como se compõe a demanda agregada quando existe esse tipo de decisão sobre o gasto, ou seja, quando a escolha individual é a base da estrutura e só em parte delimitada por algumas regras extra-mercado impostas pelo Estado.

O primeiro passo de detalhamento dos setores, depois de estabelecidas as projeções da capacidade de importar, consiste em realizar uma distribuição desses recursos obtidos no comércio exterior entre os ramos da economia. Como se sabe, esse procedimento seguiu a idéia de substituição de importações como maneira de internalizar atividades industriais que antes só eram exercidas nos países centrais. Finalmente, o segundo passo é dado com o estabelecimento de metas de produção para os setores internos, de forma a se atingir aquela taxa de crescimento geral pré-estabelecida. Neste ponto, toda dificuldade gira em torno de efetuar um estudo

detalhado de cada atividade técnico-econômica, onde se deve estabelecer um uso racional dos insumos obedecendo os parâmetros de eficiência indicados pelos coeficientes de produtividade. Estabelecido o quadro de projeções para os setores, a programação deve voltar sua atenção para as metas de produção de cada unidade produtiva, que é o nível de planejamento individual já realizado em boa medida pelo próprio capital muito antes de qualquer tentativa de coordenação da produção nacional.

Ao especificar as técnicas de projeção das demandas, o manual pode ser posto no contexto do desenvolvimento da teoria do planejamento como exposto por Lange ([1961] 1967) em sua descrição histórica do desenvolvimento da econometria. É indicado que os estudos de medição da demanda já formam um dos materiais valiosos e relevantes em literatura econômica, deixando claro que ele encontra agora, na programação, sua aplicação prática. O manual segue estabelecendo alguns parâmetros que determinam o comportamento da demanda, explicitando as relações entre renda e gasto com o conceito de elasticidade. A grandeza dessa relação pode variar para os diferentes bens, setores e camadas da população em sua distribuição pelo território, de tal forma que um conhecimento acurado de todas essas possibilidades pode dar uma noção razoavelmente precisa do montante e desenvolvimento da demanda.

Em seguida, o manual faz uma descrição dos dados disponíveis referentes à demanda por produtos da agricultura, produtos de consumo manufaturados e bens intermediários. Fica ressaltado, neste último caso, que pode ser difícil conectar o nível de produção do bem intermediário com o consumo final devido ao amplo uso que alguns insumos podem ter. Sabemos que para ter uma idéia precisa dessas conexões, precisamos das tabelas de Leontief. O manual reconhece que a análise mais adequada é a técnica de matrizes input-output (CEPAL (1955), E/CN.12/363, p. 33) e faz uma apresentação de como isso é feito. Como principal causa de objeção à técnica das matrizes é argumentado que elas supõem que a estrutura técnica da economia não mude.

Este é o problema da análise estática, apontado, por exemplo, por Dorfman, Samuelson e Solow (1958).⁹² O manual indica que este problema tem sido

⁹² Os modelos matemáticos de crescimento planejado ligados aos nomes de Solow e Domar são apresentados por Delfim Netto (1966), que salienta a necessidade de desagregação para que possam ser usados na realização efetiva do planejamento. O livro de Dorfman, Samuelson e Solow (1958), *Linear Programming & Economic Analysis*, é um dos exemplos claros da pressão por planejamento exercida pelo capital como identificado por Oskar Lange. O financiamento deste manual foi feito pela RAND corporation, instituição de pesquisa privada que tinha contrato exclusivo com a Força Aérea Americana durante a Segunda Guerra Mundial. O livro converte os problemas práticos de suprimento das forças armadas, resolvidos pelo método de programação linear, nos problemas gerais de alocação de recursos na economia.

intensivamente debatido entre os economistas. De maneira geral, e o que é correto, é indicado que os dados das tabelas devem ser constantemente revisados, para acompanhar as mudanças estruturais da economia ao longo do tempo e destaca que os Estados Unidos já se organizaram para atualizar suas matrizes a cada 10 anos (CEPAL (1955), E/CN.12/363, p. 33). O estudo do desenvolvimento na Colômbia, por exemplo, utilizou tabelas de insumo-produto construídas com base no censo industrial de 1953 e na coleta de informações diretas das empresas desse país. Com base nessa tabela foram feitas as projeções para os bens intermediários e as necessidades de importação.

Em seguida, o manual faz um detalhamento do processo e dos critérios que guiam as atividades de substituição de importações, concluindo que o modelo básico de comparação de alternativas de investimento é o de produtividade marginal social. Mas, a adoção desse modelo traz uma série de problemas práticos. O guia de programação ilustra com exemplos de alternativas que dependem da evolução dos preços no futuro, e que isso não é simples de ser contemplado. Ou seja, existe um fator de incerteza muito grande em relação ao desenvolvimento dos preços que pode tornar um investimento que hoje parece ser uma boa opção em uma empreitada anti-econômica no futuro. É interessante notar que o manual credita esses problemas de ordem prática a uma eventual “operação defeituosa do mecanismo de preços” (CEPAL (1955), E/CN.12/363, p. 39). Em geral, uma política adequada de substituição de importações se mostra na verdade muito difícil de ser feita, algo que a Comissão não esconde. Na interpretação aqui desenvolvida, isso se deve ao enorme desafio que é aplicar um critério de investimento racional em um ambiente que opera sob a lógica capitalista.

O capítulo 4 conclui o manual estabelecendo que é prioritário para as economias em desenvolvimento um incremento mais intenso nos setores de base, como o de energia, transporte e demais setores produtores de bens de capital. A conexão entre a projeção agregada e os estudos setoriais deve ser feita com cálculos sucessivos de aproximação, para que se descubram falhas e pontos que necessitam de maior conhecimento empírico. Este é basicamente o fundamento de elaboração do Programa de Metas.

Seria interessante verificar como se desenvolveu a técnica de programação cepalina depois da conclusão do Plano de Metas e se ela encontrou aplicação nos demais planos para industrialização. Mas, Hirschman ([1961] 1967) escreve que depois desses estudos de programação, a atenção foi voltada para outros problemas, como o Mercado Comum Latino-Americano. Ao que parece a CEPAL contribuiu para a

popularização da técnica de programação somente mesmo naquele período preparatório do Plano de Metas. Já Bielschowsky (2000) parece ser mais otimista quanto à difusão das técnicas de programação da Comissão no continente. Em particular, as missões técnicas da comissão aos países latino-americanos e as projeções contribuíram de forma decisiva para a produção das informações que são necessárias para solucionar o problema do desenvolvimento.

Então, com base nos estudos realizados pela CMBEU e pelo Grupo Misto CEPAL-BNDE, que foram o resultado das Missões anteriores Abbink e Cooke, e que por sua vez remontam aos contatos entre Brasil e Estados Unidos realizados por Edward S. Taub em 1942 e por Aranha em 1939, o Plano de Metas surge como ação para eliminar os pontos de estrangulamento fundamentado no guia de programação elaborado sob a direção de Celso Furtado, assim como na análise específica para a economia brasileira.⁹³

De acordo com Lafer (2002), a noção de restrição justificava os investimentos nos setores de energia, transporte e alimentação. O setor de transportes, e a construção de Brasília, que inicialmente não fazia parte do programa, foram justificados pela idéia de ponto de germinação, que seria o oposto do ponto de estrangulamento. O raciocínio é que, com a geração de tais pontos, haveria uma reação multiplicadora e geradora de atividade onde antes nada existia. A inclusão de Brasília especificamente tinha a função, neste contexto, de ativar economicamente a região central por ser um desses pontos de germinação.

Também no estudo de Celso Lafer temos que o Plano de Metas foi o resultado de uma linha de acontecimentos que remontam até as experiências de controle do comércio exterior, que forneceu os critérios para o planejamento da substituição de importações. Esse planejamento, nota ele, obrigava o mapeamento da interdependência dos setores, por meio da explicitação do que eram as metas diretas e indiretas.⁹⁴ É por essa razão que afirmamos que a linha temporal antecedente a 1956 e que relaciona o Brasil de modo especial com os Estados Unidos esconde a entrada da técnica de planejamento econômico que já era posta em prática no resto do mundo. O detalhamento do contexto formador desse período ajuda a concretizar a resposta sobre

⁹³ O estudo do caso brasileiro, com base no guia de programação é o documento CEPAL (1956) (E/CN.12/364). A análise ficou conhecida em português pelo título “Esboço de um programa preliminar de desenvolvimento da economia brasileira (período 1955-1962)”.

⁹⁴ Como exemplo, no setor automobilístico, a meta direta relativa à quantidade de veículos precisa estar vinculada às metas indiretas relativas às quantidades dos insumos deste produto, como aço, borracha etc.

porque no Brasil foi tomada a decisão de planejar justamente nesta época, e é nessa direção que o presente trabalho tenta se locomover.

Depois da missão Abbink, o processo de planejamento que antes parecia ser predominantemente guiado por poderes externos parece começar a seguir determinações internas, ou seja, parece estar mais sob o poder das autoridades brasileiras. Em suas memórias, Roberto Campos (1994) relata que a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) era um novo estágio, diferente das missões Abbink e Cooke, por exemplo. Havia agora uma pressão que vinha dos próprios países do Sul por ajuda ao desenvolvimento econômico. Antes, tudo indica que o planejamento era muito mais uma imposição externa do que uma opção deliberada dos países Latinos Americanos. De modo similar, Malan ([1980] 1997), p. 69, opina que “a criação da Comissão Mista *não* representou uma continuidade natural das experiências anteriores de cooperação”, embora o prosseguimento do trabalho conjunto das missões estivesse subentendido nas diretrizes da política norte-americana.⁹⁵ A consolidação da CEPAL enquanto centro ideológico diferenciado exemplifica a mudança que se fazia em relação aos aspectos dos problemas do subdesenvolvimento e suas relações com o planejamento, que começa a ser crescentemente uma determinação interna. O que importa destacar é que o processo de substituição de importações toma uma forma cada vez mais consciente.⁹⁶

Em contrapartida a esse anseio de ajuda internacional, Campos (1994) lembra que o presidente Truman lançou em 1949 o chamado Ponto IV, que possibilitava a aprovação de recursos para empréstimos aos países em busca de desenvolvimento. A lei que possibilitava esses empréstimos saiu em Junho de 1950 sob o nome de *Act for International Development*. Na prática, ela permitia a formação de comissões mistas entre os Estados Unidos e o país interessado na ajuda. As comissões teriam a função de

⁹⁵ A principal diferença para a qual Malan ([1980] 1997) chama a atenção é que antes, as missões não tinham a tarefa de avaliar projetos específicos, mas apenas fazer um esboço da conjuntura econômica em geral. Já a Comissão Mista tinha como função principal analisar investimentos concretos que poderiam ser financiados pelo Eximbank e Banco Mundial.

⁹⁶ O que era antes predominante na política econômica, ou seja, o acompanhamento e a disputa em torno do câmbio, abria espaço agora para debates mais amplos sobre processos de mudança estrutural da economia brasileira. Como produto dos debates sobre as importações e exportações, arranja-se no pós-Segunda Guerra Mundial o sistema de licenças prévias durante o segundo momento do governo Dutra. Em seguida, tal controle é substituído pela instrução Sumoc 70 que regula os leilões de câmbio, mas ainda não direcionava as relações de intercâmbio internacional quanto ao valor de uso das mercadorias importadas. A instrução Sumoc 113 vinha alterar isso, abrindo a possibilidade de importação de máquinas estrangeiras. O fim desse processo consolida o processo de substituição de importação que precisa então seguir uma sistemática mais ampla rumo à industrialização. A continuação da linha se dá então com o Plano de Metas.

recomendar projetos a serem financiados e a CMBEU, resultado da articulação do *Act* com o Brasil feito por Raul Fernandes, foi uma dessas comissões.⁹⁷

É importante lembrar que o contexto da CMBEU é de total contenção do comunismo, ou seja, da *Policy of Containment* praticada pelos Estados Unidos. Campos (1994) destaca que a política de oposição à União Soviética tomava a forma de uma atividade de política externa para os Estados Unidos enquanto que no Brasil ela assumia o formato de “desenvolvimento interno”. Nesse sentido, todo esforço pelo desenvolvimento dos anos 1950 pode ser interpretado como uma das conseqüências daquele conflito mais abrangente característico da Guerra Fria. De acordo com Walker (1993), que enfatiza o Plano Marshall como componente da política de contenção do bloco socialista, toda prosperidade capitalista característica dos anos dourados (1947 a 1973) era devido a este conflito, afirmação provavelmente exagerada na visão de Hobsbawm (1994), p. 270. Nesse sentido, é possível afirmar que o desenvolvimentismo é em parte o resultado da tentativa de conter a influência comunista no Ocidente. Campos (1994) ressalta que essa idéia já era conhecida durante os acontecimentos. Balanco e Costa Pinto (2007), similarmente, enfatizam que a formação do Estado de bem estar social atendia a construção de uma harmonia social no Ocidente necessária frente aos acontecimentos após a Revolução Russa.

Aqui, além de retomar essa perspectiva, que por vezes parece ser relegada ao segundo plano na historiografia do planejamento econômico no Brasil, buscamos explicitar de que forma a força do bloco do Leste age sobre as políticas econômicas que substituem o liberalismo típico do Brasil pré 1930. A idéia em desenvolvimento é a de que o planejamento para industrialização no país foi possível devido às mudanças relacionadas com essa criação da economia mista como resposta à Grande Depressão e aos exemplos inimigos do Ocidente (primeiramente o Nazismo e depois da Segunda Guerra Mundial, o modelo soviético). Como destacado, a influência ideológica pode facilmente ser capturada pela análise no campo das idéias. No entanto, o esforço deste trabalho é descobrir em que medida aspectos puramente técnicos da atividade de controle econômico nacional foram transportados para o Brasil de ambos os hemisférios. A separação dos aspectos científicos da planificação econômica dos

⁹⁷ Campos (1994) lembra ainda que 7 outros países utilizaram o *Act* para formar comissões mistas. Esses outros países foram: Paraguai, Libéria, Panamá, Nicarágua, Costa Rica, Chile e Peru (Malan ([1980] 1997), p. 69). O *Act for International Development* de 1950 foi posteriormente integrado a outros programas de ajuda internacional que a partir de 1961 passaram a formar a *United States Agency for International Development* (USAID). Sobre isso, ver Chaves (2009).

elementos ideológicos e políticos é um procedimento difícil e arriscado, mas necessário para compreender plenamente porque a revolução capitalista brasileira se deu sob os auspícios do controle da lei do valor.

Embora receba pouca atenção dos economistas de posição crítica devido ao seu alinhamento com a escola liberal via Bulhões e Gudin, Roberto Campos foi uma figura crucial para o planejamento econômico no Brasil, e é importante destacar seu interesse genuíno pelas técnicas de projeção difundidas pela CEPAL. As atividades de Roberto Campos no Itamaraty, antes de sua participação na Comissão Mista se voltavam para a negociação de acordos bilaterais de *clearing* (comércio de compensação), onde a meta era fazer o uso adequado dos saldos comerciais acumulados durante as exportações no esforço da Segunda Guerra Mundial. Essas negociações lhe deram a possibilidade de absorver “um contingente alentado de informações sobre a estrutura industrial brasileira e suas deficiências” (Campos (1994), p. 153). Como sabemos, a expansão da indústria encontrava barreiras fundamentais devido à escassez de componentes que tinham que vir do exterior. Dessa maneira, os pontos de estrangulamento externo ficavam bastante visíveis para quem lidava diretamente com os dados das trocas comerciais entre o Brasil e os centros.

A explicação que Roberto Campos dá para a operação da CMBEU se resume basicamente às responsabilidades de financiamento por parte do governo norte americano. Basicamente, os projetos seriam financiados pelo Banco Mundial e pelo Eximbank. O problema era que existiam conflitos entre essas duas instituições que acabavam atrapalhando os países que recebiam os empréstimos, além do que as atribuições não eram claras em relação à prestação de contas dos recursos empregados.

Como exemplo dessas confusões, Campos (1994) informa que a liberação de US\$ 540 bilhões em julho de 1951 para um plano de investimentos de cinco anos de “reabilitação econômica e reaparelhamento industrial” no país não especificava se o financiador era o Banco Mundial ou o Eximbank. Por conta disso, surgiram problemas de interpretação no Brasil. De acordo com a idéia inicial, a Comissão Mista deveria recomendar os projetos que deveriam receber os recursos dos Estados Unidos. Mas, o Banco Mundial deveria ainda aprovar essa recomendação de acordo com seus próprios critérios. Assim, de acordo com Roberto Campos, muitos no Brasil não perceberam que os acordos estavam condicionados às normas do FMI e, em poucos meses, Getúlio Vargas começou a reclamar da remessa de lucros aos Estados Unidos que estaria embutida nas condições dos empréstimos para desenvolvimento. Segundo Campos

(1994), essa reação teria incentivado aquele tipo de nacionalismo do qual ele próprio se distancia, pois, em sua perspectiva, seria um movimento ideológico contra o progresso econômico.

Na prática, a utilização dos recursos liberados precisa ter uma contrapartida formal nas contas do Brasil que pudessem absorver os montantes de financiamento. Logo depois da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos ter sido oficialmente instalada em 1951, Horácio Lafer, o ministro da Fazenda de então, obteve o apoio legislativo para criar as leis que criavam o fundo que serviria para marcar na contabilidade os empréstimos externos, que autorizavam o poder executivo a contratar ou avaliar empréstimos externos e que posteriormente, em 1952 abriram a possibilidade da criação do BNDE.⁹⁸

Uma das contribuições mais importantes da CMBEU para a sistematização do planejamento econômico no Brasil foi a implantação da análise de custo/benefício e de cálculos de rentabilidade. Nos anos 1950, a metodologia era inovadora, mas Campos (1994) não esclarece de onde ela se origina. Em sua recordação, a escolha dos pontos a serem incentivados por mecanismos extra-mercado parece ser uma coisa muito simples, fácil de ser feita devido à obviedade dos gargalos na estrutura produtiva do país. Por isso, escreve que “as prioridades de investimento eram tão óbvias que não provocavam angústias decisórias. Havia que atacar os pontos de estrangulamento, sobretudo energia e transportes” (Campos (1994), p. 163). Ao que parece, os critérios de escolha de projetos podiam ser feitos de forma relativamente segura, mesmo sem um detalhamento das relações interindustriais ou de um cálculo muito preciso em termos de produtividade marginal social. Em relação à metodologia de identificação dos gargalos, Roberto Campos remete apenas a Albert Hirschman, que colocava a noção dos gargalos com a problemática do desenvolvimento, como já foi destacado.

Por outro lado, Roberto Campos percebe que os procedimentos adotados na tentativa de mapear a economia brasileira estão sob influência de diferentes “modelos de planejamento”. O diplomata aponta que o modelo de planejamento integral defendido pela CEPAL era uma alternativa com grande força no debate sobre como efetuar as operações a fim de tirar o maior proveito dos recursos para atingir o desenvolvimento. Roberto Campos (1994) admite que tinha curiosidade sobre como funcionava este método e que solicitou, enquanto diretor econômico do BNDE,

⁹⁸ As leis referentes que ajustavam as contas aos financiamentos vinculados à CMBEU foram a lei no. 1474, a lei no. 1518 e a lei no. 1628 de 1952 que criou o BNDE. Sobre isso ver Campos (1994), p. 161.

assistência técnica a Prebisch e Furtado na preparação para o planejamento econômico brasileiro. A combinação do Banco com os economistas baseados em Santiago do Chile foi a formação do Grupo Misto CEPAL-BNDE, que forneceu o matéria final para a elaboração concreta do Plano de Metas.

De acordo com o relato de Campos (1994), a metodologia de planejamento difundida pela CEPAL era do tipo de um controle muito abrangente do mecanismo de mercado, e por isso, havia um grau de grande ceticismo em relação à cartilha das técnicas de programação. Ainda assim, Campos (1994) estava inicialmente bastante interessado em compreender o método no início dos anos 1950, apesar de ser menos otimista que os economistas da Comissão quanto às possibilidades reais de controle do sistema de mercado. O afastamento definitivo de Roberto Campos em relação aos procedimentos da planificação ocorreu durante a controvérsia entre Celso Furtado e Octávio Bulhões em 1953. A partir de então, Roberto Campos se ateve cada vez mais aos princípios liberais preconizados no Brasil inicialmente por Eugênio Gudin.

É importante deixar claro aqui que Roberto Campos, diferente dos economistas teóricos da corrente liberal, não endossa a lógica do mercado a partir de um ponto de vista estritamente ideológico. Seu pragmatismo e sua formação tardia como economista impedem que escolha o lado com base em deduções hipotéticas que funcionam bem na teoria econômica, mas que na prática pouco interessam aos *policy makers*. Na disputa sobre o modelo de desenvolvimento para o Brasil, não podemos, portanto, jogar Campos junto com os defensores utópicos do modelo de livre comércio, pois seria muito mais adequado enquadrá-lo na vertente liberal inaugurada por John Maynard Keynes.

De forma semelhante, Bielschowsky ([1988] 2001) diferencia Roberto Campos dos economistas ortodoxos ao enquadrá-lo na vertente desenvolvimentista “não-nacionalista” e ao escrever que “Campos é, tipicamente, um economista formado sob o impacto da depressão dos anos 30 e da revolução keynesiana, e fala a linguagem do moderno administrador público keynesiano.” (Bielschowsky ([1988] 2001), p. 443, nota 11).

A análise feita por Madi (1985) sobre as idéias econômicas de Roberto Campos ajuda a esclarecer sua posição no debate sobre os modelos de desenvolvimento para o Brasil na era do capitalismo intervencionista. Em poucas palavras, Madi (1985) argumenta que Campos se insere na vertente que admite a intervenção Estatal pós 1930 e conclui que existe uma descontinuidade em seu pensamento econômico: ele seria ao

mesmo tempo pró e pós keynesiano em relação ao mecanismo da lei de Say e adotaria um comportamento errático sobre a contradição entre mercado e plano.

Essas ambigüidades se assemelham àquelas expressas pelos Estados capitalistas ao longo do século XX, que adotam ora medidas de intervenção, ora medidas liberalizantes, de acordo com as circunstâncias. Além disso, de forma semelhante a Keynes, a disputa teórica entre o cálculo automático pelo mecanismo de mercado e o cálculo econômico socialista parece não penetrar fundo em seu raciocínio, de modo que sua decisão por um dos lados se dá pelas circunstâncias históricas. Assim, se o Plano de Metas admitia um nível tal de cálculo consciente e não mais que isso, Campos adotava esse grau de controle como o mais adequado para o momento, sem se preocupar com o fundamento geral de contradição entre o planejamento e a lógica do mercado.

Já Bieschowsky ([1988] 2001) indica que Roberto Campos se opôs claramente a Mises e Hayek em seus artigos no *Digesto Econômico*. O próprio Roberto Campos (1994) ao explicar que suas divergências com Gudin e Bulhões eram mais de ênfase do que de substância confirma que no início, “defendia com ousadia juvenil” o planejamento e desenvolvimento e que somente mais tarde se aproximou do liberalismo mais ortodoxo. No começo dos anos 1950, Roberto Campos chegou inclusive a invocar Enrico Barone, Fred Taylor e Oskar Lange para refutar a idéia de que uma planificação econômica fosse impossível, fato pelo qual Gudin nunca o perdoou.⁹⁹

Mas, nos anos 1990, o fim da experiência na União Soviética levou Roberto Campos à conclusão de que os economistas da escola austríaca tinham razão. Isso mostra que Roberto Campos é extremamente pragmático e determina sua posição de acordo com as possibilidades concretas que se fazem presentes. Então como os anos 1950 davam condições reais de realizar o planejamento com a meta de atingir índices específicos de crescimento, no debate sobre o cálculo econômico tendia mais para o lado dos planejadores. Já mais tarde, quando o período do capitalismo dirigido é substituído pela era neoliberal, tende mais para o lado dos economistas pró-mercado.

Como exemplo de seu pragmatismo, é possível citar que a solução derradeira para ele era a “absorção incondicional de tecnologia importada” (Madi (1985), p. 218). Mas como isso seria possível? Segundo ele, por meio de uma menor proteção à indústria pesada e mais estímulos aos setores de bens leves que seriam sustentados pelo

⁹⁹ Ver Bielschowsky ([1988] 2001), p.110, Campos (1994), p. 168-169 e Campos (1952). Enrico Barone trabalhou para formalizar o modelo de socialismo de mercado enquanto Fred Taylor aplicou os métodos científicos para o aprimoramento dos processos e do planejamento nas unidades produtivas.

setor exportador. Ou seja, seria uma forma de integração mundial com financiamento direto externo.

Hoje, fica fácil dizer que a solução ideal foi aquela adotada, por exemplo, pela Coréia do Sul, como o próprio Campos (1994) deixa indicado. Para Roberto Campos, a experiência dos Tigres Asiáticos simboliza um programa de sucesso para desenvolvimento que não se apóia naquele conceito de planejamento de desenvolvimento para dentro, que prevaleceu no Brasil.¹⁰⁰ A noção desse enfoque no próprio país, gerava, na interpretação de Campos, uma ideologia nacionalista irracional do ponto de vista econômico. Nesse sentido, o sentimento expresso nos movimentos de “o petróleo é nosso”, por exemplo, criavam dificuldades para a adoção de uma política cambial que pudesse tornar o Brasil uma economia puxada pelo setor exportador, na linguagem do *mainstream*, uma *export-led economy*. Isso teria sido, para Roberto Campos, uma das causas que fizeram o Brasil perder a oportunidade que foi aproveitada pelas economias asiáticas dinâmicas.

3.3. A nova rodada da controvérsia: Celso Furtado e Octávio Bulhões

É interessante destacar que a controvérsia entre Celso Furtado e Octávio Bulhões nos anos 1950 mencionada por Campos (1994) parece ser do mesmo tipo daquele debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin nos anos 1940. Tudo indica que este debate teve alguma influência sobre a formatação do Programa de Metas, pois Roberto Campos deixa claro que as duas posições disputavam a determinação intelectual sobre como o Plano seria feito ao afirmar que

Em fins de 1955, quando comecei a trabalhar no Plano de Metas de Juscelino, ative-me ao método mais modesto de planejamento setorial. Utilizei os trabalhos do grupo misto BNDE/CEPAL como fonte de informação antes que como metodologia reitora. (Campos (1994), p. 165)

De forma resumida, enquanto Furtado defendia o procedimento de programação que se assemelhava a uma planificação integral, Bulhões seguia a lógica

¹⁰⁰ Canuto (1994) mostrou que o projeto de industrialização da Coréia do Sul não seguia a lógica de liberalização pura, mas se apoiava em um Estado que tinha metas claras sobre expansão industrial e desenvolvimento. De forma semelhante, Campos (1994) não afirma que a Coréia do Sul adotou a cartilha liberalizante, mas sim um projeto mais adequado de planejamento com inserção internacional. Por isso, a disputa em que Campos se insere não é a simples dicotomia entre controle e liberalização, mas entre diferentes formas de planejamento. O posicionamento de Campos no debate feito aqui está em consonância, para deixar explícito, com a classificação feita por Ricardo Bielschowsky ([1988] 2001), que o considera, no plano teórico, um “economista eclético”.

de mercado argumentando contra os mecanismos de direção total e por uma forma de planejamento mais branda. São três artigos na edição de Novembro-Dezembro de 1953 da Revista do Conselho Nacional de Economia que sintetizam os debates de então e que estão muito mais próximos do debate sobre o cálculo econômico socialista do que aquela disputa anterior entre Simonsen e Gudin.¹⁰¹

O primeiro artigo desta segunda rodada da controvérsia é uma reação de Octávio Bulhões ao guia de programação da CEPAL, descrito com cuidado há pouco e debatido na época internamente na FGV após a apresentação no encontro no Rio de Janeiro em 1953. De forma resumida, essa reação considera que o método de desenvolvimento defendido pressupõe uma economia totalitária. De forma oposta ao eixo central do pensamento cepalino, Bulhões (1953) argumenta que o Brasil tem condições de atingir o desenvolvimento por meio do “progresso espontâneo” com base nos empresários inovadores. A noção dessa figura como líder do processo, fortemente ancorada na exposição de Schumpeter (1942), é a linha central de defesa por um caminho menos planificador do que a programação implica.

Em relação ao debate, Bulhões (1953) aponta que existe um dilema: de um lado, há o método da programação que significa um aumento do Estado sobre as decisões de alocação e investimento; do outro lado, há uma forma distinta de controle, que se baseia fundamentalmente na livre iniciativa. Nesta segunda alternativa, o Estado teria a função de apenas criar um clima favorável aos investimentos particulares, por meio do incentivo a setores específicos que se tornariam assim rentáveis aos capitais privados.¹⁰² Nitidamente, seu posicionamento é a favor deste padrão de ação estatal.

Com isso, é possível registrar aqui alguns resultados importantes. De maneira geral, Bulhões (1953) está fazendo uma oposição ao modelo de programação da CEPAL de uma forma muito similar a Mises e Hayek, embora não remeta explicitamente a isso. O argumento é que na realidade, a economia se orienta pelos preços e a programação

¹⁰¹ Ver Revista do Conselho Nacional de Economia, ano II, Novembro-Dezembro de 1953. A controvérsia entre Furtado e Bulhões em 1953 é, até o momento, o debate no Brasil mais próximo que se chegou ao debate em nível mundial sobre o cálculo econômico iniciado por Mises em 1920. Ainda assim, as referências ao problema do cálculo econômico são muito escassas, sendo que apenas Furtado (1953) menciona de forma indireta a relação e subordinação de sua disputa com Bulhões àquele debate. A maneira mais adequada de explicitar a conexão entre a controvérsia teórica e o planejamento para desenvolvimento no Brasil é remontar o histórico de estudos de Celso Furtado e revelar a origem do manual de programação da CEPAL. Isto é feito na seção seguinte.

¹⁰² Apesar de ser uma proposta muito semelhante ao que Keynes em geral defende, Bulhões não cita a *Teoria Geral* neste artigo. Conforme Saretta (2001), Bulhões buscou combinar as contribuições de Keynes com a de Hicks, Marshall e Wicksell, o que dificulta o seu enquadramento em uma escola de pensamento.

vai justamente contra essa base de informações que o mercado fornece. Por isso, a conclusão drástica que Bulhões (1953) tira é que, no sistema de planejamento proposto pelo órgão da ONU, em que se parte de uma taxa de crescimento estabelecida pelo planejador, “estamos, ao que parece, em pleno regime de economia totalitária” (Bulhões (1953), p. 10).

Assim, percebemos que: (i) a teoria da programação da CEPAL é a mesma por trás do cálculo econômico socialista e (ii) o debate penetrou no Brasil pela CEPAL que está seguindo, ainda que de forma distante e inconsciente, as reações a Mises (1920).¹⁰³

Infelizmente, Bulhões (1953) não traz referências diretas aos precursores da escola austríaca e o núcleo de seu argumento fica restrito a considerar a planificação ou programação uma coisa impossível. Com efeito, ele afirma que é muito mais fácil utilizar os surtos de progresso espontâneo que ele acha que existem no Brasil, criando “núcleos de irradiação de produtividade”. Em suma, propõe uma programação muito mais flexível e menos detalhada apoiada nos cálculos individuais realizados pelo mercado. Isso seria mais fácil e mais eficiente do que uma planificação total.

A resposta de Celso Furtado sustenta a idéia aqui defendida de que a discussão em questão é na verdade a versão concreta no Brasil daquela contradição entre mercado e plano que se expressa de forma mais nítida no problema do cálculo econômico socialista. Furtado (1953) reconhece em Bulhões os aspectos contraditórios entre a lógica dos preços de mercado enquanto critério de alocação de recursos e a lógica consciente consubstanciada no planejamento e no método da programação econômica. Bulhões (1953) havia dito que “no regime de planejamento a relação de preços resulta dos investimentos projetados”, ao que Furtado responde que

(...) nesta afirmação está implícita a idéia (formulado por von Mises há mais de 30 anos) de que uma economia perfeitamente planejada tenderia a identificar-se com uma de competência perfeita. (Furtado (1953), p. 14)

¹⁰³ Para refinar essa conclusão é necessário buscar nos documentos da CEPAL e nas obras de Furtado e Prebisch as referências diretas ao debate sobre o cálculo econômico ou à teoria pura de programação. A resposta de Furtado a Bulhões contém a primeira referência direta ao debate sobre o cálculo econômico. A maneira mais prática de avaliar a validade desta idéia é revelar o histórico do guia de programação da CEPAL. São duas as possibilidades de descoberta aqui: ou o guia é montado a partir do desenvolvimento do debate sobre o cálculo econômico ou ele é montado independentemente do debate relacionando-se diretamente com a teoria da programação linear. Este teste de hipótese é realizado na seção seguinte. A história do debate sobre o cálculo econômico indica que a teoria da programação é incorporada como forma de responder o desafio de Mises (1920), e por isso, ainda que os planejadores no Brasil não tenham noção do debate, estão participando do nível prático do processo de refuta da impossibilidade de realizar o cálculo econômico sem o mecanismo de preços de mercado. A tarefa consiste justamente em conectar as reações teóricas a Mises (1920) e seguidores com as experiências concretas de planejamento realizadas até agora.

Isso ajudaria a colocar o método de programação da CEPAL próximo aos desenvolvimentos dos modelos que utilizam o mecanismo de preços como fonte de informação para o estabelecimento de metas e como objeto que pode ser modificado por ações extra-mercado. Mas o próprio Furtado salienta que o guia de programação defendido de fato segue os parâmetros destes modelos ao afirmar que

o critério básico da orientação dos investimentos que está no espírito e na letra do texto [de introdução à técnica do planejamento da CEPAL] é o da produtividade marginal social. (Furtado (1953), p. 15)

A proximidade aqui ocorre devido ao fato da noção de produtividade marginal social ser uma assimilação teórica sobre o problema do cálculo em nível social. Em geral, esse tipo de análise se desenvolveu a partir da formação, dentro da escola neoclássica, da *Welfare Economics*, cujo objetivo era transportar para a coletividade o mecanismo de maximização da utilidade do indivíduo.¹⁰⁴

Em relação ao esforço aqui efetuado de aproximar a controvérsia dos economistas brasileiros com o debate teórico iniciado por Mises e continuado por Oskar Lange, Hayek e outros, é preciso destacar que Celso Furtado tem um domínio sobre a técnica e sobre a questão teórica que parece estar além da compreensão de Bulhões. Como forma de oposição às críticas, Furtado afasta a idéia de que a CEPAL propõe uma economia totalitária enfatizando que a programação defendida nada mais é do que uma projeção, ou seja, ela é em primeiro lugar a construção das matrizes que revelam os efeitos em cadeia na estrutura produtiva e que permitem identificar os pontos que entravam o crescimento de todo sistema.

Por outro lado, ele admite que os preços são mecanismos úteis ao planejador. Reconhecemos que a qualidade de oposição entre Furtado e Bulhões não é tão nítida em comparação com a disputa entre Oskar Lange e os economistas da escola austríaca, por exemplo. Enquanto no primeiro caso, o debate se fundamenta fortemente em abstrações sobre a viabilidade do planejamento em si como oposição ao funcionamento puro do mercado, no segundo, a problemática está posta em termos mais concretos. Em ambos

¹⁰⁴ Essa empreitada, em associação com a idéia de equilíbrio geral, culmina na separação entre as análises de eficiência e distribuição por meio da derivação dos teoremas fundamentais da economia do bem estar (todo equilíbrio walrasiano é pareto-eficiente e esta situação pode ser atingida pela realocação dos recursos existentes por meio da troca entre indivíduos, se certos pressupostos existirem). Este é um resultado perigoso que deve ser analisado com cuidado, pois existe o risco aqui de se perder por completo a descoberta de Marx de que as leis de distribuição seguem as relações sociais de produção. Sobre a economia do bem estar na perspectiva tradicional, ver, por exemplo, Pindyck e Rubinfeld (2002), parte 4. Sobre produção e distribuição em Marx, ver Marx ([1859] 1982) (Prefácio para a Crítica da Economia Política).

os casos conseguimos identificar a posição ideológica dos economistas conectadas aos seus interesses de classe, no entanto, o diálogo construtivo só ocorre no debate mais teórico, sendo que no mais concreto os argumentos desandam mais facilmente para a luta de ideologias.¹⁰⁵

Fechando a controvérsia nesta edição especial da Revista do Conselho, Bulhões (1953b) reafirma sua posição deixando claro que em sua interpretação, a proposta da CEPAL coloca o Estado como único elemento ativo verdadeiro, enquanto os particulares participam do processo de maneira passiva. Esta noção de que os empresários ficam sem iniciativa é a base para sua refuta do modelo de programação apresentado pela Comissão. Além disso, como o procedimento de alocação consciente dos recursos é incompreensível para Bulhões, ele fica confuso devido ao fato da taxa de crescimento poder ser deliberadamente escolhida e ser o ponto de partida da programação, e não o resultado de um processo espontâneo.

Neste instante, parece que Bulhões desceria para o nível ideológico de refuta. No entanto, ele acredita que existem mesmo evidências empíricas que mostram o grande potencial no Brasil da iniciativa privada, e que o ideal seria, portanto, criar os estímulos corretos para que essa força pudesse ser utilizada com o propósito de gerar crescimento e desenvolvimento. Neste ponto, Furtado concorda que, na prática, trata-se de estimular e orientar os estímulos a que responde o empresário. Ocorre que os dois têm interpretações distintas da técnica de programação da CEPAL. Para Bulhões, ela necessariamente reflete uma planificação total centralizada, enquanto Furtado a compreende como um meio para se mapear as interrelações setoriais e descobrir os elos fracos e limitantes do sistema industrial. Assim, Bulhões acredita que outro tipo de procedimento, que não a planificação total, seria mais adequado para tocar naqueles estímulos que balizam as ações dos investidores privados.

¹⁰⁵ Não podia ser diferente: a solução do problema teórico se encontra na prática. Por isso, quando o conflito vai ao concreto, os reacionários se abrigam na ideologia e os progressistas, ao contrário, se baseiam na ciência. Quando o conflito sobe ao abstrato, os reacionários se valem da ciência em nível abstrato para refutar a ideologia que é o recurso geralmente adotado pelos progressistas, visto que têm menor frequência de educação formal. Esta relação inversa de dois âmbitos explica porque somente a classe trabalhadora pode levar a cabo a revolução científica e porque os reacionários são forçados a contribuir com o desenvolvimento instrumental que pode ser usado pela população para atingir seus objetivos. Oskar Lange (1936) ilustra tal fenômeno com sua sátira de que Ludwig von Mises deveria receber como homenagem uma estátua no ministério do planejamento da futura sociedade, que serviria então como exemplo nas aulas de materialismo dialético daquilo que Hegel chama de Astúcia da Razão (*List der Vernunft*), ou seja, de que determinados objetivos se realizam na história da humanidade sem que as pessoas tenham consciência do processo. O desenvolvimento dessa idéia foi feito por Hegel em sua obra *Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte* (Filosofia da História).

Em seu relato sobre a ascensão das idéias intervencionistas no Brasil, Furtado (1985) lembra que a oposição ao modelo de programação econômica defendido por ele avançou para públicos mais amplos, o que mostrava que o embate tinha uma relação forte com as disputas políticas da época. De acordo com o presente estudo, os conflitos de classe se embrenham nos debates técnicos sobre a programação devido ao fato dela abrir possibilidade de organização que não poderiam emergir durante a era capitalista concorrencial. Furtado (1985) ressalta ainda que, após a primeira versão do guia apresentada na quinta conferência da CEPAL em maio de 1953, no Quitandinha, o modelo sofre ataques de diferentes tipos, e que a partir daí, a oposição às sugestões da Comissão não ficam mais restritas às revistas especializadas de economia. Como se vê, havia um esforço para levar as discussões aos campos de embate ideológico.

O debate em torno do manual de programação foi alavancado por ataques dos liberais Gudin e Bulhões, ao que Prebisch também respondeu criticando a noção do equilíbrio espontâneo da economia. Furtado (1985) opina que esse tipo de reação levava o embate de volta ao plano das idéias e que enfraquecia a posição da heterodoxia, embora ele mesmo tenha fundado sua tática de oposição à escola neoclássica na crítica ao conceito de equilíbrio, como ficará claro na seção seguinte. De toda forma, Celso Furtado sabia que a questão não era uma de diferenças em teoria, mas uma de solução de problemas reais, algo que interessava sinceramente ao público não-acadêmico.

Foi nesse instante que, de um lado, acusavam a CEPAL de advogar um modelo de desenvolvimento totalitário, enquanto do outro, Furtado se esforçava para mostrar que a técnica de projeções não significava a planificação completa da economia brasileira nos moldes dos países socialistas. Em geral, a tendência da controvérsia era se mover para ambientes mais amplos de interlocução, em um processo que, ao mesmo tempo que retirava o conteúdo técnico, científico da questão, expandia sua popularidade. Esse talvez seja também um dos motivos pelos quais é difícil remontar a controvérsia no Brasil com a controvérsia teórica iniciada com o artigo de Mises (1920) sobre a impossibilidade do planejamento econômico. O caráter de embate ideológico é fortemente ressaltado por Roberto Campos quando relembra esse momento de discussão do rumo econômico do Brasil, o que ajuda a sustentar a idéia de que a controvérsia no país tendia para o campo político.

Nesta época, Celso Furtado também apresentou o método de projeções na Escola Superior de Guerra, em uma conferência que buscava resumir a metodologia e mostrar que ela era aplicável para o nível de informações estatísticas do Brasil em 1953. Furtado

(1953) [Furtado F/183] defende que a técnica é fundamentalmente o resultado dos estudos e trabalhos realizados pela CEPAL e ilustra como ela pode ser utilizada para localizar os pontos de restrição da expansão da economia brasileira. Ele exemplifica com o caso de seleção de importações e cita explicitamente a utilidade das matrizes insumo-produto para determinar o efeito da demanda de produtos intermediários e para ajudar a determinar o que deve ser produzido internamente.

Outro texto de Furtado preparado para apresentação na Escola Superior de Guerra se refere ao Balanço de Recursos (Contabilidade Nacional). Aqui, Furtado faz uma breve apresentação do balanço explicando que ele organiza as informações do que se produz em um país. Na época, esses balanços já eram publicados trimestralmente nos EUA e Europa Ocidental, enquanto o Brasil começava a fazê-los anualmente, sendo que o primeiro balanço detalhado conhecido era referente ao ano de 1956. Este documento não contém referências a trabalhos anteriores que teriam sido a base para a construção dos balanços. A linha de investigação aqui pode prosseguir com o histórico das Contas Nacionais no Brasil e com as tabelas de insumo produto.¹⁰⁶

Com efeito, e retomando as recordações de Campos (1994), essa nova rodada da controvérsia seria um dos episódios daquilo que ele chama de “batalha dos ismos”, “ismos” estes devidamente organizados por Ricardo Bielschowsky ([1988] 2000) em uma escala que aloca as vertentes entre os extremos de planificação total e liberalização plena. Dessa forma, a controvérsia anterior entre Simonsen e Gudin era também uma das manifestações dessa luta de ideologias, mas apesar de na época pender para o lado dos intervencionistas, com o fim dos planos industrializantes e da era do capitalismo dirigido, Roberto Campos (1994) conclui que, se no curto prazo o intervencionismo prevaleceu, no longo prazo, o liberalismo venceu. Ou de forma contundente, expressando sua final subordinação e concórdia com os defensores do sistema de mercado: “Gudin acertou e vários de nós erraram” (Campos (1994), p. 238).

Assim, todo argumento de Campos no debate parece estar pautado na experiência e nos resultados da história. Roberto Campos reconhece sua simpatia inicial pelos procedimentos e técnicas de programação e planejamento, e seu movimento em direção à posição fundamental dos economistas da escola austríaca e dos liberais em geral. Para explicar tal mudança, lastreia sua aproximação ao liberalismo com base nos resultados práticos que estão hoje concentrados na queda do muro de Berlim.

¹⁰⁶ O trabalho que inicia essa linha foi feito por Nunes (1998).

Similarmente, em sua resenha sobre o pensamento econômico de Campos, Bielshowsky ([1988] 2001) anota que “a alteração política de seus textos foi compatível com a própria transformação da vida econômica e política brasileira e com o próprio percurso do envolvimento pessoal do autor como personagem desse processo de transformação.” (Bielshowsky ([1988] 2001), p. 127).

Esta segunda rodada da controvérsia protagonizada por Celso Furtado e Octávio Bulhões é mais um indício de que elementos ideológicos estão impregnados nas discussões sobre como efetuar uma política econômica que promova o desenvolvimento econômico do Brasil. Como maneira de aprofundar a compreensão desta disputa de interesses, é pertinente avaliar as bases históricas e principalmente teóricas do guia de programação apresentado pela CEPAL. Para tanto, desenvolvemos em seguida uma hipótese que pode finalmente abrir caminhos sobre como a experiência brasileira com coordenação econômica pode contribuir para a organização teórica do planejamento no quadro da teoria econômica marxista como avançada por Oskar Lange.

3.4 O fundamento histórico e teórico do guia de programação da CEPAL

Concluimos na seção anterior dois pontos importantes que vão ajudar a descobrir como o planejamento econômico no Brasil dos anos 1950 está relacionado com as técnicas de controle pelos países centrais. São eles: (i) a teoria da programação da CEPAL é a mesma por trás do cálculo econômico socialista e (ii) o debate penetrou no Brasil pela CEPAL que está seguindo, ainda que de forma distante e inconsciente, as reações a Mises (1920). Para detalhar essa conclusão, é preciso averiguar o histórico de construção do manual de programação. E aqui, existem duas possibilidades: ou o manual é montado a partir do desenvolvimento do debate sobre o cálculo econômico ou ele é montado independentemente do debate relacionando-se diretamente com a teoria da programação linear e outros parâmetros sobre ação estatal na economia. Sabemos que o manual foi escrito sob a direção de Celso Furtado. Isso indica que o formato do documento está sob plena influência de seu pensamento econômico. Então é preciso verificar quais são as fontes teóricas e filosóficas de Furtado para a elaboração do guia de programação de 1953.

A hipótese inicial, a de que o conhecimento do debate sobre o cálculo é determinante para o modelo de programação e projeção não pode ser aceita a partir do estudo realizado sobre as raízes teóricas do manual da CEPAL. Pudemos constatar que Celso Furtado conhecia o debate abstrato sobre o cálculo em uma economia sem

mercado pelo menos já a partir de 1947, no entanto, não foi essa base que lhe deu apoio para formular os passos que revelam os pontos de estrangulamento da economia brasileira. Precisamos, portanto, aderir à hipótese alternativa de que o manual é elaborado de forma relativamente independente do debate sobre o cálculo, e que se baseia primordialmente em outros parâmetros sobre a ação estatal na economia. Para estabelecer quais são estes parâmetros, precisamos então verificar no pensamento de Celso Furtado quais são os eixos que o levam a pensar o desenvolvimento do Brasil como atingível por meio do planejamento.¹⁰⁷

De forma resumida, o acervo pessoal de Celso Furtado indica que ele chegou à noção de planejamento como solução dos problemas reais enfrentados pelas economias, em especial pela economia brasileira, sem conhecimento da teoria de programação linear matemática. Esta rápida análise sobre sua trajetória de estudos permite concluir que Furtado se aproximou da teoria da programação linear de modo prático, conforme a necessidade de elaboração de políticas econômicas se impunha na América Latina nos anos 1950. Diferente do que se supunha, a aplicação da teoria da programação para realizar o planejamento econômico não necessita que o planejador conheça em nível formal o problema básico de programação (distinção entre função objetivo e condições de restrição e formulação matemática do problema), nem que saiba do que trata o problema do cálculo econômico socialista, embora Furtado tivesse conhecimento deste debate em específico, visto que leu uma coletânea em francês dos artigos da controvérsia em 1947.¹⁰⁸

Como fica claro em sua autobiografia, *A Fantasia Organizada*, são duas bases fundamentais que sustentam o caminho de Furtado até as técnicas de programação econômica, uma filosófica e outra, por assim dizer, técnica. São elas, de um lado, o pensamento de Karl Mannheim, e do outro, os princípios de administração pública que se espalharam como uma nova disciplina nos Estados Unidos nos anos 1930 e 1940.

¹⁰⁷ Foi nesse sentido que realizei nos dias 3 e 4 de agosto de 2011 uma consulta à biblioteca Centro Celso Furtado no BNDES, no Rio de Janeiro, com o objetivo de determinar com maior precisão como Celso Furtado chegou às técnicas de programação e o que ele conhecia sobre o debate do cálculo econômico socialista e sobre a técnica de programação linear.

¹⁰⁸ Trata-se do livro *L'économie dirigée en regime collectiviste: études critiques sur les possibilités du socialisme* (Pierson et al. (1939)). Esta é uma coletânea de ensaios sobre o cálculo do ponto de vista da escola austríaca com introdução e conclusão de Hayek. Ele contém a versão em francês do artigo oficial de abertura do debate, Mises (1920). O volume contém a assinatura de Celso Furtado com data de 1947 assim como anotações e passagens sublinhadas, o que permite afirmar que ele ao menos tinha conhecimento da controvérsia sobre o cálculo antes da elaboração do manual da CEPAL de 1953. Mas como já afirmei, não é esta controvérsia que sustenta de modo direto o desenho das técnicas concretas de projeção na América Latina.

Então, não é nem a controvérsia sobre o cálculo econômico, nem a teoria de programação linear matemática (que viria de Koopmans, Dantzig e outros) que levam Celso Furtado às técnicas de programação da economia.¹⁰⁹

A organização feita por Oskar Lange ([1961] 1967) em sua *Introdução à Econometria*, ou seja, a síntese entre programação linear e os procedimentos de organização dos dados econômicos nas tabelas de insumo-produto ocorre depois de essa simbiose ter ocorrido na prática. Celso Furtado é um dos exemplos de execução prática dessa apresentação teórica feita por Lange. Lange havia apontado que seria “curioso” verificar se sua apresentação das técnicas coincide com o que foi realizado realmente. Apenas curioso, porque sabemos que de fato é isso que acontece: a assimilação do procedimento em teoria e sua apresentação do abstrato para o concreto devem aparecer depois de o planejamento concreto ter acontecido. Dito de outra forma: os procedimentos de planejamento, no caso do Brasil, as técnicas de programação e de projeção da CEPAL não estão subordinadas aos desenvolvimentos do debate do cálculo econômico nem da formalização matemática do problema de otimização. Não são esses níveis abstratos que desencadeiam o processo que culmina na experiência do Plano de Metas. As técnicas de planificação não se originam do abstrato, mas das atividades imediatas de elaboração de políticas que resolvam problemas relativamente mais visíveis, como o reconhecimento e superação dos famosos gargalos.

Como consequência, os níveis abstratos só podem refletir os descobrimentos concretos sobre os problemas da planificação econômica, e não determiná-los a priori. Em uma palavra: o problema do cálculo, apesar de já estar teoricamente formulado, fica explícito somente após as tentativas históricas de controle sobre a lei do valor. O caso brasileiro é uma das experiências que ajudará a entender de que forma é possível usar a lei do valor para atingir objetivos socialmente determinados. Aqui, é importante elaborar com um pouco mais de calma os dois eixos que levam Furtado à conclusão de que o planejamento é a forma correta de solucionar os problemas da América Latina, o que acaba influenciando a elaboração das técnicas de programação a serem apresentadas pela CEPAL em 1953 e contribui para solidificar a posição desafiadora ao paradigma liberal que predominava no pensamento econômico brasileiro até então.

¹⁰⁹ Szmrecsányi (2001) indica que só em meados dos anos 1960 Furtado começa a escrever sobre planejamento formulando os problemas em termos matemáticos de programação linear com o uso de matrizes insumo-produto. Analisamos esta parte da obra de Furtado na seção seguinte.

Na apresentação de sua trajetória intelectual, Furtado (1985) inicia relatando que, durante sua participação na missão da Força Expedicionária Brasileira em 1945, havia atravessado grande parte da Europa ocidental e central e que encontrou um “panorama desolador”. É curioso notar que esta empreitada revelava a contradição entre o apoio do Brasil às democracias e a ditadura de Vargas, algo que, na análise de Vianna e Villela (2005), forçou sua renúncia. De volta ao Brasil, Celso Furtado toma a “decisão de voltar à Europa, fascinado pelo inusitado da cena social e humana que aí se armara”, em referência às transformações e às tarefas de reconstrução do continente.

Seu plano original era fixar-se “por algum tempo em Londres, de onde irradiava, nessa época, a fama de uma Escola de Economia que se dava ao luxo de ter Karl Mannheim” (Furtado (1985), pp. 14). Mas, como o império inglês estava em clara desagregação e não era aquilo imaginado, Celso Furtado alterou seus planos: “A alternativa era fixar-me em Paris, obter uma matrícula universitária que justificasse minha permanência e, a partir daí, viajar pelo continente convulsionado onde já eram visíveis as primeiras emanções da guerra-fria.” Existe nesse relato dos motivos de viagem à Europa uma clara necessidade de ver de perto a experiência da União Soviética: “Imaginava poder estender minhas incursões à Europa do Leste, em particular à URSS, cuja experiência em planificação econômica me parecia ser algo que não se devia ignorar” (Furtado (1985), p. 16). Sua vontade de analisar essa experiência esbarra, no entanto, nas dificuldades práticas de entrada na União Soviética, que pareciam somente ser solucionadas via filiação ao Partido Comunista com um subsequente requerimento de viagem de missão. Furtado, no entanto, prezava sua liberdade intelectual e não aderiu a essa alternativa.

Sabemos então que esse ímpeto inicial de checar a economia soviética por dentro não se concluiu de forma ideal, embora a idéia de planificação como solução já estar nítida para Furtado nessa época. Como tais planos de viagem ao Leste eram impraticáveis, Furtado acabou ficando tempo suficiente na universidade em Paris para fazer o doutorado. É notório que o título formal não interessava tanto a ele. O fundamental, ou seja, a força motriz por trás da empreitada parece ser muito mais a ânsia de entender para poder mudar a realidade.

A influência filosófica principal em Celso Furtado nesses planos de voltar à Europa checar os movimentos de transformação após a Segunda Guerra Mundial e a

planificação, em especial, é Karl Mannheim.¹¹⁰ Referindo-se ao problema entre controle total e democracia visível no nazismo, escreve Furtado que “como estudioso de Mannheim, estava convencido de que um amplo esforço de reconstrução institucional tornara-se indispensável, se o objetivo era preservar a liberdade do homem” (Furtado (1985), p. 17).¹¹¹ Para a Europa em reconstrução, ou seja, em alternativa ao nazismo,

a solução estava na introdução de uma dupla racionalidade, ao nível dos fins e dos meios, o que exigia a planificação. Meus estudos de organização das atividades do setor público, com base em autores norte americanos e as idéias de Mannheim em seu “*Man and Society in Age of Reconstruction*” (traduzido para o espanhol sob o título de *Liberdad y Planificación Social*) haviam moldado minha visão das opções com que se defrontava a Europa em reconstrução. (Furtado (1985), p. 17).

Furtado segue assim a alternativa pensada por Mannheim, fortemente baseada na noção de que uma racionalidade acima dos conflitos de classe poderia ser o condicionante de organização da sociedade. Esse raciocínio é semelhante ao de Keynes, para quem a racionalidade das decisões econômicas tomadas por elites dirigentes esclarecidas poderia resolver os problemas existentes do capitalismo, como se essas elites não tivessem interesses de classe que influenciassem os rumos de configuração do modo de produção.

De acordo com Rezende (2004), a influência de Mannheim no pensamento de Celso Furtado teria moldado sua visão sobre o papel do intelectual na transformação da sociedade e que está em alinhamento com esta noção de planificação determinada diretamente pela ciência, numa clara subordinação ao positivismo. Ainda assim, as leituras de Marx contribuíram para que Furtado ficasse com uma concepção aberta sobre a ligação entre atividade intelectual e ação política. De todo modo, não podemos argumentar que o planejamento econômico em Furtado derivava do entendimento de que esse era um pré-requisito para a construção da sociedade socialista, mas sim para o

¹¹⁰ Karl Mannheim foi um sociólogo influente na primeira metade do século XX. Ele é considerado o fundador da sociologia do conhecimento e buscou sintetizar elementos desenvolvidos por distintos pensadores como Lukács, Karl Marx, Max e Alfred Weber entre outros. Furtado leu *Man and Society in Age of Reconstruction* de Mannheim nos anos 1940. Os outros livros de Mannheim no acervo pessoal de Furtado são *Diagnóstico de Nuestro Tempo*, *Ideology and Utopia* e *Liberdad, Poder e Planificación Democrática*. Mannheim via que era possível construir uma sociedade com base na planificação democrática (que não era a planificação fascista nem socialista) e na ciência como maneira de resolver os problemas advindos com a crise dos anos 1930.

¹¹¹ Eram três possibilidades de hegemonia intelectual-política com o fim do liberalismo clássico. O comunismo marxista, um capitalismo privado reformado e o fascismo. Como se sabe, o caminho do meio prevaleceu, como ficou claro com o fim da Segunda Guerra Mundial. Sobre as alternativas ideológicas que se abriram a partir de 1929, ver Hobsbawm (1994), pp. 111.

que ele geralmente descreve como sociedade democrática, mais igualitária e humanamente digna.

Neste eixo filosófico, o plano como solução chega a Furtado por via do positivismo, e somente depois o marxismo passa a integrar também seu pensamento social. Sabe-se que as determinações nos anos iniciais da construção intelectual do indivíduo se estendem de modo incisivo por toda a vida. Isso talvez explique em parte porque Furtado não tenha se movimentado de modo decisivo para o movimento político do comunismo e tenha mantido a idéia de que o intelectual não podia submeter-se às organizações partidárias. Sabemos que a luta de classes nunca é o primeiro determinante das conclusões de Furtado, o que reforça o aspecto positivista de sua compreensão sobre o problema da planificação econômica. Sintomático do fato de que Furtado não cede completamente à filosofia da práxis de Marx, como Rezende (2004) argumenta, é sua dificuldade de separar, juntamente com Mannheim, conhecimento científico de conhecimento ideológico, o que o afasta sistematicamente das agremiações políticas. Outro aspecto que explicita o formato do marxismo que Furtado incorpora é a permanência do ideal de dignidade humana em seu pensamento, que parece agir como elo de conciliação entre marxismo e positivismo.¹¹²

O outro eixo que sustenta o caminho de Furtado ao planejamento são os princípios de administração pública que haviam se tornado elementos centrais na organização do aparato estatal no começo do século XX nos Estados Unidos. São os autores norte americanos a que Furtado se refere e que exerceram influência direta sobre o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), criado em 1938 para iniciar a racionalização das atividades do serviço público no Brasil, como a implementação do sistema de concursos públicos. Os estudos dos manuais de administração pública foram feitos por Furtado também nos anos 1940, como se pode depreender dos volumes que fazem parte de seu acervo pessoal.¹¹³ Em uma entrevista de

¹¹² Para Brandão (2008), a estrutura teórico-analítica de Celso Furtado é baseada no positivismo, no marxismo e na sociologia americana, além de Karl Mannheim. O próprio Furtado destaca, no *Formação Econômica do Brasil*, além dessas correntes, a teoria de Keynes como influente em seu pensamento. Sampaio Jr. (2008) por sua vez afasta Furtado de Marx e o aproxima do idealismo, visto que a procura por uma solução para o Brasil dentro dos limites do capitalismo acaba gerando utopias que nunca se realizam. A noção dos economistas heterodoxos brasileiros, de que Marx fazia parte do humanismo é outra forma de averiguar qual é o “Marx de Furtado”.

¹¹³ Entre os autores deste ramo que encontramos no material que compunha a biblioteca particular de Furtado estão William F. Willoughby (*Principles of Public Administration*, 1927), Harvey Walker (*Public Administration in the United States*, 1937), John M. Pfiffner (*Public Administration*, 1938) e Leonard D. White (*Introduction to the Study of Public Administration*, 1939). São essencialmente livros-texto sobre a organização da máquina pública sob os critérios de imparcialidade e eficiência. Como mencionado, esse

1996 realizada por Mário Theodoro (2008), Furtado enfatizou essa linha de estudos durante sua época como técnico de administração pública como base para sua concepção de planejamento.

Ainda em relação aos determinantes intelectuais que levam Furtado ao planejamento, Pereira Silva (2010) realizou uma leitura das primeiras publicações de Furtado referentes aos estudos dos princípios de administração pública. É possível notar que esses estudos iniciais de Celso Furtado revelam o entusiasmo e otimismo do pensador sobre o processo de reforma administrativa no Brasil. A participação do governo norte americano na constituição do DASP é o indício mais forte de que o instrumental de administração e controle da economia brasileira remonta à influência direta do modelo dos Estados Unidos.

Estes dois elementos, o fundo filosófico de Mannheim e os métodos de organização da coisa pública vindos dos Estados Unidos nos anos 1930 e 1940, explicam assim a centralidade da idéia de planejamento no pensamento de Furtado. Em relação ao guia de programação da CEPAL em específico, pode-se dizer que ele surgiu, por um lado, desse antecedente intelectual de Furtado, e por outro, a partir das práticas de análise de conjuntura que se difundiam no Brasil tanto por influência de economistas estrangeiros quanto por necessidade de racionalização das políticas econômicas explicitada pelo DASP. Argumentamos anteriormente que a confecção de relatórios de conjuntura tem como histórico as missões norte americanas no Brasil que antecedem o Plano de Metas e fazem o primeiro mapeamento geral da economia brasileira.

Os debates em torno da missão Abbink de 1948, por exemplo, foram acompanhados por Celso Furtado através da Revista Conjuntura Econômica, cujo diretor era Richard Lewinsohn, que “foi quem primeiro fez estimações razoáveis da renda nacional do Brasil, utilizando como base a arrecadação do imposto de rendas e consignações” (Furtado (1985), p. 47).¹¹⁴ De acordo com Furtado (1985), a revista foi pioneira no Brasil na apresentação de dados de conjuntura e seguia o modelo introduzido na Alemanha por Ernst Wagemann, criador do Instituto de Conjuntura de

conteúdo original do que virá a ser a disciplina de administração pública foi organizado e difundido no Brasil pelo DASP. Uma tese apresentada ao concurso para técnico no DASP de 1943 se encontra igualmente no acervo pessoal de Furtado e contém vasta referência sobre o tema e uma descrição sobre o estado da coisa no Brasil de então: Newton Corrêa Ramalho (*Racionalização da Administração Orçamentária*, DASP, 1944).

¹¹⁴ Richard Lewinsohn foi um jornalista de economia que iniciou sua carreira em Berlim. Ele emigrou da Alemanha com a tomada de poder dos nazistas, indo primeiro para Paris e depois para o Rio de Janeiro, quando integrou os brasileiros na fundação da revista Conjuntura Econômica. Ver: http://de.wikipedia.org/wiki/Richard_Lewinsohn.

Berlim (hoje *Deutsches Institut für Wirtschaftsforschung*).¹¹⁵ Richard Lewinsohn, que exercia também a função de assessor de finanças do diretor geral do DASP, teria levado ao Brasil esse modelo quando migrou para cá nos anos 1940. Apesar de ser editada pela FGV, Furtado argumenta que na prática a Revista Conjuntura Econômica era uma entidade autônoma funcionando em uma das salas do Ministério da Fazenda onde ocorriam debates importantes sobre os rumos do país.

O próximo passo na carreira de Celso Furtado será a ida a Santiago do Chile para integrar a equipe da CEPAL, a partir de onde ocorrerá a elaboração do manual de programação e a parceria com o BNDE para execução do Programa de Metas. Como foi esboçado anteriormente, foram estes passos seguintes que caracterizaram a primeira experiência brasileira de comando sobre a lei do valor por meio do planejamento econômico para industrialização.

É interessante aqui notar que a metodologia desenvolvida para criar planos na América Latina aparece de fato de modo bastante independente dos moldes de planificação construídos nos países do Leste. Com isso, a noção de que as técnicas de projeção estão sob influência do socialismo real precisa ser consideravelmente afastada.

Um exemplo bastante claro desta distância foi o encontro internacional entre economistas do Leste e Oeste, realizado no fim dos anos 1950. Formada a “cortina de ferro” e com a crescente dificuldade de troca de informações, a UNESCO convidou a Associação Internacional de Economistas a realizar um encontro em 1958 na Turquia. O tópico escolhido foi “Fatores determinantes do nível de atividade em sistemas econômicos distintos” e a idéia era colocar os economistas dos dois hemisférios em diálogo, furando assim a cortina por meio de relações pessoais no âmbito acadêmico. Celso Furtado participou da reunião e relata que ficou impressionado com a “carência de pensamento teórico dos professores do Leste” (Furtado (1985), p. 194). Ele reporta também que figuras expoentes como Lange e Kalecki não participaram, mas que eles poderiam de toda forma ser considerados como membros da comunidade acadêmica ocidental. Vemos assim que os procedimentos de projeção desenvolvidos pela CEPAL constituem um modelo razoavelmente autônomo, fruto direto dos estudos de conjuntura

¹¹⁵ O *Deutsches Institut für Wirtschaftsforschung* (DIW Berlin) é o maior instituto de pesquisa econômica da Alemanha e foi fundado em 1925 por Ernst Wagemann, economista e estatístico. A família de Wagemann morava no Chile quando ele nasceu, mas fez os estudos e carreira na Alemanha. Ele voltou para Santiago do Chile a convite da Universidade em 1949 para auxiliar a fundação do instituto de economia permanecendo lá até 1953. Além de Wagemann, o economista Arthur Spiethoff também conta como fundador das análises de conjuntura da Alemanha. Ver http://de.wikipedia.org/wiki/Ernst_Wagemann e http://www.diw.de/deutsch/bio_wagemann/29396.html.

locais sob influência do ímpeto por aprimoramento dos índices econômicos e sociais da América Latina.

A técnica e a teoria da planificação foram até discutidas no encontro, mas Furtado ressalta que os economistas do Leste não conseguiam abordar de forma teórica a questão, embora estivessem cientes do problema. Celso Furtado (1956) resenhou o Manual de Economia Política da Academia de Ciências da URSS e foi bastante crítico ao apontar que o livro não contém os elementos técnicos que abrangem os problemas práticos da planificação, como a previsão das reações dos consumidores ou o mapeamento das interrelações do sistema produtivo.

A consulta ao manual mostra que a preocupação primordial do texto é fazer realmente um esboço elementar sobre a economia soviética e suas diferenças com o sistema capitalista, sem, no entanto, entrar em detalhes concretos sobre o planejamento propriamente dito. Sistemáticamente, o livro texto busca distinguir os princípios do capitalismo daqueles que regem a economia socialista por meio da oposição entre a lei do valor e uma “lei econômica fundamental do socialismo”. Esta última é definida com a noção de que o objetivo da produção no sistema soviético é o “permanente melhoramento das condições de existência da sociedade em conjunto e de cada um dos seus membros” (Academia de Ciências da URSS (1961), p. 487). Assim, repetidamente, o manual se esforça em formular a dinâmica diretriz da economia socialista apenas por oposição à lei do valor, enfatizando que o atendimento das necessidades crescentes, tanto de bem-estar material como de nível cultural, é a meta da nova organização social. Resumidamente, parece haver uma obsessão em explicitar a contradição entre plano e mercado, com o que o livro acaba se afastando das experiências concretas de coordenação econômica nos países capitalistas. Com isso, a crítica de Celso Furtado é bastante acertada, visto que o manual ajuda a distinguir as lógicas opostas, mas não dá instruções práticas sobre como mudar de uma para a outra, que é o que de fato interessa.

Oskar Lange (1945), ao avaliar o ensino de economia na União Soviética já havia enfatizado também a falta de domínio teórico evidente nos anos 1940, principalmente devido à noção difusa dos planejadores soviéticos sobre os desvios dos preços em relação aos valores. Ainda segundo o relato autobiográfico de Furtado em *A fantasia organizada*, alguns participantes do bloco socialista admiraram o fato de Furtado se interessar pelos problemas da técnica de planificação e ficaram atônitos quando ele afirmou que no mundo subdesenvolvido os economistas haviam elaborado

técnicas próprias de planificação e que elas estavam sendo postas em prática (Furtado (1985), p. 195).

Isso corrobora mais uma vez que não se pode concluir que o modelo de planejamento da CEPAL está sob o manto do tipo de planejamento desenvolvido no Leste, apesar de ser evidente que existe um elemento em comum quando pensamos que ambos os modelos são alternativas ao mercado livre e à livre ação da lei do valor. Em especial, este aspecto partilhado parece remontar à teoria da programação linear, ou seja, ao processo de identificação da função objetivo e das condições de restrição, que é a única forma de descobrir os pontos do sistema sobre os quais é preciso agir para que valores de uso específicos, deliberadamente escolhidos pela sociedade, saiam como resultado do processo de produção. Como forma de liquidar a questão sobre a origem da coordenação econômica que sustenta a experiência latino-americana, Celso Furtado afirma em uma de suas últimas entrevistas que “queiramos ou não, o planejamento foi a grande invenção do capitalismo” (Furtado (2001) *apud* Magalhães Tavares (2008), p. 67).

Uma conclusão semelhante pode ser tirada dos estudos sobre as condições históricas de ascensão do planejamento no sistema capitalista. Seguindo a divisão do desenvolvimento da econometria pela cronologia estabelecida por Lange ([1961] 1967) e apresentada na introdução, o processo de elaboração e refinamento dos modelos de estimativa dos dados econômicos que são impostos como necessidade dura para que os capitais cada vez mais concentrados possam se reproduzir sem rupturas acaba gerando os parâmetros e ferramentas da coordenação das grandes unidades produtivas em conjunto. Isso significa que o capitalismo cria como forma de superação dos problemas das flutuações os instrumentos básicos que permitem a realização do planejamento econômico nacional.

De acordo com os estudos de Oskar Lange, a tentativa de aproximação das técnicas de planejamento elaboradas no Ocidente e no Leste vai acontecer somente a partir dos anos 1960. Essa é basicamente sua tese, a de que os instrumentos de controle dos dois lados podem ser somados e aplicados em conjunto, como se fossem elementos complementares do conjunto total de experiência sobre planejamento. Até então, parecia não haver qualquer comunicação ou troca de experiência entre os blocos. Isso afasta ainda mais a idéia de que o procedimento de planejamento econômico na América Latina seguia algum ditame vindo de Moscou. Precisamos por isso reforçar o argumento de que as técnicas de projeção da CEPAL são elaboradas de forma relativamente

autônoma ao que ocorre desde 1917 na União Soviética e aproximá-las das elaborações de relatórios de conjuntura que se difundiram no continente a partir dos EUA e da Europa Ocidental.

O encontro da Turquia de 1958 ilustra que a metodologia de coordenação da economia está sendo desenvolvida para cada caso específico de forma relativamente isolada e que somente depois é possível fazer uma síntese organizadora em teoria. Meu argumento é que esses casos podem ser postos em relação com base na teoria da programação linear e no debate sobre o cálculo econômico. É o esclarecimento desta linha comunicativa entre as experiências concretas de plano nacional que irá mostrar que todos estão tentando, à sua maneira, controlar a lei do valor para atingir seus objetivos próprios.

O paradigma antigo sobre o tópico planejamento, exemplificado tanto no Manual de Economia Política da URSS como nas abordagens liberais de rejeição irrestrita a toda forma de controle, colocava os modelos capitalista e socialista do século XX em constante oposição, o que reforçava a idéia de que a planificação era algo exclusivo do socialismo real e fazia com que a coordenação econômica no capitalismo ficasse sem parâmetros de organização teórica, como a ambigüidade de Keynes e o caminho do meio ilustram.¹¹⁶ Mas, desde os anos 1990, “já deve estar ficando evidente que essa oposição era uma construção arbitrária e em certa medida artificial, que só pode ser entendida como parte de determinado contexto histórico” (Hobsbawm (1994), p. 14). Assim, o novo paradigma analisa os modelos como formas complementares de um mesmo experimento, que teve início quando terminou a era liberal clássica. **Nosso ponto, a partir do âmbito da teoria econômica, é que o reconhecimento da lei do valor como raiz em comum dos dois sistemas econômicos contribui para a construção desta nova abordagem.**

Celso Furtado leu *Introdução à Econometria* de Oskar Lange em 1963 e marcou passagens na terceira parte, onde são desenvolvidas as idéias de limite de programação no capitalismo e a utilidade dessa técnica na economia socialista. O fundamento do argumento de Oskar Lange é que a técnica de programação foi desenvolvida no capitalismo e que sua aplicação plena só pode ocorrer em uma economia socialista. Esse

¹¹⁶ A ambigüidade se deve ao alcance de reformulação que resulta no novo liberalismo do século XX e que está de acordo com o pensamento de Keynes. É possível que se pense neste no liberalismo de Keynes como uma unidade sem contradições, mas todos devem concordar que em relação ao *laissez-faire*, algo de novo existe, ao mesmo tempo em que uma certa essência do pensamento liberal insista em permanecer em cena.

raciocínio já vinha sendo desenvolvido por Lange, e a revista Econômica Brasileira publicou no Brasil um dos trabalhos dessa linha (Lange (1956)) onde ele lança a pergunta sobre o valor prático das experiências de planejamento socialista para países não socialistas e apresenta o caso da Índia, onde trabalhou como planejador.

A relação entre Lange e Furtado parece ser a seguinte: enquanto Lange se esforça em teorizar os procedimentos do planejamento e remontá-los ao aspecto de controle sobre a lei do valor e sobre a execução do cálculo sem o mecanismo automático de mercado, Furtado está concentrado primordialmente em executar as técnicas para resolver os problemas reais da economia latino-americana sem se preocupar tanto com os aspectos teóricos do procedimento. Melhor dizendo: a preocupação teórica de Celso Furtado em relação ao planejamento, como veremos na seção seguinte, não está enquadrada no fundamento econômico estabelecido por Marx, o que explica a dificuldade de relacionar sua teoria do desenvolvimento com a noção de controle sobre a lei do valor.

Assim, não podemos determinar com base no material a que tivemos acesso qual é a posição de Furtado sobre a economia política teórica de Oskar Lange. Sabemos que Furtado leu *Moderna economia política* (Lange (1963), 330.101/L269) também em 1963, mas não é possível determinar o que Furtado achava sobre a lógica de inter-relação das leis técnicas com as leis econômicas que Lange expõe. Mais tarde, em 1968, Furtado leu *Problems of political economy of socialism* (Lange (1962), 332.02/L2690), mas as anotações, ainda que agora sejam comentários ao lado do texto, não permitem inferir com precisão a opinião exata de Furtado sobre o conceito de lei do valor em Lange.

Com isso, somos levados a concluir que Furtado, juntamente com os economistas latino-americanos e com base no material de projeções feitos nos anos 1940, constrói o guia de programação sem se aprofundar ou se expressar diretamente sobre a categoria lei do valor e as possibilidades de seu controle. No caso específico do Brasil, o formato dos relatórios de situação econômica foi influenciado pelas missões especiais em conjunto com os americanos efetuadas a partir da missão Aranha de 1939 e pela estrutura de apresentação dos dados de conjuntura desenvolvida por Ernest Wagman na Alemanha nos anos 1920 e trazida para o Rio de Janeiro por Richard Lewinsohn nos anos 1940. Esse é, de forma resumida, o fundamento histórico e teórico do guia de programação da CEPAL.

Portanto, o guia de programação da CEPAL foi montado independentemente do debate sobre o cálculo econômico socialista, sendo erguido com base nos parâmetros de planejamento lastreados nas análises de conjuntura econômica e nos princípios de administração pública neutra e eficiente difundidos pelos Estados Unidos. Isso não invalida a idéia de que a aplicação desta e de outras técnicas específicas de planejamento compõem a parte concreta (prática) do debate abstrato (teórico) do problema de controle da lei do valor. Por quê? Apesar de terem formas diferentes, as ações dos Estados nacionais a partir dos anos 1930 partilham da mesma essência, ou seja, da substituição dos parâmetros liberais clássicos por novas regras. É por isso que a questão sobre a relação entre a teoria e prática do controle sobre o mecanismo livre de preços permanece como um ponto ainda a ser esclarecido e é nesse sentido que se deve entender a tríade Lange-Marx-Furtado da epígrafe: os planos de industrialização na periferia do sistema são expressões concretas de resposta ao problema teórico sobre como controlar o mecanismo automático de mercado para atingir objetivos específicos.

3.5 Como levar a experiência brasileira ao debate sobre o cálculo econômico socialista?

Finalmente, devido ao fato das evidências concretas não permitirem uma associação imediata da experiência brasileira de controle econômico com o desenvolvimento teórico sobre o cálculo econômico de um sistema alternativo, precisamos nos mover para âmbitos mais abstratos de arguição sobre planejamento e desenvolvimento no Brasil. No caso, a tarefa consiste em procurar na obra de Celso Furtado indicações e teorizações sobre o processo de planejamento que possam enfim dialogar com os problemas originados com Mises (1920).

Uma das obras que reúne as principais idéias de Furtado sobre a possibilidade de conduzir a sociedade de maneira consciente para o progresso econômico e social, e que pode ser considerado como o resultado de seu esforço por formular uma teoria do desenvolvimento econômico, é o livro *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* ([1967] 1986). Basicamente, são reunidos e organizados os pensamentos dos anos 1950, motivo pelo qual podemos a partir daqui traçar pontos de comunicação entre Furtado e os economistas estrangeiros que estavam relativamente mais preocupados em dar um fundamento teórico sólido para as políticas econômicas de promoção da industrialização, de elevação da taxa de ocupação e de refinamento técnico da estrutura produtiva de certo país.

Apontamos em diferentes passagens que o método de organização dos dados da economia nacional desenvolvido por Wassily Leontief, ou seja, que a construção das matrizes de insumo produto foi um passo muito importante para o desenvolvimento da técnica de planejamento nacional e setorial. Furtado ([1967] 1986) reconhece essa importância e relaciona as matrizes com a ação para promover desenvolvimento no capítulo 7. No livro *A fantasia organizada* (Furtado (1985)) existe uma única menção a Leontief que estreita a relação entre as matrizes e o imperativo por planejar. Furtado (1985) foi para os Estados Unidos em 1951 para “visitar centros de informação”, apontando que quem mais o impressionou nessa viagem foi Leontief, embora as discussões fossem sempre no nível prático de uso do planejamento. O problema primordial era a captura e organização de dados empíricos da conexão entre os setores, algo que podia ser eficazmente resolvido justamente por meio da montagem dos quadros de *input-output*.

Aprofundando a questão analítica do processo de desenvolvimento, Celso Furtado, no *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* ([1967] 1986) começa a se deslocar para a contradição fundamental da economia política do século XX em termos mais teóricos. Em particular, vemos que fica cada vez mais fácil encontrar um ponto de contato entre ele e os desenvolvimentos dos economistas liberais, sem que, no entanto, consigamos distinguir se Furtado compreende a distinção entre a escola austríaca e a neoclássica, parecendo que ambas correntes de pensamento fazem parte de um mesmo grupo.

O interessante em seu movimento é que ele busca recorrentemente se opor ao conceito de equilíbrio da teoria econômica e parece não distinguir claramente a função objetivo das condições de restrição. Todo esforço do capítulo 8, que contém essa aproximação aos problemas mais abstratos de programação econômica, é entender a interação entre as decisões e as estruturas. Até este ponto da obra, Furtado ([1967] 1986) havia analisado a economia apenas enquanto um sistema interligado de relações, como se os processos econômicos estivessem ligados uns aos outros sem que fosse necessário nenhuma decisão autônoma. Assim, ele percebe que é necessário agora trazer à cena três elementos: agentes com capacidade de realizar decisões referentes ao consumo, a transformação de insumos em produtos e a alocação do produto na economia.

Dentro deste capítulo 8, na seção “O mercado e a teoria da informação”, Furtado apresenta o conceito de mercado de maneira muito próxima ao que prevalece no debate sobre o cálculo, onde o mercado é um mecanismo de transmissão de informações para a

tomada de decisão dos agentes. A postura de Furtado em relação a essa idéia do mercado é a seguinte: ele aceita a noção do mercado enquanto transmissor de informação, mas critica aquela que ele chama de escola neoclássica, pois esta “não se limita a ver nos mercados mecanismos de compilação, elaboração e transmissão de informações”, pretendendo imputar a eles a capacidade de efetuar decisões.¹¹⁷

A escola neoclássica eliminaria assim o componente autônomo do agente econômico, construindo um sujeito que apenas reage automaticamente aos estímulos que aparecem nos preços. Furtado argumenta que, dessa forma, ela o integra no mecanismo de mercado, “que passa a ser o centro produtor de decisões”. Com isso, a autonomia do agente desaparece e só se faz visível quando este age de maneira “irracional”, nos momentos em que não cumpre o papel previsto para seu comportamento normal. Furtado acredita que isso leva à apresentação de que os mercados são capazes de não somente organizar as informações da economia, mas também de realizar decisões, o que permitiria realizar um programa. Nesse sentido, como os agentes individuais estão incorporados ao sistema total,

o sistema econômico seria, assim, um imenso mecanismo cibernético, enquadrado num meio natural inerte, que a partir de dados técnicos e psicológicos (as preferências dos consumidores) produz informações para si mesmo, toma decisões com base nessas informações e alimenta um fluxo contínuo de informações com dados derivados daquelas decisões. (Furtado ([1967] 1986, p. 89).

Tal quadro permitiria ao final conceber uma posição de equilíbrio geral automática, algo que Furtado rejeita categoricamente devido ao seu alto grau de atenção prática ao movimento real. Parece assim que Furtado não explicita que o sistema, quando age de acordo com a lógica do capital, insere nos indivíduos o comportamento próprio do modo de produção capitalista. Esse comportamento é a valorização do valor, que se consubstancia nas ações do agente, nesse caso, personificação do capital. Quando Furtado argumenta que a autonomia do agente desaparece é porque suas ações estão subordinadas a essa meta de valorização. No modo de produção do capital, a função objetivo do agente é a valorização do valor. Essa função condiciona todo espectro de decisões, de tal forma que parece que o sistema está decidindo por si. No palavreado

¹¹⁷ Aqui, seria importante descobrir a posição de Furtado em relação à escola austríaca, e qual a diferença para ele entre esta escola de pensamento e a teoria neoclássica. A apresentação do pensamento econômico de Furtado organizado por Gonçalves na introdução de Furtado ([1967] 1986) mostra que ele se opõe à neoclássica evocando Marx, mas que fundamenta seu argumento principalmente com base em Keynes.

marxista mais freqüentemente usado no campo da filosofia, como consequência do movimento do capital, o sujeito desaparece.

Sabemos que a maneira de criticar o *mainstream* de Furtado está sendo fortemente balizado pelo conflito intervencionismo e liberalismo, que foi muito presente nos momentos iniciais do planejamento da industrialização brasileira. Isso faz com que ele oponha a noção de equilíbrio com a idéia de desequilíbrio, o que faz com que a heterodoxia no Brasil tenha um enfoque exacerbado nessa contradição. A força da escola keynesiana, especialmente a pós-keynesiana no país comprova isto e indica que Celso Furtado teve um papel importante nesse âmbito de divisão de escolas de pensamento no Brasil.

Como explica Mantega (1986) em sua resenha de *A Fantasia Organizada*, o livro é importante porque trata, neste plano da história do pensamento econômico, da formação da corrente intervencionista brasileira que irá desafiar o domínio intelectual de Eugênio Gudín e Octávio Bulhões ao produzir “uma concepção keynesiana de Estado adequada a um país de capitalismo retardatário” (Mantega (1986), p. 142). É a partir daí que o pensamento econômico brasileiro fica dividido em duas correntes, cuja linha de separação persiste até hoje e serve como critério para a separação entre ortodoxia e heterodoxia no Brasil: De um lado, a velha corrente do liberalismo clássico e monetarismo e do outro, a chamada corrente estruturalista desenvolvimentista, com contribuições dos marxistas, mas principalmente lastreada na força ideológica erguida pela CEPAL a partir do final dos anos 1940. A maneira de oposição ao *mainstream* de então personificado em Gudín sempre foi baseada na crítica à noção de equilíbrio automático, razão pela qual o marxismo nunca foi capaz de controlar integralmente a economia heterodoxa brasileira e o que explica também porque, apesar de academicamente muito presente, a heterodoxia econômica do país não consegue se sobrepôr às lições da escola neoclássica no currículo oficial.

Do ponto de vista teórico, a crítica mais acertada à escola neoclássica seria a de enfatizar que ela assume tal função objetivo para o agente como se não fosse possível formular uma meta diferente da acumulação de riqueza abstrata. Essa é uma das maneiras de reconhecer que a teoria neoclássica naturaliza as relações sociais de produção do capital. Tal procedimento obscurece o fato de que a programação consiste de duas partes, a função objetivo e as condições de restrição. Por que essa divisão é obscurecida? Porque, ao determinar uma única possibilidade para a função objetivo, não há como escolher outro critério decisório que não seja o investimento com vistas a

retornar mais valor. Essa impossibilidade é concretamente assimilada quando se tenta substituir a lógica de valorização por uma lógica distinta de alocação de recursos, algo que se revela difícil de fazer sem alterar as relações de organização social condizentes ao capitalismo.

Furtado acha que o sistema de mercado ideal concebido pela escola neoclássica se assenta no fundamento de equilíbrio, no entanto, dada certas condições específicas, é possível chegar ao equilíbrio como um resultado, e não ponto de partida. A crítica à teoria neoclássica, fundamentada na linha da Crítica da Economia Política desenvolvida por Marx, não pode se basear na oposição à noção de equilíbrio, mas no fato dela não conseguir considerar outra função objetivo que não seja condizente com a fórmula geral do capital, $D-M-D'$ que se desenvolve na obviedade $D-D'$.¹¹⁸ Por quê? A crítica à idéia de equilíbrio se torna inócua quando há a fuga para o mundo abstrato de modelagem. O máximo que se consegue neste caso é verificar que teoria e realidade estão em contradição, o que culmina em um tipo fraquíssimo de ataque ao *mainstream*, que é a acusação de simplismo e falta de realismo do modelo.

Esse modo de prática crítica é amplamente difundido entre economistas heterodoxos, muitos dos quais mesmo simpáticos a Marx. A fraqueza desse tipo de ataque deve sempre ser enfatizada, se a meta for desenvolver a economia enquanto ciência.¹¹⁹ Essa oposição ao fundamento de equilíbrio apresentado por Furtado ([1967] 1986) se baseia na crítica de Gunnar Myrdal, que inverte o ponto de partida da análise típica na neoclássica: enquanto lá, as decisões eram meras reações de um processo iniciado exteriormente aos agentes, na visão de Myrdal o ponto inicial é a própria decisão econômica autônoma, que se propaga pela estrutura produtiva da economia conforme suas relações intersetoriais. Segundo Furtado, as reações em cadeia dentro

¹¹⁸ O movimento $D-D'$, aumento do valor como propriedade natural do dinheiro é a forma mais desenvolvida do capital, que assume então a forma mais extremada de fetiche, a de que tempo é dinheiro. $D-D'$ é a tentativa de geração de mais-valia sem contrapartida real, e que Marx chama de relação privada do dinheiro consigo mesmo ou forma abreviada do capital a juros em estilo lapidar. Ver Marx ([1867] 1985), p. 131.

¹¹⁹ Outro modo de indicar a fraqueza da oposição ao *mainstream* com base na crítica ao conceito de equilíbrio é explicitar que equilíbrio e desequilíbrio estão em contradição dialética, e que, portanto, tanto faz o lado que se escolha para caracterizar o sistema. Não quero dizer que a oposição à idéia de equilíbrio é errada, pois ela pode muito bem indicar que seus defensores a utilizam para criar ilusões de harmonia no sistema social. Essa é uma atividade apologética que pode bem ser mostrada com ajuda da crítica ao conceito de equilíbrio. Quero sim enfatizar que rejeitar a noção de equilíbrio pelo fato dele não ser observado na realidade não tem potencial de desafiar o *mainstream*. Sobre a minha posição estratégica de oposição à escola neoclássica, ver Camarinha Lopes (2010).

deste quadro estrutural, tanto para frente como para trás, foram estudadas primeiramente por Myrdal e depois por Albert Hirschmann.¹²⁰

A concepção de Furtado sobre o mercado e a teoria da informação engendra uma interpretação distinta sobre o problema do cálculo econômico da que se pressupõe aqui. Furtado reconhece que existe a impressão de que a grande parte das decisões econômicas são simplesmente respostas provocadas pelo próprio mecanismo de mercado. Por outro lado, argumenta que as decisões cruciais da perspectiva da teoria do desenvolvimento são feitas “por agentes que supõem dispor de mais informações do que as produzidas pelos mercados e se crêem em condições de poder modificar o curso dos acontecimentos prefigurados pelos mercados” (Furtado ([1967] 1986), p. 88).

Quando se distingue claramente a programação nas duas partes mencionadas, função objetivo e condições de restrição, o diferencial entre a lógica de mercado e a lógica de alocação consciente para atingir o desenvolvimento (ou outra meta qualquer, deliberadamente escolhida), não é, como parece supor Furtado, a quantidade de informações de que dispõem os agentes típicos do mercado livre e os agentes que querem implementar um plano de desenvolvimento. O que distingue essas duas categorias de agentes são as funções objetivos que eles têm: **os sujeitos do sistema livre de preços têm a meta de valorização do valor, enquanto as personificações da vontade de atingir desenvolvimento** (ou qualquer outra meta que não seja o individual aumento de riqueza em abstrato) **têm como objetivo estados específicos de configuração e estrutura dos valores de uso disponíveis da sociedade, que estejam de acordo com seus anseios políticos.** Mas nos dois casos, as informações a serem recolhidas são as mesmas, nominalmente, àquelas referentes aos coeficientes técnicos de produção e à demanda.

O fundamento do debate sobre o cálculo econômico é justamente esse. De um lado, os defensores do sistema de mercado argumentam que o mecanismo livre de preços é a maneira mais eficaz de levar todas as informações da economia ao indivíduo,

¹²⁰ Com isso, verificamos que Hirschman não chega às análises das matrizes por meio do estudo da programação linear, mas por Gunnar Myrdal. A investigação que estava sendo feito sobre a noção de pontos de estrangulamento em Hirschman precisa então prosseguir para a consulta a Myrdal, que é considerado um dos fundadores da “economia do desequilíbrio” juntamente com Veblen e Kaldor e que contribuiu para a formação da aproximação institucionalista da economia do desenvolvimento. Sobre isso, ver Berger (2009). Myrdal recebeu juntamente com Hayek o prêmio Nobel de economia de 1974 pelos trabalhos mostrando a interdependência entre fenômenos econômicos, sociais e institucionais. Em sua aula para o recebimento do prêmio, Myrdal explicou que o problema do (sub)-desenvolvimento se tornou claro para os economistas apenas no século XX, quando uma grande parte dos países periféricos adquiriram independência formal das metrópoles. Ver Myrdal ([1975] 1989).

que pode assim tomar a decisão mais acertada para seus objetivos particulares. O pontapé inicial da discussão, dado por Mises (1920), é o argumento de que a planificação não permite essa transmissão de informações que o mercado realiza. Do outro lado, os propositores da planificação reagem a esse argumento demonstrando que as informações da estrutura econômica podem sim ser levantadas por métodos alternativos, que poderiam substituir o mecanismo de mercado livre por um em que os recursos sejam alocados conforme funções objetivo distintas daquela de valorização de valor, ou até mesmo por uma função objetivo de valorização que leve em conta todos os capitais enquanto classe.¹²¹

Posteriormente no livro *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* ([1967] 1986), Furtado retoma o problema dos agentes e de suas decisões abordando a possibilidade de uma coordenação entre estas decisões (Capítulo 19, A coordenação das decisões econômicas). Aqui, Furtado trata do processo de interação entre as decisões econômicas e se aproxima bastante do tópico dos sistemas opostos do liberalismo e do sistema coletivista. A distinção entre as duas possibilidades extremas é feita por meio do conceito de descentralização e centralização da coordenação das decisões dos agentes econômicos. De início, Furtado explica que na realidade, o sistema econômico está sempre em um meio termo entre as duas situações, pois a descentralização absoluta, como promulgada pela doutrina liberal, nunca chegou a ocorrer de fato. Assim, ao lado desse eixo básico que é o mecanismo de preços, sempre houve na prática “um certo grau de centralização das decisões econômicas” (Furtado ([1967] 1986), p. 195).

Furtado faz uma distinção de quatro níveis em que as decisões dos agentes econômicos podem ser coordenadas: a) uso dos bens já disponíveis aos consumidores, b) uso dos fatores já incorporados ao processo de produção, c) iniciativas destinadas a aumentar a capacidade de produção e d) nível do equilíbrio monetário.

Na visão de Furtado, o mecanismo de coordenação descentralizada, onde o mercado capta, elabora e transmite informações, é capaz de realizar com eficácia a coordenação das decisões aos níveis ‘a’ e ‘b’. Como exemplo, Furtado afirma que a experiência das economias socialistas mostra que em princípio, a decisão de consumo continua com os consumidores finais, a não ser em casos de exceção, e que as unidades produtivas mantêm em geral o poder de decisão sobre o uso dos insumos disponíveis. O movimento em direção à centralização que ocorreu nos países do Leste avançou

¹²¹ Essa alternativa é inclusive aquilo que se pode designar “planejamento de natureza capitalista”, cujo precursor foi Keynes, mesmo que ele não tenha se expressado a partir da problemática do cálculo.

particularmente sobre este nível, o de controle sobre o uso de recursos ao nível das unidades de produção. Podemos inferir que este foi o limite atingido pela capacidade de coordenação central, que não conseguiu se estabelecer nestes dois primeiros níveis nas econômicas planificadas.

Com isso, para Furtado, o problema da centralização ainda se coloca nos níveis ‘c’ e ‘d’. Em relação ao nível do equilíbrio monetário, nota-se sem dificuldade que a própria doutrina liberal reconheceu que uma autoridade central, como os Bancos Centrais, deve controlar o nível de oferta de moeda por meio da emissão e das operações no mercado financeiro. Essa intervenção deliberada nas decisões dos agentes é o que Furtado chama de política econômica, que tem sempre o objetivo de atingir metas que supostamente são do interesse da sociedade como um todo. Diretamente, este controle se mostra nas opiniões sobre o nível da taxa de juros, que se encontra sob influência da agência central. No ambiente do liberalismo clássico, a intervenção é admitida somente neste nível de coordenação, pois se acredita que nos outros três as decisões particulares podem entrar em harmonia com os interesses coletivos por meio do mecanismo descentralizado de coordenação. A admissão de controle nesse nível mais agregado é ainda negada por adeptos extremos do liberalismo que se aproximam de concepções utopistas do mundo. A influência prática desses grupos sobre a política econômica não é à toa ínfima, embora sua força ideológica de sustentação do sistema seja, ao contrário, muito real.

Ocorre que, segundo Furtado, o reconhecimento da necessidade de coordenação central por defensores do sistema de mercado teria atingido o nível ‘c’, ou seja, aquele referente ao controle sobre os investimentos produtivos. **Esse acontecimento constitui uma ruptura com a doutrina do *laissez-faire* e permite argumentar que a maximização da taxa de lucro enquanto critério de investimento não coincide mais com o critério de utilização eficiente dos recursos da sociedade.** Este é basicamente o problema da economia política em Keynes e que vem sendo corretamente divulgado hoje com a noção de que os interesses individuais não estão necessariamente em harmonia com os interesses coletivos, idéia essa ressaltada por Furtado em 1958 assim:

O aspecto mais salutar da revolução keynesiana consistiu em demonstrar, no campo da teoria da produção – campo esse que Keynes chamou teoria do emprego – que nem sempre existe coincidência entre o interesse do empresário e do interesse coletivo. Isto é principalmente verdade no que diz respeito aos fenômenos de curto prazo, que são aqueles que mais pesam no comportamento do empresário. (Furtado (1958), p. 39)

Para Furtado, a incerteza é aumentada pela falta de conhecimento dos efeitos dos investimentos, algo que falaria a favor do mecanismo de coordenação central. Mas o raciocínio de Furtado parece não distinguir os objetivos diferentes do empresário capitalista que comanda as decisões de investimento de uma unidade produtiva qualquer dos objetivos escolhidos pela entidade promotora do desenvolvimento, e remete assim, as diferenças de alocação às diferentes informações que esses agentes teriam.

O raciocínio de oposição intelectual adotado aqui, e amparado na economia política de Oskar Lange, é diferente: o elemento diferenciador não é a disponibilidade de informações, embora a obtenção de informações seja uma parte crucial do debate e aquela que pode ser discutida de forma neutra. Mas não é a falta de informação que torna o investimento capitalista ineficiente do ponto de vista coletivo: é o seu objetivo que não se adequa mais ao aprimoramento das forças produtivas nem aos novos anseios coletivos de distribuição da riqueza produzida ao longo dos milênios pela humanidade.

A principal causa de investimentos mal escolhidos da perspectiva social não é uma eventual falta de disponibilidade de dados acurados sobre a realidade econômica, mas o fato da lógica de valorização não mais coincidir com o desenvolvimento das forças produtivas.¹²² É neste ponto que se expressa a contradição entre as relações sociais de produção do capital com o patamar tecnológico atingido, em que o capitalismo não consegue mais revolucionar a base técnica de forma progressiva do ponto de vista da coletividade. Nesse sentido, Furtado parece enfatizar um aspecto que não é o crucial quando ele diz que

A insuficiência de informações aumenta o coeficiente de incerteza e pode estar na origem de subutilização de fatores ou de redução da eficácia de investimentos. (Furtado ([1967] 1986), p. 196).

Por outro lado, é notório que ele está ciente do problema quando trata da programação. Ainda sobre a dificuldade de implantar regras de decisão de investimento que atendam primordialmente as necessidades sociais e escapem da lógica predominante de valorização individual do capital, Furtado (1958) salienta que

Os critérios que têm sido sugeridos são de difícil aplicação prática, e aqueles que tentam aplicá-los, ao cabo de algum tempo de luta contra a escassez de informações, reverterem

¹²² Sobre este ponto, Oskar Lange (1936) esclarece que “um estudo cuidadoso da teoria dos preços e da teoria da produção” indica que “os administradores da sociedade socialista terão exatamente as mesmas informações, ou falta de informações, sobre as funções de produção que os capitalistas têm” (Lange (1936), p. 55, tradução minha).

pura e simplesmente ao critério corrente da rentabilidade ao nível da empresa. (Furtado (1958), p. 43)

Ou seja, após tentativas de operação de um mecanismo alternativo de alocação de investimentos, determinado politicamente para se atingir objetivos específicos, o sistema retorna ao antigo parâmetro de comparação simples e individual entre determinado projeto e a taxa de juros básica, que Furtado chama de “critério corrente da rentabilidade ao nível da empresa”. De fato, existe uma dificuldade técnica de obtenção das informações empíricas quando se pretende influenciar conscientemente a alocação dos fatores, e é justamente nisso que consiste o problema do cálculo em um ambiente que não segue diretamente a lei do valor.¹²³

A estrutura física da produção social e a alocação do produto são os dois componentes de toda análise em economia. De acordo com a Economia Política de Marx, a reprodução material da sociedade não ocorre de modo direto, ou seja, pela identificação imediata das necessidades materiais e da transformação consciente da natureza pela coletividade. Historicamente, o processo de renovação do sistema social em termos físicos obedecia parâmetros sociais de conduta e organização que eram transmitidos entre as gerações sem que se pudesse perceber a separação entre as condições econômicas da produção, dadas pelas circunstâncias reveladas progressivamente pelas ciências naturais, e as “formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, ideológicas” pelas quais as pessoas assimilam a organização social. Isso é o sentido daquilo que Marx diz no prefácio do texto *Para a Crítica da Economia Política* ao escrever que:

(...) na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. (Marx ([1859] 1982))

Foi a ascensão do capitalismo que abriu a possibilidade de efetuar a reprodução material com base não na tradição, mas em critérios científicos sobre as possibilidades de transformação da matéria para o atendimento das necessidades da sociedade. Outra maneira de transmitir este raciocínio é dizer que o desenvolvimento capitalista

¹²³ Sobre os problemas relativos a esse ponto, ver os trabalhos de Cockshot e Cotrell e a introdução à teoria da programação em Camarinha Lopes e Neder (2011). Além dos problemas técnicos de obtenção das informações sem ajuda do mercado, existem obviamente forças politicamente contrárias às tentativas de construção de critérios alternativos para a alocação dos investimentos. Para uma introdução histórica ao problema do controle da lei do valor como condição para a economia consciente, ver Bettelheim (1969).

transforma progressivamente a ciência em força produtiva direta. A passagem da antiga forma de condução da produção e distribuição para a nova foi uma tarefa histórica do modo de produção do capital que fez com que as forças produtivas materiais entrassem “em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido” (Marx ([1859] 1982).

Aqui, ao invés de ressaltar as contradições entre estruturas pré-capitalistas e formas próprias ao sistema capitalista como ocorre em todas as análises que buscam explicar a formação do capital enquanto modo de produção, foram enfatizadas as incongruências do capital com os meandros do controle econômico novo: é nesse sentido que se fala do conflito fundamental entre mercado e plano no século XX como expressão da transição da era liberal clássica para um modo de produção socialmente planejado. Essa contradição foi assimilada na superestrutura por toda pletora de termos que remetem à idéia de planejamento econômico, como ficou evidenciado ao longo do texto.¹²⁴

A relação entre a alocação dos valores de uso e os condicionantes de renovação física do sistema foi extensamente tratada e organizada pelos economistas, dos fisiocratas até o fim da Economia Política Clássica com David Ricardo, pela idéia de que o mecanismo de mercado dava conta da conciliação destes dois lados. Karl Marx explicitou que se tratava da esfera da produção e da circulação, e que havia uma relação dialética onde a primeira delimitava as possibilidades da segunda. A modelagem de um sistema de reprodução explicita que existe uma relação quantitativa entre os valores de uso que os transformam de insumos em produtos indefinidamente, como ilustra o modelo de Piero Sraffa (1960).

Esta relação quantitativa específica entre diferentes qualidades (problema fundamental da teoria do valor reconhecido já por Aristóteles, que, segundo Marx “foi o grande pesquisador que primeiramente analisou a forma valor” (Marx ([1867] 1985), p. 61)) foi expressa pelos clássicos no conceito de preço de produção, que se acomodaram

¹²⁴ As análises sobre a formação capitalista do Brasil focam nos efeitos das transformações resultantes dos planos de industrialização e que servem como parâmetros para averiguar em que medida a acumulação passa a ser autônoma. Assim, enquanto para alguns (como Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello) o Plano de Metas já marca a transição para um padrão de internalização do avanço industrial, para outros (como Wilson Cano), tal transformação só se completa com o II PND. Para uma análise da transformação brasileira, as consequências dos moldes adotados e as posições dos economistas brasileiros, ver Almeida Filho (2004). A perspectiva do trabalho buscou analisar as origens do ponto de partida para essa atividade estatal de indução da industrialização no país a partir da noção de que o capitalismo se encontra em uma era de arranjo para a realização consciente da produção e distribuição.

com a noção de que naturalmente, o sistema era posto neste estado de equilíbrio pelo processo de troca entre proprietários de mercadoria.¹²⁵ Assim, resolviam de antemão a questão dos encaixes dos valores de uso com a lógica de valorização, e por isso confundiam produção capitalista com produção mercantil simples.

Em teoria, a conciliação direta da matriz insumo com a matriz produto é certamente concebível (tanto no caso M-D-M, produção mercantil simples, quanto no caso D-M-D', produção capitalista), inclusive como ilustra o próprio Marx em seus esquemas de reprodução no livro 2 do *Capital*. Mas na prática, algo que impedia a realização dos valores aos preços de produção acontecia periodicamente e a reprodução de capital entravava. Isto foi assimilado pela noção de crise econômica, sem, no entanto, que se eliminasse a centralidade do conceito de equilíbrio, pois este poderia ser sempre pensado como o ajuste constante de um sistema desequilibrado.

A reprodução do sistema consiste na conversão constante da esfera da produção para a esfera da circulação, onde a matriz dos valores de uso como insumos se transforma na matriz dos valores de uso como produtos, que, por meio da circulação, se converte de novo na matriz insumo, reiniciando o ciclo. Esse processo, quando mediado pelo mercado, ocorre inconscientemente e aos “trancos” como explica Marx em diversas passagens. Outra forma de dizer isso é definir que tal processo, quando segue a lei do valor, consegue se reproduzir por meio de quebras ou crises. Assim, os ajustes das relações de troca entre as mercadorias seguem um ditame que intercala periodicamente a ruptura de reprodução do capital com a realização de seu ciclo entre produção e circulação.

A lei do valor caracteriza esse mecanismo impensado que reconstrói e expande sistematicamente a matriz insumo, ainda que com rupturas. Por que isso ocorre? A lei se encontra entre os limites das condições técnicas de produção, que criam os ajustes em direção à adequação entre produção e circulação material, e das possibilidades vislumbradas ou esperadas de lucro, que geram os vazios e os potenciais para a crise. Esse é o sentido de se afirmar que as condições técnicas de balanço limitam a liberdade

¹²⁵ Estamos tratando aqui exclusivamente do aspecto quantitativo da teoria do valor, que representa a parte científica e corretamente prosseguida por Marx a partir da Economia Política Clássica. O aspecto qualitativo, que se consubstancia na questão sobre a teoria do valor trabalho, foi resolvido por Marx com o desenvolvimento do conceito de trabalho abstrato e especificidade histórica dos modos de produção. Sobre a relação entre o aspecto quantitativo e qualitativo do valor e sua relação com a Crítica da Economia Política, ver minha solução para o conflito Marx-Sraffa em Camarinha Lopes (2010), p. 82 e 83. A lei do valor não é a teoria do valor trabalho. Ela é a expressão para o constante ajuste inconsciente da produção de mercadorias (e de capital) às condições técnicas de produção. A lei do valor foi ideologicamente assimilada na superestrutura pela construção da teoria do valor trabalho pelos clássicos.

das trocas concretas, e é por isso que a lei do valor está sempre restringida às condições de reprodutibilidade física do sistema, com a multa da crise potencial caso ultrapasse estes limites.¹²⁶

A atividade capitalista consiste, ao mesmo tempo, em defender e violar a lei, contradição dialética essa explicada por Marx na totalidade da Crítica da Economia Política. A única forma de resolver essa tensão, expressão genuína da lei do valor, qual seja, aquela entre a necessidade férrea de acumulação de capital e as possibilidades de trocas entre os valores de uso que garantem a reprodução material da sociedade, é por meio do planejamento econômico social. Na prática, essa lição foi (supostamente) aprendida pelos economistas depois da crise de 1929.¹²⁷

Fica claro com isso que a lei do valor contém na verdade dois elementos que precisam ser diferenciados com cuidado para que se possa cumprir “a tarefa (...) de demonstrar de que maneira a permanência da lei do valor em sua forma capitalista implica uma alteração permanente na expressão fenomênica do valor, vale dizer, no valor de troca” (Belluzzo (1998), p. 136). De fato, como alertou Marx: “toda dificuldade provém do fato de que as mercadorias não são intercambiadas meramente como mercadorias, mas como produtos de capitais que reclamam uma participação na massa global de mais-valia (...)” (Marx ([1894] 1986), p. 137, volume IV)

Quais são então esses dois elementos contidos na lei? De um lado é aquele referente à troca de equivalentes e que é descrito com a formulação de uma sociedade produtora de mercadorias. Essa abstração, “destinada a demonstrar que a ‘aparência’ – ou *o modo de se apresentar da circulação* – precisa confirmar a ilusão de igualdade exigida pela justiça dos mercados” (Belluzzo (2011), cap. IV), toma a forma do que se convencionou chamar “sociedade mercantil simples”, com a qual geralmente se identifica imediatamente a lei do valor. No entanto, do outro lado, não se pode esquecer que o capital não se restringe a identificar-se com a forma mercadoria, mas vai além: não é apenas valor, mas valor que se valoriza. Por isso, com o desenvolvimento da

¹²⁶ Sobre a conexão entre as relações de trocas reais e as condições físicas do sistema, ver Lange ([1959] 1966), capítulo 3, “Las leyes económicas”, em especial, a seção “Leyes técnicas y de balance de la producción”, pp. 58.

¹²⁷ Supostamente, pois o neoliberalismo mostrou que a lição não penetrou tão a fundo: “Aqueles entre nós que viveram os anos da Grande Depressão ainda acham impossível compreender como as ortodoxias do puro mercado livre, na época tão completamente desacreditadas mais uma vez vieram a presidir um período global de Depressão em fins da década de 1980 e na de 1990, que mais uma vez, não puderam entender nem resolver. Mesmo assim, esse estranho fenômeno deve lembrar-nos da grande característica da história que ele exemplifica: a incrível memória curta dos economistas teóricos e práticos.” (Hobsbawm (1994), p. 107).

produção mercantil há uma “transfiguração da própria lei do valor em lei do processo de valorização” (Belluzzo (1998), p. 108).¹²⁸

Então, considerando a lei do valor como unidade destes dois elementos, como é possível categorizar sua especificidade histórica e determinar sua relação com a sociedade detentora da ciência como meio de produção? A diferença para o antigo modo de vinculação entre produção e distribuição é que a lei do valor não se assenta nas tradições e nos costumes, mas na lógica de valorização do valor. São três estágios amplos, que podem ser pensados como categorias mais abstratas do que o conceito de modo de produção: primeiro, tradição; segundo, lei do valor; terceiro, planejamento.

A passagem do estágio de tradição para o de planejamento, que corresponde ao sentido da sociedade conseguir transformar a natureza de forma direta com base na ciência necessitou de um estágio histórico intermediário, chamado aqui de lei do valor. Marx salienta que o capital tem uma tarefa histórica, que pode ser pensada como esse patamar inconsciente construtor das condições da realização da associação de indivíduos livres. Dentro do modo de produção do capital encontramos de fato elementos dos três estágios, visto que tanto relações de vassalagem como eventos de planejamento socialmente abrangentes são encontrados. É necessário ter em mente também o tipo de planejamento a que se refere como sendo o terceiro estágio, pois formas de planejamento ou projetos coletivos lastreados em justificativas divinas foram comuns na história da civilização. Este não é mais o caso depois da consolidação do iluminismo.

No século XX começaram as primeiras tentativas dos trabalhadores de colocar a lei sob controle, que na interpretação aqui adiantada, equivale ao procedimento de alocar o produto na matriz insumo de modo consciente para que sejam atingidas metas específicas de produção, tanto quantitativas quanto qualitativas. Quando esta alocação não é feita com base em um objetivo socialmente determinado (necessariamente resultado de um conflito político como o foi, por exemplo, a formação da ideologia desenvolvimentista no Brasil) retornamos para a lógica automática do mercado, como exemplificou Celso Furtado na citação acima, e que é ilustrada por Belluzzo (1998) com

¹²⁸ A diferenciação dos dois elementos contidos na lei do valor deve ser ainda explorada para que o termo possa encontrar seu local adequado no materialismo histórico. Na literatura, e no próprio texto de Marx, o termo se refere por vezes tanto à sociedade mercantil simples quanto à sociedade capitalista, por outras se restringe à sociedade mercantil simples. Esse é um ponto nevrálgico a ser resolvido pela clara delimitação do sentido do termo “lei do valor” que ajudará inclusive a restabelecer as relações da Economia Política Clássica com sua Crítica. A questão da passagem da lógica M-D-M para D-M-D’ envolve a controvérsia do lógico e histórico no Capital que não pode ser tratada aqui com o devido cuidado.

a ênfase no segundo elemento da lei do valor, ou seja, na “lei do valor como lei do movimento do capital”.

Isso exemplifica que o controle sobre a lei do valor pode atender objetivos diversos, e é nesse sentido que se afirma que as experiências de controle estão apenas começando no século XX: a maior parte destes experimentos estava ainda em parte subordinada à lógica de valorização do valor, mas em parte já atendia as demandas da população trabalhadora. Nos países centrais essa combinação tomou a forma do *Welfare State* dado o nível de desenvolvimento local das forças produtivas. Nas economias do Leste ela se consubstanciou na industrialização por meio da planificação mais centralizada. Já na periferia capitalista, em específico no Brasil, o comando sobre a lei resultou no projeto desenvolvimentista de industrialização dirigida pelo Estado. São todos casos concretos explicitando que a era analisada durante a Economia Política Clássica terminou.

Neste ponto próximo do embate entre os liberais mais extremos e os propositores dos modelos de planificação com base no mercado, as referências de Furtado são essencialmente Keynes e Jan Tinberger.¹²⁹ De acordo com Furtado, ambos marcam uma destruição profunda do pensamento liberal ao instrumentalizarem modelos que podem ser usados para a tomada de decisão por um agente autônomo. Furtado fala assim das relações entre variáveis econômicas e não-econômicas como equações úteis que permitem ajudar a condução da economia nacional. As metas de crescimento do produto, ou da elevação e manutenção de certo nível de emprego, caso típico da proposição de intervenção em Keynes tornam-se assim uma realidade que não existia durante o *laissez-faire* e que podem ser perseguidas de modo objetivo. Ainda assim, Furtado tem consciência de que a escolha destes objetivos é um processo político e que, por isso, “os objetivos da política econômica são independentes do modelo” (Furtado ([1967] 1986), p. 198).

É interessante notar ainda uma distinção fundamental feita por Furtado em relação às ações de modificação da realidade econômica. Trata-se das modalidades de intervenção do tipo quantitativo e qualitativo. Para uma dada estrutura social e técnica, o modelo pode indicar de forma precisa como as variáveis estão relacionadas, e por isso,

¹²⁹ Outras referências sobre a coordenação das decisões em que Furtado ([1967] 1986) se baseia são a obra coletiva de Kerschen, Bernard, Besters, Blackaby et. all. e no documento da Comissão Econômica da Europa, intitulado “Les modèles macro-économiques dans l’élaboration des plans et des décisions”. Ver Furtado ([1967] 1986), p. 197. Jan Tinberger foi um economista holandês que desenvolveu modelos pioneiros de macroeconomia nacional para realização de política econômica.

é possível efetuar mudanças deliberadas em algumas delas por meio da manipulação de outras variáveis. Esse jogo de combinações visando atingir valores pré-determinados para variáveis como renda, taxa de crescimento, taxa de emprego, etc., é aquilo que se convém chamar de política econômica do tipo quantitativo.¹³⁰

Nesta modalidade de intervenção, os objetivos, expressos nos valores a serem atingidos por variáveis econômicas específicas, são alcançados por meio da manipulação de variáveis instrumentais, como, por exemplo, a taxa de juros. Por outro lado, quando se altera a estrutura própria em que se dá o entrelaçamento entre insumos e produtos, realiza-se uma mudança que o modelo analítico não mais capta, a não ser se for também modificado. Esse tipo de alteração da matriz da estrutura produtiva é o tipo de política econômica qualitativa, e se caracteriza por ser uma intervenção mais profunda que a do tipo quantitativo. Furtado ressalta que as mudanças desse tipo extrapolam o âmbito racional típico das análises dos modelos, pois aqui elas se baseiam em uma mudança das relações de poder entre os grupos da sociedade. Nos países que buscam superar os problemas da dependência, as reestruturações qualitativas são um aspecto importante que permite transcender os limites impostos pelos modelos convencionais. A partir daí, é possível debater estratégias que visem alterar as estruturas, algo que no âmbito da política econômica quantitativa não é possível de se fazer.

A discussão sobre estratégias procede então para modalidades de obtenção do desenvolvimento, sendo que a mudança estrutural em foco só pode ser feita por meio de uma agência de intervenção, algo que se traduz na conclusão de que, nos países periféricos, a industrialização e o conseqüente desenvolvimento só podem ser atingidos pela ação estatal. Esta ação consciente por sua vez teria a possibilidade de encaminhar a economia para um “desenvolvimento equilibrado”, se os dados empíricos fossem abundantes e precisos e se o processamento dessa informação pudesse ser feita sem empecilhos técnicos.

Neste instante, fica evidente que para Furtado, o problema político de determinação da função objetivo da sociedade é considerado como resolvido quando o consenso é “desenvolvimento equilibrado”. O problema, em sua opinião, é que tal operacionalização não é tecnicamente viável nos anos 1950, quando se debate tais questões na América Latina. Por isso, a questão não é obter uma trajetória de

¹³⁰ “(...) a política econômica que se apóia nos modelos de decisão é essencialmente do tipo *quantitativo*, para usar a terminologia de Tinberger”. (Furtado ([1967] 1986), p. 198-199)

aprimoramento qualitativo da estrutura produtiva por igual em todos os setores, algo que é irrealizável do ponto de vista prático, devido às limitações de capacidade de organização dos dados nas economias latino-americanas. O que se pode fazer é sim, uma escolha de pontos da estrutura a serem especialmente incentivados, de tal forma que os incentivos se espalhem pelos demais setores de forma relativamente abrangente. Aqui, portanto, mais do que se preocupar com um crescimento perfeitamente equilibrado, trata-se de criar “pólos de crescimento” que colocam todo quadro produtivo em expansão, ainda que por desigual.

A apresentação dessa estratégia de desenvolvimento feita por Furtado se baseia na acumulação de dados empíricos da CEPAL, e em seus debates teóricos sobre o desenvolvimento com diversos economistas como Prebisch, Nurkse, Hirschmann e Perroux.¹³¹ Com isso notamos que a planificação completa do desenvolvimento é inatingível devido à falta de capacidade operacional do plano, mas que seu fundamento não está distante do problema do cálculo econômico socialista. Em outras palavras, a diferença entre a programação difundida pela CEPAL e a planificação do tipo centralizado não se deve ao fato de serem fundadas em teorias distintas, visto que ambas se assentam no conceito de programação como um problema específico que deve obedecer a determinadas restrições, mas sim à impossibilidade prática de se obter todos os dados em nível elevado de detalhe que permita uma planificação total.

Como Celso Furtado sempre se guia pelas possibilidades de ação prática, torna-se evidente que a única estratégia viável é empregar um meio-termo da técnica de planejamento centralizada, utilizando os dados disponíveis da época. É esse o quadro teórico para realizar a modificação das estruturas das economias na América Latina que supera o raio de ação das políticas econômicas quantitativas e permite atingir o desenvolvimento no continente por meio do crescimento econômico projetado com ajuda da alocação de investimentos que expandam de modo mais eficiente a estrutura produtiva das economias nacionais.

¹³¹ Sobre isso ver Furtado ([1967] 1986), p. 203-204. Existem diferenças entre os autores que podem interessar os historiadores das idéias. Juntamente com Paul Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse propôs o crescimento balanceado como forma de desenvolvimento, onde o Estado deveria incentivar por igual os diferentes setores da economia. Hirschmann, ao contrário, indicava que a melhor estratégia era por meio do desenvolvimento desequilibrado entre os setores, onde as indústrias-chave receberiam os maiores incentivos devido a seu potencial multiplicador dentro da estrutura econômica. François Perroux desenvolveu na França o conceito de pólos de crescimento e de desenvolvimento. Sobre o debate entre Celso Furtado e Nurkse, ver Chliatto-Leite e Werneck Vianna (2009), sobre a posterior idéia de desenvolvimento regional em Celso Furtado com relação aos outros autores da economia do desenvolvimento, ver Diniz (2009).

Finalmente, de que maneira é possível colocar o aprendizado brasileiro sobre planejamento do Brasil com o problema do cálculo e de controle da lei do valor? Vimos que, historicamente, os objetivos políticos da sociedade brasileira eram desenvolvimento e industrialização. Mas, devido aos limites impostos pelo sistema capitalista monopolista, esse estado de coisas só poderia ser atingido com o Estado indutor da grande indústria. Os parâmetros de alocação dos investimentos não podiam assim ser os mesmos da situação plena de mercado. Por outro lado, por conta de empecilhos de ordem técnica, como a escassez de dados estatísticos, e de ordem política, como o mencionado temor da recém formada classe capitalista na periferia frente ao avançado nível da luta de classes no centro, não foi possível realizar cálculos completos que tivessem condições de superar a primazia da lei do valor como determinante dos investimentos na economia do Brasil. Portanto, a partir dessa constatação, é possível ver que o país estava também envolvido no esforço global de domínio sobre a lei e que a preparação e realização do Programa de Metas marcaram a estréia do Brasil nessa atividade. As pesquisas de história econômica brasileira podem, a partir dessa averiguação, aprofundar-se em termos teóricos e com isso participar da construção da economia política enquanto campo atualíssimo que busca não só compreender o capitalismo, mas também ser uma ferramenta para transformá-lo.

Conclusão

A proposta fundamental deste trabalho era fazer uma descrição das circunstâncias internacionais que moldam a formação do Estado capitalista no Brasil e que criam os fundamentos do planejamento para industrialização objetivando o desenvolvimento econômico do país. Esta exposição serviu para ilustrar que o caso brasileiro de constituição de forças produtivas especificamente capitalistas é um dos episódios reais da contradição fundamental da economia política do século XX, de tal forma que possamos encaixar a experiência inicial de planejamento brasileira adequadamente na história econômica geral.

O segundo objetivo contemplado por esta dissertação, e que é a meta mais específica do presente estudo, consistia em indicar como o processo de preparação do Plano de Metas pode ser posto em conexão com os debates sobre a contradição entre plano e mercado assimilados mais abstratamente no problema sobre o cálculo econômico socialista. A função deste ponto era descobrir os caminhos, ou seja, as referências e documentos que podem contribuir com o exercício de aproximação do planejamento histórico concreto com o debate teórico referente ao controle da lei do valor. Os resultados atingidos aqui permitem desenvolver as seguintes conclusões.

Em relação ao primeiro ponto, uma reavaliação da formação do capitalismo no Brasil foi feita, em um exercício de revisão que se aliou à perspectiva particular do projeto de estudo amplo explicitada na introdução. Assim, foi possível elaborar uma interpretação sobre a consolidação do modo de produção capitalista no Brasil com ênfase nas mudanças estruturais do capitalismo enquanto sistema global. Resumidamente, as dificuldades de consolidação das forças especificamente capitalistas no país se devem ao fato de que, no século XX, um dos elementos centrais da organização social futura já se impor como necessidade para o avanço técnico da estrutura produtiva: a idéia de planejamento.

O argumento de que existem obstáculos reais para a industrialização retardatária geralmente é baseado no reconhecimento de que a era concorrencial terminou e que os capitais se encontram então aglutinados em grandes concentrações, caracterizando assim a era do capital monopolista. A interpretação aqui desenvolvida não está em conflito com essa visão. De fato, a industrialização na periferia só pode acontecer por uma ação específica do Estado desenvolvimentista, porque os capitais individuais

existentes nessas regiões não têm capacidade de estabelecer um parque industrial sem auxílio governamental. Agora, se isto é amplamente compreendido, por que deveria haver tamanha controvérsia em relação ao planejamento da economia brasileira nos anos 1940 e 1950?

Esta questão foi respondida pela ênfase no caráter ideológico que se embrenha na idéia de coordenação econômica, embora sua base real tenha se originado dentro do próprio capitalismo. O capítulo 1 mostrou que a contradição fundamental da economia política do século XX, qual seja, a oposição entre mercado e plano, consolidou-se no Brasil inicialmente por meio do debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin nos anos 1940. Foi demonstrado que a resistência ao projeto de industrialização por coordenação econômica nacional era de caráter fundamentalmente ideológico facilmente associável às frações capitalistas ligadas aos setores exportadores de bens primários. Como se sabe, a manutenção da lógica de divisão internacional de trabalho clássica possibilitava uma posição de acumulação bastante confortável aos proprietários de terras, que são levados à dinâmica de expansão do capital fixo no Brasil somente à revelia. São empurrados pela roda da história, freqüentemente ligando o desenvolvimentismo à noção de planificação central e ao modelo de sociedade totalitária, exemplificando tanto com o caso do Nazismo como da União Soviética.

Na primeira rodada do debate, Gudin ressaltou sua adesão aos defensores do princípio da livre iniciativa e da propriedade privada e ligou as propostas de Simonsen a este fantasma de uma sociedade de poder centralizado. Com isso, ficou claro que a refuta da idéia de planejamento pela posição liberal sempre se assenta no combate ao movimento de racionalização da produção social. Já na segunda rodada, Bulhões associou o guia de programação da CEPAL ao modelo de planificação centralizada, sem perceber que a construção desta técnica havia sido feita basicamente dentro dos limites do próprio bloco capitalista e sob forte influência da metodologia de planejamento desenvolvida nos EUA, supostamente defensores dos princípios do livre mercado. Isso ilustra a contradição que emerge com o fim da hegemonia britânica: a liderança capitalista não pode mais agora se apoiar no ideário próprio da Economia Política Clássica. Esses dois casos pontuais de disputas intelectuais concretizam as circunstâncias internacionais que caracterizam a revolução capitalista no Brasil e que fundamentam a lógica do planejamento para industrialização como única maneira de atingir o objetivo crucial da população crescentemente população trabalhadora assalariada: desenvolvimento.

Quais são esses condicionantes de nível mundial que determinam o formato do planejamento e do Estado desenvolvimentista brasileiro? Como argumentado, as transformações da passagem da era dos impérios para a era dos extremos impelem todas as economias nacionais a alguma forma de organização. A Primeira e a Segunda Guerra funcionaram como momentos iniciais de experimentação de técnicas de coordenação setorial das indústrias, sendo que a movimentação do Brasil para a industrialização foi em grande parte impulsionada pelas circunstâncias que obrigavam os EUA a consolidarem seu bloco de hegemonia conforme substituía a Inglaterra enquanto potência.

Como, ao mesmo tempo, os países socialistas buscavam à sua maneira, encontrar parâmetros próprios para a condução de suas economias, parece que a hipótese de que as técnicas de planificação no Brasil são importadas das economias centralmente planejadas não é de todo absurda. Para solucionar o problema sobre de que forma os blocos opostos determinam a forma de planejamento no país, foi argumentado que tanto o controle capitalista originado da crise de 1929 como os planos de industrialização da União Soviética fazem parte de uma mesma experiência da história econômica mundial.

Esse núcleo em comum entre os dois modelos de controle econômico representa um paradigma mais adequado para o estudo sobre as relações internacionais durante o período de 1914 a 1989. Conforme argumentado, é necessário analisar os blocos opostos (assim como as experiências concretas de planejamento de cada país em específico) como formas complementares de um mesmo acontecimento que começou quando a era do *laissez-faire* terminou, e não como eventos isolados sem conexão ou até mesmo em relação contraditória. Este resultado foi ressaltado por Hobsbawm (1994) assim que o desfecho da União Soviética abriu uma nova etapa de pesquisa em história.

Em termos teóricos, foi defendido que essa perspectiva pode ser aprofundada a partir do reconhecimento de que a lei do valor está sendo posta sob controle por cada tentativa de planejamento, específica a cada situação. Com isso, é possível concluir que o processo de industrialização no Brasil, desencadeado fundamentalmente na elaboração e execução do Plano de Metas, representa uma dessas situações. Dessa maneira, vinculamos definitivamente a formação do Estado desenvolvimentista brasileiro com a contradição mundial entre mercado e plano, ou seja, com a contradição fundamental da economia política do século XX.

Sobre o segundo objetivo, referente à busca por evidências que podem relacionar o planejamento para industrialização e desenvolvimento com o debate sobre o cálculo econômico socialista, o capítulo 3 buscou sistematicamente pontos que podem servir de apoio a essa conexão. Resumidamente, a procura pelos pontos de contato entre o planejamento real no Brasil e a teoria do controle econômico deve ser focalizada nos anos antecedentes à formação da Comissão Mista CEPAL/BNDE, responsável pelas diretrizes diretas do Plano de Metas.

A formação da comissão foi um processo que combinou a originalidade do pensamento econômico latino americano com as técnicas de mapeamento da inter relação setorial difundidas por especialistas da América do Norte e parcialmente da Europa ocidental, em relação ao formato dos estudos de conjuntura econômica. A aplicação prática da teoria da programação, aqui estudada para o caso específico do Brasil, não pode ser vinculada imediatamente ao problema do cálculo econômico na ausência de mercados, porque ela se originou de outros parâmetros de controle mais pragmáticos. No entanto, estabelecemos que tanto a solução teórica para o problema apontado por Mises (1920) (avançada por Oskar Lange e outros economistas) como a solução prática para o problema de planejamento para desenvolvimento na América Latina e no Brasil, se assentam na teoria da programação.

O trabalho atingiu com isso, no capítulo 3, o ápice de questionamento para o presente trabalho, ao estabelecer que a teoria da programação divulgada pela CEPAL a partir de 1953 é a mesma utilizada para formalizar o problema do cálculo econômico socialista. De fato, a teoria da programação é um construto teórico com larga abrangência e, como foi apontado, seu desenvolvimento foi beneficiado pela necessidade de resolver problemas de alocação de recursos nas mais variadas circunstâncias. No Ocidente, a teoria ganhou ímpeto definitivo de uso prático durante a Segunda Guerra Mundial. A partir daí ela começou a ser empregada sistematicamente para a solução dos problemas de planejamento nacional. As matrizes de Leontief, em conjunto com os dados progressivamente organizados nas contas nacionais passaram a alimentar a teoria nos anos seguintes.

Assim, foi possível averiguar a possibilidade do guia de programação da CEPAL ser uma decorrência direta do debate sobre o cálculo. Esse último passo do trabalho mostrou que é necessário verificar o que Celso Furtado conhecia sobre o problema levantado por Mises em 1920 e se isso teve alguma influência na confecção da metodologia de projeções desenvolvida sob sua direção. A análise realizada sobre o

pensamento de Furtado evidencia que ele estava a par do problema teórico, no entanto, não foi esse aspecto que sustentou a elaboração do manual da CEPAL. Na realidade, o guia foi o produto dos procedimentos de análise de conjuntura e de identificação do entrelaçamento entre os setores em um nível bastante alto de agregação que não estava subordinado ao âmbito teórico. Essa atividade de acompanhamento da economia, como enfatizado, chegou ao Brasil basicamente pelos Estados Unidos, tanto pelos princípios de administração pública importados pelo DASP como pelas missões técnicas que produziram os primeiros dados sobre a situação econômica nacional. Houve também uma parcela de influência da Europa ocidental em relação a como se montam relatórios de conjuntura, formato esse trazido ao Brasil nos anos 1940 pelo jornalista econômico alemão Richard Lewinsohn.

Nesse sentido, não é possível afirmar que a construção do guia de programação da CEPAL decorre do problema sobre o cálculo econômico socialista. Mas como podemos ao menos iniciar uma resposta à pergunta sobre como levar a experiência brasileira a este debate?

O estudo feito aqui aponta que Celso Furtado foi o economista brasileiro que mais esteve próximo da controvérsia tanto em termos teóricos como práticos, ou seja, aquele com maiores condições, no país, de realizar uma conexão entre a teoria do cálculo com as experiências concretas de plano para industrialização. No entanto, devido ao fato de Furtado não estar completamente dentro do arcabouço econômico marxista (e muito menos dentro da escola austríaca) é necessário identificar outros autores no Brasil destas escolas que teriam conhecimento do problema do cálculo e que teriam analisado ou acompanhado os projetos estatais de industrialização. Um estudo mais esmiuçado do pensamento de Celso Furtado pode ainda elucidar alguns pontos úteis ainda não esclarecidos. Roberto Campos estava a par também da questão teórica, mas seus esforços eram voltados para problemas políticos mais imediatos de implementação do planejamento.

É possível também que esta alternativa, a de localizar autores específicos que teriam essas condições de dar uma resposta mais concreta à pergunta não existam. Nesse caso, é um indício de que a pesquisa está se movendo corretamente para a fronteira científica do campo, e que esta lacuna deve ser preenchida de modo ativo por meio da combinação direta entre a teoria econômica pura e a história do Brasil no século XX.

Assim, um diálogo maior entre economistas da tradição da CEPAL e economistas da tradição marxista preocupados com a questão da programação econômica será crucial para determinar de forma mais precisa como o caso concreto de planejamento econômico brasileiro pode ser posto em relação lógica com os demais países e como podemos usá-lo para sustentar a criação de uma teoria adequada sobre a condução da economia que atinja os objetivos da população trabalhadora. Isso, que Celso Furtado buscou descrever com o desígnio “teoria do desenvolvimento econômico” deve, conforme defendido neste trabalho, ser feito com a revitalização do conceito de programação, pois do contrário, a proposta de intervenção na economia “sem uma visão de conjunto significa aumentar a desordem de um sistema que já está funcionando mal” (Furtado (1958), p. 44).

Por isso, quando a situação política, social e econômica evidencia que é necessário “fazer algo” como reação à crise e suas mais variadas formas de manifestação, não basta apenas apoiar esse movimento democrático, encorpando assim a corrente (novo)-desenvolvimentista de modo difuso e enterrando mais uma vez o (neo)-liberalismo.¹³² É preciso ir além. Aqueles comprometidos com a ciência e com o progresso da civilização têm a obrigação de submeter o instrumentário da programação ao comando da classe trabalhadora para que possamos atingir as metas do coletivo, e não os objetivos de valorização coordenada do capital total, como tem sido predominantemente o caso. De outra forma, mas no mesmo espírito, expressou-se a professora Conceição Tavares ao lembrar a advertência de Celso Furtado de que “o ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de nação terá que ser, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país” (Furtado *apud* Tavares (2000), p. 150).¹³³

¹³² O termo novo-desenvolvimentismo tem sido usado para designar uma ação de política econômica distinta do consenso de Washington que começou a ganhar força nos anos 2000. Trata-se, teoricamente, de uma abordagem keynesiana e estruturalista, conforme Bresser Pereira (2011), onde o Estado tem papel atuante similar àquele da época do desenvolvimentismo. Para uma coletânea com diversas contribuições em torno do novo-desenvolvimentismo, ver Sicsú, Fernando de Paula e Michel (Orgs.) (2005). Politicamente, chamamos a atenção para a incorporação da teoria da programação a esse movimento de progresso. Isso não significa endossar o modelo desenvolvimentista autoritário, nos termos de Mantega (1997), pelo fato dele se apoiar fundamentalmente na programação. O aspecto crucial para o qual se chama atenção é que não pode haver planejamento sem o domínio e o uso da técnica da programação, uma ferramenta neutra que adquire caráter político quando é manuseada por sujeitos que têm, necessariamente, interesses sociais, visto que a sociedade existente é uma sociedade de classes.

¹³³ Sobre o fortalecimento do poder de decisão da população como condição fundamental para o desenvolvimento nacional ver também Brandão (2010), que faz uma análise a partir da problemática de integração espacial e territorial recuperando a perspectiva de Celso Furtado.

A era do neoliberalismo foi um período que entrou o processo de transformação global iniciado com o fim do século XIX e alavancado com o baque dos anos 1930. Foi mais um exemplo ilustrativo das contradições existentes nos pilares mais profundos da sociedade capitalista. Simbolizou uma tentativa fracassada de retorno ao passado, como demonstrou o desfecho dos anos 2000. Seu fim indica que não podemos mais desviar nossa atenção, pela criação de vias alternativas ilusórias, de uma bifurcação explicitada em 1914 e batizada por Rosa Luxemburgo ([1915] 2003) de “dilema da história do mundo”. Mais cedo ou mais tarde será necessário encarar a contradição fundamental entre as forças produtivas existentes e as relações sociais de produção do capital. O estudo e o domínio dos instrumentos de controle econômico são de suma importância para a decisão deste lance. Por isso, agora é hora de recuperar os alicerces, não só ideológicos, como tem ocorrido, mas principalmente técnicos, daquela construção que foi interrompida.

Referências

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS (1961). *Manual de Economia Política*. Instituto de Economia. Traduzido do russo por Jacob Gorender e Josué de Almeida, terceira edição de Moscou, 1959. Rio de Janeiro: Vitória.

ABREU, MARCELO DE PAIVA (1984). Contribuições de Eugenio Gudin ao Pensamento Econômico Brasileiro. *Literatura Econômica*, vol. 6, no. 4.

ABREU, MARCELO DE PAIVA (1990). Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945. In: Abreu, M. P. (Org.); Carneiro et al. *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana: 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus.

ABREU, MARCELO DE PAIVA (1999). *O Brasil e a economia mundial: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ALBUQUERQUE, EDUARDO DA MOTTA E (2008). Plano X mercado na história do pensamento econômico: quatro rodadas de um grande debate. *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 38, no. 2, pp. 373-395.

ALMEIDA FILHO, NIEMEYER (2004). A Transição Brasileira a um Novo Padrão de Desenvolvimento Capitalista: os Limites Impostos pela Preservação da Estrutura de Investimentos. In: Xavier, C. L. (Org.) *Desenvolvimento Desigual*. Uberlândia: Edufu.

_____ (2005). O debate atual sobre a dependência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, no. 16, pp. 32-50.

_____ (2008). A utopia pragmática de Celso Furtado. *Economia Ensaios*, vol. 22, pp. 99-114.

ALMEIDA FILHO, NIEMEYER e CORREA, VANESSA PETRELLI (2011). A CEPAL ainda é uma Escola do Pensamento? *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 15, pp. 92-111.

AMADO, JORGE ([1945] 1979). O “Bacharel Feroz”. Prefácio a: Moreira Lima, Lourenço ([1934] 1979). *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega.

AMIN, SAMIR ([1977] 1981). *La ley del valor y el materialismo histórico*. México: Fondo de Cultura Económica.

AMIN, SAMIR (1976). *O Desenvolvimento Desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense – Universitária.

ANTUNES, RICARDO (1988). *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil (um estudo sobre a consciência de classe: da Revolução de 1930 até a Aliança Nacional Libertadora)*. São Paulo: Cortez Editora.

ARRIGHI, GIOVANNI (1994). *The Long Twentieth Century: Money, Power and the Origins of Our Times*. London and New York: Verso.

BAER, WERNER; NEWFARMER, RICHARD e TREBAT, THOMAS (1976). Considerações sobre o capitalismo estatal no Brasil: algumas questões e problemas novos. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 6, no. 3, pp. 727-754.

BALANCO, PAULO e COSTA PINTO (2007). *Os anos dourados do capitalismo: uma tentativa de harmonização entre as classes*. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, vol. 18, no. 1(31), pp. 27-47.

BANDEIRA, LUIZ ALBERTO MONIZ (1978). *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BANDEIRA, LUIZ ALBERTO MONIZ (2005). Aspectos feudais da colonização no Brasil. *Revista Espaço Acadêmico*, no. 52, setembro 2005.

BAPTISTA FILHO, ALMIR CEZAR DE CARVALHO (2009). *Dinâmica, Determinações e Sistema Mundial no Desenvolvimento do Capitalismo nos Termos de Theotonio dos Santos: da Teoria da Dependência à Teoria dos Sistemas-mundo*. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: IEUFU. Disponível em http://www.ie.ufu.br/mestrado/ie_dissertacoes/2009/10.pdf

BARBIERI, FÁBIO (2004). *História do Debate do Cálculo Econômico Socialista*. Tese de Doutorado, FEA, USP

BELLUZZO, LUIZ GONZAGA (1998). *Valor e Capitalismo: um ensaio sobre a economia política*. IE Unicamp, Campinas.

_____ (2008). Keynes e o fim do laissez-faire. *Carta Capital*, 17/11/2008.

_____ (2011). Capítulo IV: “O Capital” e a Ontologia do Ser Social. In: Barroso, A. Sérgio (2011). *Resenha: Belluzzo: “O Capital” e a ontologia do ser social*, 29/06/2011. Publicado eletronicamente no site da Fundação Maurício Grabois. Disponível em http://grabois.org.br/portal/noticia.php?id_sessao=54&id_noticia=6018 [20/09/2011].

BERGER, SEBASTIAN (Org.) (2009). *The Foundations of Non-Equilibrium Economics*. New York: Routledge.

BETTELHEIM, CHARLES (1969). *A Transição para a Economia Socialista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

BIANCHI, ANA MARIA (2007). Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre o desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 16, no. 2(30), pp. 131-150.

_____ (2011). Visiting Economists Through Hirschman’s Eyes. *The European Journal of the History of Economic Thought*, vol. 18, no. 2, pp. 217-242.

BIELSCHOWSKY, RICARDO ([1988] 2000). *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

_____ (Org.) (2000). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record.

_____ (2001). Eugênio Gudín. *Estudos Avançados*, 15 (41), 2001.

BOETTKE, PETER J. (Org) (2000). *Socialism and the Market: the socialist calculation debate revisited*. London and New York: Routledge.

_____ (2000). Towards a History of Socialist Planning. In: Boettke, P. J. (Org) (2000). *Socialism and the Market: the socialist calculation debate revisited*. London and New York: Routledge.

BOLSONARO, JAIR (2011). Comissão da inverdade. *Folha de S. Paulo*, 11 de Janeiro de 2011.

BORGES, MARIA ANGÉLICA (2000). Eugênio Gudín: As Controvérsias do Neoliberalismo Caboclo. *Revista de Economia Política*, vol. 20, no 4 (80), outubro/dezembro 2000.

BORGES, VALDECI REZENDE (2010). História, Literatura e Memórias: o autoritarismo no Brasil Republicano em três obras literárias. *Veredas da História*. Ano III, no. 1.

BOSI, ALFREDO (1995). A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere. *Estudos Avançados*, vol. 9, no. 23.

BRANDÃO, CARLOS (2008). *O compromisso com a (n)ação em Celso Furtado: notas sobre seu sistema teórico analítico*. Economia Ensaios, Uberlândia, vol. 22, no. 2, pp. 29-49.

_____ (2010). Desenvolvimento Nacional, Políticas Regionais e o Poder de Decisão Segundo Celso Furtado. *Cadernos do Desenvolvimento*, vol. 5, no. 7, Outubro 2010.

BRESSER-PEREIRA, LUIZ CARLOS (1982). Seis interpretações sobre o Brasil. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 25, no. 3, pp. 269-306.

_____ (2009-2010). A dupla conversão: do ideal socialista ao estatismo e deste ao capitalismo. *Revista USP*, São Paulo, no. 84, 58-74.

_____ (2011). An account of new developmentalism and its structuralist macroeconomics. *Revista de Economia Política*, vol. 2, no. 3(123), pp. 493-502.

BUARQUE DE HOLANDA, SÉRGIO ([1936] 1976). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympo Editora.

BULHÕES, OTÁVIO GOUVÊA DE (1953). Estudos Sobre a Programação do Desenvolvimento Econômico. *Revista do Conselho Nacional de Economia*, Ano II, Novembro-Dezembro de 1953, nos. 19-20, pp. 3-11.

_____ (1953b). Considerações Adicionais Sobre a Programação do Desenvolvimento Econômico. *Revista do Conselho Nacional de Economia*, Ano II, Novembro-Dezembro de 1953, nos. 19-20.

CAMARINHA LOPES, TIAGO (2010). Uma estratégia sugerida para a combinação de Marx com Sraffa. *Leituras de Economia Política*, Campinas, (17), p. 69-95.

_____ (2010a). As Fases Históricas do Debate sobre a Transformação dos Valores em Preços de Produção. *Anais do 38º Encontro Nacional de Economia*, Salvador, 2010.

_____ (2011). Mercadoria, Demanda Efetiva e Crise. *Oikos*, Rio de Janeiro, vol. 10, no. 1, pp. 58-81.

CAMARINHA LOPES, TIAGO e NEDER, HENRIQUE DANTAS (2011). Teoria da Programação e Economia Política: uma introdução alternativa a partir de Sraffa, Leontief e Lange. *Anais do 39º Encontro Nacional de Economia*, Foz do Iguaçu, 2011.

CAMARINHA LOPES, TIAGO e ALMEIDA FILHO, NIEMEYER (2011). A contribuição da Teoria do Sistema-Mundo para a controvérsia sobre a Revolução Burguesa no Brasil. *V Colóquio de Economia Política dos Sistemas-Mundo*, Unicamp, Campinas, Agosto 2011.

CAMPOS, ROBERTO (1952). Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos. *Digesto Econômico*, São Paulo, abril 1952.

_____ (1994). *A Lanterna da Popa: memórias*. Volume 1. Rio de Janeiro: Topbooks.

CANUTO, OTAVIANO (1994). *Brasil e Coréia do Sul: os (des)caminhos da industrialização tardia*. São Paulo: Nobel.

CARDOSO DE MELLO, JOÃO MANUEL (1982). *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense.

CARR, EDWARD HALLETT (1947). *The Soviet Impact on the Western World*. New York: the MacMillan Company.

CARMIATI, FÁBIO (2009). As antinomias da transformação social: Florestan Fernandes e a construção do Brasil. *Anais do I Seminário Nacional Sociologia & Política UFPR 2009*.

CARONE, EDGAR (1975). *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Difel.

CASTRO, CELSO (2000). A construção simbólica do anticomunismo militar no Brasil: as comemorações da vitória sobre a Intentona de 1935. IX Simpósio Regional de História - ANPUH-RJ. Resumo disponível em:

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/O_anticomunismo_nas_FFAA [03/02/2011]

CAVALCANTI, BARTOLOMEU (2010). A Revolução Frustrada: o levante comunista de 1935 em Pernambuco. *Revista Ararobá: Pesquisa, Ensaios e Críticas Literárias*. Ano 4, no. 4. Disponível em: <http://isepnet.com.br/site/revista/> [03/02/2011]

CHAVES, WANDERSON (2009). Democracia e bem-estar social segundo a militância liberal-democrata: o Relatório Gaither e a agenda de política internacional da Fundação Ford. *Oikos*, Rio de Janeiro, vol. 8, no. 2, pp. 223-246.

CHILIATTO-LEITE, MARCOS VINICIUS e WERNECK VIANNA, SALVADOR TEIXEIRA (2009). Celso Furtado e a Teoria do Subdesenvolvimento: uma análise sem a lei de Say. *Anais do 37º Encontro Nacional de Economia*, Foz do Iguaçu, PR.

CHILIATTO-LEITE, MARCOS VINICIUS e MELLO, GUILHERME SANTOS (2011). Contração fiscal reduz realmente os juros? *Valor Econômico*, 26/09/2011.

CLARKE, PETER (2009). *Keynes: the rise, fall and return of the 20th century's most influential economist*. New York: Bloomsbury Press.

COCKSHOT, PAUL e COTTRELL, ALLIN (1989). Labour value and socialist economic calculation. *Economy and Society*, vol. 18, no. 1, 71-99.

(1993). Calculation, Complexity and Planning: The Socialist Calculation Debate Once Again. *Review of Political Economy*, vol. 5, no.1, pp. 73-112.

(1997). Labour time versus alternative value bases: a research note. *Cambridge Journal of Economics*, 21, pp. 545-549.

COSTA, EMÍLIA VIOTTI DA (1978). A revolução burguesa no Brasil. In: Félix, Moacir et al. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

COUTINHO, LUCIANO (2009). *A Crise Financeira Internacional, os Impactos sobre a Economia Brasileira e o papel do BNDES*. Apresentação no Senado Federal, Brasília, 27/05/2009.

CURI, LUIZ FELIPE BRUZZI e CUNHA, ALEXANDRE MENDES (2011). Redimensionando a contribuição de Roberto Simonsen à controvérsia do planejamento (1944-45): pioneirismo e sintonia. *Anais do 39º Encontro Nacional de Economia*, ANPEC, Foz do Iguaçu, Dezembro 2011.

DALAND, ROBERT (1969). *Estratégia e Estilo do Planejamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Lidador.

DAVI, TÂNIA NUNES (2007). *Subterrâneos do Autoritarismo em memórias do cárcere de Graciliano Ramos e Nelson Pereira dos Santos*. Uberlândia: Edufu.

DAVIDSON, PAUL (2009). *The Keynes Solution: The Path to Global Economic Prosperity*. Palgrave Macmillan.

DILLARD, DUDLEY (1946). The Pragmatic Basis of Keynes Political Economy. *Journal of Economic History*, vol 6, p. 121-152.

_____ (1957) The Influence of Keynesian Economics on Contemporary Thought. *The American Economic Review*, vol. 47(2), p. 77-87.

DINIZ, CLÉLIO CAMPOLINA (2009). Celso Furtado e o desenvolvimento regional. *Nova Economia*, vol. 19, no. 2, Belo Horizonte, pp. 227-249.

DOELLINGER, CARLOS VON ([1977] 2010). Introdução. In: *A controvérsia do planejamento econômico na economia brasileira*. Brasília, Ipea, 2010.

DORFMAN, ROBERT; SAMUELSON, PAUL ANTHONY e SOLOW, ROBERT MERTON (1958). *Linear Programming and Economic Analysis*. McGraw – Hill Kogakusha, LTD.

DRAIBE, SÔNIA (1985). *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

ENGELS, FRIEDRICH ([1895/96] 1986). Suplemento ao Livro Terceiro de “O Capital”. In: Marx, K ([1894] 1986). *O Capital*. Livro Terceiro. São Paulo: Nova Cultural.

FARJOUN, EMMANUEL e MACHOVER, MOSCHE (1983). *Laws of Chaos: a probabilistic approach to political economy*. London.

FAUSTO, BORIS ([1970] 1997). *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense.

FEIJÓ, RICARDO (2000). *Economia e Filosofia na Escola Austríaca: Menger, Mises, Hayek*. São Paulo: Nobel.

FERREIRA, FRANCISCO WHITAKER ([1978] 1997). *Planejamento sim e não*. São Paulo: Paz e Terra.

FERNANDES, FLORESTAN (2006). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo.

FIGUEIREDO, JOSÉ RICARDO (2004). *Modos de ver a Produção do Brasil*. São Paulo: Educ, Campinas, SP: Editora Autores Associados.

FINE, BEN e SAAD-FILHO, ALFREDO (2010). *Marx's Capital: Fifth Edition*. London: Pluto Press.

FONSECA, PEDRO CEZAR DUTRA (1999). *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: editora brasiliense.

_____ (2004). Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Revista Pesquisa & Debate*, PUC-SP, vol. 15, no. 2, p. 225-256.

_____ (2010). Keynes: o liberalismo econômico como mito. *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 19, no. 3(40), p. 425-447.

_____ (2011). O mito do populismo econômico de Vargas. *Revista de Economia Política*, vol. 31, no. 1, p. 56-76.

FORJAZ, MARIA CECÍLIA SPINA (1977). *Tenentismo e Política: Tenentismo e Camadas Médias Urbanas na Crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.

FURTADO, CELSO (1953). *O planejamento econômico*. s.l.: Escola Superior de Guerra, 1953. [Furtado F/183]

_____ (1953). A Programação do Desenvolvimento Econômico. *Revista do Conselho Nacional de Economia*, Ano II, Novembro-Dezembro de 1953, nos. 19-20.

_____ (1956). Resenha: “Manual de Economia Política”. *Econômica Brasileira*, Rio de Janeiro, vol. 2, no. 1, p. 52-54.

_____ (1958). *O planejamento econômico em caso de mobilização*. Brasília, D.F.: Escola Superior de Guerra, 1958. [Furtado F/143]

_____ (1958). Fundamentos da Programação Econômica. *Econômica Brasileira*, vol. 4, no. 1-2, pp. 39-44.

_____ (1959). Resenha do livro “The strategy of economic development”. *Economia Brasileira*, vol. 5, no. 1 e 2.

_____ ([1967] 1986). *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. 2ª edição. In: Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural.

_____ (1985). *A fantasia organizada*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (1992). *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ ([1959] 2001). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

GARLIPP, JOSÉ RUBENS DAMAS (2001). Auri Sacra Fames – Marx, Keynes e Polanyi e a Riqueza no Capitalismo Contemporâneo. *Economia Ensaio*, Uberlândia, vol. 15, no. 2, pp. 5-41.

GIANNOTTI, VITO (2007). *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X.

GILES, CHRIS, ATKINS, RALPH e GUHA, KRISHNA (2008). The undeniable shift to Keynes. *Financial Times*, 29/12/2008.

GORASHI, REZA (1995). Marx on Free Trade. *Science & Society*, vol. 59, no. 1, pp. 38-51.

GOENDER, JACOB (1987) *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas a luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GUDIN, EUGÊNIO ([1945] 2010). Rumos de política econômica. In: Simonsen, R. e Gudin, E. ([1977] 2010). *A controvérsia do planejamento econômico na economia brasileira*. Brasília: Ipea, 2010.

_____ ([1945a] 2010). Carta à comissão de planejamento. In: Simonsen, R. e Gudin, E. ([1977] 2010). *A controvérsia do planejamento econômico na economia brasileira*. Brasília: Ipea, 2010.

GUEVARA (1965). El socialismo y el hombre en Cuba. *Marcha*. Montevideo, 12 de Marzo de 1965.

GUIMARÃES, SAMUEL PINHEIRO (1999). *Quinhentos Anos de Periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/Contraponto.

GUNDER FRANK, ANDRÉ (1967). *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. New York: Monthly Review Press.

HARVEY, DAVID (2004). *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola.

HAYEK, FRIEDRICH AUGUST VON ([1935] 2009). The Present State of the Debate. In: Hayek, F. A. (Org.) ([1935] 2009). *Collectivist Economic Planning: Critical Studies on the Possibilities of Socialism*. Auburn, Alabama: The Ludwig von Mises Institute, 2009.

_____ ([1944] 2007). *The Road to Serfdom*. The University of Chicago Press.

HEGEL, GEORG WILHELM FRIEDRICH ([1840] 1990). *Filosofia da História*. Brasília: UnB.

HEINRICH, MICHAEL (1999). *Die Wissenschaft vom Wert*. Munster.

HIRSCHMAN, ALBERT (1961). *Estratégia do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Editôra Fundo de Cultura.

_____ ([1961] 1967). Ideologias e Desenvolvimento Econômico na América Latina. In: Hirschman, Albert ([1961] 1967) (Org.). *Monetarismo vs. Estruturalismo: um estudo sobre a América Latina*. Rio de Janeiro: Lidador.

_____ (1968). The Political Economy of Import-Substituting Industrialization in Latin America. *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 82, no. 1, pp. 1-32.

HOBSBAWN, ERIC ([1987] 2008). *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (1994). *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

HUNT, DIANA (1989). *Economic Theories of Development*. London: Harvester.

IANNI, OCTAVIO ([1971] 1986). *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

JOSSA, BRUNO (1991). Keynes and Lange on Public Enterprise. *Contributions to Political Economy*, vol. 10, pp. 63-75.

KALE, SUMITA (2008). A global Keynesian revival. *Livemint.com & The Wall Street Journal*, 21/02/2008. Disponível em: <http://www.livemint.com/2008/02/21000738/A-global-Keynesian-revival.html>.

KALECKI, MICHAEL (1987). *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas: ensaios selecionados e traduzidos por Jorge Miglioli*. São Paulo, Hucitec.

KANTOROVICH, LEONID ([1939] 1960). Mathematical Methods of Organizing and Planning Production. *Management Science*. Vol. 6, No. 4, July 1960, pp. 366-422.

KATZ, FREDERICO JAYME (2011). *Questionando as teorias da dependência e da financeirização: o Brasil na encruzilhada do desenvolvimento no capitalismo*. São Paulo: Editora Plêiade.

KAY, CRISTÓBAL (1989). *Latin America Theories of Development and Underdevelopment*. London: Routledge.

KEYNES, JOHN MAYNARD ([1919] 2002). *As Conseqüências Econômicas da Paz*. Editora Universidade de Brasília, São Paulo.

_____. ([1925] 1972). Am I a Liberal? In: Keynes, *Essays in Persuasion*, The Royal Economic Society, Cambridge, 1972.

_____. ([1926] 1972) The End of Laissez-Faire. In: Keynes, *Essays in Persuasion*, The Royal Economic Society, Cambridge, 1972.

_____. ([1930] 1972) Economic Possibilities for Our Grandchildren. In: Keynes, *Essays in Persuasion*, The Royal Economic Society, Cambridge, 1972.

_____. ([1936] 1992) *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Atlas.

KOOPMANS, TJALING ([1942] 1970) Exchange Ratios between Cargoes on Various Routes (Non-Refrigerated Dry Cargoes). Memorandum for the Combined Shipping Adjustment Board. Washington, D.C., 1942. In: *Scientific Papers of Tjalling C. Koopmans*, Springer Verlag, 1970. pp. 77-86.

_____ (1992). Autobiography. In: Assar Lindbeck (Org.). *Nobel Lectures, Economics 1969-1980*. Singapore World Scientific Publishing Co. Escrito por Koopmans na época da entrega do prêmio Nobel em 1975.

KURZ, ROBERT (2001). *Schwarzbuch Kapitalismus*. Ullstein: Munchen.

LAFER, BETTY MINDLIN (1970) (Org.). O conceito de planejamento. In: Lafer, B. M. (Org.) (1970). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editôra Perspectiva.

LAFER, CELSO (1970). O Planejamento no Brasil: Observações sobre o Plano de Metas. In: Lafer, B. M. (Org.) (1970). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editôra Perspectiva.

_____ (2002). *JK e o Programa de Metas (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

LANGE, OSKAR (1935). Marxian Economics and Modern Economic Theory. *The Review of Economic Studies* 2 (3): 189-201.

_____ (1936). On the Economic Theory of Socialism: Part One. *The Review of Economic Studies*, vol. 4, no. 1, pp. 53-71.

_____ (1937). On the Economic Theory of Socialism: Part Two. *The Review of Economic Studies*, vol.4, no. 2, pp. 123-142.

_____ (1945). Marxian Economics in the Soviet Union. *The American Economic Review*, vol. 35, no. 1, pp. 127-133.

_____ (1945-46). The Scope and Method of Economics. *The Review of Economic Studies*, vol. 13, no. 1, pp. 19-32.

_____ (1956). Problemas de programação nas economias subdesenvolvidas. *Econômica Brasileira*, vol. 2, no. 3, Rio de Janeiro: Clube dos Economistas.

_____ ([1957] 1986). Algumas Observações Sobre a Análise Insumo-Produto. In: Lange, O. *Ensaio Sobre Planificação Econômica*. São Paulo: Nova Cultural. Original: Some Observations on Input-Output Analysis. *Sankhya*, The Indian Journal of Statistics, vol. 17, no. 4, February 1957

_____ ([1959] 1966). *Economía Política I: Problemas Generales*. Mexico: Fondo de Cultura Económica.

_____ ([1961] 1967). *Introdução à Econometria*. São Paulo e Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura.

_____ ([1961] 1967). *Introdução à Econometria*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. [Acervo pessoal CF, Biblioteca Celso Furtado: 330.43/L247]

_____ (1962). *Problems of political economy of socialism*. Nova Delhi: People's Publ. House. [Acervo pessoal CF, Biblioteca Celso Furtado: 332.02/L269]

_____ (1963). *Moderna economia política: problemas gerais*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. [Acervo pessoal CF, Biblioteca Celso Furtado: 330.101/L269]

LANZER, EDGAR AUGUSTO (1982). *Programação Linear: Conceitos e Aplicações*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.

LÊNIN, WLADIMIR ILITCH ([1908] 1973). Inflammable Material in World Politics. *Lenin Collected Works*, Volume 15, p. 182-188. Moscou: Progress Publishers.

LEONTIEF, WASSILY (1936). Quantitative Input and Output Relations in the Economic System of the United States. *The Review of Economic Statistics*, vol. 18, no. 3, pp. 105-125.

LEONTIEF, WASSILY ([1966] 1985). *A Economia do Insumo-Produto*. São Paulo: Nova Cultural.

LESSA, CARLOS (1981). *Quinze anos de Política Econômica*. São Paulo: Brasiliense.

_____ (1998). *O Conceito de Política Econômica: Ciência e/ou Ideologia?* Campinas: Unicamp, IE.

_____ (2010). O povo brasileiro é brilhante porque sabe sobreviver à elite (entrevista). In: Sicsú, J. e Dias Reis, L. C. (Org.) (2010). *Planejamento e Desenvolvimento*. Brasília: ipea.

LIMA, HEITOR FERREIRA (1976). *3 industrialistas brasileiros: Mauá - Rui Barbosa - Roberto Simonsen*. São Paulo, Editora Alfa-Omega.

LIST, FRIEDRICH ([1841] 1856). *National System of Political Economy*. Philadelphia: J. B. Lippincott & co.

LORENZO-FERNÁNDEZ, OSCAR SOTO (1976). *A Evolução da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

LOVE, JOSEPH (1980). Raul Prebisch and the Origins of the Doctrine of Unequal Exchange. *Latin American Research Review*, 15(3):45-72.

LUXEMBURG, ROSA ([1900] 2010). *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular.

_____ ([1915] 2003). Socialismo ou Barbárie. In: A Crise da Social-Democracia (Folheto Junius). Maio de 1915. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1915/junius/index.htm>. [23/11/2011].

MADI, MARIA ALEJANDRA CAPORALE (1985). *A vanguarda do pensamento conservador: Um Estudo sobre as Idéias Econômicas de Roberto Campos no período 1950-1964*. Dissertação de Mestrado. IE Unicamp, Campinas.

MAGALHÃES TAVARES, HERMES (2008). Celso Furtado: da Formação à dinâmica e à ação regional. *Economia Ensaios*, Uberlândia, vol. 22, no. 2, pp. 51-68.

MALAN, PEDRO ([1980] 1997). Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-1964). In: Fausto, B. (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III (O Brasil Republicano), vol. 4, pp. 51-104. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MALTA, BRANCO, ROCHA, BORJA E BIELSCHOWSKY (2010). A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão. In: *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Malta, Maria et all. (org.) (2010). IPEA/UFRJ, Rio de Janeiro.

MANTEGA, GUIDO (1984). *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes.

_____ (1986). “*A Fantasia Organizada*”: uma crônica do intervencionismo. *Revista de Economia Política*, vol. 6, no. 1, pp. 142-144.

_____ (1997). Teoria da Dependência Revisitada: um balanço crítico. *Relatório de Pesquisa* no. 27/1997, EASP/FGV/NPP – Núcleo de Pesquisas e Publicações.

MARINHO MATHIAS, JOÃO FELIPPE CURY (2011). A influência do pensamento de Keynes nas Contas Nacionais: das origens ao desenvolvimento do SNA 1993. *IV Encontro Internacional da AKB*, Rio de Janeiro, 2011.

MARINI, RUY MAURO (1991). *Dialéctica de la dependencia*. México: Ediciones Era.

MARTINS RODRIGUES, LEÔNCIO (1984). O PCB: Os dirigentes e a organização. In: Buarque de Holanda, S. (org.) *História geral da civilização brasileira*, vol. 10, tomo 3: O Brasil Republicano, pp. 390-397.

MARX, KARL ([1844] 1968). *Ökonomisch-philosophische Manuskripte* (Manuscritos econômico-filosóficos). In: Marx-Engels Werke, MEW 40. Berlin: Dietz Verlag. Disponível em http://www.mlwerke.de/me/me40/me40_465.htm [24/11/2011]. A citação na epígrafe encontra-se na seção “Privateigentum und Kommunismus” (Propriedade privada e comunismo), do terceiro manuscrito, p. 542.

_____ (1848). *On the Question of Free Trade*. Speech to the Democratic Association of Brussels at its public meeting of January 9, 1848. Disponível online em <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1848/free-trade/index.htm> [29/09/2011].

_____ (1863). *Theories of Surplus Value*. Progress Publishers. Disponível online em <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1863/theories-surplus-value/index.htm> [23/07/2010].

_____ ([1859] 1971). Vorwort Zur Kritik der Politischen Ökonomie. In: *Karl Marx/Friedrich Engels Werke Band 13*, Berlin, DDR: Dietz Verlag.

_____ ([1859] 1982). *Prefácio. Para a Crítica da Economia Política*. Edições Progresso Lisboa. Disponível online em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm> [16/09/2011].

_____ ([1867] 1985). *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____ ([1885] 1985). *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro II: o processo de circulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____ ([1888] 1978). Thesen über Feuerbach („1. ad Feuerbach“). Escrito em 1845 publicado primeiramente por Engels com alterações em 1888, republicado em *Marx-Engels-Werke* (MEW), vol. 3, Berlin. Versão em português: Ad Feuebach, in: Manifesto do Partido Comunista, pp. 111-113. Editora Martin Claret, 2003.

_____ ([1894] 1986). *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro III: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARX, KARL e ENGELS, FRIEDRICH (2004). *MEGA* (Marx-Engels Gesamtausgabe). Berlin: Akademie Verlag, 2004.

MATTICK, PAUL (1980) *Marx and Keynes: the limits of mixed economy*. London, The Merlin Press.

MAZZEO, ANTONIO CARLOS (2011). O levante da Aliança Nacional Libertadora. *Folha de S. Paulo*, 11 de Janeiro de 2011.

MAZZUCHELLI, FREDERICO (1983). *A Contradição em Processo*. Campinas, UNICAMP, IE.

MENDES JR., ANTÔNIO e MARANHÃO, RICARDO (1982). *Era de Vargas*. In: Mendes Jr., Antônio e Maranhão, Ricardo (1982). *Brasil História: texto e consulta*. São Paulo: Brasiliense.

MIGLIOLI, JORGE (1982). *Introdução ao Planejamento Econômico*. São Paulo, Editora Brasiliense.

_____ (1994). Apresentação. In: Perissinotto, R. M. (1994). *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp.

MISES, LUDWIG VON (1920). Die Wirtschaftsrechnung im sozialistischen Gemeinwesen. *Archiv für Sozialwissenschaften*, vol. 47. Versão em inglês: Mises, L. von ([1920] 1935) *Economic Calculation in the Socialist Commonwealth*. In: Hayek, F.A. (1935). *Collectivist Economic Planning*, London.

MOURA, GERSON (1991). *Estados Unidos e América Latina*. 2. ed. São Paulo: Contexto.

MOREIRA LIMA, LOURENÇO ([1934] 1979). *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega.

MYRDAL, GUNNAR ([1975] 1989). The Equality Issue in World Development. Nobel Memorial Lecture, March 17, 1975. *American Economic Review*, vol. 79, no. 6, pp. 8-17.

NAKATANI, PAULO e CARCANHOLO, MARCELO (2007). A planificação socialista em cuba e o grande debate dos anos 1960. *Outubro*, São Paulo, vol. 15, pp. 195-231.

NAPOLEONI, CLAUDIO (1979) *O Pensamento Econômico do Século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

NETTO, ANTÔNIO DELFIM (1966). *Planejamento para o Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Pioneira, Universidade de S. Paulo.

_____ (2009). Keynes e Marx. *Folha de S. Paulo*, 24/04/2009.

NOVAIS, FERNANDO ([1973] 1981). *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1977-1808)*. São Paulo: Hucitec.

NUNES, EDUARDO PEREIRA (1998). *Sistemas de Contas Nacionais: a gênese das Contas Nacionais Modernas no Brasil*. Tese de Doutorado, Unicamp, 1998.

OLIVEIRA, FRANCISCO DE (1981). *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Petrópolis: Vozes.

OLIVEIRA, IRENE RODRIGUES DE (2003). *Missão Cooke – Estado Novo e a Implantação da CSN*. Rio de Janeiro, E-papers serviços editoriais.

_____ (2010). Sobressaltos da ordem e barganhas do progresso: a Missão Cooke e a implantação da CSN (1942-1946). *Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO: Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro, Julho 2010.

PAULA, JOÃO ANTÔNIO DE (1984). Ensaio sobre a atualidade sobre a lei do valor. *Revista de Economia Política*, vol. 4, no. 2, p. 111-134.

_____ (2002). O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história. *História Econômica & História de Empresas*, vol. 1, pp. 7-39.

_____ (2003). Plano, Programa e Projeto: a experiência brasileira. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, vol. 13, pp. 101-125.

PEREIRA SILVA, ROBERTO (2010). *Celso Furtado e a administração pública: uma leitura de suas primeiras publicações (1944-1948)*. *História Unisinos*, vol. 14(1), pp. 88-99.

PERISSINOTTO, RENATO MONSEFF (1994). *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp.

PIERSON ET ALL. (1939). *L'économie dirigée en regime collectiviste: études critiques sur les possibilités du socialisme*. Paris: Librairie de Médicis. Acervo pessoal de Celso Furtado. [Acervo pessoal CF, Biblioteca Celso Furtado: 330.342.151/P461]

PINDYCK e RUBINFELD (2002). *Microeconomia*. São Paulo: Prentice Hall.

POLANYI, KARL ([1944] 2000). *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier.

POULANTZAS, NICOS ([1968] 1986). *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes.

PRADO JR., CAIO ([1942] 1994). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense.

_____ ([1945] 1979). Prefácio. In: Moreira Lima, Lourenço ([1934] 1979). *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega.

PREBISCH, RAÚL (1950). *The Economic Development of Latin America and Its Principal Problems*. New York: United Nations.

_____ ([1949] 2000). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: Bielschowsky, R. (Org.) (2000). *Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record.

PRESTES, LUÍS CARLOS (1978). Depoimento de Luís Carlos Prestes. In: Sodré, Nelson Werneck (1978). *A Coluna Prestes: análises e depoimentos*. São Paulo: Círculo do Livro.

RAMOS, GRACILIANO (1953). *Memórias do Cárcere*. São Paulo: Círculo do Livro.

REDDY, SUDEEP (2009). The New Old Big Thing in Economics: J. M. Keynes. *The Wall Street Journal*, 08/01/2009.

REZENDE, MARIA JOSÉ DE (2004). *Celso Furtado e Karl Mannheim: uma discussão acerca do papel dos intelectuais nos processos de mudança social*. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, vol. 26, no. 2, pp. 239-250.

RICARDO, DAVID ([1817] 1985). *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Nova Cultural.

RODRIGUES, CARLOS HENRIQUE LOPES (2005). *A Questão do Protecionismo no Debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin*. Campinas: Unicamp (Dissertação de Mestrado), 2005.

_____ (2011). O I Congresso Brasileiro de Economia e o imposto sobre lucros extraordinários: um embate entre industrialistas e liberais. *IX Congresso Brasileiro de História Econômica*, Curitiba 2011.

ROSSETTI, JOSÉ PASCHOAL (1987). *Política e Programação Econômicas*. São Paulo, Editora Atlas.

SAMPAIO JR, PLÍNIO DE ARRUDA (2008). Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo. *Economia Ensaios*, Uberlândia, vol. 22, no. 2, pp. 69-98.

SAMUELSON. PAUL ANTHONY (1975). *Introdução à Análise Econômica*. Rio de Janeiro: Agir Editora.

_____ (1969). The Way of an Economist. In: Samuelson, P.A. *International Economic Relations: Proceedings of the Third Congress of the International Economic Association*, London: Macmillan, p. 1–11.

SANTA ROSA, VIRGINIO ([1933] 1976). *O Sentido do Tenentismo*. São Paulo: Alfa Omega.

SANTOS, NELSON PEREIRA DOS (1984). *Memórias do Cárcere* [filme]. Roteiro e direção de Nelson Pereira dos Santos. VHS 185 min.

SANTOS, THEOTONIO DOS (1970). The Structure of Dependence. *American Economic Review*, vol. 60, no. 2: 231-236.

SARETTA, FAUSTO (2001). Octavio Gouvêa Bulhões. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 15, no. 41, pp. 111-125.

SCHUMPETER, JOSEPH ALOIS (1942). *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York, Harper Touchbooks.

SERRA, JOSÉ e CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE (1979). As desventuras da dialética da dependência. *Estudos CEBRAP*, no. 23, pp. 33-80.

SICSÚ, JOÃO, FERNANDO DE PAULA, LUIZ e MICHEL, RENAUT (Orgs.) (2005). *Novo-Desenvolvimentismo: Um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

SICSÚ, JOÃO e REIS, LUIZ CLÁUDIO DIAS (Org.) (2010). *Planejamento e Desenvolvimento: para reafirmar a importância de pensar a longo prazo, recuperar a experiência passada e averiguar que rumo estamos tomando para o caminho do desenvolvimento*. Brasília, ABDE e IPEA.

SIMONSEN, ROBERTO ([1945] 2010). A planificação da economia brasileira. In: Simonsen, R. e Gudin, E. ([1977] 2010). *A controvérsia do planejamento econômico na economia brasileira*. Brasília: IPEA, 2010.

_____ ([1945a] 2010). O planejamento da economia brasileira. In: Simonsen, R. e Gudin, E. ([1977] 2010). *A controvérsia do planejamento econômico na economia brasileira*. Brasília: IPEA, 2010.

SIMONSEN, ROBERTO e GUDIN, EUGÊNIO ([1977] 2010). *A controvérsia do planejamento econômico na economia brasileira*. Brasília: IPEA, 2010.

SINGER, HANS WOLFGANG (1950). The Distribution of Gains between Investing and Borrowing Countries. *American Economic Review*, 40(2): 473-485.

SKIDELSKY, ROBERT (1995). *The world after communism: a polemic for our times*. London, Macmillan.

_____ (2008). The Remedist. *The New York Times*, 14/12/2008.

_____ (2009). *Keynes: the return of the master*. New York: PublicAffairs.

SMITH, ADAM ([1776] 1996). *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*. São Paulo: Nova Cultural.

SODRÉ, NELSON WERNECK ([1989] 2010). Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil. In: Sodré, O. (Org.) *Desenvolvimento Brasileiro e Luta pela Cultura Nacional*. IPEA.

_____ (1976). Prefácio. In: Santa Rosa, Virgínio ([1933] 1976). *O Sentido do Tenentismo*. São Paulo: Alfa Omega.

_____ (1978). *A Coluna Prestes: análise e depoimentos*. São Paulo: Círculo do Livro.

SRAFFA, PIERO (1960). *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*. São Paulo: Nova Cultural.

STIGLITZ, JOSEPH (2008). The Triumphant Return of John Maynard Keynes. *Project Syndicate*, 05/12/2008. Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/stiglitz107/English> [acesso em 07/10/2011].

SZMRECSÁNYI, TAMÁS (1978). Introdução. In: Szmrecsányi, Tamás (Org.) *Keynes*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol 6. São Paulo: Ática.

_____ (2001). Celso Furtado. *Estudos Avançados*, vol. 15, no. 43, pp. 347-362.

TAVARES, MARIA DA CONCEIÇÃO (1972). *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____ (2000). Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: Tavares (Org.) *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

TEIXEIRA, ALOÍSIO (2000). Marx e a economia política: a crítica como conceito. *Econômica*, no. 4, pp. 85-109.

TEIXEIRA, ALOÍSIO, MARINGONI, GILBERTO e GENTIL, DENISE (2010). *Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945*. Brasília: IPEA, 2010.

THEODORO, MÁRIO (2008). *Entrevista com o Professor Celso Furtado*. Economia Ensaios, Uberlândia, vol. 22, no. 2, pp. 9-27.

TINBERGER, JAN ([1967] 1986). *Política Econômica: Princípios e Planejamento*. In: Os Economistas, São Paulo, Nova Cultural.

TOYE, JOHN e TOYE, RICHARD (2003). The Origins and Interpretation of the Prebisch-Singer Thesis. *History of Political Economy*, 35(3): 437-467.

TROTSKY, LEON ([1944] 1993). *Fascism: What It Is and How To Fight It*. Disponível em <http://www.marxists.org/archive/trotsky/works/1944/1944-fas.htm>.

VELLOSO, JOÃO PAULO DOS REIS (2010). Apresentação. In: *A controvérsia do planejamento econômico na economia brasileira*. Brasília, Ipea, 2010.

VIANNA e VILLELA (2005). O pós-Guerra (1945-1955). In: Giambiagi, F. e Villela, A. (Org.). *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Elsevier.

WAGNER, ADOLFO (2005). *Dois caminhos para o capitalismo dependente brasileiro: o debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, 2005.

WALKER, MARTIN (1993). *The Cold War and the making of the modern world*. London: Arrow Books.

WALLERSTEIN, IMMANUEL (1979). *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____ (2001). *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto.

WEEKS, JOHN (2010). *Capital, Exploitation and Economic Crisis*. London and New York: Routledge.

WEFFORT, FRANCISCO (Org.) (1991). *Os clássicos da política - Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, O Federalista*. Volume 1. São Paulo: Ática.

_____ (Org.) (1991a). *Os clássicos da política - Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx*. Volume 2. São Paulo: Ática.

Documentos

American Recovery and Reinvestment Act of 2009. Public Law 111-5-February 17, 2009. 123 Stat. 115. Abreviado como ARRA. Disponível no site do governo norte americano GPO: <http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/PLAW-111publ5/content-detail.html>.

CEPAL (1949). *El desarrollo economico de America Latina y sus principales problemas*. United Nations Economic and Social Council. E/CN.12/89. O documento original digitalizado pode ser encontrado na página de busca de documentos oficiais da ONU: <http://documents.un.org/>.

CEPAL (1955). *Analyses and Projections of Economic Development — I. An Introduction to the Technique of Programming*. “A study prepared by the Economic

Commission for Latin America.” E/CN.12/363, June 1955. Nova York. Texto preparado sob a direção de Celso Furtado. O documento digitalizado pode ser obtido por requerimento direto ao time de referências da biblioteca da ONU: <http://www.un.org/depts/dhl/contact.html>

CEPAL ([1955] 2000). Introdução à técnica de Planejamento. In: Bielschowsky, R. (Org.) (2000). *Cinçüenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record.

CEPAL (1956). *Analisis y proyecciones del desarrollo econômico – II. El desarrolo econômico del Brasil*. abr. 1956. E/CN.12/364. O documento original digitalizado pode ser encontrado na página de busca de documentos oficiais da ONU: <http://documents.un.org/>.

Programa de Metas. (1958). Presidência da República. Rio de Janeiro, Brasil.

The Financial Crisis Inquiry Commission (2011). *Final Report of the National Commission on the Causes of the Financial and Economic Crisis in the United States*. Official Government Edition. January, 2011, Washington, DC. Disponível online no site da comissão: <http://fcic.law.stanford.edu/> [acesso 07/10/2011].